



GEOGRAFIA & PESCA ARTESANAL BRASILEIRA

VOLUME I

Cristiano Quaresma de Paula

Christian Nunes da Silva

Catia Antonia da Silva

Organizadores

A capa deste livro, **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira**, não é só uma metáfora, como dizem os organizadores, na Apresentação. Estes dois volumes significam o resultado de uma boa pescaria; daquelas realizadas na maré grande!

Há muito tempo, este pesqueiro vem sendo “cevado”, mas só recentemente se teve a coragem de jogar a Rede de Geografias da Pesca, para fazer este “arrastão” de 22 artigos. Foram tantos, que tiveram que ser postos em duas embarcações, digo, em dois volumes.

O conjunto destes artigos permite visualizar situações vividas e sofridas, por pescadores e por pescadoras artesanais, nas águas doces e salgadas desse nosso Brasil. Permite ver, também, que a vida do pescador e da pescadora artesanal não é só “jogar a rede e puxar”, como diz Caymmi. Para fazer este gesto, muita coisa tem que ser realizada, antes e depois... muita coisa, que se concretiza na construção coletiva de um modo de vida e de práticas tradicionais, que representam uma enorme base de conhecimento e de saberes, nem sempre reconhecidos.

Parte deste conhecimento e destes saberes passa, obrigatoriamente, por conhecer e por entender os movimentos dos elementos da natureza, suas conjugações, sua força

e sua dádiva, que não só permite, como exige, um respeito e uma intimidade com a natureza, os quais se aprendem nas primeiras lições da escola da vida das águas. Toda a rotina e o ritmo da vida e do trabalho dos pescadores e das pescadoras artesanais são construídos, nesta base.

Nas lições desta escola, o exercício da liberdade e da criatividade é praticado todos os dias. Liberdade para definir suas rotinas de trabalho, seu tempo e seu espaço e, principalmente, liberdade para acessar aos bens da natureza.

E é na garantia do acesso aos bens da natureza que os pescadores e as pescadoras artesanais aprendem e ensinam outra lição fundamental, que é a da defesa de seus territórios terra-água, o que exige outras formas de organização, de resistências e de enfrentamentos, em diferentes escalas.

Os artigos deste livro dão eco ao clamor e ao alerta dos pescadores e das pescadoras artesanais, que lutam pela defesa de seus territórios de terra-água, como garantia da preservação da natureza, do seu modo de vida e da reprodução do bom pescado.

Guiomar Germani

GeografAR - UFBA

GEOGRAFIA & PESCA ARTESANAL BRASILEIRA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
EDITORA DO GRUPO ACADÊMICO PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E
MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA - GAPTA

Reitor da UFPA: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Líder do GAPTA: Prof. Dr. João Marcio Palheta

Editoração: Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula

Revisão Técnica: Profa. MsC. Vicka de Nazaré Magalhães Marinho

Capa: Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula

Imagem de Capa: "Arrastão" (1959) de Candido Portinari. Direito de reprodução gentilmente cedido por João Candido Portinari.

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto

Prof. Dr. Jose Sobreiro Filho

Prof. Dr. Ricardo Angelo Pereira de Lima

Prof. Dr. Ricardo Jose Batista Nogueira

Conselho Consultivo GAPTA

Prof. Dr. Afonso do O – Universidade do Algarve

Prof. Dr. Antonio Carlos Freire Sampaio – UFU

Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto – UFPA

Prof. Dr. Clay Anderson Chagas – UFPA

Profa. Dra. Cynthia Simmons – Florida University

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – UFPA

Prof. Dr. David Gibbs McGrath – UFOPA

Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray - UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Shiovone Cardoso – UFSM

Prof. Dr. Eliseu Saverio Sposito – UNESP

Prof. Dr. Flavio Rodrigues do Nascimento – UFC

Prof. Dr. Gilberto Rocha – UFPA

Prof. Dr. Jose Sobreiro Filho – UFPA

Prof. Dr. Joao Marcio Palheta – UFPA

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues – UFPA

Profa. Dra. Judite Nascimento – Univ. Cabo Verde/UniCV

Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD

Profa. Dra. Maria Celia Nunes Coelho – UFRJ

Prof. Dr. Otavio Jose Lemos Costa – UECE

Prof. Dr. Raul Vincens – UFF

Prof. Dr. Ricardo Angelo Pereira de Lima – UNIFAP

Prof. Dr. Ricardo Jose Batista Nogueira – UFAM

Prof. Dr. Robert Walker – Florida University

Prof. Dr. Rui Moreira – UFF

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa – USP



GEOGRAFIA & PESCA ARTESANAL BRASILEIRA

VOLUME I

Cristiano Quaresma de Paula

Christian Nunes da Silva

Catia Antonia da Silva

Organizadores

2019

1ª Edição - 2019

ISBN: 978-85-63117-50-2

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, sem autorização expressa dos autores ou da editora. A violação importará nas providências judiciais previstas no artigo 102, da Lei nº 9.610/1998, sem prejuízo da responsabilidade criminal. Os textos deste livro são de responsabilidade de seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

G345 Geografia & pesca artesanal brasileira / Cristiano Quaresma de Paula, Christian Nunes da Silva, Catia Antonia da Silva, Organizadores. – Belém: GAPTA/UFPA, 2019.
2 v. : il. ; 22 cm.

Inclui bibliografias

ISBN 978-85-63117-50-2 (v. 1). – ISBN 978-85-63117-51-9 (v.2)

1. Geografia - humana. 2. Pesca artesanal. 3. Pescadores - Condições sociais. 4. Pescadoras - condições sociais. 5. Territorialidade humana. 6. Comunidade - Desenvolvimento. 7. Pesca - Brasil. I. Paula, Cristiano Quaresma de, org. II. Silva, Christian Nunes da, org. III. Silva, Catia Antonia da, org. IV. Título.

CDD 22. ed. – 639.20981

Elaborado por Gisele Helena das Neves Martinez – CRB-2/1029

PREFÁCIO

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues

Pesquisador do NUPAUB da USP

É com satisfação que prefacio a coletânea de textos acadêmicos, sobre pesca artesanal, organizada pela Rede de Geografias da Pesca. Nela, os diversos autores desenvolvem trabalhos sobre temas muito relevantes, hoje, como a questão do território pesqueiro e da territorialidade, os diferentes tipos de conflito, o papel das reservas extrativistas marinhas, os grandes projetos no litoral, os processos de participação social e política, o turismo, a aquicultura, entre outros.

O tema da pesca artesanal começou a ser pesquisado, mais sistematicamente, na década de 1970, mas há trabalhos relevantes já nas décadas de 1940-1950, como o de Câmara Cascudo, de 1957, tratando dos jangadeiros do Nordeste; o do geógrafo S. Bernardes, que estudou a pesca artesanal, no litoral do Rio de Janeiro, em 1950; de Brito Soeiro, que publicou *Agricultores e portugueses na cidade do Rio de Janeiro*, em 1960. Gostaria de mencionar, também, o excelente trabalho de Helio Galvão, médico e pesquisador, que escreveu *Novas Cartas da Praia*, em 1968, descrevendo aspectos relevantes da vida de pescadores artesanais de Tibau do Sul (RN). Ainda na década de 1940/1950, a antropóloga Gioconda Mussolini estudou os caiçaras, pescadores artesanais do litoral Norte de São Paulo.

A década de 1970 foi crucial para a pesca artesanal, responsável, na época, por mais de 50% do pescado capturado no Brasil, pois sofreu o impacto negativo dos financiamentos governamentais para a pesca industrial. Esta devastou os recursos pesqueiros do Sul-Sudeste e depois migrou para o Norte do Brasil, seguindo a mesma saga de devastação, com reflexos negativos sobre a atividade dos pescadores artesanais. Isso não é fato, somente, do passado, pois as traineiras industriais de Santa Catarina continuam capturando os cardumes de tainha que migram da Lagoa dos Patos para o Norte e que, tradicionalmente, são capturados pelos pescadores artesanais do litoral do Sudeste. Em muitos casos, retiram as ovas das tainhas, que são exportadas diretamente para a Europa, afetando muito o modo de vida dos pescadores artesanais.

No início dos anos 1970, alguns antropólogos estadunidenses publicam suas pesquisas, feitas junto a comunidades pesqueiras do Nordeste. Os mais importantes, a meu ver, foram Forman, com o trabalho *The raft fishermen* (1970), que estudou a mudança social e a tradição pesqueira artesanal, na vila de Coqueiral, em Alagoas; Kottak, também antropólogo estadunidense, que pesquisou, durante uma década, os pescadores artesanais de Arambepe, na Bahia, cujo primeiro livro, publicado em 1966, com o título *The structure of equality in a Brazilian fishing community* e o seguinte, *Assault on Paradise*, publicado em 1982, analisam, principalmente, os reflexos da implantação da indústria química *Tilbras*, no litoral de Arambepe, impactando negativamente o modo de vida dos pescadores artesanais locais; e John Cordell, que, em diversas publicações, em particular, em *Lunar fishing cycle in Northeastern Brazil*, de 1974, e em *Marginalidade social e apropriação territorial na Bahia*, de 1989, analisa a questão da territorialidade pesqueira em comunidades pesqueiras da região de Valença na Bahia de forma inovadora. A ideia básica de Cordell é a da apropriação social do espaço de pesca, através do conhecimento e das práticas tradicionais, que configuram o território pesqueiro.

Ainda na década de 1970, o sociólogo, e meu orientador, Fernando Mourão escreveu sua tese *Os pescadores do litoral Sul de São Paulo*, e eu defendi minha dissertação de mestrado, *Pesca e marginalização no litoral paulista*, em 1971. Em 1983, lancei a coletânea de ensaios *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*, aprofundando

conceitos sobre pesca artesanal e sobre sua relação com a pesca industrial.

Ainda nessa década, de 1970, a antropóloga Ana Maria Beck publicou, em 1979, seu trabalho de mestrado, intitulado *Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e o trabalho acessório, sobre as transformações da pesca artesanal, em Santa Catarina*; Kant de Lima, antropólogo, defendeu sua tese de mestrado *Pescadores de Itaipu - a pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social*, em 1979. Também em 1979, apareceu a tese de Luis Fernando Duarte, antropólogo *As redes do Suor*, tratando dos pescadores de sardinha, no litoral do Rio de Janeiro.

A década de 80 foi marcada pelo fim da ditadura militar e pelos trabalhos da Assembleia Constituinte, através da participação organizada dos pescadores e de suas associações, apoiados pelo Conselho Pastoral da Pesca, da Igreja Católica. A presença de pescadores no espaço da Constituinte da Pesca tornou suas demandas sociais mais visíveis, principalmente no que toca a seus direitos, como o da aposentadoria, nomeadamente.

Nessa década, sobressaem os trabalhos realizados nas regiões Norte e Nordeste. Na primeira, destacam-se os trabalhos de Alex Fiuza de Mello *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*, de 1985, no qual o autor analisa o impacto das frotas do Sul que se instalam no Pará sobre a pesca artesanal. Na mesma linha vai o trabalho de Violeta Loureiro, *Os parceiros do mar: natureza e conflitos sociais na pesca da Amazônia*, de 1985, e dos antropólogos do Museu Emilio Goeldi, em particular, o de Lourdes Furtado, *A dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico*, de 1980.

No Nordeste, sobressai a contribuição de Simone Maldonado, antropóloga da Universidade Federal da Paraíba, com a publicação, entre outras, de *Pescadores do Mar*, em 1986, analisando a questão dos saberes e das práticas pesqueiras dos mestres de pesca.

Já no litoral de Santa Catarina, destaca-se o trabalho da antropóloga Lucia Helena Cunha, em *Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal*, de 1987.

Em 1986, ocorreu em Brasília, o Primeiro Encontro de Ciências Sociais e o Mar, reunindo vários pesquisadores, de diversas áreas do

conhecimento e regiões brasileiras, para discutir os problemas e a contribuição dos pescadores artesanais, na produção de alimentos. No segundo e no terceiro encontros, na USP, em 1988 e em 1989, o Nupaub (Núcleo de Pesquisa de Populações e Áreas Úmidas Brasileiras, da USP) conseguiu reunir um número bem maior de pesquisadores, e foram apresentados inúmeros trabalhos, com uma visão interdisciplinar. Finalmente, realizou-se, no Museu Goeldi, na Amazônia, em colaboração com o Nupaub, o IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar.

Na década de 1990, um número crescente de pesquisadores trabalhou com temas emergentes, como a conservação dos recursos pesqueiros, pelo conhecimento e pelas práticas tradicionais, o impacto do turismo sobre as comunidades de pescadores, as consequências negativas de políticas públicas, como a das áreas protegidas, sobre o modo de vida dos pescadores artesanais, o papel das pescadoras, entre outros. No tema história e a pesca, sobressai o trabalho do historiador Luís Geraldo da Silva, que analisa o papel dos escravos libertos na atividade pesqueira, em *A faina, a festa e o rito: gentes do mar e a escravidão no Brasil*. Sobressaíram, também, os trabalhos ligados ao tema de etnoconhecimento das culturas de pescadores artesanais e aqueles ligados ao tema da socioantropologia marítima. Muitos desses trabalhos se encontram na antologia *A imagem das Águas*, que organizei e que foi publicada, no ano 2000. Muitos outros trabalhos, sobre o tema de pesca artesanal, podem ser encontrados no portal do Nupaub: usp.br/nupaub

A partir dos anos 2000, vários trabalhos foram realizados, sobre as reservas extrativistas marinhas e sobre as reservas de desenvolvimento sustentável, sobretudo no Nordeste e no Norte do Brasil. Infelizmente, não é possível enumerar todos os trabalhos que foram realizados pelas universidades e pelos institutos de pesquisa espalhados pelo Brasil, sobretudo pelas Universidades e Institutos Federais, espalhados por todo o litoral, pelos rios e pelos lagos do Brasil.

A partir de 2000 até o presente, o aparecimento de movimentos sociais na pesca, como o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP, e inúmeros movimentos regionais, deu origem a trabalhos relativos aos direitos dos pescadores artesanais brasileiros, na defesa de seus territórios e de seus modos de vida. Esses trabalhos são ainda mais importantes, hoje, quando esses direitos são negados, pelos atuais dirigentes do país.

Nesse sentido, a presente antologia da Rede de Geografias da Pesca é, sem dúvida, mais uma contribuição importante ao entendimento do papel dos pescadores e das pescadoras e na defesa dessas comunidades, que tanto contribuem para a produção de alimentos, no Brasil, na atualidade. Os trabalhos nela contidos continuam, a meu ver, a tradição dos estudos das geografias da pesca, iniciados no princípio do século XX, na França.

Antonio Carlos Diegues, antropólogo

SUMÁRIO

Prefácio

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues

5

Apresentação

Cristiano Quaresma de Paula, Christian Nunes da Silva e Catia Antonia da Silva

15

VOLUME 1

Geografia e Pesca Artesanal Brasileira: diálogos possíveis

Cristiano Quaresma de Paula

23

Entre Conceitos e Metodologias para Compreender o Saber-Fazer-Ser dos(as) Pescadores(as) Artesanais

Táise dos Santos Alves

57

Mulheres Pescadoras: trabalho, modo de vida e manejo dos recursos naturais no litoral Sul Sergipano, Nordeste, Brasil

Eline Almeida Santos; Míria Cássia Oliveira Aragão; Rosemeri Melo e Souza

83

Atividade Pesqueira na Amazônia Paraense: o caso do município de São Caetano de Odívetas – Pará

Gracilene de Castro Ferreira, Gleice de Castro Pereira

107

A Caracterização da Territorialidade da Pesca Artesanal no Distrito de Itaipava (município de Itapemirim/ES)

Eduardo Rodrigues Gomes, Tatiana Campos Bôa, Luiz Henrique Miranda Matos

127

- 155** **Diversificação de Renda em Famílias de Pescadores Artesanais: pluriatividade e multifuncionalidade na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS**

Aline Bastos Mendes; Cesar Augusto Ávila Martins

- 175** **Reflexões Geográficas e Sociológicas, sobre Trajetórias de Extensão e de Pesquisa, na Luta pela Garantia dos Direitos de Pescadores Artesanais**

Catia Antonia da Silva; Karla da Silva Sampaio; Pedro Benício de Almeida Pinto

- 191** **Presença e Ausência das Reservas Extrativistas Baianas: o processo de vivência e luta dos territórios de conservação**

Soraia Monteiro Afonso; Catherine Prost

- 215** **Dilemas da Participação Social: os efeitos do ecologismo institucional nas comunidades tradicionais de Guaraqueçaba-PR**

Letícia Ayumi Duarte; Marcelo Cunha Varella

- 243** **Escalada do Conflito da Proibição da Pesca do Bagre no Delta do Jacuí e Norte da Laguna dos Patos, no Rio Grande do Sul, Brasil**

Diogo Camargo Pires, Gabriela Coelho-de-Souza

- 269** **Comunidades Tradicionais e seus Embates com o Estado: um olhar especial para os pescadores costeiros artesanais**

Raquel de Carvalho Dumith

VOLUME 2

- Conhecimento, Política e Território na Pesca Artesanal Brasileira** 289
Eduardo Schiavone Cardoso
- Territorialidades da Pesca Brasileira: organização, pescadores e apetrechos na definição espacial** 313
Christian Nunes da Silva
- A Pesca e a Comercialização do Peixe Liso na Calha do Rio Solimões/Amazonas-Brasil** 351
Manuel de Jesus Masulo da Cruz, Luciana Lima de Matos
- Entre Terras e Territórios: as principais disputas e conflitos territoriais vivenciados pelas comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré – BA** 379
Kássia Aguiar Norberto Rios
- Conflitos e (Re)Existências no Mar e na Terra: o(s) território(s) dos(as) pescadores(as) artesanais de Ubatuba/SP** 407
Larissa Tavares Moreno
- A Expansão do Turismo no Litoral do Maranhão: conflitos e contradições da valorização do espaço no litoral setentrional do Brasil** 437
Carlos Rerisson Rocha da Costa
- Produção do Espaço Urbano na Baía de Sepetiba (RJ): a condição da realização do capital e a reificação das relações sociais dos pescadores artesanais** 467
Antonio Lopes Ferreira Vinhas

487 Territórios em Disputa: pescadores versus hidrelétricas no rio Araguari - AP

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho

509 Ensaio sobre Pesca Artesanal e Territorialidades Tradicionais no Rio Araguari – AP

Laís Melo Lima

525 O Consenso da Aquicultura Industrial no Brasil e o Processo de Espoliação contra as Comunidades Pesqueiras Tradicionais

Suana Medeiros Silva; José Ignácio Vega Fernandez

553 Piscicultura como estratégia de desenvolvimento local no município de Ferreira Gomes – AP

Juliana Barros da Mota; Ricardo Ângelo Pereira de Lima

APRESENTAÇÃO

Cristiano Quaresma de Paula

Pós-Doutorando do PPGeo da UFPA

Christian Nunes da Silva

Docente do NUMA e PPGeo da UFPA

Catia Antonia da Silva

Professora Titular do Departamento de Geografia da FFP da UERJ

É expressivo partir a apresentação desta obra da imagem de sua capa. A pintura *Arrastão* (1959)¹, de Candido Portinari, tem grande significância, quando refletimos sobre a pesca artesanal brasileira. Na tela, está expressa a coletividade dos pescadores, na relação que estabelecem com a natureza, que lhes permite a subsistência e que integra a produção de cultura. Por outro lado, o esforço de puxar a rede pode ser compreendido como uma metáfora ao próprio livro, isto é, como o empenho de um grupo de pesquisadores, que, atualmente, se dedica à construção da Rede de Geografias da Pesca. Esperamos que outros se sintam estimulados por estes textos e que nos ajudem, nessa empreitada.

Em 2016, a Rede de Geografias da Pesca publicou o livro *Brasil e Moçambique: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal*. Buscamos, na presente obra, avançar na representatividade de contextos e de instituições de pesquisa. Para tanto, participam deste livro trinta e quatro pesquisadores e pesquisadoras, oriundos, na sua maioria, da Geografia, de dezoito Instituições de Ensino Superior, de treze estados e de quatro regiões brasileiras.

Esta obra integra vinte e dois capítulos, divididos em dois volumes. O primeiro volume apresenta *o modo de vida e as práticas tradicionais de manejo dos recursos pesqueiros e a presença e a ausência do Estado, na pesca artesanal brasileira*. O segundo volume apresenta discussões sobre *a resistência das comunidades, frente aos processos de modernização do território*, destacando o embate com a pesca comercial, com a urbanização, com o turismo, com os portos, com as indústrias petroquímicas, com as hidrelétricas e com a aquicultura. Destaca-se que tal divisão foi estabelecida estritamente para conduzir a uma leitura coesa da obra, sem negar as conexões entre os diversos capítulos e a predominância de uma discussão territorial, na maioria dos trabalhos.

VOLUME I

No primeiro volume, Cristiano de Paula, introduzindo a obra, apresenta o capítulo *Geografia e Pesca Artesanal Brasileira: diálogos possíveis*, no qual expõe um breve panorama da pesquisa sobre a pesca artesanal, no âmbito da Geografia. Na sequência, propõe a relação entre território e ambiente e, em diálogo com os movimentos sociais da pesca, apresenta as faces da modernização. Por fim, discute as geografias da pesca, ressignificando conceitos fundamentais à compreensão da pesca artesanal e de seus territórios e territorialidades, bem como problematiza sobre as geografias das ausências e as geografias das emergências.

Para discutir *o modo de vida e as práticas tradicionais de manejo dos recursos pesqueiros*, trazemos cinco capítulos. Partimos de Taíse Alves, que, com o capítulo *Entre conceitos e metodologias para compreender o saber-fazer-ser dos(as) pescadores(as) artesanais*, apresenta uma revisão bibliográfica, na qual elucida a ontologia dos

sujeitos sociais, a partir dos pescadores e das pescadoras, os quais são apresentados como sujeitos de múltiplas identidades, sendo exatamente essas especificidades que dão conteúdo as suas existências, no espaço.

Destacamos, também, o capítulo de Eline Santos, de Míria Aragão e de Rosemeri Souza, *Mulheres pescadoras: trabalho, modo de vida e manejo dos recursos naturais no litoral Sul sergipano, Nordeste, Brasil*, no qual as autoras introduzem uma relevante discussão sobre gênero na pesca, enfatizando o, até então, invisibilizado trabalho feminino. Para ilustrar a discussão, são ressaltadas as mulheres pescadoras, com destaque para as marisqueiras, das ilhas de Mem de Sá-Itaporanga d'Ajuda e de Indiaroba, no litoral Sul sergipano, apresentando seus espaços de trabalho e seus modo de vida e de manejo dos recursos pesqueiros.

Na sequência, são oferecidos dois textos, que caracterizam comunidades pesqueiras, em contextos distintos. Gracilene Ferreira oferece o capítulo *Atividade pesqueira na Amazônia paraense: o caso do município de São Caetano de Odivelas – Pará*, no qual expõe o papel socioeconômico da pesca, na ocupação de mão de obra, na geração de renda e na oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio rural, o que permite elaborar compreensões sobre a cadeia produtiva da pesca, no Nordeste paraense. Já Eduardo Gomes, Tatiana Bôa e Luiz Henrique Matos, no capítulo *A caracterização da territorialidade da pesca artesanal no distrito de Itaipava (município de Itapemirim/ES)*, enfatizam a identidade territorial dos pescadores artesanais, nas comunidades de Itaipava e de Piúma.

Ainda, Aline Bastos e César Martins contribuem, com o capítulo *Diversificação de renda em famílias de pescadores artesanais: pluriatividade e multifuncionalidade, na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS*, através do qual abordam a relação da pesca artesanal com outras atividades econômicas, necessárias à subsistência das famílias de pescadores, e a reestruturação da unidade econômica de base familiar, destacando a composição por gênero e por idade.

Na sequência, são apresentados cinco textos que *tratam da presença e da ausência do Estado, na pesca artesanal brasileira*. Pensando no Estado, a partir da própria universidade, iniciamos com o capítulo de Catia Antonia da Silva, de Karla Sampaio e Pedro Pinto, com o capítulo *Reflexões geográficas e sociológicas, sobre trajetórias de extensão e de pesquisa, na luta pela garantia dos direitos de pescadores*

artesanais, no qual enfatizam resultados de atividades de extensão, promovidas junto às comunidades tradicionais, com destaque aos pescadores da Baía de Sepetiba. Em diálogo com a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, o texto reflete sobre os sentidos da sociabilidade, sobre o gesto e sobre as formas de socialização, os quais esbarram nas normas e nas referências societárias.

Discutindo a presença do Estado na pesca, também é fundamental observar a influência das unidades de conservação, que integram as discussões dos próximos dois capítulos. Soraia Afonso e Catherine Prost apresentam o capítulo *Presença e ausência das reservas extrativistas baianas: o processo de vivência e de luta, nos territórios de conservação*, no qual discutem os contextos em que estão inseridas as áreas protegidas, no Brasil e no estado da Bahia, e enaltecem o papel do Estado Brasileiro, em suas estratégias de ação para a criação de Unidades de Conservação. Entre tais Unidades, sublinham as reservas extrativistas marinhas e seu papel para a conservação e para as comunidades, e as políticas ambientais que as caracterizam.

Já Letícia Duarte e Marcelo Varella oferecem o capítulo *Dilemas da participação social: os efeitos do ecologismo institucional nas comunidades tradicionais de Guaraqueçaba-PR*, no qual problematizam sobre a efetividade da participação das comunidades, em contextos de unidades de conservação, destacam os limites dessa participação, em processos de construção e na execução de planos de manejo e a cooptação dos processos participativos, pelos atores hegemônicos, bem como os processos de dominação a que estão submetidas as comunidades tradicionais de Guaraqueçaba-PR.

Além do contexto das unidades de conservação, mas ainda tratando de gestão, Diogo Pires e Gabriela Coelho-de-Souza apresentam o capítulo *Escalada do conflito da proibição da pesca do bagre no Delta do Jacuí e no Norte da Laguna dos Patos, no Rio Grande do Sul, Brasil*, no qual fazem um resgate histórico da pesca artesanal, no Delta do Jacuí, destacando suas diversas influências. Na atualidade, enaltecem o fórum de pescadores e sua reação à proibição da pesca tradicional do bagre e dialogam com o referido fórum, corroborando parte dos seus argumentos com informações biológicas, além de fazerem a caracterização das artes de pesca utilizadas no Delta do Jacuí e na porção Norte da Laguna dos Patos.

Para finalizar o primeiro volume, Raquel Dumith apresenta uma interessante síntese do tratamento que o Estado brasileiro oferece à pesca artesanal, em *Comunidades tradicionais e seus embates com o Estado: um olhar especial para os pescadores costeiros artesanais*, no qual a autora aborda políticas, que vêm sendo estabelecidas desde os anos 1970, que sistematicamente desprestigiam a pesca artesanal, em favor de outras atividades econômicas. Neste capítulo, é enfatizada a pesca costeira artesanal, destacando seu histórico, nas esferas política, jurídica e cultural brasileira.

VOLUME II

No segundo volume, a discussão está concentrada na *resistência das comunidades, frente aos processos de modernização do território*. Para tanto, são apresentados onze capítulos, que tratam de compreensões territoriais, assim como de conflitos estabelecidos com a pesca comercial, com a urbanização, com os portos, com a indústria petroquímica, com o turismo, com as hidrelétricas e com a aquicultura.

No capítulo *Conhecimento, política e território na pesca artesanal brasileira*, Eduardo Cardoso revisita sua célebre tese de doutorado, de 2001, e ajuda a compreender os demais capítulos do volume. Em seu texto, o autor enaltece as organizações sociais, como meios de interlocução entre pescadores e Estado, e, ainda, apresenta reflexões que contribuem para compreender os territórios pesqueiros, no Brasil.

Na mesma perspectiva, encontra-se o capítulo *Territorialidades da pesca brasileira: organização, pescadores e apetrechos na definição espacial*, de Christian da Silva, no qual o autor apresenta importantes ponderações acerca da pesca artesanal brasileira e da presença das colônias de pescadores. Concentra a sua análise nos territórios e territorialidades dos pescadores, no que tange aos pesqueiros tradicionais. Da mesma forma, também compõe um quadro dos conflitos pelos pesqueiros e por seus recursos, os quais acontecem, muitas vezes, entre os próprios pescadores.

Na sequência, Manuel da Cruz e Luciana Matos oferecem o capítulo *A pesca e a comercialização do peixe Liso, na calha do rio Solimões/Amazonas-Brasil*, no qual caracterizam a pesca tradicional de bagres, no rio Solimões, e os impactos da pesca comercial, sob influência

de frigoríficos. Igualmente, ressaltam a importância das territorialidades para a manutenção dos pescadores, enquanto camponeses, e descrevem suas estratégias. Os autores também decifram a complexa rede de comercialização de bagres.

Kassia Rios amplia a discussão para além dos pesqueiros, no capítulo *Entre terras e territórios: as principais disputas e os conflitos territoriais vivenciados pelas comunidades tradicionais pesqueiras, da Ilha de Maré – BA*. Em diálogo com os movimentos sociais, a autora defende a articulação, entre terras ocupadas pelas comunidades e pesqueiros tradicionais, contextualiza o estabelecimento de conflitos, destacando os relacionados à indústria petrolífera, na Ilha de Maré, Bahia, e, também, realça o processo de luta e de defesa dos territórios das comunidades tradicionais de pescadores, estabelecido pelo MPP.

Nesta mesma perspectiva, considerando terra e água, Larissa Moreno apresenta o capítulo *Conflitos e (re)existências no mar e na terra: o(s) território(s) dos(as) pescadores(as) artesanais de Ubatuba/SP*, no qual exhibe a pesca e os pescadores artesanais de Ubatuba, destacando seus territórios. Nesse capítulo, o relevo é dado aos conflitos e às resistências das comunidades, frente a diversas atividades econômicas e ao estabelecimento de unidades de conservação, as quais avançam sobre os seus territórios.

Na sequência, Carlos da Costa oferece o capítulo *A expansão do turismo no litoral do Maranhão: conflitos e contradições da valorização do espaço, no litoral setentrional do Brasil*, em que o autor aborda o processo de apropriação do litoral, por empreendimentos turísticos, com ênfase no litoral setentrional brasileiro e no estado do Maranhão, diagnosticando, contudo, contradições e conflitos estabelecidos entre esses empreendimentos e as comunidades locais.

Considerando questões com empreendimentos portuários, Antônio Vinhas apresenta o capítulo *Produção do espaço urbano na Baía de Sepetiba (RJ): a condição da realização do capital e a reificação das relações sociais dos pescadores artesanais*, no qual analisa o embate entre ordem próxima, das comunidades pesqueiras, e ordem distante, dos grandes empreendimentos, avaliando, ainda, a repercussão desse processo nas representações e nos significados da pesca.

Na sequência, são apresentados dois contextos, nos quais o choque se dá entre pesca artesanal e instalação de hidrelétricas, no Amapá. Vicka Marinho apresenta o capítulo *Territórios em disputa: pescadores versus hidrelétricas no rio Araguari - AP*, no qual busca compreender a pesca artesanal e as territorialidades a ela associadas, no médio Araguari, e, também, marca a relação entre territorialidades e artes de pesca, apresentando apetrechos empregados na Amazônia, além de descrever os impactos e os conflitos decorrentes da instalação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão.

Laís Melo, no capítulo *Ensaio sobre pesca artesanal e territorialidades tradicionais no Rio Araguari – AP*, apresenta caracterizações da pesca e os impactos de outras atividades econômicas na pesca artesanal, em Porto Grande. Para essa discussão, a autora retoma os conceitos de território e de territorialidade e ensaia uma caracterização das mesmas, a partir da região amazônica.

Por fim, de formas divergentes, são apresentados dois capítulos, que abordam a aquicultura. No primeiro, *O consenso da aquicultura industrial no Brasil e o processo de espoliação contra as comunidades pesqueiras tradicionais*, Suana Silva e José Ignácio Fernandez criticam a política aquícola intensiva, no Brasil, a qual compreendem que é decorrente da consolidação do neoliberalismo no país, e que se expande, no período neodesenvolvimentista. Os autores frisam a priorização destes empreendimentos, no setor pesqueiro nacional, e seus impactos sobre a pesca artesanal. Sob outro ponto de vista, no capítulo *Piscicultura como estratégia de desenvolvimento local, no município de Ferreira Gomes – AP*, Juliana Mota e Ricardo Ângelo de Lima apresentam a piscicultura como alternativa para comunidades locais, no entanto os pesquisadores apontam para a necessidade de assistência técnica e de investimentos.

Boa leitura!

Organizadores

Nota

1. O direito de reprodução da tela "Arrastão" de Candido Portinari foi gentilmente cedido por João Candido Portinari.

Título: Arrastão

Data: 1959

FCO: 1404

CR: 4491

Técnica: Pintura a óleo / tela

Dimensões: 38 x 46 cm

GEOGRAFIA E PESCA ARTESANAL BRASILEIRA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Cristiano Quaresma de Paula

Pós-Doutorando em Geografia no PPGeo da UFPA

INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta uma síntese da tese de doutorado *Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2018. Está estruturado a partir das perguntas que nortearam a pesquisa de doutorado, destacando as sínteses das respostas apresentadas a estas perguntas.

No início do percurso do doutoramento, o interesse do pesquisador era o de compreender as diversas leituras que a Geografia, como área do conhecimento, fazia da pesca artesanal brasileira. Contudo, o diálogo constante com os movimentos de pescadores artesanais, locais e nacionais, promoveu o amadurecimento das questões iniciais, conduzindo a pesquisa na busca de compreender a mútua influência entre a pesca artesanal *pensada* na Geografia e a pesca artesanal *vivida* nas comunidades, sem desconsiderar, no entanto, que a pesquisa é permeada por vivências e que as comunidades efetivamente pensam e elaboram concepções.

A questão inicial também foi atravessada por diálogos com outros pesquisadores, sobretudo com os geógrafos que estudam as questões

que permeiam a pesca artesanal. O diálogo foi sendo estabelecido, a partir de experiências em pesquisas individuais ou em grupos de pesquisa, e se dirigiu para a colaboração em rede. Sendo assim, esse trabalho tem forte influência de diversos pesquisadores, que contribuíram, por meio de suas dissertações e teses, ao responderem ao questionário, e dos eventos e trabalhos de campo, realizados conjuntamente.

É importante destacar que a condução desta elaboração foi fortemente calcada nas perspectivas de pesquisa, e de ciência, às quais o pesquisador adere. Teoricamente, há um comprometimento em contribuir para a construção de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006, 2011) e na proposição de contraepistemologias, destacando conhecimentos produzidos a partir de outras matrizes culturais (SANTOS, 2007, 2011). Metodologicamente, seguiu-se os princípios do pensamento complexo, sistematizado por Morin (1990), especialmente os da dialógica, da recursão organizacional e da hologramática.

A partir dos preceitos iniciais, foram realizados ensaios, a fim de vislumbrar as principais problemáticas e abordagens teóricas utilizadas pelos geógrafos brasileiros (DE PAULA, 2016). Analisou-se trabalhos de Encontros Nacionais de Geógrafos – ENGs, de 2004 a 2014, para que fossem estabelecidos recortes temáticos e conceituais que representassem a Geografia brasileira. Com base nesses ensaios, compreendeu-se que a tese deveria considerar, na sua problemática, as situações de impactos ou de conflitos, envolvendo comunidades tradicionais de pescadores artesanais, por meio de discussões conceituais sobre território e ambiente.

Nas perspectivas apresentadas, constituíram-se as perguntas que orientaram a pesquisa e que sistematizaram este capítulo. A primeira pergunta que buscou-se responder foi: *Qual a compreensão da Geografia brasileira sobre a dinâmica dos territórios tradicionais dos pescadores artesanais?*

Foram estabelecidos procedimentos de pesquisa que permitissem estabelecer um panorama dos trabalhos sobre a pesca artesanal, na Geografia brasileira. Além da análise de 71 dissertações e teses, defendidas entre 1982 e 2015, os geógrafos responderam a um questionário, que permitiu compreender os contextos em que tais pesquisas foram realizadas, bem como a sua importância, na formação de

recursos humanos e em ações de ensino, de pesquisa e de extensão. À análise das dissertações e das teses e dos questionários seguiram as etapas de análise de conteúdo, propostas por Bardin (2007). Ressalte-se que, tanto os resultados das análises de dissertações e teses quanto os dos questionários, foram organizados em um banco de dados georreferenciado e permitiram a construção de representações cartográficas, com base na área de estudo, no programa de pós-graduação pelo qual foi realizado a pesquisa e nas instituições as quais os geógrafos estão vinculados.

Na sequência, buscou-se responder à segunda pergunta: *Em que medida seus conceitos, métodos e abordagens dialogam com o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, em situações em que as comunidades são desterritorializadas?*

O panorama de conflitos apontado pelos geógrafos serviu de base para que a tese estabelecesse distinções quanto às suas causas e às suas implicações. Frequentemente, impactos e conflitos são tratados como sinônimos, mas, tomando como base a dialógica entre ambiente e território e, como marco teórico, a discussão territorial (RAFFESTIN, 1980, 1986a, 1986b, 1989, 1993; RAFFESTIN e BRESSO, 1982; RAFFESTIN e BARAMPAMA, 1998), foi possível distinguir *impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território*.

Até este momento, a análise foi concentrada na produção da Geografia brasileira. No entanto, também se considerou o diálogo com as aspirações dos movimentos sociais. Nesse sentido, os trabalhos de campos, com grupos de pesquisa que incluem as perspectivas dos movimentos sociais, bem como aqueles feitos dentro dos próprios movimentos, foram fundamentais. Destaca-se o estreitamento do diálogo, em nível local, com o Fórum da Pesca Delta do Jacuí; em nível regional, com a Articulação Sudeste-Sul dos Pescadores e Pescadoras Artesanais; e em nível nacional, com o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP – e com o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP. Estes dois últimos também ofereceram registros, para análise das denúncias apresentadas pelo *Blog Pelo Território Pesqueiro* do MPP e pelo *Relatório de Conflitos do CPP* (TOMÁZ e SANTOS, 2016), que também tiveram seus conteúdos analisados (BARDIN, 2007).

Observou-se que os movimentos sociais apresentavam, em seus argumentos, o embate entre as comunidades tradicionais e a modernização do território, que integra ecossistemas, pesqueiros e áreas de moradia e de vivência das comunidades. Foi possível distinguir as faces da modernização, que se expõem nesses territórios: *degradação, sobre-exploração e restrição de acesso e expropriação da terra*. Na leitura geográfica, o avanço das atividades da modernização promove impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território.

Concluiu-se, então, com respostas à terceira pergunta: *Quanto a compreensão desse processo pode contribuir com a Geografia brasileira, com a gestão comunitária da pesca artesanal e com contextos de luta por políticas públicas, enfocadas no território das comunidades de pescadores?*

Com base nas reflexões apresentadas, coube, então, promover a ressignificação de conceitos e vislumbrar a mútua influência entre pesca artesanal e Geografia brasileira. Esse processo parte da dialógica entre os pesquisadores, no movimento *da pesquisa do geógrafo à rede de geógrafos, apresentando os desafios para a construção de geografias da pesca*. O segundo contexto, que se refere às possibilidades de a Geografia compreender a pesca artesanal, numa perspectiva territorial, no movimento *da territorialidade tradicional ao território de luta das comunidades tradicionais de pescadores artesanais*. A terceira perspectiva é a de, a partir das reflexões sobre a pesca, repensar a própria Geografia, no tempo presente, no movimento *das geografias das ausências às geografias das emergências da pesca artesanal brasileira*.

Diante do exposto, o presente capítulo objetiva sinteticamente entender, a partir da Geografia brasileira, a dinâmica dos territórios tradicionais da pesca artesanal, apontando o diálogo entre conceitos, métodos e abordagens com o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, em situações em que as comunidades são desterritorializadas, para compreender a própria Geografia brasileira e suas contribuições à gestão comunitária da pesca artesanal e aos contextos de luta por políticas públicas territoriais, no âmbito das comunidades de pescadores.

UM PANORAMA SOBRE A PESCA ARTESANAL, NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Esta seção pretende responder à questão: *Qual a compreensão da Geografia brasileira sobre a dinâmica dos territórios tradicionais dos pescadores artesanais?*

Para tanto, foram analisadas 71 dissertações e teses, defendidas por geógrafos, entre 1982 e 2015, e 74 respostas a um questionário *online*, realizado em 2015, destinado a geógrafos que abordam a pesca artesanal em pesquisa/ensino/extensão e na atuação profissional. Os resultados da análise foram georreferenciados e permitiram reflexões situadas nas áreas de estudo, nos programas de pós-graduação em que as pesquisas foram realizadas, assim como nos locais de vinculação dos geógrafos.

Observa-se que, em relação às áreas pesquisadas, tem destaque a região costeira, em diversos estados do Nordeste e do Sul e Sudeste, com uma concentração mais reduzida no Norte e pouca expressão no Centro-Oeste (Figura 1). No entanto, a análise das instituições em que as pesquisas foram realizadas (Figura 2) aponta que houve concentração nos programas de pós-graduação localizados no eixo Sudeste-Sul.

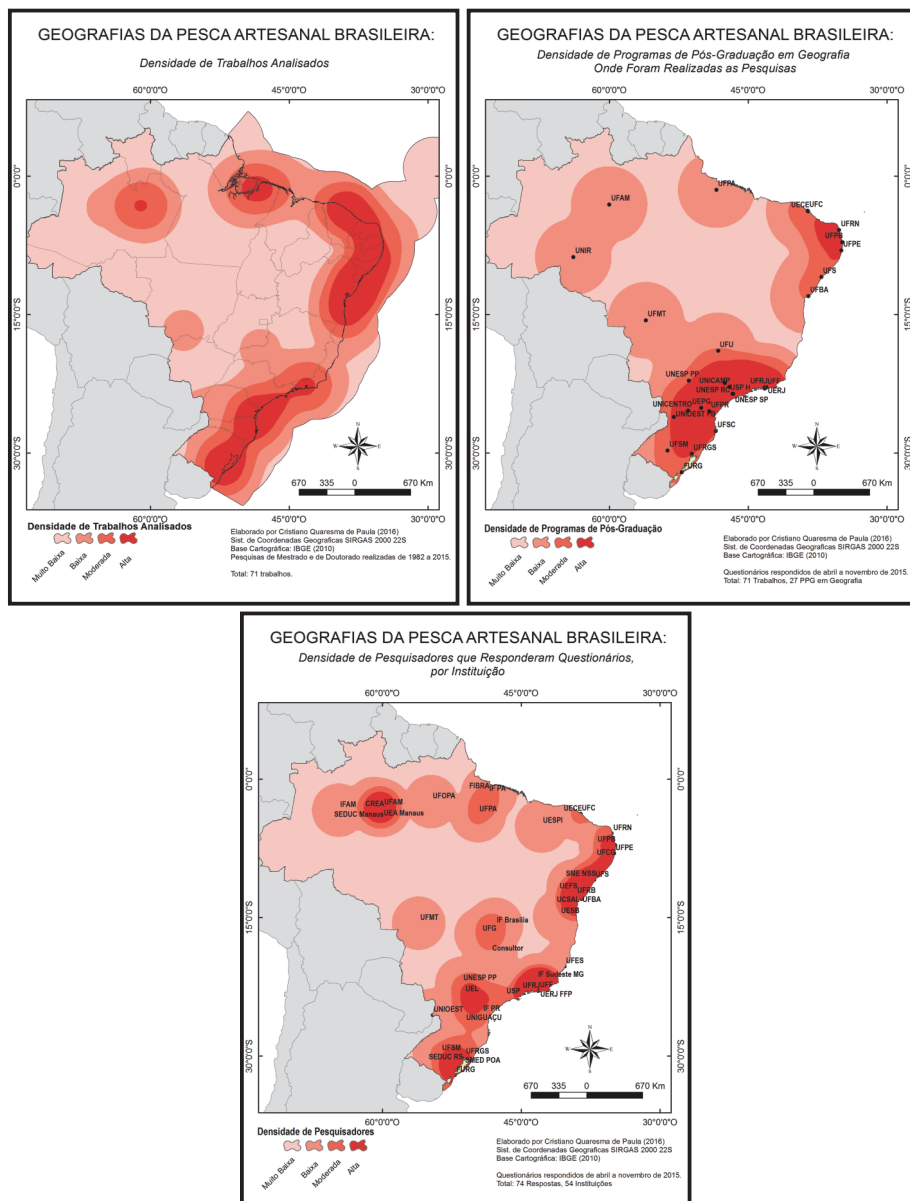
De Paula (2018) destaca que, até os anos 1990, os raros trabalhos sobre pesca artesanal eram realizados pelos programas de pós-graduação então existentes, principalmente pelo de Geografia Humana, da Universidade de São Paulo. Na década de 1990, foram criados outros programas de pós-graduação, no Sul e no Sudeste, mas as pesquisas não se referiam a essas regiões, tendo em vista que os pesquisadores se deslocavam, de diversas partes do país, para fazer pós-graduação nessas instituições (MENDONÇA, 2005). Nos anos 2000, especialmente a partir de 2005, políticas públicas, como o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNE 2005-2010 (BRASIL, 2004), que buscaram reduzir essas assimetrias regionais, foram responsáveis pela expansão da pós-graduação em Geografia no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste. Já no PNE 2011-2020 (BRASIL, 2010) buscou-se diminuir essas disparidades em nível mesoregional, o que promoveu a criação de cursos de pós-graduação em Geografia no interior dos estados. Esse processo de expansão da pós-graduação proporcionou a emergência de estudos em áreas próximas às dos programas, colocando em evidência na pesquisa geográfica novos sujeitos, entre eles, os pescadores artesanais, e, também, inseriu sujeitos pesquisadores, pela possibilidade de realizarem pós-graduação na região

em que residem, como resultado efetivo de política pública.

A Figura 3 expõe o resultado desse processo, nesse pequeno recorte das pesquisas sobre a pesca artesanal, no qual a expansão da pós-graduação proporcionou a formação de recursos humanos que estão presentes, atualmente, em 54 instituições, em diversos estados do território brasileiro. Mais do que isso, se observam similitudes entre as concentrações da Figura 1 e as da Figura 3, permitindo supor que tais pesquisadores atuaram em instituições situadas nas proximidades de onde realizaram as pesquisas, logo podem apresentar contribuições fundamentais para pensar a gestão comunitária e compartilhada da pesca artesanal.

Ressalte-se que essa interpretação não se encerra em parâmetros quantitativos, mas destaca a relação entre aspectos históricos/institucionais e processos de renovação do pensamento geográfico (MORAES, 2005). Nos anos 1980, em reação ao momento histórico da ditadura militar, ganha força a Geografia crítica, sobretudo a marxista, provocando grande renovação na Geografia brasileira. Destaca-se que estudos realizados nos anos 1990 sofreram influências do processo de redemocratização do País, no qual as garantias constitucionais trazem à baila sujeitos que, até então, se encontravam cerceados de direitos individuais e coletivos, mesmo em um cenário neoliberal. No período pós-2005, se observa que a ascensão de partidos de esquerda, no Brasil e em outros países da América Latina, resultou na promoção de políticas públicas educacionais direcionadas a sujeitos marginalizados, como as voltadas a povos e a comunidades tradicionais. Nesse momento, observa-se que a Geografia direciona sua atenção a sujeitos e a territórios pouco visibilizados, na pesquisa geográfica, dentro de um mosaico de abordagens críticas, entre elas, as marxistas, mas que não se resume a elas (MORAES, 2005).

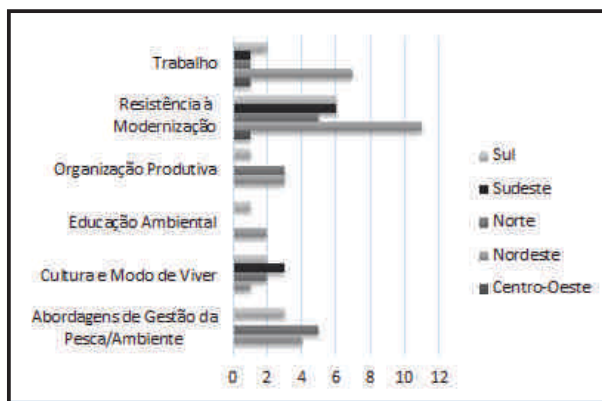
Figura 1, Figura 2 e Figura 3: Mapas de densidade de trabalhos, de programas de pós-graduação e de instituições



Fonte: De Paula (2018)

No entanto, cabe enfatizar que os avanços apontados, no que se refere às políticas públicas implementadas nas primeiras décadas do século XXI, foram acompanhados por uma política macroeconômica conservadora, comprometida com o consenso de *commodities*, priorizando a produção agro-mineral, voltada para a exportação (BRANDÃO, 2017), a fim de captar dólares, necessários para pagar dívidas externas (SANTOS, 1999; PORTO-GONÇALVES, 2004). Essa contradição, que, de um lado, reconhece os sujeitos e, de outro, estimula a modernização, a qual avança sobre os territórios desses sujeitos, explicita-se nas problemáticas pesquisadas pelos geógrafos, relativamente à pesca artesanal. Como apresentado na Figura 4, constitui a principal problemática a resistência das comunidades frente a outras atividades econômicas, que avançam sobre os pesqueiros e sobre as áreas de moradia e de vivência das comunidades. Outras questões, também vinculadas a esse momento histórico e à pesquisa em Geografia, são a cultura e o modo de viver das comunidades, a educação ambiental, as abordagens de gestão da pesca e do ambiente e a organização produtiva e de trabalho.

Figura 4: Gráfico de principais problemáticas

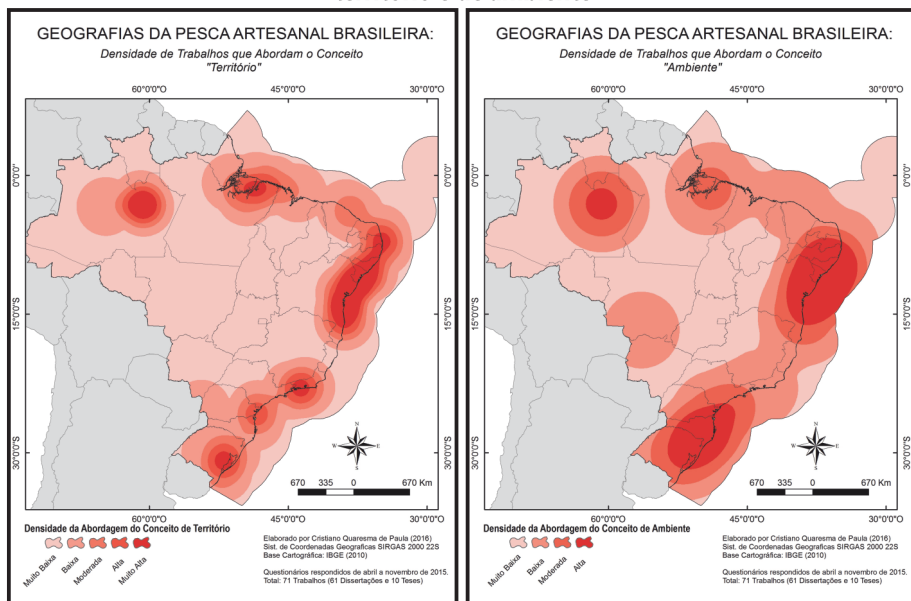


Fonte: De Paula (2018)

Para o tratamento das referidas problemáticas, os geógrafos mobilizam, em suas dissertações e teses, diversos conceitos. Entre eles, se destacam território e ambiente, cujas expressões, nas pesquisas, podem ser verificadas nas Figuras 5 e 6. As abordagens sobre território são as mais recorrentes, nos trabalhos sobre pesca artesanal (50 vezes), e

predominam em todas as regiões, exceto na Centro-Oeste. Nas regiões Nordeste e Norte, se apresenta a maior parte dos estudos que abordam o conceito de território (42% e 28%, respectivamente). Entre os autores internacionais mais citados estão Raffestin (1993) e Sack (1986), respectivamente. Entre os geógrafos brasileiros, há mais referências a Haesbaert (2007), mas também são frequentes Saquet (2010) e Souza (2006).

Figura 5 e Figura 6: Mapas de densidade de abordagens dos conceitos de território e de ambiente



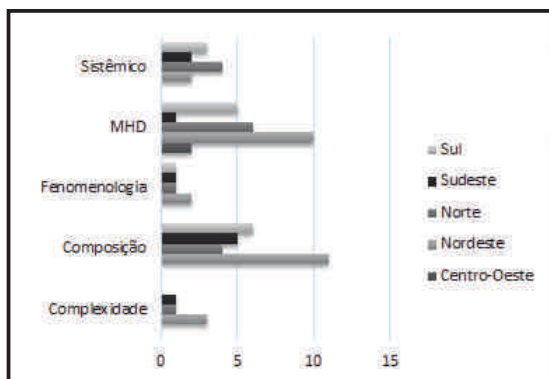
Fonte: De Paula (2018)

As abordagens conceituais de ambiente também são recorrentes, nas pesquisas analisadas (24 vezes). A região Nordeste concentra a maior parte destes trabalhos (45,83%), seguida pelas regiões Sul (25%) e Norte (20,83%). Observa-se uma menor incidência de tal abordagem, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (4,17% em cada). É pertinente afirmar que, costumeiramente, o conceito de ambiente não é apresentado com o devido aprofundamento teórico-epistemológico. Em diversos trabalhos, este conceito é considerado como dado *a priori* ou tomam-se como referência autores que, mesmo indiretamente, tratam da relação sociedade/natureza, como Bertrand (2007), Santos (2004) e Ratzel (1990).

O autor mais referenciado é Porto-Gonçalves (2010), principalmente por destacar povos tradicionais, extrativistas, e situações de conflitos ambientais.

A Figura 7 apresenta o gráfico dos métodos utilizados nas dissertações e nas teses, por região. Na maior parte das abordagens (39,44%), se observa a composição, isso quer dizer que os autores não designam o método que empregam e fazem uso de procedimentos de diversos métodos. Dentro desta lógica, se destacam as regiões Nordeste e Sul. Por outro lado, são frequentes os trabalhos (36,62%) que fazem referência direta ao Materialismo Histórico e Dialético, especialmente nas regiões Nordeste e Norte. Ainda, 15,49% fazem referência direta ao método Sistêmico, presente especialmente na região Nordeste. Também há ocorrência de trabalhos pautados pelo horizonte do pensamento complexo e na fenomenologia (7,04% em cada).

Figura 7: Gráfico de métodos utilizados



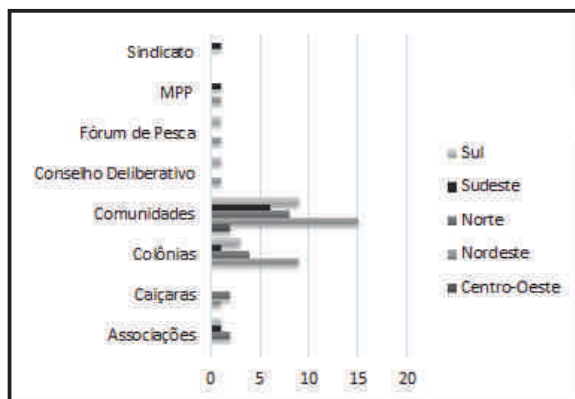
Fonte: De Paula (2018)

Quanto às técnicas de pesquisa, considera-se importante destacar a presença de trabalhos de campo em todos os textos analisados. As entrevistas (aberta, estruturada, semiestruturada, periódica) também são recorrentes. Ainda, é evidente a presença de outras técnicas de entrevista, como a da história oral. Também são apontados, como procedimentos, as observações *in loco*, os grupos focais e os questionários. Quanto à pesquisa com dados secundários, cabe marcar o papel da pesquisa bibliográfica, documental, e o uso de bases de dados oferecidas por órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

IBGE. A cartografia compõe outra área, cujos instrumentos de pesquisa são adotados, pelo uso de técnicas de geoprocessamento, para a elaboração das representações cartográficas, assim como há a emergência de técnicas participativas de mapeamento, como a da cartografia social.

Contudo, não faz sentido falar de abordagens teóricas e metodológicas, sem destacar o *que se pesquisa* ou o *com quem se pesquisa*. O gráfico da Figura 8 apresenta as comunidades de pescadores como os principais grupos abordados (67,61%) nas teses e nas dissertações, em todas as regiões. São significativos os trabalhos realizados junto às colônias de pescadores, na maioria dos estados brasileiros (31%), especialmente na região Sul. Cabe reconhecer que, desde a Constituição de 1988, essas entidades ganharam *status* de sindicato. As associações de pescadores também são referidas com frequência, sendo observado que o aumento dessas instituições está estritamente relacionado com a insatisfação quanto à estrutura institucional das colônias dos pescadores (RESENDE, 2014). Salienta-se a presença de outros arranjos institucionais participativos, como os Fóruns de Pesca do Rio Grande do Sul (DE PAULA, 2013).

Figura 8: Gráfico de arranjos institucionais



Fonte: De Paula (2018)

TERRITÓRIO E AMBIENTE: PARA COMPREENDER AS FACES DA MODERNIZAÇÃO

A partir do panorama apresentado, buscou-se responder à questão: *Em que medida seus conceitos, métodos e abordagens dialogam com o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, em situações em que as comunidades são desterritorializadas?*. Em De Paula (2018) é estabelecida uma proposta, a partir da Geografia brasileira, para distinguir impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território. Esta base, em diálogo com os movimentos sociais, permitiu discutir as faces da modernização.

Entre as compreensões fundantes dessa discussão, destaca-se a ecogênese territorial (RAFFESTIN, 1986a), que permite compreender a importância da reserva (que pode ser lida como recurso ambiental local) (RAFFESTIN, 1986b) para a territorialização. Distingue-se a dinâmica territorial entre sociedades tradicionais e modernas, com base em Raffestin e Bresso (1982). Também é fundamental compreender o papel da memória e do esquecimento, na construção e na desconstrução de territórios (RAFFESTIN e BARAMPAMA, 1998). Ainda, faz-se necessário compreender que os processos de construção, de desconstrução e de reconstrução, de funcionalização, de desfuncionalização e de refuncionalização de territórios ocorrem a partir da promoção de determinados paradigmas, que expõem marcas no local (sintagmas), em um processo de construção de sentidos viabilizado pelo Estado e reforçado pelos meios de comunicação de massa (RAFFESTIN, 2012). Isso permite compreender o avanço de territórios da modernização sobre os territórios tradicionais.

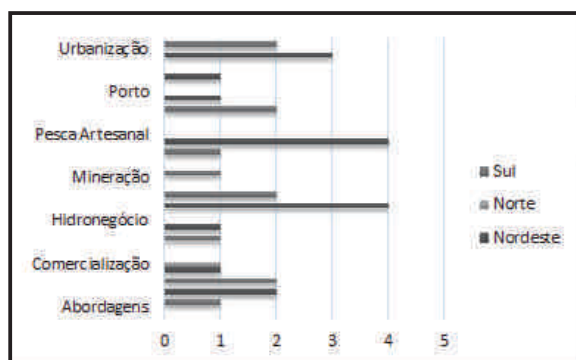
Com base nessas compreensões, retomando as dissertações e as teses analisadas, buscou-se estabelecer uma proposta teórica que expõem o híbrido entre território/ambiente (LATOURETTE, 1994), ou o contínuo entre território da natureza e natureza do território (SUERTEGARAY, 2017). Foram, propostas três perspectivas de análise: impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território.

Na leitura geográfica, destaca-se que os **impactos ambientais**, além de afetarem os ecossistemas, repercutem sobre as comunidades que dependem do ambiente e de seus recursos (SUERTEGARAY, 2017). Desta forma, impactos no ambiente frequentemente levam ao fim da

territorialidade, pois a reserva é fundamental, na constituição e na conservação das territorialidades das sociedades extrativista tradicionais. Logo, a transformação ou a transfiguração das condições naturais traz consequências nos processos de territorialização e de desterritorialização.

Como se observa na Figura 9, os impactos ambientais discutidos nas pesquisas foram mais presentes nas regiões Nordeste (56,67%) e Sul (40%). As principais causas de impacto ambiental, presentes nos trabalhos analisados, são industrialização, urbanização, agricultura e pesca industrial. Cabe destacar que, nesse contexto, a análise está centrada no ambiente, ou seja, nas condições ambientais, que permitem a presença da fauna aquática, nas condições de qualidade e de quantidade necessárias para a atividade pesqueira artesanal, logo, na manutenção dos territórios pesqueiros.

Figura 9: Gráfico de atividades promotoras de impactos ambientais

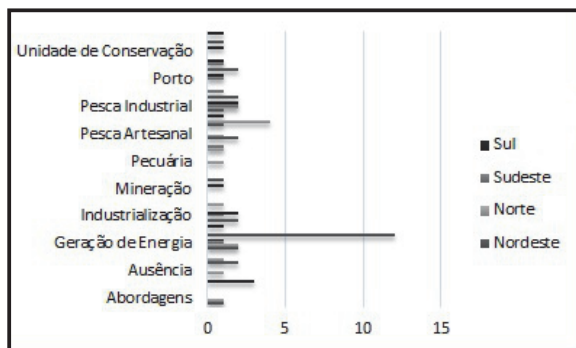


Fonte: De Paula (2018)

As **disputas no território** expõem a relação território/ambiente, na medida em que a presença (ou a redução) de recursos ambientais resulta em disputas, que, por consequência, tendem a comprometer ainda mais tais recursos. Desta forma, as disputas no território tendem a resultar, tanto em impactos ambientais quanto em conflitos por território. Além das disputas por recursos, entram em choque visões de natureza e lógicas de apropriação, e tais dissensos impedem a perenidade dos recursos no território. O contexto de disputas também pressupõe o reconhecimento de territórios e de territorialidades, o que nem sempre resulta em desterritorialização, podendo ocorrer a multiterritorialidade.

As disputas no território (Figura 10) se evidenciaram 69 vezes, nas dissertações e nas teses analisadas. A região Nordeste concentrou a maior parte das disputas mapeadas (46,38%). A região Norte apresenta 18,84%, a região Sul, 14,29%, a região Sudeste totaliza 13,30% e a região Centro-Oeste, 1,45%, nos trabalhos analisados, como apresenta a Figura 10. As principais disputas observadas são as relacionadas à aquicultura, à pesca industrial, à pesca comercial e à geração de energia.

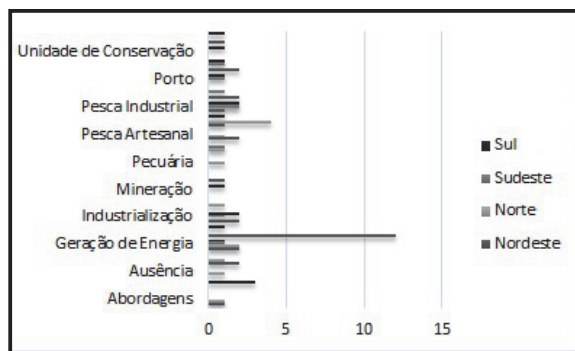
Figura 10: Gráfico de atividades promotoras de disputas no território



Fonte: De Paula (2018).

Os **conflitos por território** se evidenciam na perda de autonomia, em uma situação de desequilíbrio, que é resultado do não reconhecimento dos territórios tradicionais, o que pode levar ao desaparecimento de determinado grupo. Os conflitos resultam, prioritariamente, do exercício do poder, que, nesse caso, é assimétrico ou dissimétrico (SANTOS, 2007), pois é exercício por entidades detentoras do capital, as quais encontram suporte, junto ao Estado e as suas instituições. Destaca-se a rede informacional, tendo em vista que estas atividades econômicas estão inseridas em uma lógica de relações externa ao lugar. Na pesca, os conflitos, além de incidirem sobre os pesqueiros tradicionais, expulsam as comunidades dos seus territórios de moraria e de vivências.

Foram identificados 105 contextos de conflitos por território (Figura,11), com maior frequência na região Nordeste (46,67%), seguida das regiões Sul (20,95%) e Norte (17,14%). As regiões Sudeste e Centro-Oeste totalizam 2,86% (cada) dos conflitos identificados. Estas pendências territoriais envolvem questões fundiárias, de turismo, de unidades de conservação, de especulação imobiliária e de comercialização de pescado.

Figura 11: Gráfico de atividades promotoras de conflitos por território

Fonte: De Paula (2018)

Tendo compreendido a relação entre território e ambiente, nas abordagens da Geografia sobre a pesca artesanal, buscou-se estabelecer diálogo com os movimentos sociais da pesca artesanal, especialmente com o movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP – e com o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP. Também é importante enfatizar a discussão mais aproximada, realizada junto à Articulação Sudeste-Sul dos Pescadores Artesanais e ao Fórum de Pescadores Delta do Jacuí.

Para essa discussão, buscou-se suporte em Boaventura Santos (2002, 2007, 2011) e em Santos et al. (2006), de modo a apresentar as consequências da modernidade ocidental sobre as culturas. Isso resulta no que este autor chama de fascismo territorial (2007), que viabiliza o avanço da modernização. Para a superação disto, nas ciências, o teórico propõe a promoção das epistemologias do Sul, reconhecendo as ausências que a ciência produz e promovendo emergências, a partir da imaginação epistemológica democrática (SANTOS, 2002). Tais reflexões são fundamentais para promover o cosmopolitismo subalterno (SANTOS, 2007), enfrentando a colonialidade do poder e do saber (CASTRO-GÓMEZ, 2005; QUIJANO, 2005).

A partir do diálogo com os movimentos sociais, da análise de conteúdo das denúncias apresentadas pelo *blog Pelo Território Pesqueiro do MPP* e do relatório *Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil*, do CPP (TOMÁZ e SANTOS, 2016), estabeleceu-se a compressão das faces da modernização: degradação, restrição de acesso ou sobre-

exploração e expropriação da terra. Estas foram discutidas, com base nas abordagens de impactos ambientais, de disputas no território e de conflitos por território, no esforço de estabelecer diálogos entre Geografia e movimentos sociais da pesca.

A **face da degradação** (Figura 12) resulta do avanço da modernização sobre os corpos d'água e os ecossistemas associados (mangues, marismas, matas de várzea, etc.) e suas marcas se evidenciam na intensa transformação da natureza, na alteração dos seus processos e, por isso, na redução da quantidade e da qualidade do pescado.

Compreender essa face da modernização enfatiza a degradação ambiental, que extingue territórios dos pescadores artesanais. Nos trabalhos analisados, esta questão se apresenta em 38 contextos e está associada, principalmente, a atividades apontadas como causadoras de impactos ambientais. Desta forma, cabe compreender os contextos de industrialização, de urbanização, de agroindústria e de mineração, enquanto projetos de Estado. A maior concentração dos contextos relatados está nas regiões Nordeste (44,73%) e Sul (34,21%). Na sequência, são evidentes nas regiões Sudeste (15,78%), Norte (2,38%) e Centro-Oeste (2,38%).

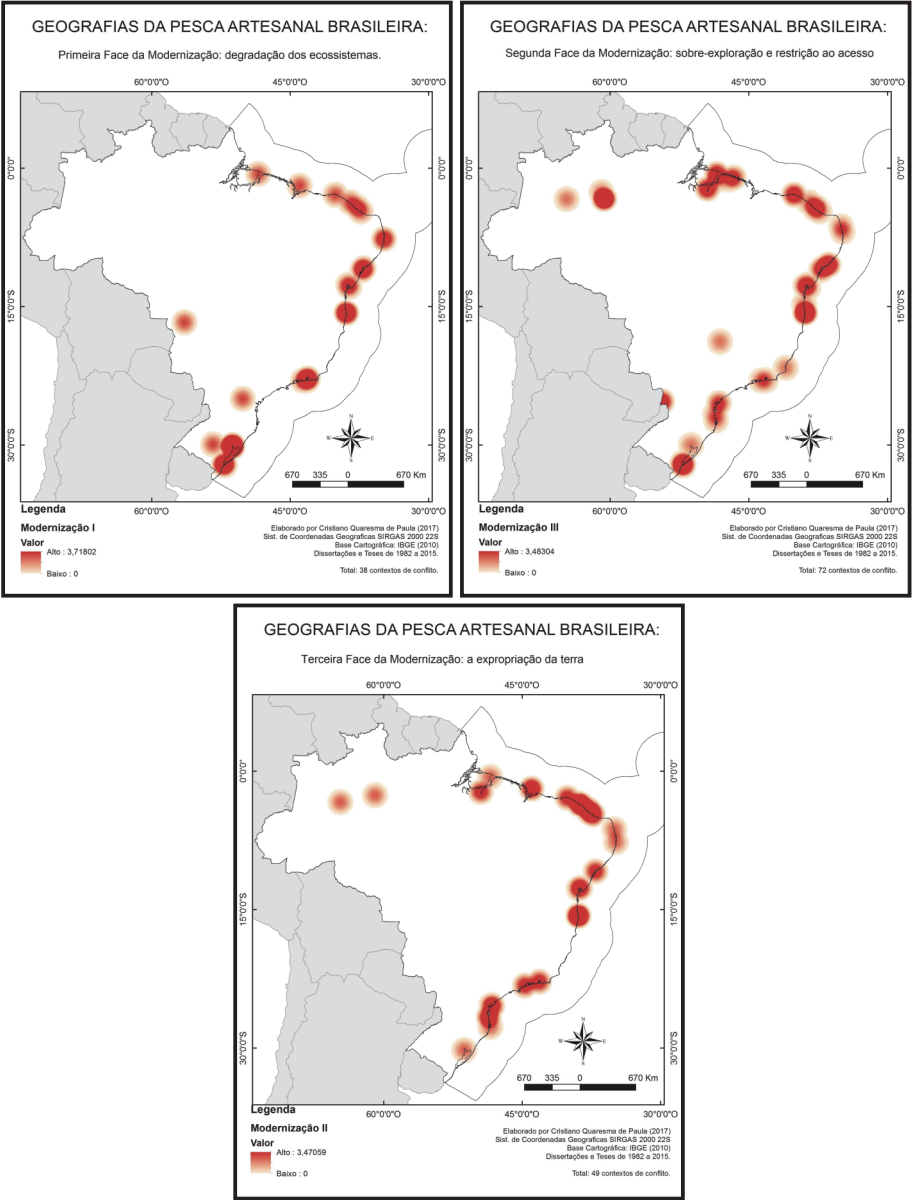
A **face da sobre-exploração e da restrição do acesso** (Figura 13) atinge, principalmente, o pesqueiro tradicional, seja pelo colapso dos estoques, seja por apresentar obstáculos e cercamentos, que impedem o deslocamento dos pescadores até os pesqueiros. Nas dissertações e nas teses analisadas, essa face da modernização se apresenta 72 vezes e está relacionada às atividades apontadas como causadoras de disputas no território por recursos do ambiente, ou seja, fica evidente a correlação entre os conceitos de ambiente e de território, ao se tratar dos pesqueiros tradicionais. Nessa perspectiva da modernização, foram identificadas, como principais atividades, aquelas relacionadas ao hidronegócio (a aquicultura, as barragens de usinas hidrelétricas, os portos e a indústria naval, as plataformas e a indústria do petróleo) e à pesca (industrial, comercial e amadora). Como é possível observar, esta face da modernização tem maior expressão na região Nordeste (41,66%). Na sequência, apresentam-se as regiões Norte (28%), Sul (20,83%), Sudeste (11,11%) e Centro-Oeste (1,38%).

A **face da expropriação da terra** (Figura 14) diz respeito ao avanço das atividades econômicas sobre as comunidades tradicionais de

pescadores, principalmente sobre as áreas de moradia. As comunidades de pescadores artesanais têm essa distinção: seu território é, ao mesmo tempo, aquático e terrestre. Contudo, as áreas de moradias das comunidades despertam o interesse dos agentes da modernização, que as consideram um espaço que não é devidamente explorado pelo capital. Assim, se instalam nas comunidades e provocam a expulsão dos pescadores, ou nas suas proximidades, submetendo as comunidades a outras lógicas de relações sociais. Dos trabalhos analisados, identificaram-se 49 contextos em que se evidencia essa face da modernização, dos quais 43 dizem respeito a conflitos por território, quatro, a disputas estabelecidas no território por recursos do ambiente e dois, a impactos ambientais. Desta forma, os conflitos fundiários estão presentes nesta face da modernização, bem como o turismo predatório e a especulação imobiliária. Também é possível observar que tal aspecto tem maior expressão na região Nordeste (63,26%). Em menor número, encontra-se nas regiões Sul (16,32%), Norte (10,2%), Sudeste (8,16%) e Centro-Oeste (2,04%).

Destaca-se, também, que 23 dos contextos apontam o Estado como agente promotor da modernização. Destes, 15 fazem referência a conflitos por território, seis, a disputas por recursos do ambiente e três, a impactos ambientais. Ressalta-se que, uma vez que o Estado brasileiro tem a prerrogativa da gestão do ambiente e da pesca artesanal, justifica-se a maioria dos contextos analisados apresentarem questões de conflitos por território. Os principais contextos apontados são: instalação de unidades de conservação; normatizações da pesca e do ambiente; gestão da pesca (fiscalização); e conflitos institucionais.

Figura 12, Figura 13 e Figura 14: Mapas da expressão das faces da modernização nos territórios tradicionais



Fonte: De Paula (2018)

GEOGRAFIAS DA PESCA

Finalmente, busca-se responder à terceira questão: *Quanto a compreensão desse processo pode contribuir com a Geografia brasileira, com a gestão comunitária da pesca artesanal e com contextos de luta por políticas públicas enfocadas no território das comunidades de pescadores?*

A interpretação se expõe em três movimentos: *i. Da pesquisa do geógrafo à rede de geógrafos: desafios para a construção de geografias da pesca; ii. Da territorialidade tradicional ao território de luta das comunidades tradicionais de pescadores artesanais; e iii. Das geografias das ausências às geografias das emergências, na pesca artesanal brasileira.*

Neste momento, de ressignificação de algumas compreensões, relativas à pesca artesanal e à gestão do território, também serão apresentados alguns acréscimos teóricos, como a discussão sobre ausências e emergências, baseada em Boaventura Santos (2002), e sobre movimentos sociais, com alicerces em Tapia (2008) e em Santos (2001). Dessa forma, parte-se da compressão das monoculturas, que viabilizam as ausências, e das ecologias, nas promoções de emergências, no caso da Sociologia (SANTOS, 2002, 2001). Como o processo de ressignificação integra demandas dos movimentos sociais de pescadores, também é fundamental compreender estes movimentos, no debate sobre a distribuição do excedente (riqueza), do qual as comunidades são excluídas (TAPIA, 2008), assim como apresentar a perspectiva de compreensão dos novos movimentos sociais, que, diferente dos movimentos de classe, apresentam reivindicações por direitos e por subjetividades (SANTOS, 2001). Frisa-se que tais discussões têm forte influência dos debates territoriais, presentes na seção anterior.

i. Primeiro movimento de ressignificação: da pesquisa do geógrafo à rede de geógrafos: desafios para a construção de geografias da pesca.

Como foi apresentado, do ponto de vista institucional, destaca-se que, devido a políticas de Estado, promovidas a partir de 2005, houve o processo de desconcentração dos estudos sobre a pesca artesanal, desenvolvidos junto a programas de pós-graduação situados na região Sudeste, que abordavam áreas de pesquisa de diversas regiões.

Progressivamente, essas pesquisas vão ocorrendo nas demais regiões, ao ponto que se observa, na atualidade, a relação entre áreas de pesquisa e localização de programas de pós-graduação. Além disso, se observam tendências de utilização de determinados conceitos e métodos, para responder às problemáticas da pesca.

Também se viu a emergência de novos movimento sociais, na escala local/regional, em associações de pescadores, em fóruns de pesca, entre outras possibilidades, decorrentes do processo de reconstrução da democracia brasileira. No âmbito nacional, cabe enfatizar a atuação do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE, estritamente relacionado à constituinte da pesca (CARDOSO, 2001) e a fundação, em 2009, do Movimento dos Pescadores e das Pescadoras Artesanais – MPP. Esses novos movimentos sociais, na perspectiva de Boaventura Santos (2001), integram a luta por direitos, pelo modo de viver, pela identidade e pelas subjetividades dos indivíduos que os compõem.

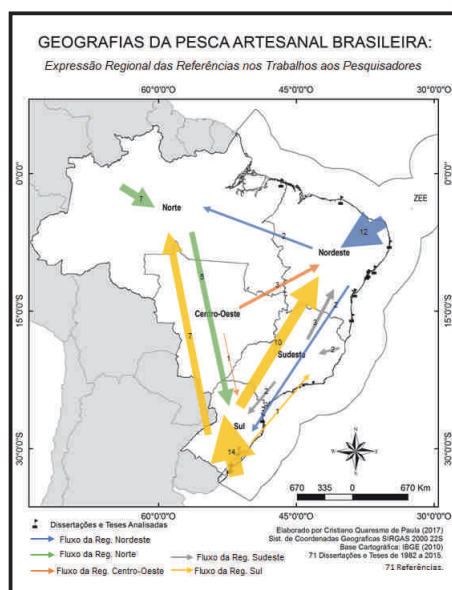
É importante ressaltar que, para além da Geografia, neste período, as ciências humanas e sociais são questionadas sobre a colonialidade do saber, ou seja, quanto ao fato de que o saber científico moderno ocidental tem permitido a manutenção da dominação do Sul pelo Norte (SANTOS, 2007). Logo, as geografias da pesca se constituem nessa mobilização de questões institucionais, políticas e científicas (pós-coloniais, descoloniais e decoloniais) e expressam o pensamento geográfico crítico do século XXI. Assim, se propõem outras epistemologias, a partir do Sul, para evidenciar outras racionalidades (SANTOS, 2011; QUIJANO, 2005; GÓMEZ, 2005).

Para destacar o diálogo, no âmbito da Geografia, é importante salientar que, dos 71 trabalhos analisados, entre dissertações e teses, 35 não fazem referência a autores geógrafos, identificados como pesquisadores da pesca artesanal. Essa ausência se manifesta, mesmo, em trabalhos que ocorrem em área de estudo afins e com abordagens teóricas semelhantes. Sendo assim, o desconhecimento sobre a pesca artesanal, na Geografia brasileira, se apresenta como uma lacuna importante, dentro dos trabalhos, e limita o diálogo/debate direto entre os mesmos.

Esse aspecto, em contraposição à opinião de alguns dos pesquisadores que responderam, no questionário, que ainda são poucas as referências que abordam tal temática, indica que devem ser produzidas estratégias para a obtenção de uma melhor divulgação do que tem sido

produzido, na Geografia brasileira, sobre a pesca artesanal. Cardoso (2001) é o autor mais citado, entre os geógrafos que pesquisam sobre o tema, sendo referenciado, principalmente, nos trabalhos do Sul, do Nordeste e do Norte (Figura 15). Também é interessante apontar que os pesquisadores do Nordeste costumam fazer referência a autores de sua região e que, ao contrário, os autores do Sudeste costumam ser citados por pesquisadores de outras regiões.

Figura 15: Mapa da relação entre região da pesquisa e região onde se encontra os autores citados



Fonte: De Paula (2018)

Cabe frisar que a questão das citações não se limita ao aspecto quantitativo, mas à socialização do conhecimento. Supõe-se que o diálogo entre os autores é fundamental, no movimento das compreensões construídas, pois, muitas vezes, as pesquisas retomam um ponto que já foi superado, em outros trabalhos. Para além das citações, é importante destacar que parte desses geógrafos tem se encontrado em espaços de discussões, principalmente em eventos nacionais, como os Encontros Nacionais de Geógrafos – ENGs – e os Encontros Nacionais da ANPEGE - ENANPEGES.

Foi no ENG de 2012, que, em um espaço de diálogos, foi construída a Rede de Geografias da Pesca. Essa iniciativa tem sido fomentada por um grupo de geógrafos, que colaborou, em boa parte, com esta pesquisa, e que representa uma estratégia de articulação acadêmica, bem como uma tentativa de dar respostas aos movimentos sociais de pescadores. Observe-se que, na perspectiva do pensamento geográfico crítico, a rede deve estar situada em um horizonte ético, dentro daquilo que Morin (2005) chama de pensar bem.

Sendo assim, compreende-se como necessário fomentar o diálogo regional, entre as pesquisas sobre pesca que compartilham de problemáticas semelhantes, e estabelecer estratégias para aprofundar as discussões acerca das questões ligadas à pesca artesanal, dentro da pesquisa geográfica brasileira. Uma iniciativa nesse sentido é a própria Rede de Geografias da Pesca. Além de grupo de e-mails e da página (*website* e rede social), a Rede já organizou o livro *Brasil e Moçambique: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal*, em 2016, e lançou o periódico *Mares: revista de Geografia e Etnociências*, em 2019. Além disso, tem promovido a interação entre pesquisadores, em bancas de dissertações e de teses, e em eventos dos grupos de pesquisa que a integram, dos Grupos de Trabalho dos ENANPEGs, dos Espaços de Socializações Coletivas dos ENGs, assim como em eventos dos movimentos sociais.

ii. Segundo movimento de ressignificação: *da territorialidade tradicional ao território de luta das comunidades tradicionais de pescadores artesanais*.

Para discutir a administração da pesca artesanal, a partir da Geografia, também se buscou ressignificar alguns conceitos, para pensar a gestão comunitária e compartilhada, considerando repercussões territoriais e ambientais. Para o processo de ressignificação, articularam-se compreensões da legislação, da academia e dos movimentos sociais, na tentativa de promover o que Boaventura Santos (2002) chama de tradução intercultural. Essas elaborações estão detalhadas em De Paula (2018).

A **pesca artesanal** é compreendida como uma atividade extrativista, artesanal e territorial, para fins de subsistência e de comercialização, que se constitui a partir de saberes e de fazeres tradicionais. Isso implica o conhecimento e o respeito aos ciclos e aos limites da natureza e o uso de apetrechos de baixo impacto ambiental. A

atividade é composta por diversos, interdependentes e inseparáveis, fazeres, como a captura, a construção e a manutenção de apetrechos de pesca e de embarcações, o manuseio, o beneficiamento e a venda do pescado, o ensino das artes de pesca, etc. Devido à piracema, à escassez de pescado ou a condições ambientais, a pescaria é interrompida, eventualmente, e os pescadores desempenham outras atividades, para a subsistência de suas comunidades. As embarcações de pequeno porte e a pesca desembarcada, incluindo a mariscagem, resultam em uma maior dependência, por parte dos pescadores, dos recursos locais, o que, conjuntamente com outros aspectos, concretos e abstratos, resulta na territorialização das comunidades. Promove a produção de alimentos, o que contribui com a segurança alimentar das comunidades e da sociedade em geral, e importantes serviços ambientais, por meio do manejo dos ecossistemas que integram o território tradicional.

Os **pescadores artesanais** são sujeitos de direitos individuais e coletivos e estão inseridos nas diversas atividades que compõem a pesca artesanal, por meio de relações e de vínculos familiares e comunitários de produção, de interdependências econômica, ambiental e cultural, entre outras, que se estabelecem no território tradicional. Estes sujeitos têm na pesca a sua principal atividade profissional e, inseparavelmente, a constituição do seu modo de viver, cuja noção de autonomia e de liberdade são características. Sendo assim, não se definem a partir de critérios da legislação ou pela posse de documentos específicos, mas por saberes e por fazeres aprendidos no âmbito comunitário, na relação com o ambiente, pelo que podem se autodeterminar, como membros de comunidades tradicionais, reivindicando direitos de reconhecimento, de participação e de uso do território tradicional, bem como podem demandar políticas públicas próprias, principalmente trabalhistas e previdenciárias, em função das características das atividades que integram a pesca artesanal.

O **conhecimento tradicional** é compreendido como um conceito híbrido, que integra dimensões ambientais e territoriais. Essa abordagem expõe o dinamismo de transformação dos saberes, que, no passado, eram reelaborados, na medida em que ocorriam mudanças no ambiente e no tempo da natureza, e, que, na contemporaneidade, pela aceleração da transfiguração da natureza (SUERTEGARAY, 2017), foram sendo erodidos, mas que têm se reinventado, em um quadro de conflitos e de disputas territoriais.

Os **saberes tradicionais** dos pescadores artesanais superam a dicotomia entre saberes e fazeres e expõem os movimentos de transformação da sociedade/comunidade e do ambiente/território. Tais conteúdos são transmitidos pela oralidade e pela cultura, ao longo de gerações, e se inscrevem nos modos de viver das comunidades, expressando técnicas de produção próprias. A partir da tradução intercultural, pode-se compreender a transformação desses conhecimentos, considerando o avanço da modernização. Entende-se que intervenções na natureza têm convertido os saberes ambientais em saberes territoriais. Isto tem ocorrido, porque, em vez de adaptações ao ambiente, os pescadores têm travado contato com intencionalidades e com estratégias de apropriação e de resistência, para se manter no seu território tradicional. Nesse sentido, o saber constitui um poder. Além da expressão local, esse poder se projeta na ciência, quando expõe os limites da racionalidade científica moderna (ocidental) e se insere no conhecimento tradicional territorial, pela construção de epistemologias contra-hegemônicas.

É difícil estabelecer uma definição de **comunidades pesqueiras**, pois, com a autoidentificação, são as próprias comunidades que se apresentam, enquanto povos e grupos tradicionais. Contudo, existem alguns elementos, que são mais ou menos evidentes, em tais comunidades: organização social, tradicionalidade e vínculo com o território. Constituem grupos sociais diferenciados pela cultura (costumes e tradições), aos quais a pesca se apresenta como elemento preponderante, no modo de viver. Por meio de saberes tradicionais, apropriam-se dos recursos do ambiente e constituem territorialidades e territórios, estabelecem governança própria, por meio de acordos e de pactos, criados em relações sociais e de parentesco. O território comunal, de usufruto dos recursos, é estabelecido, a partir de relações simbólicas e concretas com a terra e com o mar, indiscriminadamente, e constitui condição para a reprodução social, cultural, religiosa, ancestral e econômica destas comunidades.

As **territorialidades da pesca artesanal** estão vinculadas às comunidades e integram áreas de pesca e de recursos que são utilizados nas pescarias. O poder se expressa no saber, que é compartilhado entre os comunitários, por meio de conhecimentos tradicionais, que abrangem as práticas de uso. A informação inerente a esse saber é funcional e

regulatória, logo ocorre o manejo dos recursos ambientais disponíveis, por meio de acordos que são elaborados na pesca e no cotidiano. Essas territorialidades são fluidas, conectadas e mudam, de acordo com a dinâmica da natureza e com o movimento dos cardumes. As áreas terrestres, de trabalho e de moradias também compõem tais territorialidades, ocupando um papel de centralidade.

O **território comunitário** é substantivado pelas territorialidades tradicionais e se caracteriza pelo estabelecimento de relações simétricas de poder (baseadas no prestígio). A sustentação desse território se dá por meio de um processo comunicacional, que mobiliza todos os sujeitos, e, a partir da coesão social, se estabelecem acordos, normas, processos de monitoramento e sanções. Assim, o território expressa as relações comunitárias e com a natureza, sendo fundamental na reprodução social, cultural e econômica das comunidades.

Quando as cisões ocorrem, no âmbito comunitário, em contextos de gestão comunitária, a comunicação pode ser reestabelecida. Novos acordos de uso são estabelecidos, na perspectiva da restauração das relações sociais. Assim, internamente, o território volta a ser fluido (não, necessariamente, em sua totalidade). Geralmente, isso se restringe à comunidade que reestabeleceu a comunicação, que tem área de moradia e de vivência situada nas proximidades dos pesqueiros. Em De Paula (2013), destacou-se que esses territórios são amplamente reconhecidos, no âmbito intercomunitário.

Realça-se que as comunidades têm buscado, para viabilizar a gestão comunitária e compartilhada, acessar instrumentos legais, como a Instrução Normativa nº 29, de 2002, que regulamenta os acordos de pesca (BRASIL, 2002), as garantias de participação previstas na Lei nº 9985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000), e as garantias presentes na Portaria nº 05, de 2015, que estabelece o Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros (BRASIL, 2015).

Para a **gestão comunitária do território**, amplia-se a ideia de recurso pesqueiro, na medida em que se entende que este não se restringe ao pescado, mas integra corpos d'água, manguezais, matas ciliares, artes de pesca, relações entre pescadores, na pesca, e o modo de viver comunitário, ademais de enfrentar causas de impactos ambientais, de conflitos e de disputas pelo uso dos recursos presentes no território

tradicional. A governança se estabelece a partir das comunidades, que têm condições de compor instituições que proporcionam a gestão ambiental, bem como a resolução de conflitos, dentro do território tradicional. A comunicação baseada nos conhecimentos tradicionais territoriais permite a elaboração de estratégias congruentes com a realidade do território e que as respeitam.

A **gestão compartilhada territorial** depende do sucesso da gestão comunitária e engloba diversos territórios e territorialidades de comunidades tradicionais. Tal união se dá, principalmente, para produzir o enfrentamento de problemáticas multiescalares, para acessar outros níveis de tomada de decisão, para fortalecer reivindicações, para dialogar com agentes públicos e com outros atores, envolvidos nas questões comunitárias. Tal lógica gerencial é mais efetiva e democrática, na medida em que amplia a participação nos processos de tomadas de decisão e permite gestão do território tradicional pelas próprias comunidades.

A luta das comunidades de pescadores para permanecer nos territórios tem sido realizada, em parte, reivindicando o conteúdo da Portaria nº 89, de 2010, que regulamenta os Termos de Autorização de Uso Sustentável – TAUS. Contudo, os pescadores não abrem mão do reconhecimento, em lei, da garantia e da salvaguarda do seu território tradicional, motivo pelo qual o MPP recolhe assinaturas, em abaixo-assinado, para que tramite, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular pelo Território Pesqueiro.

O território pesqueiro proposto pelo MPP integra as propostas das TAUS e avança, garantindo os direitos das comunidades e dos povos tradicionais, estabelecidos na Convenção nº 169 da OIT, de 2011 (OIT, 2011) e no Decreto nº 6040, de 2007 (BRASIL, 2007). Cabe destacar que, para o MPP, o direito de uso é sempre comunal e que o projeto de lei prevê 18 diretrizes de políticas de desenvolvimento social, econômico e ambiental para as comunidades tradicionais pesqueiras, que visam a garantir seu reconhecimento, sua participação, o envolvimento das comunidades na autogestão e no acesso a políticas públicas, relativas ao território.

Os contextos que resultam da busca pela obtenção do TAUS (Termo de Autorização de Uso Sustentável) e o processo decorrente da Campanha pela Lei de Iniciativa Popular pelo Território Pesqueiro, levam, pois, a discutir os territórios das comunidades, na perspectiva da luta.

O **território de luta** se apresenta, então, quando outras atividades buscam se estabelecer nos territórios e nas territorialidades das comunidades, a partir de uma regulação externa aos grupos. Logo, não há mais coerência entre território e territorialidades e se estabelecem impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território. Nesse sentido, a ecogênese do território de luta se inicia, quando surge a necessidade de delimitar o território, como condição para a permanência do arranjo territorial da comunidade tradicional. Desta forma, o território de luta é o território da resistência e da (re)existência, no qual as comunidades de pescadores se reinventam, para reivindicar as políticas dos povos e das comunidades tradicionais.

iii. Terceiro movimento de ressignificação: *das geografias das ausências às geografias das emergências, na pesca artesanal brasileira.*

Em diálogo com Boaventura Santos (2002, 2011), a presente discussão pretende evidenciar as ausências e as emergências, dentro do território (DE PAULA, 2018). Assim, para enfrentar as geografias das ausências, deve-se expandir o presente e enaltecer o local, e, para promover geografias das emergências, deve-se contrair o futuro (SANTOS, 2002) e reduzir a influência do global.

A crítica às **geografias das ausências** está ganhando espaço, no âmbito da Geografia brasileira, quando destaca invisibilidades sociais ou sujeitos invisíveis. Silva (2017) exemplifica as invisibilidades produzidas em discursos, como o dos vazios demográficos. Contudo, em muitos outros casos, se observa a predileção por grupos sociais com maior visibilidade social, por deterem o poder político e econômico. Nesse sentido, cabe refletir, dentro das diversas tendências de pesquisas da Geografia, as ausências que são promovidas. Por que, nos mapas de uso de bacias hidrográficas, não são apresentadas as comunidades de pescadores? Por qual motivo, nos mapas de planos diretores municipais, os territórios de tais comunidades são apresentados como áreas verdes? Isso é produzir ausência!

Cabe, pois, refletir sobre a produção de ausências na Geografia, que produz ou reafirma invisibilidades de sujeitos e de territórios. Acredita-se que as ausências são produzidas para viabilizar o avanço dos paradigmas que estabelecem o território da modernização. Como ensina Raffestin (2002), o avanço de um território sobre o outro se dá por dois eixos: o paradigmático e o sintagmático. Assim, cria-se uma ideia e são instalados

ou enaltecidos elementos que corroboram essa ideia. Associa-se as comunidades tradicionais ao atraso, à estagnação, à falta de cultura, à depredação, à miséria, e se expõe isso, no território tradicional. Em paralelo, se fabricam ideias de que as atividades da modernização trazem o progresso, o avanço, o fomento da economia, o lazer, a beleza, e se instalam alguns elementos que remetem a isso, como estradas bem pavimentadas, infraestruturas de beira-mar, etc.

Mobilizando memória e esquecimento, conforme Raffestin (2012), se produz a ausência do território tradicional e se promove o território da modernização. Para superar essas ausências, os paradigmas de constituição dos territórios da modernização devem ser enfrentados: o paradigma do saber único, o paradigma do tempo sincrônico (linear, que despreza a tradicionalidade), o paradigma da inferioridade dos grupos e dos territórios, o paradigma da escala global e o paradigma do produtivismo.

Para vislumbrar as **geografias das emergências**, também é fundamental destacar a compreensão de que a reserva é fundamental para a existência e para a autonomia das comunidades, no território (RAFFESTIN e BRESSO, 1982). Geografias das ausências e das emergências expõem disputas de futuro, com base nas expectativas sociais, que visam ao enfrentamento do avanço da modernização sobre o território e à recuperação da autonomia. Assim, devem ser promovidas a autonomia dos saberes, a autonomia das multitemporalidades, a autonomia da diferença, a autonomia da escala local, a autonomia da produção tradicional, entre outros mecanismos de autoafirmação.

CONCLUSÃO

Desta forma, conclui-se que, influenciada por aspectos históricos, institucionais e por perspectivas científicas do presente, a Geografia brasileira vem superando as ausências, no âmbito da pesca artesanal brasileira, pelo emprego de abordagens que expõem a relação complexa entre os conceitos de ambiente e de território, como os impactos ambientais, as disputas no território e os conflitos por território.

Diálogos com grupos e com movimentos sociais de pescadores artesanais expõem emergências, no território comunitário, e a necessidade de luta, frente às faces da modernização: degradação, sobre-

exploração e restrição de acesso e expropriação da terra. Deste processo, observam-se transformações, no pensamento geográfico crítico no século XXI, assim como possibilidades de gestão comunitária e compartilhada, na pesca artesanal brasileira.

A Geografia, nas suas possibilidades e responsabilidades, potencializa a discussão sobre os territórios das comunidades tradicionais pesqueiras e, também, se renova, em sua perspectiva crítica, pois a superação das geografias das ausências e a promoção das geografias das emergências expõem essa mútua influência, que evidencia a constituição do território de luta das comunidades, ao mesmo tempo em que busca solapar as invisibilidades produzidas pela própria ciência geográfica, dentro de paradigmas atualmente ultrapassados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, 2007.

BERTRAND, G., BERTRAND, C. **Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através do território e das temporalidades**. Maringá. Massoni. 2007

BRANDÃO, C. Espaços estatais dos processos de neoliberalização e as recentes reestruturações regulatórias na escala nacional do Brasil. In: SUERTEGARAY, D. M. A. et. al.. (Orgs.). **Geografia e conjuntura brasileira**. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2017, v. 1, p. 35-58.

BRASIL, **Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso 17 mai 2015.

BRASIL, **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso 24 ago 2016.

BRASIL, **Portaria Interministerial MPA/MMA Nº 5, de 1º de setembro de 2015**. Regulamenta o Sistema de Gestão Compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2015/p_mpa_mma_05_2015_sistema_gest%C3%A3o_pesca_compartilhada.pdf. Acesso 17 jun 2017.

BRASIL, **Portaria SPU Nº 89, de 15 de abril de 2010**. Disciplina a utilização e o

aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da...pdf/portaria-89-2010-tau.pdf>. Acesso 17 mai 2015.

BRASIL. **Instrução Normativa Ibama N° 29, 31 de dezembro de 2002.** Estabelece critérios para regulamentação de acordos de pesca pelo IBAMA, 2002. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0029-311202.PDF>. Acesso 10 dez 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020** / Coordenação de Pessoal de Nível Superior. – Brasília, DF: CAPES, 2010. 309p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano. Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2005-2010**/ Coordenação de Pessoal de Nível Superior. – Brasília, DF: CAPES, 2004. 91p.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais:** natureza, território, movimento social. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2001. Disponível em: www.teses.usp.br. Acesso em: 24 ago 2012.

DE PAULA, C. Q. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira.** 451p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

DE PAULA, C. Q. Tecendo uma Rede de Geografias da Pesca. In. SILVA, C. A.; DE PAULA, C. Q. (orgs) **Brasil e Moçambique:** diálogos geográficos sobre a pesca artesanal. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2016, pp.33-52.

DE PAULA, C. Q. **Gestão compartilhada dos territórios da pesca artesanal:** Fórum Delta do Jacuí. 2013. 129p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GÓMEZ, S. C. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In. LANDER, E. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Títulos del Programa Sur-Sur: CLACSO, 2005. Pp. 80-88.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 1º Ed., 1994.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, 2009. Disponível em: seer.ufrgs.br Acesso: 10 jan 2011.

MENDONÇA, F. Temas, Tendências e Desafios da Geografia na Pós-Graduação Brasileira. **Revista da ANPEGE**. V. 2, N. 02, 2005.

MORAES, A. C. R. **Geografia Pequena História Crítica**. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005. 152p.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MORIN, E. **O Método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005. 222 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011. 48p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso 17 mai 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, 8 Feb 2010. Disponível em: www.uff.br. Acesso em: 23 jan 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais** Perspectivas latino-americanas. Títulos del Programa Sur-Sur: CLACSO, 2005. Pp. 107-130.

RAFFESTIN, C., BARAMPAMA, A. Espace et pouvoir. In: BAILLY A. **Les concepts de la géographie humaine**. Paris : Armand Colin, 1998. p. 63-71

RAFFESTIN, C. De la nature aux images de la nature. **Espaces et Sociétés**, 1996, no.82-83, p. 37-52

RAFFESTIN, C. Ecogenèse territoriale et territorialité. In: AURIAC F. BRUNET R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris : Fayard & Fondation Diderot, 1986a. p. 175-185

RAFFESTIN, C. Les territorialités alpines ou les paradoxes du dialogue nature-culture. In: **Economie et Ecologie dans le contexte de l'arc alpin**. Berne: Sonderdruck Haupt, 1989,p. 37-50

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Éd. LITEC, 1980, 250p.

RAFFESTIN, C. Punti di riferimento per una teoria della territorialità umana. In: COPETA C. **Esistere e abitare**. Prospettive umanistiche nella Geografia francofona. Milano : Franco Ageli, 1986b. p. 75-89

RAFFESTIN, C.; BRESSO, M. "Tradition, modernité, territorialité." In. **Cahiers de géographie du Québec** 2668, 1982, pp.185-198.

RAFFESTIN, C. Space, territory, and territoriality. Environment and Planning D. In. **Society and Space**, V.30, 2012, pp. 121-141.

RATZEL, F. Antropogeografia. In: MORAES, A. C. R.; FERNANDES, F. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

RESENDE, A. A origem da institucionalidade das Colônias de Pescadores. In. SILVA, C. A. (org.) **Pesca Artesanal e Produção do Espaço**: Desafios para a Reflexão Geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SACK, R. **Human Territoriality**: Its Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, B. S. Epistemologías del Sur. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Año 16, N° 54, 2011. Pp. 17-39.

SANTOS, B. S. Los nuevos movimientos sociales. **Revista del Observatorio Social de América Latina/OSAL**, 5, 2001. Pp.177-188.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos Cebrap**, N. 79, 2007, pp. 71-94.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, N. 63, 2002. Pp. 237-280.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Conhecimento e Transformação Social: por uma ecologia de saberes. **Hiléia – Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, N. 6; 2006. Pp.11-104.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. Dinheiro e território. **Geographia**. V.1, N. 1. 1999. Pp. 7-13.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão popula, 2010.

SILVA, C. A. Modernização, Conflitos Territoriais e Sujeitos Sociais de Culturas Tradicionais: contribuições da Geografia na leitura da produção da totalidade do

espaço brasileiro no século XXI. In. SUERTEGARAY, D. M. A. et al. **Geografia e Conjuntura Brasileira**. Rio de Janeiro; Consequência, 2017. Pp.249-274.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Religar a Geografia**: natureza e sociedade. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017, 179p.

TAPIA, L. M. **Política Salvaje**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO: La Paz, 2008. 122p.

TOMÁZ, A. F. & SANTOS, G. (Orgs.) **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. Brasília/DF: Conselho Pastoral dos Pescadores. 2016. 104p.

ENTRE CONCEITOS E METODOLOGIAS PARA COMPREENDER O SABER-FAZER-SER DOS(AS) PESCADORES(AS) ARTESANAIS

Táise dos Santos Alves

Doutoranda do PPGeo da UFPE

INTRODUÇÃO

O debate geográfico acerca dos(as) pescadores(as) artesanais caminha por determinadas vertentes que merecem alguns destaques. A primeira delas seria a vertente da geografia agrária pelo viés do campesinato, que pode ser entendido como o “conjunto de famílias camponesas existentes em um território [...] no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais [...]” (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 113), cuja produção familiar é a base da reprodução da vida.

A partir dos estudos de Diegues (1983), os(as) pescadores(as) artesanais são compreendidos como um grupo de base familiar. Para esses sujeitos¹ a atividade pesqueira não configura apenas como uma atividade complementar, mas sua produção é destinada à venda, configurando como sua principal fonte de renda. Há várias outras relações que envolvem esse grupo, as atividades desenvolvidas e os espaços por ele apropriados.

Rios (2017) e Kunh (2008) avançam nesse debate quando reconhecem que os(as) pescadores(as) artesanais estão situados no território que envolve tanto a *terra* quanto a *água*, ou seja, enquanto, no

campesinato, a dimensão da terra explicita a base material da reprodução da vida (além da luta de classe), para os(as) pescadores(as) artesanais, a dimensão da base da vida é na *terra* e na *água*², especialmente as águas, além do mangue, dos rios, lagoas, e esse reconhecimento abrange a luta pelo território pesqueiro, trazida pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) através da “Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras”³.

É importante notar que o território pesqueiro faz parte tanto de áreas urbanas quanto rurais, entre as quais, ambas dimensões se cruzam e se intercalam a todo momento entre os(as) pescadores(as) artesanais. Outra expansão desse debate consiste no diálogo interdisciplinar, ou seja, no conjunto das ciências, notadamente a sociologia, a antropologia, a biologia, pedagogia, economia, são explicitados diferentes estudos envolvendo a pesca artesanal. Nesse sentido, trata-se de uma compreensão da totalidade dos fenômenos espaciais (SANTOS, 2014), os quais os(as) pescadores(as) artesanais fazem e (re)fazem, permeando, assim, múltiplas geografias ou (simplesmente) geografia. Nessa vertente, Rios (2017) reconhece,

[...] mesmo a atividade pesqueira tendo permeado direta/indiretamente diversos estudos sobre comunidades tradicionais, áreas litorâneas, organização produtiva e/ou dinâmica das marés, observa-se que somente nas últimas décadas há um surgimento significativo de pesquisas voltadas a analisar e explicitar **a questão da luta na/pela terra e água dos pescadores artesanais como um cenário que comporta questões eminentemente geográficas** [...] Essas pesquisas de maneira geral buscaram analisar: i) as diferentes espacialidades e territorialidades que emergem ao longo da relação sociedade e natureza (processo de apropriação, produção e organização do espaço geográfico) desenvolvida pelos pescadores artesanais; ii) as disputas existentes pela gestão, uso e controle do território, que envolvem inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras e empresários dos setores: industrial, portuário, turístico, petroquímico, metalúrgico, entre outros; e iii) a invisibilidade histórica que envolve esse grupo social frente ao Estado e à sociedade (RIOS, 2017, p. 53-54, **destaque meu**).

Nessa perspectiva, é importante salientar que, historicamente, a pesca era uma atividade predominantemente artesanal, que visava à própria subsistência das famílias indígenas no período “Brasil Pré-colonial”. Os instrumentos utilizados eram tradicionais e confeccionados pelos próprios índios, como exemplos, destacam-se as canoas, as

jangadas e as redes tecidas com fibras vegetais (aperfeiçoadas, no decorrer dos anos), que constituem, atualmente, técnicas herdadas daquele período. A atividade também teve forte influência das artes oriundas das populações africanas.

Diegues (1983) destaca que os principais instrumentos da pesca utilizados, tradicionalmente, por tribos de pescadores(as) na costa africana, (por exemplo, Senegal, Mauritânia, Angola, Namíbia e África do Sul) eram a pesca de linha, a pesca de rede (com rede feita de fibra), a pesca noturna, a pesca de jereré e a pesca de tarrafa. As particularidades evidenciadas especificam as influências e as múltiplas identidades que envolvem os(as) pescadores(as) artesanais.

Essas relações pontuam a maioria dos debates e discussões nas quais os(as) pescadores(as) artesanais estão inseridos no lócus da ciência geográfica. Por outro lado, ganha centralidade a categorização enquanto camponeses e camponesas no bojo da questão agrária brasileira. Essa referência, a princípio, é compreendida pela formação do espaço agrário brasileiro, uma vez que os(as) pescadores(as) artesanais caminham pelas heranças indígenas e quilombolas e ajudam a compor a territorialização da dinâmica agrária do Brasil, a qual materializa o espaço geográfico.

Por outro lado, nota-se, que esse parâmetro pode tornar-se um limitador na compreensão dos processos geográficos, pois tanto no que se refere à atividade pesqueira quanto aos(as) pescadores(as) artesanais, trata-se “de um fenômeno social, composto por um grupo social que sofre processos de transformações [...] e que força o próprio fazer geografia para melhor compreender o universo existencial dos pescadores(as). Não é possível compreender este grupo social sem deixar de refletir sobre processos fundamentais da **ontologia e epistemologia da geografia**⁴ e de suas abordagens [...]” (SILVA, 2016, p. 17, **destaque nosso**).

De Paula (2018) pontua que essa preocupação de Silva (2016) está associada ao movimento de renovação da Geografia. O autor, a partir da afirmativa de Moraes (2005), destaca que os(as) geógrafos(as) vêm se abrindo para novas discussões e buscando caminhos metodológicos até então não trilhados para explicitar a dinâmica do espaço. Nesse sentido,

[...] correntes geográficas que apontam para a dimensão das desigualdades sociais resultantes da modernização excludente [...] sobre a multiculturalidade, a multidimensionalidade do sujeito que produzem o espaço. Então a diversidade e a identidade de sujeitos sociais e individuais são pautadas, valorizando sua territorialidade

(espacialidade) e as historicidades (cultura). Estes estudos estão articulados pela análise da pobreza, criminalização e conflitos territoriais no Brasil, e em várias partes do mundo. Isso ajuda a pensar o fazer geográfico no tempo presente, indicando novas possibilidades teóricas, metodológicas, epistemológicas e repensando as teorias sobre os sujeitos sociais e suas geograficidades (SILVA, 2017, p. 253). Como destaca Silva (2017) a partir dos anos 2000 se evidenciam avanços na produção acadêmica da Geografia brasileira, no sentido de inserir novos atores sociais nas análises e (re)discutir conceitos e métodos (DE PAULA, 2018, p. 46).

Conforme salienta De Paula (2018), os estudos sobre a geografia da pesca no Brasil vêm se preocupando em analisar as relações entre território, ambiente e conflitos territoriais, e os diálogos de saberes se colocam como um meio de (re)significar os conceitos geográficos de ambiente e território, para que os mesmos correspondam a uma melhor leitura da realidade estudada e sejam operacionais e apropriados pelos sujeitos.

Por outro lado, evidenciar os(as) pescadores(as) artesanais enquanto sujeitos de identidades singulares, múltiplos, subjetivos ainda configura como um salto epistemológico e um desafio na ciência geográfica, pois, ao analisá-los, nessa perspectiva, os reconhecemos como enraizadores(as) da dinâmica da produção do espaço, e exatamente essa apropriação e dinâmica que materializa territórios, lugares, as paisagens e toda a dinâmica que o cerca.

Para Silva (2014), a pesca artesanal esbarra-se em um conjunto de dificuldades analíticas, as referências conceituais eram demasiadamente pobres para superar, discutir sobre a apropriação espacial da pesca artesanal. A autora defende a tese de que não basta apenas compreender os pescadores(as) artesanais e a atividade pesqueira pelo viés apenas econômico, ou do trabalho, ou cultural, mas, ao aproximar o debate dos(as) pescadores(as) artesanais como sujeitos sociais, portadores de um sentido próprio de fazer e de ler a natureza, se faz necessária a superação dos campos setoriais, como geografia urbana, geografia econômica, geografia política e geografia cultural.

Nesse caminhar, concordamos com Silva (2014, 2016) e De Paula (2018): o sentido do reconhecimento dos saberes tradicionais dos pescadores(as) artesanais, em sua dimensão espacial e territorial, parece superar essas lacunas conceituais. E vai além, abrindo um leque na

contribuição para o estabelecimento das políticas públicas para a pesca artesanal brasileira, em convergência com as particularidades dos diversos territórios tradicionais das comunidades de pescadores(as) artesanais (DE PAULA, 2018).

Ainda nessa perspectiva, compreender as epistemologias que orientam valores e ações no exercício do trabalho e na relação com a natureza as quais os(as) pescadores(as) artesanais estão em constante troca é assumir o debate da construção filosófica e epistemológica da geografia, evidenciado por Ribas e Vitte (2009).

Para ambos, é um trabalho árduo e em construção na fronteira do constante diálogo com vários campos científicos, sabendo-se que essa escolha é uma posição existencial perigosa, mas também necessária, pois, acreditamos (eles e eu) que é dessa dialética que emergirá o conceito de espaço, dotado de estatuto ontológico, ou seja, a natureza do ser, da existência⁵ e da própria realidade que os emergem. Isso pressupõe que garantirá o recorte temático e epistemológico da geografia nestes tempos.

Para Gomes (2000), o saber geográfico funda-se, sobretudo, como produtor e difusor de uma cosmovisão moderna, e tal abordagem se articula com o pensamento de Claval (2014), quando afirma que “a curiosidade pela experiência humana dá origem a outro olhar geográfico [...] volta-se para os lugares e para as populações que habitam. Insiste em aspectos da sua diversidade, sobre a qual a enquete clássica geralmente silenciava” (CLAVAL, 2014, p. 226).

Nesse sentido e significado, a presente discussão tentará percorrer por esses caminhos, pois, nota-se que, na prática, na convivência, no cotidiano, os pescadores(as) artesanais são sujeitos portadores e portadoras de ampla multiplicidade, desde o ato do seu trabalho realizado na pesca, até as suas vivências cotidianas em suas relações econômicas, políticas e culturais.

Por isso, evidencia-se, aqui, esses sujeitos. Nesse contexto, as relações estabelecidas entre o material e (i)material se cruzam a todo momento, pelo fato de serem pescadores(as) artesanais, e nesse sentido, todo o referencial teórico e metodológico da ciência geográfica explica as dinâmicas as quais envolvem esse grupo social, por serem diversos, amplos e múltiplos. Advogamos, então, que não se pode compreender

os(as) pescadores(as) por uma e apenas uma perspectiva de análise, se tratando da geografia.

Milton Santos, na “natureza do espaço”, chama a atenção para o sentido de totalidade na compreensão dos fenômenos espaciais e, com base em sua argumentação, acredito que o debate da totalidade se articula com as provocações colocadas anteriormente, pois compreender a totalidade é compreender o movimento das coisas, por isso, trata-se da realidade concreta. Sendo a realidade a existência verdadeira das coisas materializadas no tempo presente, conseqüentemente, a totalidade – que é o ato de compreender a existência – está sempre em movimento em processo de totalização (SANTOS, 2014; SARTRE, 1943). Isto posto, a totalidade por excelência é incompleta, pois está sempre no processo de totalizar-se.

Assim, Santos (2014) questiona:

“não é isso mesmo o que vemos na cidade, no campo, ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, sendo representada pela paisagem, pela configuração territorial e a totalização, significada pelo que chamamos de espaço” (SANTOS, 2014, p. 119)

Ou seja, o espaço geográfico é resultado da materialização das transformações das ações as quais os sujeitos produzem e se (re)produzem, e é por isso que, ao permear a totalidade, explicitamos e visibilizamos a dimensão dos sujeitos sociais.

Isso torna-se tão importante e necessário, que começamos a entender o pensamento de Sartre quando destaca que não podemos querer analisar o fenômeno sem se atentar pela ontologia do ser. Ao aproximar esses nexos na geografia, Santos (2014) amplia essa percepção quando indaga: se o ser é a existência em potência, a existência é o ser em ato, **a sociedade seria, assim, o ser e o espaço, a existência**. Desse modo, temos então *os(as) pescadores(as) artesanais* enquanto *seres* que *existem* no *espaço*, provocando, acionando, sendo um fenômeno que dinamiza todas as relações espaciais.

Sabendo-se destas especificidades e avanços, esse artigo emerge de algumas inquietações teóricas em torno do debate dos(as) pescadores(as) artesanais, visto que estes sujeitos transitam por uma gama de análise geográficas, por diferentes perspectivas teóricas e

metodológicas em diálogo com a produção/materialidade/conteúdo do espaço geográfico e, ao reconhecer essa especificidade, as análises geográficas em torno dos(as) pescadores(as) artesanais terão sua amplitude para a compreensão da totalidade dos fenômenos espaciais e seu *status* ontológico na compreensão do saber-fazer-ser desses sujeitos. Assim, mesmo em uma esfera limitada – se tratando do conhecimento filosófico –, o esforço que se propõe nessas linhas é a ampliação dos conceitos e metodologias que emergem o debate geográfico, a partir dos pescadores(as) artesanais enquanto sujeitos portadores de sentido e sua atuação na produção e materialização do espaço, além de suas múltiplas identidades.

Metodologicamente, o presente artigo foi produzido com base em pesquisas bibliográficas, as quais buscaram elucidar a ontologia dos sujeitos sociais e desse debate busco compreender essas especificidades a partir dos(as) pescadores(as) artesanais pelo seu saber-fazer-ser. Para tanto, o diálogo se elabora com base nas discussões feitas por Claval (2014), Diegues (1983), De Paula (2018), Gomes (2000), Sartre (1943), Serpa (2013; 2017), Silva (2014; 2016), Silva (1993), Rios (2017) e Kunh (2008).

A GEO-FILOSOFIA DO EXISTIR: PESCADORES(AS) ARTESANAIS

Os(as) pescadores(as) artesanais passaram por diferentes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, tanto na esfera global quanto local. Essas dimensões são abordadas, principalmente por Antônio Carlos Diegues. No livro “Pesadores Camponeses e Trabalhadores do mar”, fruto de sua tese, Diegues (1983) desenvolve uma análise histórica da atividade pesqueira, perpassando por cada evento histórico, desde a produção e organização da pesca na esfera econômica até a classificação dos pescadores(as) – na pequena produção mercantil simples⁶ e na produção capitalista na pesca⁷ –. Embora seja um trabalho escrito por um antropólogo, no final do século XX, ele nos dá a dimensão da construção do território brasileiro, a partir da atividade pesqueira e, de modo particular, a pesca artesanal, pontuando sobretudo a construção geográfica desse processo.

A atividade pesqueira no Brasil é fruto de uma herança pré-colonial (praticada pelos indígenas) e colonial (praticada pelos europeus, sobretudo os portugueses e também os africanos), desenvolvendo-se (em

termos de produção comercial) no país posteriormente aos principais ciclos agrícolas, entre os quais se destacam a produção de cana-de-açúcar, algodão e café. Diferentes autores e estudos, registram que a pesca artesanal se desenvolveu anteriormente à agricultura. A mesma foi praticada conjuntamente com a agricultura em muitas comunidades espelhadas no litoral e baías pelo Brasil.

Silva (1993) identificou que, no período entre o século XVII e início do século XX, várias comunidades marítimas e litorâneas viviam da atividade pesqueira totalmente ou parcialmente. Nessas comunidades, principalmente as do litoral, o modo de vida e culturas específicas emergiram e se diferenciaram, pois, os grupos que viviam das outras atividades (agrícolas, por exemplo) começaram se adaptar e explorar outros meios naturais.

As comunidades formadas por pescadores(as) – agricultores (ou pescadores-lavradores) eram os(as) caiçaras de São Paulo, os caboclos da Amazônia, por exemplo. Esses articulavam um calendário bastante complexo por produzirem conjuntamente a pesca e a produção agrícola. Por outro lado, outras comunidades eram constituídas por pescadores(as) artesanais (jangadeiros no Ceará e em Pernambuco, e os saveiros na Bahia) os(as) quais destinavam maior dedicação à atividade pesqueira. Nesse sentido, em decorrência disso, a criação ou adaptação de técnicas, instrumentos, embarcações e conhecimentos do meio natural que exploravam estes sujeitos fizeram emergir uma noção de trabalho própria, ora situada nos marcos de uma cultura específica, ora com tempo, espaço e liberdade na garantia de sua produção (SILVA, 1993).

A atividade pesqueira apresenta uma temporalidade muito antiga (DIEGUES, 1983). Apesar de estar desvinculada dos esquemas clássicos de periodização da civilização humana, a atividade pesqueira permeou toda a trajetória da humanidade até os dias atuais, e assume importância histórica na medida que a pesca e a navegação se tornam indissociáveis, se tratando, principalmente, da pesca marítima. Exerceram papéis centrais nos processos de acumulação de capital, a exemplo, (a) a consolidação do capital mercantil nos séculos XV e XVI e (b) na formação de centros urbanos no Mar do Norte⁸ e no Canal da Mancha⁹. Ainda no século XV, barcos de pesca bascos e bretões chegavam à Península do Labrador. A existência de setores amplamente capitalizados e industrializados nas pescarias do século XIX na Inglaterra e Holanda.

No Brasil, os grupos pré-históricos do interior e, posteriormente, os chamados povos do Sambaquis já praticavam a pesca artesanal como seu modo de vida, desvendado pela arqueologia pré-histórica. Indígenas, escravos, imigrantes de várias matrizes apontam a pesca brasileira elementos tecnológicos e culturais ao longo de momentos distintos da nossa história (SILVA, 1993), o que reafirma a presença da atividade pesqueira no território brasileiro e como ela desencadeou várias ações no espaço, inclusive (re)contar a história do Brasil, a partir da pesca. Isso é externamente significativo, pois evidencia a sua existência.

Mesmo salientando essas existências, a prática da atividade pesqueira se dará comercialmente mais densa entre as décadas de 1940-1950. Alguns fatores impulsionaram essa transição, como a evasão das atividades agrícolas em parte do litoral. Por vezes, a transferência da atividade agrícola para a pesca pode ser explicada em função de diferentes problemas, como o esgotamento do solo, pragas que se repetiram na lavoura da mandioca, ocorridas em várias comunidades do país, a exemplo em Ilha de Santa Catarina (Santa Catarina).

A competição com produtos agrícolas vindos de outras áreas do interior, também foi um desencadeador da “desorganização” da pequena agricultura litorânea, a baixa renda gerada pela produção agrícola e a formação de companhias em praias pelo litoral brasileiro, onde antes a pesca era uma atividade ocasional, introduziu um elemento novo, os conflitos pelos pontos em que o peixe começava a escassear. Os contextos dessas passagens – agrícola para pesqueira – desencadearão inúmeros conflitos envolvendo os pescadores(as), notadamente os(as) artesanais (DIEGUES, 1983).

Para Machado (2017), com a pesca de camarão para exportação, a pesca da sardinha pelas traineiras, introduzidas nos estados do Rio de Janeiro (Ilha Grande) e depois em São Paulo, foram fatores que influenciaram diretamente a produção pesqueira. Concomitantemente, aparecem no Rio de Janeiro e em São Paulo (Santos) as indústrias de salga e secagem e, posteriormente, enlatamento. No Rio Grande do Sul, surgiram, em meados do século XX, as indústrias processadoras de merluza.

Nesse sentido, o aporte histórico apresentado instiga a seguinte questão: quem são os pescadores(as) artesanais do Brasil? Fazer um recorte generalizado desse sujeito, a partir de uma classificação, torna-se

um equívoco e até mesmo uma ingenuidade, pois nota-se que esses sujeitos estão espalhados não somente no litoral, mas nas baías, nos cursos dos rios, em todas as regiões do país, e cada local desse possui uma geografia própria, uma organização sócio-espacial particular que viabilizará sujeitos diversos, com históricas e costumes múltiplos, frutos desses arranjos que estão conjuntamente associados, inclusive, da construção do próprio território, a partir das nossas heranças e sobretudo dos(as) nossos(as) ancestrais.

Importante frisar, de acordo com a última (e única) estatística pesqueira publicada pelo extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)¹⁰, existem mais de 1,1 milhão de pescadores(as) cadastrados a partir do Registro Geral da Pesca (RGP) (MPA, 2015). Desses, 99% são classificados de “artesanais”, em sua maioria encontrados nas regiões Norte e Nordeste. Os demais (aproximadamente 9 mil) desenvolvem a pesca industrial, representando aproximadamente 0,84% do total, e oriundos, principalmente das regiões Sul e Sudeste do país, sendo importante registrar a fragilidade de informações na região Centro-Oeste (RIOS, 2017; MPA, 2015).

Nesse tocante, os(as) pescadores(as) artesanais são sujeitos de múltiplas identidades, as quais se entrelaçam e se complementam na construção do seu trabalho nas águas. Os mesmos são indígenas, são quilombolas, são ribeirinhos, são artesãos, são jangadeiros, são camponeses... são pescadores(as). Porém, é importante “olhar” essa multiplicidade diretamente atribuída aos pescadores(as) artesanais, uma vez que emergiram nas transições das atividades agrícolas para pesqueira. Sobre essas múltiplas identidades, pode-se pontuar alguns exemplos pelo território brasileiro, a saber:

(a) Na Bahia, no Recôncavo Baiano, em São Francisco do Paraguaçu:

[...] o que significa ser pescador artesanal em São Francisco do Paraguaçu, por exemplo, não se limita à exclusividade na atividade pesqueira. Ela adquire outras dimensões, como a pluriatividade e as múltiplas identidades que são necessárias para o sustento do grupo e a manutenção do território. **Em relação às múltiplas identidades, cabe destacar que os pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu também se identificam como quilombolas. A adoção desta identidade provoca fragmentações neste grupo social, já que a identidade quilombola foi, por muito tempo, invisibilizada.** Assim, o embate sobre ser ou não ser quilombola tem papel central na Comunidade e o conflito relacionado ao assumir da identidade

quilombola é claramente estimulado pelos fazendeiros locais, inserindo a problemática no complexo e histórico processo de luta pela terra. **Relatos históricos evidenciam a estreita relação existente entre os quilombolas e os pescadores[...]** (KUNH e GERMANI, 2011, p. 08, **destaque meu**).

(b) Em Ilha de Maré, em Salvador-Bahia, as comunidades pesqueiras são marcadas por diferentes processos:

Embora o processo de ocupação da Ilha seja marcado por um histórico de contradições, exclusão e negação de direitos, as comunidades locais buscaram/buscam no decorrer da história reafirmar e manter viva a cultura e a identidade tradicional que as caracteriza. **Uma identidade indígena, negra e quilombola que se entrelaça com a tradicionalidade da pesca artesanal. Como fruto do processo de formação sócio territorial, essa cultura é marcada por estreitos laços de tradição e pertencimento a matrizes indígenas e negras africanas.** [...] A religiosidade local é composta pelo catolicismo, pelas religiões evangélicas e de matrizes africanas [...] (RIOS, p. 293-294, 2018, **destaque meu**).

(c) Os indígenas Xokó, as margens do rio São Francisco também praticam a atividade pesqueira:

Fundamentais aos modos coletivos de concepção e uso da terra, as relações socioambientais estabelecidas pelos Xokó se reproduzem nas inúmeras formas de usufruto e manejo dos recursos disponíveis nos domínios naturais da Terra Indígena. No entanto, as formas de uso de diferentes trechos do rio São Francisco nos levam a considerar as múltiplas territorialidades que transpassam ao polígono da área demarcada, tal como as reproduzidas na pesca artesanal. **A pesca sempre foi uma atividade vital para a sobrevivência dos Xokó, especialmente no passado, por conta das restrições de ocupação e uso da terra impostas pelos fazendeiros no que se refere às criações e aos cultivos familiares** (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 228, **destaque meu**).

(d) Ainda na Bacia do São Francisco:

Pescador(a) artesanal é **ser malabarista, é ser artesão que pesca com suas próprias redes, permanece no rio, mas tem outros meios que complementam sua renda**, a exemplo, das roças (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 08, **destaque meu**).

(e) Nas Ilhas ao redor do município de Cametá, no Pará:

[...] atividades paralelas à pesca artesanal pelos pescadores do município de Cametá não é recente. O costume da prática agrícola remonta a chegada dos europeus no espaço amazônico em busca das drogas do sertão (Sec. XVII), seguido da expansão da economia extrativista com a exploração da borracha (fins do século XVIII). Nesse cenário os pescadores “forneciam produtos extraídos do interior das ilhas, como cacau, castanha-do-pará, borracha. Em troca, os comerciantes da Capital do Estado forneciam mantimentos como pagamento, no chamado sistema de aviamento” (RODRIGUES, 2012, p. 25). **Com isso, percebemos que a identidade do pescador artesanal do município de Cametá, historicamente construída, é de um trabalhador que domina várias especialidades. Trata-se, nesse sentido, de um “pescador lavrador” (BARRA; FURTADO, 2004), em outras palavras o “camponês ribeirinho” (RODRIGUES, 2012). Um trabalhador que desenvolve mais de uma atividade para suprir suas necessidades, que vai extrair para o seu sustento alimentos, tanto do mar (rios), quanto da terra, nunca, porém, sendo um especialista de atividade exclusiva (POMPEU, 2017, p. 34, destaque meu).**

(f) Na comunidade de pesqueira na praia da Pinheira em Santa Catarina, a pesca artesanal passou por importantes fases:

É possível identificar quatro fases históricas distintas desse processo: a primeira fase, até 1750, intitulada Sistema pesqueiro indígena; a segunda fase, que inicia em 1750 e ocorre até o início do século XX, Sistema pesqueiro e agrícola de subsistência dos açorianos; a terceira fase que tem início do século XX até a década de 1960, chamada de Sistema pesqueiro baseado na salga; e na quarta fase, que corresponde ao período atual, o Sistema de pescadores e prestadores de serviços. [...] **na ocupação açoriana e sua cultura, as atividades básicas eram a pesca e a agricultura de subsistência. A comunidade era composta basicamente por duas categorias sociais: as famílias de agricultores e as famílias de pescadores, havendo uma especialização de atividades. As relações eram baseadas nas trocas de peixe fresco por produtos agrícolas, principalmente a farinha de mandioca** [...] os pescadores evoluíram de agricultores para pescadores-agricultores, tais como os casos dos pescadores-lavradores de São Paulo descritos por Diegues (1983 e 2004) e os pescadores artesanais de São Lourenço do Sul, no Rio Grande do Sul, estudados por Pasquotto (2005). **Além disso, utilizando a noção de processo, se percebe que as comunidades atuais de pescadores dessas regiões, independentemente da definição de artesanais ou não, evoluíram de uma comunidade organizada em função das atividades agrícolas, e, por motivos diferentes, acabaram se tornando “apenas” pescadores (SEVERO; MIGUEL, 2009, p. 10, destaque meu).**

Desse modo, temos os(as) pescadores(as) artesanais, que, graças a essas especificidades da formação do espaço agrário brasileiro, tornam-se sujeitos portadores(as) de uma multiplicidade de saberes, os quais estão carregados de simbologias no exercício do seu trabalho na pesca, e por isso integram os denominados povos e comunidades tradicionais, construídas por “grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente” (DIEGUES et al, 2000, p. 58).

Os povos e comunidades tradicionais são sujeitos com características comuns. Essas características são identificadas por Little (2002): (a) existência de regime de propriedade comum; (b) o sentido de pertencimento a um lugar; (c) procura de autonomia cultural; (d) práticas adaptativas sustentáveis que refletem pontos comuns de diversos povos e contribuem para a conceituação de populações tradicionais.

Nesse sentido, os(as) pescadores(as) artesanais possuem uma forma de viver (modo de vida) própria, conectada com a natureza, por meio de suas tradições, suas crenças, seus saberes. O conhecimento tradicional das comunidades formadas pelos(as) pescadores(as) artesanais, podem ser definidos pelo conjunto de saberes e fazeres a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Por isso, a sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizá-lo. A sabedoria é um conhecimento que o(a) pescador(a) vai adquirindo pela experiência e indo pescar ouvindo os mais velhos (RIOS, 2017; DIEGUES et al, 2000; 1983).

A prática da atividade pesqueira artesanal possui muitos elementos da cultura africana, como mencionado anteriormente. Essa cultura valoriza a sabedoria em forma narrativa dos seus mitos. Para Oliveira (2009, p. 04) a valorização dessas narrativas se deve aos mitos não segregarem as esferas do viver, não separarem religião, da política, ética de trabalho, conhecimento de ação. Também, porque os mitos mantem seu poder de segredo e encantamento, já que, ao mesmo tempo em que revela, esconde, e, ao mesmo tempo em que oculta, manifesta. E neste aspecto, os(as) pescadores(as) artesanais, carregam o conhecimento da pesca de modo,

[...] ancestral, que transborda de geração a geração, tanto pela força da oralidade, como no ato de ver alguém mais velho pescando. É, a partir daí, que os segredos aquáticos são revelados aos mais novos, e que se entende as artimanhas das águas. Assim, pesqueiros são desvendados, caminhos descortinados, técnicas de manejo das armadilhas e náuticas trazidas à luz, explicitando as maneiras e os métodos usados para se mapear e utilizar o território [...] ver, fazer e conservar na mente o aprendido é o caminho para se tornar um pescador. De fato, essa aprendizagem nunca foi feita diferentemente, porque a sua rotina sempre foi essa, passando de avô para o pai, do pai para o filho, dos mais velhos para os mais jovens e/ou dos mestres para o restante da tripulação embarcada. O sentido da tradição ganha contornos nítidos nessas falas. Pescar artesanalmente é ligar homens às práticas tradicionais (RAMALHO, 2004, p.64).

Com isso, desde o segredo ao encantamento qual envolve o trabalho no mar ou no mangue, realizado(a) pelo(a) pescador(a) artesanal são ligadas pela ancestralidade. Entender a simbologia carregada por essa palavra é um exercício complexo, pois exatamente aqui, cruzamos a linha tênue entre a existência material e (i)material, e buscar abranger essas tramas é ter sensibilidade para compreender esses processos fora da racionalidade da ciência colonial, sabendo que a possibilidade do não compreender é uma realidade, mas por outro lado, sabemos da sua existência. Esses preceitos são próprios dos princípios da filosofia africana que,

[...] parti do cotidiano, da realidade local, das danças, dos mitos, dos ritos, dos contos, da poesia, da capoeira, dos Babalorixás, das Yalorixás, do/a griô, da vida..., faz-se filosofia ouvindo, aprendendo, citando, dentre outros, mestres de capoeira, samba, maracatu, referindo-se aos heróis do cotidiano, aos avôs / avós, aos mais velhos de cada lugar, em meio aos renomados nomes da história da filosofia (MACHADO, 2014, p. 157)

Nesse sentido, ao permear pelo cotidiano, as diferentes realidades, as místicas/lendas, o respeito a natureza, aos mais velhos e a seus mestres é “acolher” o pilar da **ancestralidade** que envolve os pescadores(as) artesanais. Ancestralidade “é quem dá a base, é quem sustenta, **é o sentido da existência**, da cosmovisão [...], **ela é a forma e o encantamento é o seu conteúdo**” (MACHADO, 2017, p. 151, **destaque meu**).

Enaltecer a ancestralidade dos(as) pescadores(as) artesanais, incute maneiras de interpretar as realidades e evidenciar sua existência, sendo

isto, um forte aliado nas resistência¹¹ em defesa dos seus territórios. Já que, configura-se em um instrumento e ao mesmo tempo um conjunto de representatividade nas construções políticas, sociais, e principalmente, as identidades destes sujeitos. Vale ressaltar a ancestralidade como tradução da vida coletiva e o sentimento de pertencimento aos lugares, e “o lugar é a base de reprodução da vida” (CARLOS, 2007, p.17) dos(as) pescadores(as) artesanais e por isso, ao caracterizar o lugar dos(as) pescadores(as) deve ser interpretado pela perspectiva sujeitos-identidade-lugar e território.

Insisto dialogar com Machado (2017), pois o mesmo tem contribuído fortemente sobre as epistemologias africanas como princípio metodológico. O autor destaca, que ao dialogar com a ancestralidade, realiza-se uma compreensão filosófica que parte do próprio sujeito, da cultura que o formou e forma. Uma filosofia que parte do chão de origem e que, juntamente com as filosofias de base latino-americanas (decoloniais) refletem e buscam resoluções para os problemas dos sujeitos ditos invisíveis, ou seja, abre caminhos para que todas as filosofias ocupem o centro da grande teia, que é o universo.

Ao ter consciência dessa construção, enfatiza-se a existência pela ontologia do saber-fazer-ser¹² dos(as) pescadores(as) artesanais. Partir dessa construção, problematizamos a existência dos pescadores(as) por sua importância histórica – tanto de modo individual quanto coletivo – na organização, produção e transformação do espaço geográfico, e com isso, realizará uma geografia das existências¹³, tirando da invisibilidade que ciranda historicamente estes sujeitos.

Nesse diálogo, a partir dos debates geográficos, as existências são marcadas, tanto no lugar quanto no território. Ambos remetem as experiências geográficas que por vezes se distinguem, ou se aproximam por registrar as múltiplas experiências que carregam em si a marca do espaço vivido no cotidiano, que se realizam nas situações diárias, as quais serão posteriormente abstraídas em representações do espaço, deste modo, lugar e território, antes de tudo, remetem as experiências geográficas (MARANDOLA JR., 2014), isto a partir das relações que se estabelecem entre os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes, sendo marcadas pelo predomínio da igualdade e da diferença. Por outro lado, a dialética entre diferença e igualdade é o que vai estabelecer lugar e território como modos geográficos de existência (SERPA, 2017).

Serpa nos instiga a refletir que, os lugares e os territórios são marcados pelas transformações provocadas pelos homens a partir de suas diferenças e igualdades em seu interior, porém a dialética das tensões dessas transformações – entre suas diferenças e igualdades – serão caracterizadas pelas relações estabelecidas entre os grupos, sujeitos, indivíduos, classes sociais, é nesse “trânsito” que ocorrerá as experiências que marcaram tanto os lugares, quanto os territórios.

Essas marcas são “feitas” pelos(as) pesadores(as) artesanais, pois suas heranças – principalmente as ancestrais – e suas relações estabelecidas na dinâmica com a natureza, fazem com que condicionem a criação de territórios e também lugares, portadores de sentido e de significado. Isto é materializado desde a prática da atividade pesqueira – laçar a rede, as cantorias, os instrumentos/artes de pesca, as melhores rotas, o cuidado com os pescados –, as relações estabelecidas no dia a dia com os(as) outros(as) pesadores(as), através da confiança nos(as) outros(as), nas lendas perpassadas, nos ritos de passagem da tradição pesqueira aos filhos(as), sobrinhos(as), netos(as), as vendagens e trocas da produção pesqueira. Essas singularidades marca o espaço, e deste modo, materializa lugares e territórios.

Neste sentido, entendo a figura dos(as) pesadores(as) artesanais enquanto sujeitos que promovem essas materializações e ações geográficas, e essas experiências, reafirmam suas existências no espaço geográfico, o que permite compreender e concordar com o debate feito por Modesto (2014), o mesmo faz uma contribuição significativa na compreensão dos sujeitos sociais na produção do espaço, e destaca que os sujeitos sociais – daí analisamos a partir dos(as) pescadores(as) artesanais – estão no campo das reflexões que envolva um melhor entendimento das interações que ocorrem entre si, sua condição e posição numa sociedade contrária, ricas em embates estabelecidos por múltiplos interesses, principalmente, os políticos, num amplo uso de estratégias e práticas (práxis), que sinalizam ações de caráter individual ou coletivo em marcha estabelecidas através da luta contra o poder hegemônico.

Essa tônica trazida por Modesto (2014) integra-se ao pensamento de Serpa (2017), (sobre a atuação dos sujeitos na composição dos lugares e também dos territórios), o modo como agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes vão reagir ao outro é o que determina “ser lugar” ou “ser território” como essência nas mais diversas

escalas espaço-temporais. Para Serpa, essas manifestações compõem o sentido dos sujeitos enquanto ser-no-mundo,

[...] o sentido de ser-no-mundo remete à possibilidade de uma ontologia espacial que relacione experiência e processos espaciais específicos: quer dizer, sobretudo, que os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes estão implicados nesses processos e que é fundamental, para o desenvolvimento de uma reflexão geográfica, relacionar experiências cotidianas (pré-científicas) de apropriação/criação/produção de espaço com a elaboração conceitual de noções caras à geografia acadêmica, como lugar e território (SERPA, 2017, p. 598).

É nessa linha de pensamento – as quais evidenciam Modesto e Serpa – ratifica as nuances do cotidiano como canalizador das experiências dos sujeitos no espaço, por isso, o lugar ganha sentido, pois a “ideia de lugar está vinculada ao social, então o caminho percorrido no lugar em busca da essência da realidade para dela se extrair saberes, esbarrará no homem como elemento primordial desse percurso” (SERPA, 2013, p. 174) por isso, os espaços vividos revelam o papel de intermediação do cotidiano e das representações espaciais, nas relações sociedade-espaço, o cotidiano visto aqui como um conjunto de momentos e eventos espaço-temporais, além de mediar as dimensões do material e da abstração da produção do espaço (SERPA, 2013).

Nessa concepção, principalmente ao retratar os pescadores(as) artesanais, relação entre lugar e território se dá de modo compartilhado e íntimo entre ambos. Esses sujeitos promovem experiências que ora defendem seus territórios contra outros territórios pela posse e controle através da atuação de grupos e atores sociais contra poderes hegemônicos, a exemplo do Estado, empresas ligadas ao turismo, eólicas, carcinicultura, aquicultura, por exemplo; ora abre um leque de interconexão em rede através de sua intersubjetividade postos por sua ancestralidade, pertencimento aos lugares e suas culturas que permeiam toda as nuances de suas experiências e existências pelo território brasileiro.

Neste sentido, ao tratar desses sujeitos, compreendemos os territórios pesqueiros, que representa a essência da prática da vida dos(as) pescadores(as) e toda as relações e interações que transitam a condição ontologia da existência e subjetivas do saber-fazer-ser que os envolve.

O território pesqueiro é diverso, contendo vida, arte, história, trabalho, homens, mulheres, natureza. E logicamente é um território de saberes. Saber ser pescadores e pescadoras artesanais é condicionado pela arte do cotidiano das águas, do mangue, da terra. Há uma materialidade implícita que se explica pela produção imaterial. Nota-se a complexidade deste território, os quais expressam – antes de tudo – conhecimento. E quem é conhecedor destes espaços é o próprio pescador(a) artesanal.

Ao descrever os territórios pesqueiros, em suas múltiplas perspectivas de análises – desde a sociologia, antropologia, geografia, biologia, por exemplo – é observada a ideia do saber adquirido pela experiência como um ato de educar para ser e se fazer pescadores(as) artesanais.

Para Cardoso (2003) os territórios pesqueiros são construídos a partir do trabalho e da apropriação da natureza que os pescadores(as) fazem desse espaço. O mesmo pode ser delimitado na fluidez do meio aquático, mas também no meio terrestre. Pois os(as) pescadores(as) artesanais possuem uma relação conjunta entre terra e água. Ao passo que projeta nesse espaço uma relação com a natureza, mediadas pelo trabalho humano, ou seja, através da pesca e da mariscagem, assim cria e delimita o território da pesca artesanal.

O território ganha, além da delimitação de uso por parte dos pescadores(as), o **sentido de conhecimento**, de interação e incorporação à vida; pois é, no espaço apropriado por estes para garantia de sua sobrevivência que é criada **uma relação de conhecimento**, de identificação e de **pertencimento**, de **interação** entre homem e natureza (RIOS, 2012), constituindo assim um território de dimensão da prática da vida desses sujeitos.

Institui o território entre a simbiose entre terra e água. De uso compartilhado, coletivo e a relação direta com a natureza. O MPP caracteriza esse território como espaço de moradia, de trabalho e de vivência onde se reproduz socialmente, culturalmente e economicamente. É o espaço de uso apropriado, onde se materializam os conhecimentos e as relações, a partir dos conhecimentos adquiridos e passados de geração a geração (MPP, 2012).

Refletir sobre os pescadores(as) artesanais e os territórios pesqueiros, percebe-se, a similaridade entre trabalho-ser-saber-

experiência. E assim, recorremos a Maldonado (1993) sobre estes territórios, já que esse território representa a síntese da experiência pesqueira, sobretudo as formas que assume a unidade histórica da terra com o mar que os pescadores e pescadoras realizam, constantemente, um movimento entre estes dois “mundos”. Neste sentido, o território pesqueiro, “é carregado” de culturas com carga simbólica em múltiplas representações e interpretações, norteadas pelo objeto de estudo da Geografia (o espaço) onde essa dimensão de análise possibilita interpretar o espaço-temporal quanto à organização social dos(as) pescadores(as) artesanais.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS...

Diante das questões levantadas, as análises geográficas que envolvem os pescadores(as) artesanais caminham por uma vertente metodológica, e também conceitual, o cotidiano como condutor de suas nuances existenciais, tanto no território, quanto nos lugares. Sobretudo, o sujeito pescador(a) artesanal (principalmente, o pescador(a) artesanal brasileiro) carrega sua formação entrelaçada por suas heranças ancestrais. Essas características fazem com que os(as) pescadores(as) sejam sujeitos de múltiplas identidades, e exatamente essas nuances dão conteúdo para suas existências no espaço, o que configura a sua ontologia.

Os últimos estudos sobre pesca e os(as) pescadores(as) têm reconhecido suas experiências tanto nos lugares, quantos nos territórios e pontua sua expansão nas múltiplas vertentes que envolvem os debates geográficos. Porém, é necessário ter um olhar direcionado para as múltiplas identidades que envolvem os(as) pescadores(as), sendo, pescadores(as) artesanais e quilombolas; pescadores(as) artesanais e indígenas; pescadores(as) artesanais e artesãos, entre outras especificidades de pescadores(as) espalhadas pelo território brasileiro.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo foi dialogar nessas vertentes e reconhecer essas características como “componentes” imprescindíveis na construção de teorias e metodologias nas análises geográficas sobre os(as) pescadores(as) artesanais.

NOTAS

1. "Alguns filósofos, ao definirem os aspectos relevantes sobre *sujeito*, sinalizam as apropriações do uso de tal expressão, o que nos permite estabelecer interpretações inserindo-o no contexto coletivo, como no caso da sociedade civil, mas por essência, apresenta um caráter individual, que denota particularidades e singularidades [...] apresenta sim, a sua individualidade, porém não está fora de um mundo mais amplo, coletivo, integrador e de interação. É peça fundamental na consolidação do fazer dinâmico da sociedade" (MODESTO, 2016, p. 72).

2. Concordo com Kunh, quando explicita que a pesca artesanal desenvolve-se articulando atividades em terra e água. Essa articulação em terra não se limita apenas à prática da agricultura, mas, historicamente, o acesso à água é mediado pelo acesso à terra. É difícil pescar quando o pescador ou pescadora vive a quilômetros de distância do mar ou do rio. Assim, compreende-se que é a garantia do acesso à terra que garante o acesso à água. Esta compreensão construiu-se a partir de contatos com pescadores de diferentes localidades e realidades distintas.

3. A campanha pelo Território Pesqueiro foi lançada em Brasília/DF, em junho/2012 e busca a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (equivalentes a 1.406.466 assinaturas), para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras. Defender o direito de pescadores e pescadoras artesanais é garantir na mesa da população brasileira o peixe natural e saudável, ameaçado de extinção devido ao processo de privatização das águas e dos territórios pesqueiros. Contamos com o apoio para este mutirão pelas comunidades pesqueiras: pela biodiversidade, cultura e soberania alimentar do povo brasileiro! Fonte <http://campanhaterritorio.blogspot.com/>.

4. A autora acredita nesta perspectiva, por perceber em seus estudos sobre pescadores(as) artesanais, que a discussão filosofia no cerne da geografia torna-se uma tônica importante na compreensão desse grupo social. No decorrer deste estudo, irei também permear por este debate, pois, é uma vertente que ajudar a construir os nexos neste estudo em particular.

5. Concebemos o existencialismo como uma doutrina que torna a vida humana possível e que, por outro lado, declara que toda verdade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humana (SARTRE, 1943).

6. Na perspectiva de Diegues, essa organização é baseada na produção comercial. Ocorre a divisão do trabalho com funções especializadas entre os(as) pescadores(as) e também não pescadores(as), que, mesmo não envolvidos com a

captura do pescado, participam indiretamente da produção ou na venda, a exemplo dos artesãos que fazem as canoas, os(as) proprietários dos meios de produção (o barco), os atravessadores que repassam o pescado, as representações sociais, que configuram como novos atores, que na maioria das vezes atuam em conjunto com o Estado, entre eles as Colônias de Pescadores(as), Associações, Cooperativas. São classificados em:

a) Pescadores(as)-lavradores(as): a pesca ocorre de forma ocasional do pequeno agricultor, restrita a períodos de safra. A propriedade é doméstica, a qual se estabelece na base familiar e/ou grupo de vizinhança. A pesca se insere, predominantemente, na atividade agrícola, que constitui a base de subsistência e organização social dos pescadores e também é complementar, destinada a produzir valores de troca, ou seja, é vendido o excedente. Esses(as) pescadores(as) não vivem basicamente da pesca. Os mesmos são agricultores e pescadores. Outra característica é que a pesca é realizada em limites estreitos do meio ambiente, que domina os pescadores, por não possuírem instrumentos e experiências sobre outras áreas. Outro ponto é sua dependência do intermediário para comercialização do pescado. À medida que há um intenso excedente da produção, haverá também, de forma intensa, a figura do “atravessador” que pode ser o comerciante que comprava o excedente da produção agrícola, mesmo os(as) pescadores(as) sendo donos(as) de seus aparelhos de pesca.

b) Pescadores(as) artesanais: o grupo doméstico (a família) não constitui a base da unidade da produção e cooperação. A pesca não é uma atividade complementar, sua produção é destinada para venda, e configura-se como a principal fonte de renda do pescador. As artes e técnicas da pescaria tornam-se mais especializadas, por isso, haverá uma divisão de trabalho mais expressiva e menos igualitária entre os pescadores (as), ou seja, quem possui os meios de produção (o dono da embarcação motorizado, por exemplo) detém autonomia do controle e quantidade da produção, exercendo, diferentemente dos pescadores-lavradores, uma maior exploração do ambiente costeiro e marinho. A propriedade individual dos meios de produção passa a ser um elemento importante na organização produtiva, e outra característica importante é o processo de comercialização, em que os atravessadores individuais vão perdendo espaço para firmas de compra e financiamento da produção. É válido destacar que esse pescador vive essencialmente da sua profissão e será considerado como um profissional da pesca. O mesmo passa a viver e a reproduzir suas condições voltadas, basicamente, para a produção comercial (DIEGUES, 1983; ALVES, 2015).

7. Já a produção pesqueira capitalista tem outras dimensões. As formas e relações de produções são estabelecidas, instituídas pela pesca industrial. Os proprietários das embarcações são as empresas. As divisões de trabalho e de tarefas são bem

específicas e ocorrem novas funções na pescaria: direção (mestre), motoristas (casas de máquinas); cozinheiro; homens do convés (manejo das redes e equipamentos de pesca). Destaca-se nessa produção pesqueira, além da propriedade da embarcação, os instrumentos, rotas de captura e as relações comerciais são estabelecidas pela empresa, diferentemente da autonomia que possui o pescador(a)-lavrador(a) e pescador(a) artesanal (DIEGUES, 1983; ALVES, 2015).

8. O Mar do Norte está localizado no Oceano Atlântico Norte, entre as costas da Noruega e Dinamarca (leste) e Ilhas Britânicas (oeste), França, Alemanha, Holanda e Bélgica (sul) < https://www.suapesquisa.com/geografia/mar_norte.htm >.

9. O Canal da Mancha é uma via aquática que liga a Grã-Bretanha a França. Com uma área aproximada de 75 mil quilômetros, ele estabelece conexão do Mar do Norte com o Oceano Atlântico. Com uma profundidade entre 120 metros e 40 metros, o Canal possui cerca de 560 quilômetros de extensão. Sua largura varia de 180 quilômetros (na parte oeste) a 34 quilômetros (na parte leste). Fonte < <https://www.todamateria.com.br/canal-da-mancha/> >.

10. Órgão extinto no ano de 2016.

11. Ancestralidade torna-se o signo da resistência afrodescendente. Protagoniza a construção histórico-cultural do negro no Brasil e gesta, ademais, um novo projeto sócio-político fundamentado nos princípios da inclusão social, no respeito às diferenças, na convivência sustentável do Homem com o Meio-Ambiente, no respeito à experiência dos mais velhos, na complementação dos gêneros, na diversidade, na resolução dos conflitos, na vida comunitária entre outros (OLIVEIRA, p. 02, 2009).

12. RIOS, 2017.

13. Consideramos como geografia das existências as possibilidades de aprofundar a análise da geograficidade das populações subalternas, ouvindo e registrando seus problemas, suas práticas, seus valores e suas visões de mundo, de desenvolvimento e de secularização (SILVA, 2016, p. 33).

REFERÊNCIAS

ALVES, T. S. A **Pesca Artesanal em Baiacu** - Vera Cruz (BA): Identidades, Contradições e Produção do Espaço. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – POSGEO – Universidade Federal da Bahia/ UFBA, Salvador, 2015.

CARDOSO, E. S. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. **GEOUSP: Espaço e tempo**, n. 14, p. 119-125, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO H. M. de; COSTA, F. de A. Campesinato. In: CALDART, R. S. et al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 113-120.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

DE PAULA, C. Q. **Geografia(s) Da Pesca Artesanal Brasileira**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

KUHN, E. R. A. **Terra e água**: Territórios dos Pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

KUHN, E. R. A.; GERMANI, G. I. Os pescadores e a pesca artesanal em São Francisco do Paraguaçu-Bahia. In: **I Seminário Espaços Costeiros**, 2011, Salvador-BA.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropológica**, n. 3223 Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

MACHADO, A. F. **Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas**: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MALDONADO, S. C. **Mestre e Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1993.

MARANDOLA J. R. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA J. R.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. de. **O espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MODESTO, N. S. d'Ávila. A "ausência assistida" do poder político na compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço. In: SILVA, C. A. da; CAMPUS, A.; MODESTO, N. S. d'Ávila. **Por uma geografia das existências**:

movimento, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 67-114.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadores, Embarcações, Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas.** MPA, 2015.

MPP. Movimento dos Pescadores Artesanais. **Cartilha Movimento Pescadores e Pescadoras Artesanais.** Bahia, jul. 2012.

OLIVEIRA, D. E. de. Epistemologia da Ancestralidade. **Entrelugares:** revista de sociopoética e abordagens afins, v.1, p.1-10, 2009.

POMPEU, J. C. V. **Saberes do trabalho e formação de identidade de pescadores artesanais no município de Cametá-Pará.** Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura/PPGEDUC – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007.

RAMALHO, C. W. N. O mundo das águas e seus laços de pertencimento. **Raízes.** Campina Grande. v. 23, n. 01/ 02, pp. 62-72, 2004.

RIBAS, A. D.; VITTE, A. C. Da Cosmologia à Geografia: o curso de Geografia Física de Immanuel Kant e a construção metafísica da superfície da Terra. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 21 (3): 237-256, dez. 2009.

RIOS, K. A. N. **A questão da luta na/pela terra e água dos pescadores artesanais:** desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré (Ba). 2017. 466f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RIOS, K A. N. **Da produção do espaço à construção dos territórios pesqueiros:** pescadores artesanais e carcinicultores do Distrito de Acupe - Santo Amaro (BA). 2012. 276f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS JUNIOR, A. A. **A conflitualidade para além da regularização territorial:** a propósito das múltiplas determinações das políticas públicas na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, em Sergipe. 2016. 371f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: Ensaio de ontologia fenomenológica. 23. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. ANO [1943].

SERPA, A. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **Cidades**, v. 10, n. 17, p. 61-75, 2013.

SERPA, A. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 586-600, 19 out. 2017.

SEVERO, C. M. e MIGUEL, L. A. Pesca artesanal em Santa Catarina -BR: experiências passadas e Presentes da comunidade da Praia da Pinheira. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 4(2) p. 242-246. 2009.

SILVA, C. A. da. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. In: SILVA, C. A. da; CAMPUS, A.; MODESTO, N. S. d'Ávila. **Por uma geografia das existências**: movimento, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 19-46.

SILVA, C. A. Sobre a geografia das existências. In: DE PAULA, C. Q; SILVA, C. A. **Brasil e Moçambique**: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. p. 17-32.

SILVA, L. G S. da. **Caiçaras e jangadeiros**: cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo: CELMAR/USP, 1993.

MULHERES PESCADORAS: TRABALHO, MODO DE VIDA E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS NO LITORAL SUL SERGIPANO, NORDESTE, BRASIL¹

Eline Almeida Santos

Docente de Geografia na Prefeitura Municipal de Indiaroba (PMI)

Míria Cássia Oliveira Aragão

Docente de Sociologia EBTT no IFPI

Rosemeri Melo e Souza

Docente do Departamento de Engenharia Ambiental da UFS

INTRODUÇÃO

Os estudos de gênero, espaço e trabalho no contexto extrativista revelam a busca de um novo caminhar que possibilite a leitura crítica acerca dos papéis que estruturam hierarquicamente as relações neste espaço (WOORTMANN, 1992; ALENCAR, 1993). Além disso, corresponde a um campo de discussão que tem recebido pouca atenção na geografia e socioantropologia brasileira (DIEGUES, 2004; SILVA, 2009). Esse quadro é corroborado pelos esparsos trabalhos submetidos em periódicos e/ou em simpósios multidisciplinares em que estas discussões são periféricas ou deslocadas (ORNAT, 2008).

Embora, ainda poucos, nos trabalhos acadêmicos a relação imbuída entre os gêneros com a natureza mediada pelo trabalho requer atenção, pois os seres sociais são esculpidos nos ambientes naturais e construídos, além de condutores das práticas sociais.

A pesca é uma das atividades mais antigas exercidas em período anterior ao Neolítico. Na Idade Média, do século VII a X, o peixe tornou-se parte integrante da alimentação popular. No Brasil, a pesca praticada pelos índios, é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses e peixes, crustáceos e moluscos eram parte integrante da dieta alimentar (DIEGUES, 2004). Contudo, o interesse investigativo pelo trabalho feminino na pesca não acompanhou a construção dos espaços pesqueiros conquistados pelas mulheres no Brasil, seja na composição de seus apetrechos específicos, seja na captura do pescado, bem como, na leitura das nuances dos ambientes naturais.

Diferentemente de outras atividades produtivas, a pesca se realiza dentro de processos de trabalho profundamente influenciados pelo tipo de recursos a serem explorados. As relações cotidianas são diretamente relacionadas ao saber-fazer dos instrumentos, elementos envolvidos em uma herança cultural tradicional que permeia a “arte da pesca”, que compõe a existência social tanto de homens quanto de mulheres pescadoras. Ramalho (2006) enfatiza que é impossível discutir a realidade da produção e da reprodução social dos pescadores, ao longo do tempo, sem valorizar a questão pertinente ao universo do trabalho.

No tocante à lacuna acadêmica, ainda em curso, das relações de gênero na pesca brasileira de pequena escala, faz-se necessário apresentar o *modus vivendi* das mulheres pescadoras, o seu papel na configuração do espaço pesqueiro, na manutenção da atividade e reprodução social do grupo, a fim de que haja reconhecimento, visibilidade e valorização do trabalho feminino na atividade. Deste modo, busca-se responder os seguintes questionamentos: Como é o trabalho da mulher na pesca artesanal? Como esse trabalho foi construído em interligação com os recursos naturais locais?

O presente texto teve como objetivo refletir sobre o trabalho da mulher como pescadora artesanal, buscando enfatizar as relações de gênero que promovem desigualdades na pesca. O recorte espacial englobou a comunidade Mem de Sá localizada no município de Itaporanga D’Ajuda e as comunidades pesqueiras de Indiaroba, ambas pertencentes ao estado de Sergipe, região Nordeste do Brasil.

O trabalho de campo foi desenvolvido a partir de observação participante a respeito da estrutura e operacionalização da atividade pesqueira, dos pontos de pesca, do modo de vida das comunidades, e a busca de saberes que podem ajudar a proporcionar a sustentabilidade socioambiental das localidades. Também foi feito o registro das observações em diários de campo com o objetivo de manter uma memória vívida, realizar a descrição rápida dos eventos e fazer notas e lembretes para investigação de algum evento com mais profundidade.

Foram aplicados roteiros de entrevistas (pescadores e marisqueiras nativos) e questionários semiestruturados (lideranças comunitárias, representantes das associações e atores locais que tiveram significativo destaque nas falas dos entrevistados). Além da elaboração da matriz SWOT/FOFA (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* – forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) como um instrumento de síntese dos modos de trabalho e vida das pescadoras nas comunidades analisadas.

Segundo Verdejo (2010, p. 48), na matriz as:

Fortalezas são fatores no interior do grupo que contribuem para o seu melhor desempenho. Fraquezas são fatores no interior do grupo que influem negativamente sobre o desempenho. Oportunidades são fatores externos que influem positivamente no desenvolvimento organizativo do grupo, porém sobre os quais o próprio grupo não exerce controle. Ameaças são fatores externos que influem negativamente no grupo, mas que o mesmo não tem controle.

O autor salienta, ainda, que a matriz possibilita a análise da situação dos grupos organizados nas comunidades, para assim pensar estratégias de fortalecimento organizativo.

O artigo está estruturado, basicamente, em dois momentos: o primeiro apresenta o debate sobre o papel da mulher no espaço pesqueiro com destaque para sua relevância na manutenção da atividade, realçando que a pesca possui múltiplas faces, sendo uma delas feminina. Logo após, aborda-se a configuração da pesca feminina nas comunidades pesqueiras analisadas e, por fim, têm-se as conclusões enfatizando a relação pesca, mulher e ambiente.

MULHER E PESCA ARTESANAL: UMA ANÁLISE DO TRABALHO FEMININO NO SETOR

A compreensão do trabalho feminino na pesca está atrelada a uma análise de gênero no setor, ou seja, dos papéis hierárquicos que delineiam as relações do grupo social. Para Scott (1989), o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e, dessa maneira, surge como uma forma primeira das relações de poder. No espaço da pesca artesanal, as construções sociais de gênero repercutem no modo em que a atividade está organizada e aparece como um dos principais elementos das desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres no setor.

A pesca artesanal apresenta-se, simbolicamente, como uma atividade masculina, sendo a contribuição feminina negada na sua produção e reprodução, uma vez que desempenha atividades consideradas de terra, em regiões estuarinas, às margens de rios e no mangue extraíndo moluscos, crustáceos, menos valorizadas por serem consideradas extensão do trabalho doméstico.

Com base no exposto, a organização da atividade pesqueira enfatiza um modelo bipolar de divisão do trabalho, no qual os espaços são hierarquizados a partir da diferença sexual, incutindo a lógica de que as características biológicas (naturais) são responsáveis pela existência de atividades masculinas e femininas (culturais). Assim, por sua condição biológica, o espaço da mulher é limitado à casa, à família, à maternidade. Compete a ela o espaço privado, o da reprodução; enquanto ao homem tange o espaço público, das decisões.

A divisão sexual do trabalho na pesca expressa concepções sobre as atividades na terra e no mar (MALDONADO, 1986) e cristaliza a exploração das pescadoras a partir dos baixos valores destinados à comercialização dos seus produtos; solapa conquistas e não reconhece a sua contribuição nesse contexto. A atividade do homem-pescador é completa porque ele "é" a comunidade total, pois a identidade masculina constitui a identidade do grupo (WOORTMANN, 1992). O trabalho da mulher, por outro lado, é o trabalho invisível, que não aparece, que faz e desfaz (ALENCAR, 1993).

Entre algumas mulheres também permeia a ideia de superioridade da pesca masculina no tocante à feminina, justificada por elas pelas

espécies capturadas e o tempo diferenciado que possuem em relação ao homem:

É porque o homem tem mais pescaria que a mulher, né?! Porque tem tainha, tem camboa, a do homem, né?! Porque quando a mulher não pode ir, porque tá naqueles tempos, né?! (Marisqueira do povoado Convento, 48 anos, 2016).

O relato selecionado evidencia que ao desenvolver a pesca as mulheres possuem ritmo e tempo de trabalho distintos, marcados pelas tarefas domésticas e alterações fisiológicas, aspectos que exprimem uma forma diferenciada de apropriação da natureza e que criam sistemas de sentidos relacionados à força física, à complementaridade e ao fazer masculino, corroborando com as relações desiguais de gênero, de poder.

As diferenças de gênero na utilização do tempo provocam, ainda, a restrição das oportunidades das pescadoras, já que o seu tempo é fragmentado com a superposição de tarefas, fator limitante da sua participação nos eventos públicos, culturais, assim como o investimento em aprendizagem e na ampliação das fontes de renda; ao contrário do homem, cujo tempo é unicentrado, o que favorece o desenvolvimento das pescarias em pontos distantes e a sua participação nas esferas decisórias (ALENCAR, 1993).

Nas comunidades tradicionais pesqueiras, existe um discurso para o externo de que as mulheres não pescam, apenas ajudam. Isso tem sido questionado, posto que nessas comunidades as mulheres são encontradas desenvolvendo a atividade, mesmo que seja em espaços e tempos distintos daqueles dos homens. Como salienta Alencar (1993), a participação da mulher na pesca é possível porque ela é detentora de um saber adquirido na sua prática; ela faz parte do universo pesqueiro, de uma totalidade que a permite acompanhar e participar das atividades do grupo. Ela, assim como o homem, realiza a pesca, mas precisa superar as distinções estabelecidas pela ótica de gênero que o grupo faz para que possa se realizar como ser social.

A autora ressalta, também, que as atividades desenvolvidas pelas mulheres são relevantes, porque dão suporte àquelas realizadas pelos homens, que podem se dedicar totalmente à pesca no rio ou no mar. Outrossim, o trabalho feminino é importante na cadeia produtiva pesqueira, pois cabe às mulheres “tratar o pescado trazido do mar e, muitas vezes, comercializá-lo nas feiras, além de confeccionar parte dos

instrumentos e preparar a alimentação que vai a bordo" (FIGUEIREDO; PROST, 2014, p. 83). Mesmo menor, a renda adquirida é significativa para o grupo familiar por complementar ou suportar a atividade principal realizada no mar (ALENCAR, 1993).

O delineamento do trabalho feminino como não pesca corroborou por muito tempo para que não existisse um debate institucionalizado acerca do papel da mulher no setor e, com isso, a perda de direitos que lhes eram inerentes, como realçado ao longo da discussão. Para se ter uma noção, no período de criação das colônias era inadmissível o cadastramento das mulheres, pois estas nem sequer eram estimadas como aquelas que desenvolviam atividades consideradas pesqueiras.

Por volta dos anos 1970, a partir do movimento feminista, as mulheres que exerciam atividades na pesca passaram a ser alvo de debates e estudos. Neles, foram apontadas novas abordagens acerca do conceito de produção e reprodução, que instituíram uma mudança nas formas de análise das relações entre os gêneros no espaço de produção e que chamaram a atenção para um olhar acerca da diversidade de experiências, dos papéis e da forma como ocorre a participação das mulheres no espaço pesqueiro (SCHERER, 2013).

Na busca por reconhecimento, as pescadoras vão desencadeando um processo de visibilidade perante a sociedade, tentando desconstruir o conceito de pesca então vigente, mostrando que estarem inseridas no universo pesqueiro exige o desenvolvimento de atividades diversas e espaços variados com a participação de homens e mulheres (SCHERER, 2013), buscando fazer valer os seus direitos como categoria que desempenha uma atividade, que precisa ser ouvida e não simplesmente assistida.

[...] a participação das mulheres nas entidades representativas de classe, enquanto produtoras e profissionais do setor pesqueiro ocorre no final da década de 1980 e início da década de 1990, período este marcado pelas repercussões da Constituição de 1988, advindas dos movimentos populares, sobretudo, o movimento feminista, que começou a atuar desde a década de 1970 (GOES, 2008, p. 63).

O registro das mulheres como pescadoras é uma grande conquista para a categoria, pois aparece como possibilidade de acesso aos direitos fundamentais a qualquer trabalhador brasileiro. Na atualidade, entretanto, as pescadoras ainda enfrentam dificuldades resultantes da não

transversalidade de gênero nas políticas de Estado, o que reforça as desigualdades, já que as suas especificidades não são colocadas em questão. Nota-se que, para a comunidade e para os elaboradores de políticas públicas, a pesca continua a corresponder à captura de peixe, o que reforça a desvalorização do seu trabalho e o não reconhecimento como pescadoras, impedindo o seu acesso a políticas de seguridade social, tais como aposentadoria, salário-maternidade, auxílio doença, e a política compensatória como o seguro defeso (SCHERER, 2013).

A partir dos argumentos explicitados, apreende-se que a análise do trabalho feminino na pesca permite adentrar um universo marcado por desigualdades construídas histórica e socialmente e desvela as tessituras de gênero num espaço marcado pela divisão sexual do trabalho, em que homens e mulheres possuem papéis diferenciados e desiguais.

É importante destacar que a participação das mulheres na pesca artesanal é significativa, dado que segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP, 2012; 2016), elas compreendiam 41,37% (437.012) dos trabalhadores registrados no país (1.041.967). Quando partimos para uma análise regional, o Nordeste foi a região que apresentou maior número de mulheres com 259.677 (29,92%) comparados aos 230.262 (22,10%) homens registrados. Sergipe segue a configuração regional, visto que o percentual de mulher no RGP foi superior aos de homens, com 20.465 registros que corresponde a 63,70% do total (31.936).

Os dados são reveladores do número expressivo de mulheres que compõem o universo da pesca artesanal, que contribuem para o sustento da família e para a conservação ambiental. Porém, ainda hoje, muitas são as lutas e demandas dessas trabalhadoras que têm na atividade o sentido da sua existência, o fortalecimento da sua identidade. São trabalhadoras que lutam contra um modelo de sociedade que acirra as desigualdades e a dominação do homem sobre a natureza e assim sobre a mulher, posto que a subordinação feminina está embasada nos princípios que fundamentam a exploração da natureza.

No cenário ilustrado, constata-se que as pescadoras são as mais afetadas com as mudanças locais (aterro de mangues, crescente e desordenada urbanização, poluição industrial, carcinicultura etc), considerando-se que desempenham o seu trabalho nas áreas costeiras, como aquelas de manguezais. Elas enfrentam, inclusive, as dificuldades de acesso às áreas de extração, em virtude da privatização das terras e da

introdução de atividades baseadas no modelo de produção atual, o que tem colaborado para que as populações locais percam o controle das áreas e dos recursos, levando à diluição das práticas tradicionais e ao desencadeamento de conflitos.

Em Sergipe, existem mulheres que não possuem o registro de pescadoras profissionais, apesar de viverem exclusivamente da pesca. Elas desenvolvem uma jornada diária de trabalho exaustiva, estando sujeitas a objetos cortantes, bactérias, acidentes, ao desenvolvimento de afecções como as Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e aquelas provenientes das condições insalubres de seu trabalho, como artrose, câncer de pele, problemas respiratórios, perda das digitais, cortes, dores na coluna, dentre outras. Dessa maneira, a dificuldade nos registros pode acarretar sérios impasses previdenciários para essas trabalhadoras, conforme argumentação anterior.

Outra dificuldade é o baixo poder de atuação das mulheres nas colônias e associações, posto que as suas questões não são levadas em consideração nas pautas dessas entidades, o que ocasiona o distanciamento entre as filiadas e as entidades de classe, pois não se sentem representadas. Além disso, têm de lidar com a falta de equipamentos e a responsabilidade no provimento familiar, pois muitas são chefes de família.

Em consequência da sua situação no quadro geral da pesca, as pescadoras de Sergipe, autodefinidas como marisqueiras, iniciaram um processo de articulação para formar um movimento estadual, proposta discutida no II Encontro Inter-Regional das Marisqueiras, realizado no ano de 2015 em Aracaju. O evento reuniu 85 mulheres da área de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras-Bacia Sergipe e Alagoas (PEAC)², que debateram sobre sua luta e a estruturação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS). Em 2017, foram eleitas as coordenadoras locais representando as 14 comunidades de abrangência do Projeto Marisqueiras do PEAC.

A organização das pescadoras quanto à formação de um movimento que evidencie as suas demandas, torna-se urgente e salutar para que as desigualdades presentes do setor sejam minimizadas e para o fortalecimento da pesca artesanal em Sergipe.

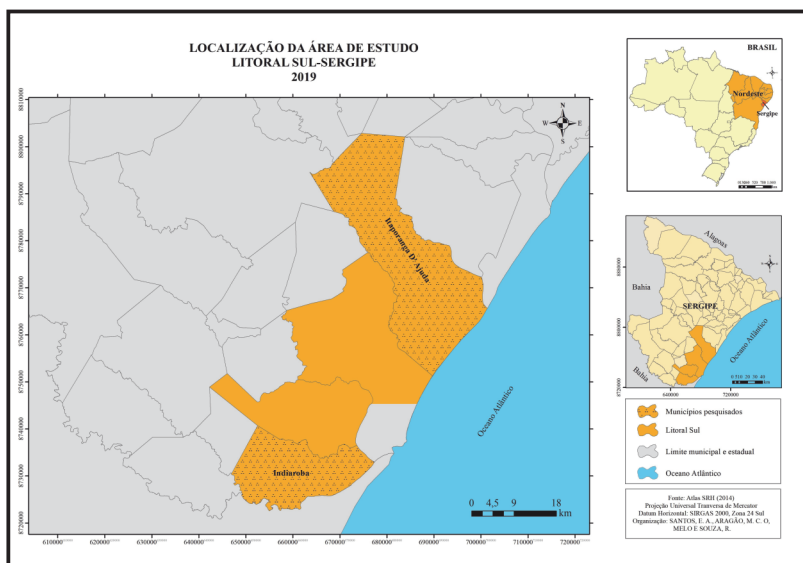
MULHERES PESCADORAS DO LITORAL SUL SERGIPANO: ESPAÇO DE TRABALHO, MODO DE VIDA E MANEJO DOS RECURSOS PESQUEIROS

A relação entre sociedade/natureza, mediada historicamente na divisão dos gêneros masculino e feminino, requer atenção em seus entrelaces no âmbito dos espaços de trabalho, pois nas relações cotidianas tanto para o homem quanto para a mulher existe uma atmosfera laboral própria e se configura e (re) configura ao longo do tempo nas mais diversas sociedades.

Nessa concepção não há como estudar o âmbito do trabalho sem considerar as visões sobre gênero e sem entender os mecanismos de modo de vida e manejo dos recursos pesqueiros.

Na tentativa de apresentar a configuração da pesca feminina em Sergipe, fizeram parte do recorte espacial do estudo as comunidades tradicionais pesqueiras dos municípios Itaporanga D'Ajuda e Indiaroba, localizados no Litoral Sul do estado, região de intensivas transformações devido a projetos governamentais de reestruturação com a construção de eixos indutores de ocupação como pontes, a revitalização de estradas, a carcinicultura, a monocultura etc. (Figura 1).

Figura 1: Localização da área de estudo



Fonte: SRH (2014).

As alterações oriundas das ações governamentais e dos atores locais têm acarretado a redução dos recursos, o aumento dos cercamentos das terras, impossibilitando o acesso às áreas de extração e, assim, a geração de conflitos que interferem no desenvolvimento das atividades extrativistas nas comunidades pesqueiras do Litoral Sul sergipano. No tocante às mulheres, a pressão exercida nas áreas de manguezais poderá contribuir para a perda da sua principal fonte de renda.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as mulheres são as mais atingidas com as transformações locais, dado que desenvolvem as atividades nas proximidades das suas residências, em áreas de expressivo interesse por parte de empresários e agentes públicos. Elas que são as guardiãs da biodiversidade e as principais responsáveis pela manutenção da atividade, pois no grupo desempenham o papel de fornecer as primeiras cerimônias de apresentação e integração dos filhos ao trabalho de pesca (RAMALHO, 2006), enfrentam uma série de obstáculos para continuar provendo a família através da pesca.

A PESCA NA ILHA MEM DE SÁ-ITAPORANGA D'AJUDA/SE

Uma das comunidades escolhidas para esse estudo foi a Mem de Sá, localidade compreendida em uma ilha fluvial no estuário do rio Vazabarris, (11°29'26"S e 06°46"W), situada em Itaporanga D'Ajuda, distante apenas 23 km da sede municipal e a 53 km de Aracaju, tendo a pesca como principal fonte de renda e vida para os seus habitantes. A população da ilha é de aproximadamente 300 pessoas e a maioria dos pescadores está registrada na Colônia Z-9, em Itaporanga D'Ajuda. A localidade tem energia elétrica, mas a água não é suficiente para o abastecimento permanente de todas as moradias.

Em uma compressão socioantropológica relativa à pesca na Ilha Mem de Sá é importante ressaltar a natureza específica das atribuições laborais desempenhadas entre homens e mulheres. Uma vez que as relações de trabalho não são contínuas, têm seu ritmo ditado pela natureza e não por desígnios diretos das relações sociais, no entanto, o saber tradicional sobre os processos ecossistêmicos envolvidos na atividade é essencial para a existência dos próprios (VALÊNCIO; MARTINS, 2004).

A compreensão do modo de vida das mulheres pescadoras incide diretamente na gestão dos recursos naturais, uma vez que é dessa relação que sobressai a própria existência social na localidade. No Diagnóstico da Pesca Artesanal na Ilha Mem de Sá (EMBRAPA, 2007) sobre a atividade que compõem o rendimento familiar mensal, para 80% das mulheres a pesca era a principal receita; já para os homens a porcentagem cai para 70%, revelando os elos relacionais entre gênero, trabalho e modo de vida.

Os pescadores e pescadoras artesanais exibem uma gama de conhecimentos expressos em destaque na construção do seu trabalho, mas intimamente relacionado ao ambiente circundante e aos demais componentes dos ecossistemas. Ao contrário da produção industrial, a reprodução dos objetos de trabalho, o pescado, realiza-se segundo as leis de reprodução biológica dos cardumes, as quais escapam ao controle do homem e da mulher e essa imprevisibilidade na reprodução natural influencia de maneira considerável a reprodução social das comunidades de pequenos pescadores e pescadoras (DIEGUES, 2004).

No âmbito do trabalho pesqueiro historicamente designado para as mulheres, há uma singularidade muito relevante na ilha Mem de Sá, que é o espaço do mangue. A pesca só tem sentido dentro de interfaces muito próprias, do trabalho da casa e do mangue enquanto atividades intimamente relacionais. Não obstante, compartilhar as áreas de manguezais é compartilhar a própria vida, é uma extensão das relações sociais construídas na comunidade.

Para a composição do rendimento financeiro familiar mensal, as mulheres da ilha de Mem de Sá desenvolveram uma aguçada sensibilidade de perceber o funcionamento dos ecossistemas, saberes imprescindíveis para o sucesso do seu trabalho, em que, a leitura e o compartilhamento das áreas do manguezal são interacionais.

De acordo com Nascimento (2008), os manguezais, ecossistemas costeiros, são importantes sistemas constituídos por comunidades altamente diversificadas que ocupam uma porção substancial das costas tropicais do planeta. Devido a sua estrutura, criam numerosos nichos para vários grupos de animais que utilizam os diversos *habitats* para alimentação, reprodução, desova, crescimento e também proteção de predadores.

O conhecimento sobre a estrutura do manguezal, de seu papel na cadeia produtiva dos ecossistemas e dos mitos que o envolvem são

saberes revelados cotidianamente pelos pescadores e pescadoras artesanais locais. Mulheres menstruadas não entram no mangue, pois a percepção é de que precisam estar com o organismo puro para não contaminar o ambiente sagrado de seu sustento, bem como, as áreas do mangue são compartilhadas pelas companheiras de trabalho e de vida, em geral, comadres e vizinhas e esses saberes desvendam um conhecimento reconhecido e transmitido dentro dos círculos da construção da vida em comunidade e dos grupos sociais que colaboram para a gestão sustentável dos recursos naturais.

No estuário, a pesca depende muito do ritmo das marés e dos tipos dos bosques de mangue. Nascimento (2008) enfatiza que os bosques de mangue apresentam variabilidade quanto ao seu desenvolvimento estrutural decorrente da resposta da vegetação e vários fatores operam com distintas intensidades sobre o ambiente. As mulheres na ilha Mem de Sá reconhecem as diferentes peculiaridades dos bosques; elas identificam a partir da sua vivência as características dos tipos de mangue, os atributos, as classificações e as funções de cada um (Quadro 1).

Quadro 1: Tipos de mangues segundo a percepção dos pescadores e pescadoras artesanais da ilha Mem de Sá.

TIPO	CARACTERÍSTICAS
Mangue de botão (<i>Conocarpus erectus</i>)	Fica nas proximidades do apicum.
Mangue vermelho ou mangue sapateiro (<i>Rhizophora mangle</i>)	Tem mais caldo, lama mole, é o mangue preferido dos caranguejos para esconderijo pois tem muita raiz, moradia do caranguejo adulto.
Mangue siriba (<i>Avicennia germinans</i> e <i>Avicennia schaueriana</i>)	A folha é mais salgada.
Mangue branco (<i>Laguncularia racemosa</i>)	Moradia do caranguejo pequeno.

Fonte: Trabalho de campo (2010). Elaboração: Autoras (2019).

São necessários conhecimentos aguçados e específicos para a fabricação e utilização das artes de pesca, pois se relacionam diretamente ao sucesso da captura do pescado. E como observado em outras comunidades pesqueiras, também existem relações sociais e divisões entre os gêneros bem definidas: a pesca apresenta-se como atividade tipicamente masculina; já a mariscagem (pesca ou cata e descarte dos mariscos) é atividade predominante das mulheres.

No âmbito do trabalho feminino na Ilha Mem de Sá, o destaque na pesca é a vara com linha, uma arte de pesca utilizada exclusivamente

pelas mulheres da comunidade para a captura do caranguejo aratu. A fabricação da mesma é feita de forma artesanal, utilizando apenas uma vareta com uma amarração a uma linha/fio de nylon. Em uma das extremidades da linha é posta uma isca para a captura do aratu, crustáceos que “gostam” de barulho e são atraídos pelos cantos das “encantadoras de aratu”.

Entre os bosques dos mangues os aratus se escondem, contudo, são surpreendidos com o encanto das mulheres que os capturam um a um com o cuidado de observar os períodos de reprodução para que o seu sustento não falte futuramente. Pela denominação local, as mulheres são marisqueiras, reflexo de uma atividade pesqueira historicamente considerada masculina em que o trabalho feminino é considerado complementar ao trabalho dos homens, assim, as mulheres pescam o aratu nas margens próximas da ilha, pois devem conciliar a atividade com os trabalhos domésticos e a criação dos filhos (Figura 2).

Figura 2: A pesca feminina na ilha Mem de Sá



Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá- Itaporanga D’Ajuda/Se - Embrapa Tabuleiros Costeiros (2010).

Legenda: 2a) Aratu nos manguezais da ilha Mem de Sá. 2b) Mulheres Pescadoras da Comunidade Mem de Sá.

São reconhecidas divisões e relações de poder no interior da atividade pesqueira. Deste modo, embora, a relação entre sociedade, ambiente e cultura seja evidente e necessária para a produzem também relações contrastantes.

No tocante, as mulheres, não há como não perceber todo o conhecimento sobre o espaço e gestão da pesca estuarina que as mesmas construíram, mas ainda são notórias as amarras sociais, culturais e

históricas que se colocam como empecilhos para o próprio reconhecimento das mulheres como pescadoras.

Na pesca artesanal, o mercado é o objetivo da atividade, ainda que o “balaio” ou cesto de peixe para o autoconsumo separado antes da partilha constitua uma das bases da sobrevivência do pescador e de sua família (DIEGUES, 2004). Assim, a comercialização é uma das principais fragilidades da composição dos rendimentos financeiros na comunidade, pois o acesso às rotas requer dispêndio de dinheiro, viabilização de transporte e tempo, além de a procura pelo produto nem sempre ser satisfatória, pelo pescado e catado, e muitas vezes os pescadores artesanais têm que entregar os produtos para atravessadores.

De acordo com o PEAC, de outubro de 2009 a agosto de 2010, os pescadores artesanais da ilha Mem de Sá capturaram 7520,8 kg de aratu. No entanto, comercialização do mesmo e do catado de aratu, produto produzido exclusivamente por mulheres, é basicamente realizada por atravessadores, pois a procura no mercado Alcezar Garcez Rolemberg, situado em Itaporanga D’Ajuda, não supre a oferta do produto, e esta foi rota encontrada pelos pescadores e marisqueiras.

Os (as) pescadores (as) artesanais da ilha Mem de Sá enfatizam que a principal dificuldade no escoamento do pescado é a falta de um comprador fixo, de uma rota fixa de comercialização que contemplasse e valorizasse os frutos do seu trabalho, principalmente para o catado de aratu, no caso específico das mulheres pescadoras.

Portanto, não é possível ter uma precisão do valor médio dos rendimentos financeiros mensais dos pescadores artesanais da ilha Mem de Sá, posto que advém majoritariamente da atividade pesqueira, considerando que não é um trabalho com regularidades estabelecidas, já que depende de desígnios naturais, da habilidade dos trabalhadores e da conservação dos ecossistemas e da comercialização.

A renda média mensal autodeclarada dos pescadores e pescadoras da ilha Mem de Sá é baixa, pois 58,3% da comunidade enfatiza que vive com menos de um salário mínimo. Este cenário reflete a falta de incentivo e investimento público que deveriam ser inseridas para as comunidades de pescadores artesanais na tentativa de salvaguardar um modo de vida que tanto contribui para a segurança alimentar da sociedade e para a

economia nacional; demonstra também a dificuldade de articulação interna para a criação de estratégias de organização coletiva em que o trabalho das mulheres pescadoras pudesse ser valorizado tanto localmente quanto na abertura de novas cadeias produtivas, preservando as formas de gestão compartilhada dos recursos naturais já existentes.

A PESCA NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE INDIAROBA

Em Indiaroba, o estudo foi desenvolvido nas comunidades extrativistas Terra Caída, Convento, Preguiça (de Cima e de Baixo) e Pontal, localizadas na porção leste do município. A escolha dessas comunidades ocorreu devido à relação de dependência com os elementos da natureza, sobretudo a terra e a água, pois o extrativismo da mangaba e a pesca constituem-se como fontes primárias de renda, visto que mais de 80% da população depende dessas atividades para a sobrevivência.

O município está localizado na microrregião de Estância, extremo sul sergipano (11°31'10" S e 37°30'37" W). Está distante da capital Aracaju 100 Km, cujo acesso ocorre pelas rodovias BR 235, BR 101 e SE 318. É um município com características rurais que abriga uma população total de 15.831 habitantes (IBGE, 2010), distribuída numa área de, aproximadamente, 314 Km.

De acordo com os dados do Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SisRGP, 2016), em Indiaroba estavam registrados no período 941 pescadores (as). Estes (as) pertenciam às colônias Z-3 (Santa Luzia Itanhy), Z-4 (Estância) e Z-11 (Indiaroba).

A inserção da mulher na pesca ocorre nos primeiros anos de vida quando ela passa acompanhar a mãe na labuta diária. O exercício diário permite a construção de um rico conhecimento sobre os ciclos da natureza e o comportamento das espécies, como pode ser observado nos relatos das marisqueiras dos povoados Preguiça de Cima e Terra Caída.

Tem maré que é pela Lua e tem maré que não é pela Lua. A maré de escuro agora não é pela Lua. Agora quando a Lua é lua nova, aí às vezes a Lua quando tá saindo a maré tá vazando. Às vezes, quando a Lua se põe a maré tá enchendo. Têm esses negócio assim, né! (Marisqueira de Terra Caída, 57 anos, 2017)

Observa-se que o trecho selecionado retrata a vivência, o cotidiano de indivíduos que constroem saberes acerca da pesca no encontro com os

demaís e com o ambiente. Assim como em Mem de Sá, nas comunidades pesqueiras de Indiaroba a maré define o ritmo de trabalho, os apetrechos, as estratégias a serem utilizadas nos pontos de pesca e as espécies extraídas. Baseado nisso, as mulheres e homens envolvidos na pesca classificam a maré de três formas: pela intensidade da luz nas pescarias noturnas (*maré de escuro e maré de lua*), pelo horário em que ocorre (maré cedo e maré tarde) e pelo ciclo lunar (*maré grande, maré morta, maré vazante, maré enchente e maré de lançamento*).

Outro aspecto identificado entre as pescadoras de Indiaroba é a divisão do tempo das pescarias em dois períodos: verão (seco) e inverno (chuvoso). Conforme citado por Marques (1991), esse tempo é diferente da forma como as sociedades urbano-industriais o fazem, sendo organizado com base em outros critérios, de tal maneira que “inverno” e “verão” podem não significar exatamente as estações do ciclo anual oficial, mas períodos relacionados à chuva e à estiagem.

O tempo todo tem aratu. Só que tem um tempo que ele se esconde na fonte. Na quaresma mesmo [...] fica muito ruim de pegar. No inverno, ele fica ruim de pegar [...] agora no verão aparece aratu de todo canto. (Marisqueira do Convento, 38 anos, 2016).

Nas áreas de extração, os principais animais capturados pelas marisqueiras são o aratu, o massunim, o siri, a ostra e o sururu. Em grupo, geralmente, com familiares e/ou vizinhos, elas adentram estas áreas utilizando roupas simples como calça, tênis e casaco (Figura 3A). Assim, para a captura das espécies, manipulam apetrechos e desenvolvem técnicas fundadas através dos saberes tradicionais, elementos percebidos na fala da marisqueira de Convento.

[...] A gente sobe na gaiteira, bota o balde lá no chão e bota linha e pega umas folhas [...] esbagaça nas mãos [...] sacode e faz lururururu [...]. Aí quando o aratu tá bom já de pegar, eles vêm tudo, a gente avôa, eles pega na isca [...]. Quando ele garra na isca a gente joga no balde. (Marisqueira do Convento, 38 anos, 2016).

Nos últimos anos têm se deslocado para pontos mais distantes, por causa das ações antrópicas negativas que têm provocado mudanças no espaço pesqueiro, dentre elas a diminuição das espécies. Em virtude disso, realizam a pesca em vários trechos do complexo estuário-manguezal do Rio Real em Sergipe e na Bahia, tendo que remar, em alguns períodos, por 5 horas para chegar ao ponto de coleta. Assim, como os homens, para

chegar aos pontos distantes, as mulheres utilizam como meio de transporte a canoa (de parentes ou vizinhos), a carroça e o carro.

As pescadoras inquiridas revelaram uma rotina longa e exaustiva, demandando até 18 horas de trabalho diário durante 06 dias na semana. Elas desenvolvem uma dupla jornada diária, em razão do trabalho na pesca (extração, beneficiamento e comercialização) e no espaço privado, com a realização dos afazeres domésticos e educação dos filhos.

Figura 3: Coleta e beneficiamento de moluscos e crustáceos realizados pelas marisqueiras em Indiaroba



Fonte: Trabalho de campo (2015-2017). Acervo fotográfico de SANTOS, E. A.

Legenda: 3a) Marisqueira no manguezal extraindo aratu com uso de vara e linha 3b) e 3c) Lavagem e cozimento do massunim 3d) Marisqueira quebrando o aratu 3e) Marisqueira exibindo o catado de massunim em bolsa de 1kg.

Relativo aos rendimentos mensais, auferidos com o seu trabalho, a maioria (89%; n=36) afirmou não adquirir rendimentos equivalentes ao salário mínimo com o seu labor, caracterizando a precariedade e desvalorização do seu trabalho, assim como as dificuldades que enfrentam de acessos aos serviços públicos essenciais e à melhoria das condições de vida. Algumas complementam o orçamento doméstico

mediante repasses do Programa Bolsa Família e/ou do recebimento do acesso ao seguro-desemprego (seguro-defeso) e/ou com a aposentadoria de algum membro da família, no caso mãe ou cônjuge.

Para aquelas que possuem o registro de pescadora, às interrupções no pagamento do seguro-defeso têm sido uma das principais insatisfações. Elas apontam que esta situação decorre da desarticulação dos órgãos responsáveis pela organização da pesca nacional, na qual muitas tiveram os seus registros cancelados ou suspensos.

O beneficiamento do pescado abarca uma outra etapa desse cenário marcado pela tradição e reinvenção do modo de vida atrelado à dinâmica da natureza e aos fatores externos à atividade. Ele ocorre logo que a marisqueira chega a sua residência e/ ou após a realização das tarefas domésticas. Pode ser realizado de forma individual e/ou coletiva com ajuda de vizinhos e da família, principalmente as filhas participam desse momento. Outrossim, acontece de forma rudimentar, em condições mínimas de higiene, o que pode comprometer a qualidade do marisco e justificar os baixos valores agregados aos produtos. Não existe um local específico para realizá-lo; por isso, os moluscos e crustáceos são manipulados em qualquer ponto, seja no interior e nas portas das residências e/ou nos quintais com a utilização de bacias, panelas e facas, sem o uso de luvas e toucas.

O primeiro passo consiste em lavar as espécies extraídas para depois cozinhá-las em fogo de lenha, utilizando panela ou lata de tinta; após esta etapa, retira-se o envoltório dos moluscos ou quebram-se (descarnam-se) os crustáceos. Todo o material tratado é colocado em bolsas de 1 kg e armazenado na geladeira (Figuras 3b, 3c, 3d e 3e).

Por não existir uma política voltada ao fortalecimento da cadeia produtiva da pesca local e uma organização política efetiva que garanta o preço do produto, as marisqueiras tornam-se vulneráveis e os cambistas (atravessadores) fortalecidos. A comercialização dos seus produtos ocorre em sua maioria na comunidade ou são repassados para os cambistas (atravessadores). É realizada ainda nas feiras de outros municípios como Estância e Aracaju. Em geral, o pagamento é à vista e a frequência de comercialização é de 1 a 3 vezes na semana.

Os rendimentos decorrentes do seu trabalho são destinados ao abastecimento da família, seja para o pagamento de despesas (energia e água), alimentação, materiais escolares para os filhos ou até mesmo

para o pagamento da mensalidade da colônia e compra de insumos para o desenvolvimento da atividade, demonstrando a relevância da participação feminina para a composição do orçamento doméstico, para a garantia de bem-estar da família. Em consonância com Alencar (1991, p. 146), o trabalho da mulher fora do espaço doméstico, “por serem insuficientes os “homens” enquanto trabalhadores”, é imprescindível para a estabilidade do projeto de vida do grupo familiar, ou melhor, a cooperação entre as partes é fundamental para a sua continuidade.

Os dados apresentados possibilitaram a identificação dos aspectos positivos e negativos quanto ao desenvolvimento da pesca feminina e o modo de vida das marisqueiras do Litoral Sul de Sergipe. A partir deles, foi possível a elaboração da matriz SWOT/FOFA (Quadro 2), que permitiu a identificação das fragilidades existentes no espaço pesqueiro para que objetivos e estratégias sejam elaboradas com o intuito de minimizar as ameaças e ampliar as oportunidades com o fortalecimento organizacional do grupo em tela.

A análise do ambiente interno comum as comunidades revela a relevância do conhecimento adquirido e transmitido tradicionalmente para a manutenção e sobrevivência das comunidades de pescadores artesanais na contemporaneidade e como as relações sociais construídas foram sendo fortalecidas e modelando os recursos naturais em uma coparticipação entre ambiente e sociedade. Contudo, quando a análise se apropria das especificidades do trabalho feminino, os desafios mostram-se maiores.

As ameaças começam a ser direcionadas a um âmbito de pouca valorização e reconhecimento da mulher e de seu modo de vida aliado as forças de organização social ainda muito embrionárias e que enfraquecem o barramento de consequências socioambientais derivadas de transformações no ambiente interno e externo.

A partir dos pontos destacados, nota-se que o modo de ser e viver das pescadoras do Litoral Sul sergipano está imbricado de elementos que dão sentido ao grupo pesqueiro, sendo determinado pela autonomia, liberdade, saberes, imprevisibilidade, crenças, amizade, resistência e luta que marcam a sua existência como indivíduos pertencentes a uma cultura que transcende gerações; elementos que traduzem toda uma experiência nas marés da vida.

Quadro 2: Análise SWOT/FOFA do trabalho e modo de vida das pescadoras artesanais de Itaporanga D'Ajuda e Indiaroba/SE

FATORES INTERNOS FORÇAS Comum aos dois municípios • Conhecimento acumulado sobre os recursos naturais aquáticos e terrestres; • Saber-fazer de instrumentos de pesca específicos; • Diversidade de recursos naturais; • Participação no MMS.	FRAQUEZAS Comum aos dois municípios • Falta de reconhecimento local da profissão de pescadoras; • Jornadas de trabalho exaustivas conciliando as tarefas da casa e da pesca; • Baixo grau de instrução das pescadoras; • Interdição nos espaços representativos: colônias e associações; • Escoamento e comercialização dos mariscos precários; Indiaroba • Pesca predatória do aratu; • Desunião das pescadoras; • Não possuir os recursos necessários ao desenvolvimento da atividade, a exemplo do barco.
FATORES EXTERNOS OPORTUNIDADES Comum aos dois municípios • Escoar nos mercados próximos como produto o catado do aratu; • Valorização dos mariscos; • Inspirar as demais mulheres da ilha para a autodeclaração da profissão de pescadoras; • Parceria com professores e alunos da UFS; • Criação do MMS e participação em redes de fortalecimento comunitário; • Gestão adaptativa centrada na promoção da aprendizagem.	AMEAÇAS Comum aos dois municípios • Produção ser interceptada por atravessadores; • Baixo valor agregado para os produtos pesqueiros oriundos do trabalho das mulheres pescadoras; • Redução da qualidade dos recursos hídricos; • Ausência de estatísticas relativas a pesca artesanal e com enfoque em gênero; • Não transversalidade de gênero na elaboração das políticas públicas; Indiaroba • Desmatamento do mangue com a carcinicultura, especulação imobiliária e empreendimentos turísticos.

Fonte: Trabalho de campo (2010; 2015-2017). Elaboração: Autoras (2019).

CONCLUSÕES

O modo de vida das populações tradicionais pesqueiras está estabelecido a partir de tramas que se entrecruzam numa relação simbiótica destas com a natureza, caracterizada pelo rico conhecimento

sobre o ambiente e os recursos explorados, assim como pelas estratégias e apetrechos utilizados no manejo dos recursos. Dessa maneira, as tramas tecidas no desenvolvimento do trabalho na pesca revelam o modo de ser e de existir desses povos, as suas lutas e resistências diante das transformações incutidas neste espaço em decorrência de um modelo econômico que prima pela privatização da natureza.

A introdução de novos usos alheios ao modo de vida dessas comunidades provoca a espoliação dos ecossistemas manejados por esse grupo, com efeitos negativos sobre a sua reprodução social, física e cultural, tendo em vista que são inteiramente dependentes da biodiversidade local. Nesta conjuntura, as mulheres pescadoras são as mais prejudicadas em decorrência da realização das suas atividades no manguezal, território vislumbrado pelos empreendedores com o apoio do Estado, através da implantação de projetos de desenvolvimento regional. Neste caso, o Estado apresenta um papel ambíguo, uma vez que ao mesmo tempo em que implementa projetos que alteram os ecossistemas costeiros, elabora instrumentos que regulam a forma de proteção e usos dos mesmos, a exemplo da implantação de unidades de conservação.

Tal panorama resulta em conflitos marcados pela luta por território, pelo acesso aos elementos que instituem o modo de ser e pertencer do grupo, aqueles que forjam a sua identidade. Nas comunidades analisadas, a luta é pela existência, em razão de estarem sujeitas a restrições de acesso às áreas de extração, devido à implantação de cercas e à diminuição das áreas de uso comum, por conta do desmatamento gerado pela plantação de eucalipto e coco, instalação de viveiros de camarão, construção de condomínios e expansão das segundas residências.

As pescadoras enfrentam, ainda, a invisibilidade e desvalorização do seu trabalho perante a comunidade e o Estado, estando sujeita às dificuldades de acesso, aos espaços de decisão, aos direitos previdenciários e compensatórios. Nesse processo, é mister refletir sobre a questão de gênero, para que espaços democráticos sejam construídos e para que ocorra a participação equitativa dos sujeitos, bem como para o estímulo à autonomia feminina.

Destarte, as mulheres pescadoras elaboram estratégias para a permanência na atividade, tais como: a socialização dos saberes; os cuidados na extração para não degradar o mangue; a solidariedade marcada pelo auxílio à marisqueira na venda dos seus produtos, quando

não pode se deslocar até o ponto de comercialização ou na divisão das despesas relacionadas a combustível e aluguel da banca na feira, quando não possuem o cadastro.

Logo, as pescadoras investigadas carregam em si a trabalhadora da pesca, mostrando/provando que o que desenvolve é pesca e não tem porque separar, negar. Elas são as guardiãs dos saberes, da história, da identidade do grupo, pois são responsáveis pelas primeiras lições sobre a atividade. São as protagonistas da reprodução social do grupo pesqueiro.

NOTAS

1. Este capítulo integra as discussões presentes na dissertação de mestrado desenvolvida por Míria Cássia Oliveira Aragão intitulada Rios de reciprocidades: saberes tradicionais no contexto da sustentabilidade socioambiental na comunidade Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda-SE e a tese desenvolvida por Eline Almeida Santos, cujo título foi Mulheres Pescadoras-Mulheres Mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE, defendidas respectivamente nos anos de 2011 e 2018.

2. Em Sergipe o PEAC abrange hoje 10 municípios litorâneos: Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Aracaju, Itaporanga D’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba. Disponível em: <<http://programapeac.com.br/sobre-o-peacabrangencia-do-peac/>>. Acesso em: em: marc. 2016

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. F. **Pescadeiras e perigosas**. A pesca feminina na Ilha de Lençóis. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). 188 f. Brasília: UNB, 1991.

ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, Wilma; MELLO, A. F. de. **Povos das águas**: Realidade e perspectivas na Amazônia. PR/MCT/CNPq Museu Paraense Emílio Goeldi-Coleção Eduardo Galvão, Belém: Pará, 1993. p. 64-81.

DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. NAPAUB-USP, 2004.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá - Itaporanga D’Ajuda/Se**. Embrapa Tabuleiros Costeiros. Aracaju, 2007.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. **Diagnóstico da Pesca Artesanal na Ilha Mem de Sá -SE**. EMBRAPA Tabuleiros Costeiros. Aracaju, 2007.

FIGUEIREDO, M. M. A.; PROST, C. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. **Rev. Feminismos**. Vol.2, N.1, UFBA, 2014.

GOES, L. de O. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. 219 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população: trabalho e rendimento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/trabalho_e_rendimento/>. Acesso em: out. 2015.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARQUES, J. G. W. **Aspectos ecológicos na etnoictiologia dos pescadores do Complexo-lagunar Mundaú Manguaba**. 1991. 293 f. Tese (Doutorado em Ecologia). UNICAMP, Campinas, 1991.

MPA-Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP**. Brasília, 2012.

ORNAT, M. J. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322, jul./dez., 2008.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, SP: CERES, 2006.

SCHERER, E (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. 1 ed.-Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SCOTT, J. – Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press, 1989.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

NASCIMENTO, S. A. **Ecofisiologia do manguezal**. Org. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Aracaju: Sergipe, 2008.

VALENCIO, N. F. L. da S.; MARTINS, Rodrigo Constante. Novas institucionalidades na gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 5. n.º 8, mar., 2004.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

WOORTMANN, E. F.- Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades Pesqueiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18, 1992.

ATIVIDADE PESQUEIRA NA AMAZÔNIA PARAENSE: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS - PARÁ

Gracilene de Castro Ferreira

Doutoranda no PPGeo da UFPA

Gleice de Castro Pereira

Docente da SEEDUC Pará

INTRODUÇÃO

Nas palavras de Gonçalves (2012), a Amazônia está associada à imagem de uma área de aproximadamente 7,5 milhões de Km², localizada na porção Centro-Oriental da América do Sul; cortada pelo Equador terrestre, com um clima quente e úmido; coberta por uma densa floresta tropical úmida; banhada por uma intrincada e intensa bacia hidrográfica que tem o rio Solimões - Amazonas como eixo principal; habitada por uma população rarefeita, constituída basicamente por populações indígenas ou caboclas e que abriga riquezas naturais incalculáveis. Diante disso, adverte que estudar a Amazônia já é um ato desafiador, habitar neste espaço é mais que um desafio, é manter um diálogo e uma convivência constante com a diversidade, com a pluralidade de uma dinâmica social, permeada por uma enorme gama de culturas e saberes que constroem e fundamentam a vida do homem amazônida.

De fato, por ser a Amazônia um ambiente plural devido à diversidade cultural, com representações sociais específicas e próprias do

povo amazônida, estudá-la torna-se uma tarefa desafiadora à medida que vários aspectos da vida de quem divide este território precisa ser analisado, pensado e entendido à luz de uma teoria que considere a apropriação material e imaterial do território.

E baseado na concepção de que território “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”... “a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi” (SANTOS, 2007, p. 96) é que o território é compreendido neste estudo como um conjunto de variáveis incorporado por uma população, uma parcela do espaço cuja história apresenta todas as manifestações da existência humana.

No diálogo sobre a pesca na Amazônia, algumas considerações particulares merecem destaque, como a extensão territorial, o vasto litoral, a abundância de recursos hídricos, a biodiversidade animal e vegetal, entre outros fatores que favorecem a existência de um ambiente favorável para a dinâmica pesqueira nela desenvolvida.

A saber, a atividade pesqueira na Amazônia é constituída no geral de pesca industrial e pesca artesanal, sendo esta predominante na maior parte dos rios amazônicos. Para a pesca industrial, geralmente, está incluído o uso de equipamentos específicos, que garantam uma maior capacidade técnica e embarcações com maior garantia de captação e tecnologia adequada para a captura e conservação do pescado.

Quanto à pesca artesanal, a mesma se caracteriza pela exploração de recursos pesqueiros, com a utilização de tecnologia simples para a captura e com a produção em baixa escala e emprega, principalmente, a mão de obra familiar, utilizando-se de embarcações de porte pequeno, como canoas ou jangadas, ou ainda sem embarcações, tal como ocorre na captura de moluscos e crustáceos perto da costa.

Neste cenário, destaca-se o papel de um agente social que fortemente representa o povo que reside na região amazônica, o pescador, cuja relação com o rio estabelece sua interação social, cultural e econômica como garantia de sua existência e subsistência. É este que, ao tornar-se participante e atuante dentro de um território que lhe é particular, cria uma identidade com uma territorialidade construída a partir de sua relação com a natureza e os recursos que dela provêm, neste caso, o pescado e demais recursos que do rio emanam.

Em sua obra "Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica", Lourdes Gonçalves Furtado (1993), relaciona a pesca na Amazônia com as outras atividades realizadas pelos pescadores e classifica os pescadores como pescadores polivalentes e pescadores monovalentes. Sendo os polivalentes os que vivem uma multiplicidade de atividades que se adaptaram às condições da sazonalidade, tais como, a coleta de produtos silvestres, a agricultura de roçados, o cultivo da juta e alguma caça. E os monovalentes são aqueles que vivem exclusivamente da pesca.

Conforme a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, o pescador artesanal é aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma, ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pequeno porte (BRASIL, 2012).

Para Furtado et al. (2006), as atividades econômicas na vida do pescador amazônico se diversificam com intensidade variável em pesca, lavoura, coleta, extrativismo e serviços primários. Todas fundadas na mobilização dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente. Destacam também que a dinâmica de vida dos pescadores na Amazônia tem sido o principal indicador como base de análise a respeito do sistema econômico destas populações e da reprodução destes ambientes.

Santos (2005) ao caracterizar as configurações territoriais da Amazônia, ressalta que a hidrologia da bacia amazônica configura-se como um imenso complexo de rios, igarapés, lagos, canais e furos nos quais abriga cerca de 20,0% de toda água doce da Terra. Devido isso, a pesca é apontada como uma das atividades mais importantes nesta região, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte.

No Nordeste do Estado do Pará não é diferente por apresentar uma diversidade em relação à sua morfologia e vegetação, em especial na zona costeira, na qual as áreas estuarinas se destacam por apresentar uma cobertura vegetal com predomínio de mangues seguida de campos alagados e restingas (BRASIL, 2014).

Neste cenário, destaca-se a microrregião do Salgado, uma das microrregiões do estado do Pará pertencente à mesorregião Nordeste

Paraense. Sua população foi estimada pelo IBGE (2010) em 238.830 habitantes e está dividida em onze municípios: Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia. Possui uma área total de 5.784,561km².

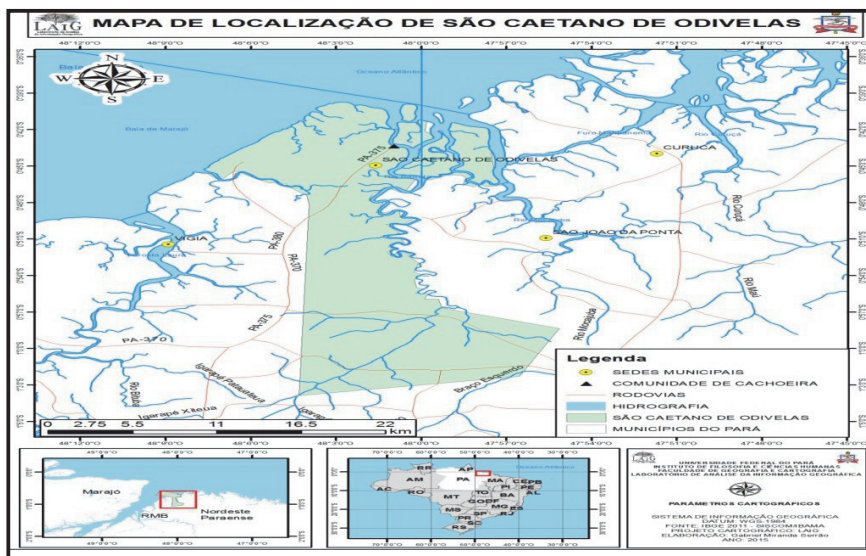
Em São Caetano de Odivelas, onde esta pesquisa se destina, a pesca assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio rural, esta atividade ou é voltada apenas para consumo próprio ou para vendas de pequeno porte, como ocorrem nas feiras de bairro.

Nesse sentido, este trabalho visa analisar através de estudo de caso a cadeia produtiva da pesca artesanal no Nordeste Paraense, enfatizando as dinâmicas territoriais do referido município cuja exploração de recursos pesqueiros se dá com a utilização de tecnologia simples para a captura e com a produção em baixa escala emprega, principalmente, a mão de obra familiar, utilizando-se de embarcações de porte pequeno, como canoas ou jangadas, ou ainda sem embarcações, tal como ocorre na captura de moluscos perto da costa ou na captura do caranguejo.

CONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de São Caetano de Odivelas fica localizado na Costa Atlântica do Estado do Pará (Figura 1) na Mesorregião do Nordeste Paraense, Microrregião do Salgado, distante de Belém, capital do estado, 93 km em linha reta e 120 km pela rodovia. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 00°44'33" de latitude Sul e 48° 01'03" de longitude a Oeste de Greenwich. Possui ainda os seguintes limites: ao Norte - Oceano Atlântico; a Leste - Municípios de Curuçá, São João da Ponta e Terra Alta; ao Sul e a Oeste com o município de Vigia. Possui uma área territorial de 743,466 km², com população estimada em 17.344, além de uma densidade demográfica de 22,72 hab./km² (IBGE, 2010).

Figura 1: Mapa de Localização do Município de São Caetano de: Odivelas



Fonte: Ferreira (2017)

Os fundamentos históricos de São Caetano de Odivelas estão vinculados à presença de padres jesuítas no período colonial, em região do Rio Mojuim, na zona do Salgado. No ano de 1957, os padres da Companhia de Jesus se instalaram no lugar conhecido por São Caetano, sendo que em 1760 fundaram uma fazenda a qual denominaram Fazenda São Caetano, ponto de evangelização de povos indígenas. Em 1833 foi criada a Freguesia de São Caetano de Odivelas e em 1872, a sede da então freguesia recebeu predicado de Vila. Nesta ocasião foi criado também o município, que se instalou em 1874, entretanto, com a extinção sofrida em 1930, o seu território fora anexado aos dos municípios de Curuçá e de Vigia, de onde se desmembrou, três anos depois. A emancipação político-administrativa do município de São Caetano de Odivelas deu-se definitivamente, em 1935. Em divisão territorial datada de 15 de julho de 1997, o município é constituído de dois distritos: São Caetano e Perseverança, assim permanecendo desde 2005 (IBGE 2010).

De acordo com os estudos de Almeida (2012), os recursos hídricos pertencentes ao município de São Caetano de Odivelas encontram-se no sentido sul-norte, desaguando no Atlântico. O rio Mojuim, que banha a sede Odivelense, é o mais importante porque forma toda a bacia

hidrográfica do município, após entrar em território de São Caetano, a sudeste, segue em direção norte e deságua no Atlântico, banhando a Vila Perseverança e o povoado do Porto Guarajuba, que hoje pertence ao município de São João da Ponta, mas antes fazia parte do território do município Odivelense.

Almeida (2012) destaca também a presença do rio Mocajuba que banha, além do município de São João da Ponta, a Vila de Boa Vista do Camapú, próximo à Vila Sorriso, localizada no município de São Caetano de Odivelas, e serve de limite natural, a leste, com o município de Curuçá; e o rio Barreta, a noroeste, que verte para o Atlântico e serve de limite natural com o município de Vigia de Nazaré.

Quanto às manifestações culturais, a cidade é palco de festejos religiosos e folclóricos destacando o Círio, que acontece no primeiro domingo de agosto na sede do município, a modalidade Boi de Máscara (Figura 2) dividido nos grupos: Boi Tinga, Boi Alce e Boi Caribu, realizado em folia de rua (Figura 3) com a presença de pierrôs, cabeçudos e brincantes diversos que durante noites realizam coreografias alegóricas ao som de músicas e marchinhas carnavalescas.

Figura 2: Boi de Máscara



Fonte: Ferreira (2017)

Figura 3: Folia de rua



Fonte: Ferreira (2017)

Por ser conhecido como a terra do caranguejo, tendo grande parte de sua cultura voltada para o simbolismo que este representa, tem a realização do festival do caranguejo promovido através de feira cultural, onde são apresentadas danças folclóricas, além de uma variedade de pratos típicos feitos à base do caranguejo, e vendas de artesanatos, entre outras atividades.

Outro fator que o caracteriza como polo turístico, é a realização da pesca esportiva, pois o município tem se tornado destino certo para os que praticam esta modalidade de pesca, com a realização de torneios ou mesmo com atividades de grupos de amigos que passam verdadeiras temporadas no município.

Dada a sua situação geográfica que lhe favorece por ser um município litorâneo, a pesca no município assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população; especialmente para as pequenas comunidades do meio rural, esta atividade ou é voltada apenas para consumo próprio ou para vendas para fora do município. É assim que a captura do pescado no município representa uma das principais atividades econômicas na região, a maioria das famílias depende dela para viver, por isso o peixe é bastante valorizado pelos trabalhadores da pesca.

Por este motivo, o pescador é reconhecido no município como o principal responsável pela geração de renda e no fortalecimento da economia local, a saber, recebeu do poder público municipal um monumento específico (Figuras 4), como demonstração das honrarias pela realização da atividade pesqueira desenvolvida no município e da simbologia que representa o pescador para a sociedade Odivelense, denominação gentílica para quem nasce no município.

Figura 4: Monumento em Homenagem aos Pescadores



Fonte: Ferreira (2017).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é fruto de uma pesquisa maior realizada para a dissertação de mestrado em Geografia “Acordando na Cachoeira: Territórios e Territorialidades de Pescadores Artesanais em São Caetano de Odivelas-Pará” (2018) e utilizou os fundamentos da pesquisa qualitativa subsidiada pelos fundamentos do materialismo histórico dialético, por entendermos que a compreensão de uma realidade, dentro do contexto capitalista, se constitui em contradições que lhes são inerentes e tal método se mostra salutar, também, na compreensão do processo histórico decorrente deste movimento. Contudo, o enfoque qualitativo foi uma prioridade.

A pesquisa está subsidiada com uma metodologia que inclui levantamento de referencial pertinente e necessário à realização da mesma; levantamento documental e de dados referentes à pesca artesanal no município de São Caetano de Odivelas; levantamento de dados primários e informações elementares, através de questionários e entrevistas com representantes da comunidade local; observação participante, entrevistas livres e registros de práticas cotidianas através de imagens fotográficas; além de entrevista coletiva para registro da visão ampla da comunidade, sobre as questões relativas à captura do pescado e seu território de pesca.

Além do mais, foram levantados dados secundários sobre os principais trabalhos publicados sobre o tema estudado, a fim de se obter informações atuais e relevantes à pesquisa, principalmente as que envolvem a política da pesca artesanal, a dinâmica da pesca na Amazônia paraense e em São Caetano de Odivelas, com consultas a livros, periódicos, documentos oficiais, relatórios e atas das assembleias da Colônia dos Pescadores do município e Conselho da Pesca, entre outros.

Assim, foi possível conhecer de perto a realidade local, sua estrutura organizacional, suas representatividades e sua dinâmica em relação ao território de uso e sua relação com a sociedade que o cerca e a natureza, entre outros elementos essenciais observáveis para a concretização desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No município de São Caetano de Odivelas, a produção é basicamente gerenciada pelas famílias de pescadores artesanais que são aquelas cujo sustento depende total ou parcialmente da pesca artesanal. Esse jeito de produzir vai além de um simples esquema de produção pesqueira, ele caracteriza um estilo de vida que organiza as famílias em torno dos saberes tradicionais que conduzem ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais.

Mesmo que o trabalho seja realizado em grupo, as habilidades individuais são valorizadas entre os pescadores, aqueles que dominam as diferentes técnicas da pesca e conhecem os "segredos" dos rios ou dos mares se destacam no grupo e esse conhecimento estrutura as relações entre as pessoas da comunidade.

Dada a sua localização geográfica que lhe favorece por ser um município litorâneo, a pesca no município assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio rural, esta atividade ou é voltada apenas para consumo próprio ou para vendas para fora do município. É assim que a captura do pescado no município representa uma das principais atividades econômicas na região, pois a maioria das famílias depende dela para viver, por isso o peixe é bastante valorizado pelos trabalhadores da pesca.

Segundo a Colônia dos Pescadores, as embarcações usadas no município de São Caetano de Odivelas que, de acordo com a classificação utilizada pelo CEPNOR/IBAMA, são as seguintes:

Montaria – MON (Figura 5) embarcação com capacidade para até 0,5 toneladas, casco de madeira, movida a remo, tripulação de 1 a 4 pescadores, sem conservação do pescado a bordo ou conservado em pequenas caixas isotérmicas com gelo.

Canoa motorizada (Figura 6) – CAM embarcação com capacidade para até 5 toneladas, casco de madeira, com ou sem convés, com ou sem casaria, comprimento menor que 8,0m, movida a motor, com potência de 11 Hp a 22 Hp, ou a motor e a vela, tripulação de 2 a 6 pescadores, conservação do pescado em caixas ou em urnas isotérmicas com gelo, autonomia de até 5 dias de mar.

Barco de pequeno porte (Figura 7) – BPP embarcação com capacidade para até 8 toneladas, casco de madeira, convés fechado ou semi fechado, com ou sem casaria, comprimento entre 8,0m e 11,9m, movida a motor, com potência de 11 Hp a 69 Hp, ou a motor e a vela, tripulação de 3 a 8 pescadores, conservação do pescado em urnas isotérmicas com gelo, autonomia de até 10 dias de mar.

Figura 5: Montaria



Fonte: Ferreira (2017)

Figura 6: Canoa Motorizada



Fonte: Ferreira (2017)

Figura 7: Barco de pequeno porte



Fonte: Ferreira (2017)

Para os pescadores de São Caetano de Odivelas, o território representa o meio pelo qual sua existência é materializada na busca do suprimento de suas necessidades, mediado pela relação que este mantém com o rio e com os recursos que dele emanam. Porém, a escassez do pescado e as exigências do mercado consumidor tem impulsionado esse pescador a expandir cada vez mais seu território de pesca, aumentando com isso a quantidade de dias laborais tornando maior seu esforço de pesca e seu tempo de permanência no mar.

O tipo de pescaria em São Caetano de Odivelas é realizado dentro dos rios e em mar aberto e está apoiada no conhecimento tradicional, porém com o decorrer do tempo o contexto econômico regional começou a sofrer transformações devido o surgimento da tecnologia, refletindo o processo de modernização. Os principais petrechos utilizados na pescaria em São Caetano de Odivelas são as redes de emalhar e o espinhel, a tarrafa, o puçá e a pesca de curral ou com muzúá que são usados por aqueles que pescam nos rios e igarapés.

A produção pesqueira é basicamente gerenciada pelas famílias de pescadores artesanais, que são aquelas cujo sustento depende total ou parcialmente da pesca artesanal. Este jeito de produzir vai além de um simples esquema de produção pesqueira: ele caracteriza um estilo de vida que organiza as famílias em torno dos saberes tradicionais que conduzem ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais. Mesmo que o trabalho seja realizado em grupo, as habilidades individuais são valorizadas entre os pescadores: aqueles que dominam as diferentes técnicas da pesca e conhecem os "segredos" dos rios ou dos mares se destacam no grupo. Este conhecimento estrutura as relações entre as pessoas da comunidade.

Quanto ao tipo de pescado, dados da Colônia mostram que pelo menos 20 espécies são desembarcados nos portos da cidade (Quadro 1).

Quadro 1: Lista das Espécies de Pescados Comercializados no Município de São Caetano de Odivelas

Nome Popular	Nome Científico
Bagre	<i>Arius Couma</i>
Bandeirado	<i>Felichlys Marinus</i>
Cação	<i>Carcharrhinus Spp</i>
Camurim	<i>Centropomus Undecimalis</i>
Corvina	<i>Cynoscion Virescens</i>
Dourada	<i>Brachyplatystoma Flavicans</i>
Enxova	<i>Pomatomus Saltador</i>
Filhote	<i>Brachyplatystoma Filamentosum</i>
Gurijuba	<i>Arius Parken</i>
Peixe Pedra	<i>Genyatremus Luteus</i>
Pescada Amarela	<i>Cynoscion Acoupa</i>
Pescada Branca	<i>Plagioscion Squamosissimus</i>
Pratigueira	<i>Mugil Spp</i>
Pratiuri	<i>Micropterus Salmoides</i>
Pirapema	<i>Megalops Atlanticus</i>
Sarda	<i>Pellona Spp</i>
Serra	<i>Scomberomorus Brasiliensis</i>
Tainha	<i>Mugil Cephalus</i>
Uritinga	<i>Arius Proops</i>
Xaréu	<i>Caranx spp, Alectis Ciliares</i>

Fonte: Ferreira (2017)

Em 2002, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, a Companhia de Policiamento Militar do 12º Batalhão e o Poder Público Municipal de São Caetano de Odivelas criam no município o Grupamento Fluvial da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, que nasce com a principal missão de combater as ações criminosas na região insular do município e promover uma cultura de segurança dado ao crescimento turístico e a dinâmica da pesca esportiva crescente no local.

Agregado ao destacamento da Polícia Militar sediado no município, o Grupamento Fluvial atualmente é composto por quatro policiais que,

com o uso da lancha do Grupamento, realizam o policiamento ostensivo embarcado na malha fluvial do município e comunidades ribeirinhas. O efetivo também atua na fiscalização de embarcações que utilizam os portos da cidade e, na maioria das vezes, em portos de comunidades mais afastadas onde eventualmente registram-se o desembarque de produtos contrabandeados ou mesmo para fugir do pagamento de encargos cobrados nos portos de Belém, além de combate ao tráfico de drogas escoado pelo rio.

Para isso, faz um trabalho conjunto com a Polícia Civil onde são apresentadas as infrações mais graves como assaltos envolvendo piratas do mar, violência seguida de óbitos, contrabandos e drogas, entre outros que necessitam de registro em Boletim de Ocorrência.

Em relação às ocorrências que necessitam apenas de advertência ou repreensão, são tomadas medidas cabíveis pelo próprio Grupamento Fluvial, com orientações e conciliações, principalmente quando envolvem conflitos por território de pesca, que são os casos mais comuns de conflitos, ressalta o comandante.

Para o próprio comandante do Policiamento Fluvial, o trabalho realizado no território de pesca de São Caetano de Odivelas precisa de uma estrutura bem maior, para a realização de uma ação policial mais efetiva, no que diz respeito à proteção e segurança nas águas que constituem o território pesqueiro dos que dali retiram o sustento, o lazer, o comércio, a economia para sobrevivência, ressalta o comandante.

A princípio, a proposta para criação do Grupamento Fluvial antecederia a formação de uma Companhia Independente de Policiamento Fluvial, com base e sede própria, com equipamentos específicos e uma logística totalmente voltada para o policiamento no mar, inclusive com capacitação periódica para o efetivo que seria lotado nesta Companhia.

Para implantação do Grupamento Fluvial no município, inicialmente foram treinados junto à Marinha 25 policiais, que supostamente fariam parte da Companhia Fluvial a ser instalada; hoje, o efetivo conta com quatro policiais que são exclusivamente autorizados para a realização do policiamento embarcado.

Procurando saber os maiores conflitos na pesca para o pescador ribeirinho de São Caetano de Odivelas que costuma deixar suas

embarcações às margens do Rio Mojuim (Figura 8) esperando a melhor oportunidade para realizar a pescaria por não ter um território de pesca específico já que pescadores de outros municípios também são usuários do mesmo território, para este, o fato de não ter condições de concorrer com pescadores que têm melhores petrechos de pesca, nem poder lutar com os pescadores da pesca esportiva, pois pertencem à classe econômica alta da cidade, constituem-se os maiores conflitos, geradores de muitos problemas na territorialização destes pescadores.

Figura 8: Barcos de pesca ribeirinha



Fonte: Ferreira (2017)

Para o comandante do Grupamento Fluvial, a luta do pescador ribeirinho e do pescador artesanal com a pesca esportiva pode-se considerar desigual, haja vista a diferença econômica e social que há entre eles. Segundo ele a incidência de vários conflitos que vêm ocorrendo constantemente na dinâmica territorial pesqueira do município só vem aumentando. A saber, os mais frequentes incluem:

- A pesca predatória com petrechos de pesca considerados fora do padrão para a captura do pescado na região.
- A pesca industrial com seu potencial tecnológico e sua capacidade de produção bem maior que a pesca artesanal.
- A vulnerabilidade que o pescador está exposto em alto mar.
- A invasão de pescadores de outros municípios dividindo o mesmo território de pesca.
- A pesca esportiva e a ocupação imobiliária das margens do rio Mojuim, limitando o acesso dos pescadores do território de pesca em que estes estão inseridos.

No que se refere ao esgotamento dos recursos pesqueiros e o uso desordenado do território, as práticas predatórias mais utilizadas incluem a pesca com a rede “apoitada”, ou seja, parada, fixa, presa por objetos pesados como pedras ou ferros, que permite atingir maiores profundidades, alcançando os berçários e, por ser formada de uma malha mais fina, captura peixes de todos os tamanhos, inclusive aqueles que não atingiram o tamanho apropriado para venda ou consumo próprio, configurando uma pesca predatória de prática cada vez mais comum entre os pescadores. Com a utilização desta rede a captura torna-se devastadora, por ser formada de uma malha pequena os peixes menores tornam-se presas fáceis e como não são qualificados para a venda e nem para o consumo próprio são descartados às margens do rio, ou nas rampas de acesso existentes no município.

Além desta, a pesca de arrasto é uma prática corriqueira entre os pescadores que acrescentam várias “braças” de rede tornando-a maior, aumentando sua capacidade de captura, cercando o pescado com redes à deriva, arrastando tudo o que encontra no seu curso.

Em relação aos pescadores de currais, atualmente estão fixados ao longo do estuário do rio Mojuim que precisam de licença de uso que é garantido através de alvará, emitido junto a Colônias dos Pescadores (Z4) que adotou este sistema de concessão dado o crescente conflito entre pescadores que alegavam serem donos do território do curral como herança familiar, alegando que seus antepassados já usavam aquele território.

A presença de pescadores que realizam a pesca em alto mar é fortemente evidente entre os pescadores do município, muitos pescadores, aqueles considerados mais experientes, chamados de encarregados, são contratados pelos agentes do pescado, aqueles que detêm os recursos financeiros e as embarcações para a realização deste tipo de pesca. Estes contratam pescadores habilitados com oferta de pagamento baseado na quantidade de pescado capturado, excluindo desde as despesas usadas pelos mesmos durante a pesca, o investimento com combustível, recebendo como adiantamento um vale que é deixado para o sustento da família enquanto este estiver no mar. Existem entre estes, aqueles pescadores com habilidades especiais, dito dos que conhecem os locais dos cardumes e sabem ouvir o “barulho do peixe”, a eles é direcionada uma quantidade adicional de pescado.

O pescado capturado, depois de avaliado e pesado, calculado em real, porém o pescador recebe em mercadoria, ou seja, o peixe, como resultado dos seus ganhos, que é comercializado pelo preço de mercado, tendo certa autonomia para negociar e extrair seu lucro.

Os principais locais de embarque e desembarque do pescado são os portos da Vila de Cachoeira (Figura 9) distante apenas 5 km da sede do município e o porto do município (Figura 10), além deste os pescadores também utilizam os portos comunitários (Figura 11) ao longo do rio Mojuim que consideram mais próximo as suas residências.

Figura 9: Porto da Vila de Cachoeira



Fonte: Ferreira (2017)

Figura 10: Porto da Sede Municipal



Fonte: Ferreira (2017)

Figura11: Portos Comunitários



Fonte: Ferreira (2017).

A noção de solidariedade é forte entre os pescadores artesanais, a amizade está associada à ajuda da família e à colaboração dos “compadres”. Vale observar que a pesca artesanal no município de São Caetano de Odivelas é desenvolvida tanto no mar quanto nos rios, podendo o pescador trabalhar com espécies diversas e utilizar várias técnicas e petrechos.

Nesta perspectiva, ao analisar o cotidiano destas populações é importante refletir sobre o fato de que muitos problemas permeiam sua apropriação territorial, destacando fatores paralelos e controversos à preocupação com a invasão dos territórios de pesca, por parte daqueles que visam grandes lucros sem nenhuma preocupação com o uso devido do ambiente de pesca e do esgotamento dos recursos.

Em relação aos perigos enfrentados pelos pescadores, eles residem no fato de que estes convivem constantemente com a insegurança, dada a vulnerabilidade em que estes estão expostos em seu território de pesca, pois os mesmos têm sido alvos frequentes de “piratas do mar”, sendo vítimas de violência física, assaltos, chegando muitas vezes até a morte.

Outro conflito refere-se à relação de trabalho dos pescadores artesanais com menor poder aquisitivo – que usam petrechos de pesca mais simples e barcos menores – e aqueles pescadores artesanais que dispõem de uma frota maior, com embarcações e petrechos mais modernos e maiores, como rede e geleiras com maior capacidade de captura e acondicionamento.

Nessa dinâmica territorial revela-se uma luta cotidiana e constante onde estes pescadores buscam, sobretudo, a sua sobrevivência, como forma de garantir emprego e renda, sendo a pesca praticada ao longo do ano, apresentando um cotidiano bem particular ligando a comunidade pesqueira residente e sua atividade econômica que gira principalmente em torno da comercialização do pescado.

É válido considerar que estudar a organização da atividade pesqueira na Amazônia paraense e da articulação dos pescadores artesanais, numa perspectiva socioterritorial, é trazer estas problemáticas para o campo geográfico, considerando a discussão do território e, sobretudo, da territorialidade. Entendendo o território enquanto uma categoria de análise da Geografia, capaz de incorporar os interesses antagônicos dos agentes atuantes em dadas frações do espaço, bem

como as relações de poder que aí se estabelecem, como elementos centrais na análise do processo de territorialização dos grupos sociais.

Nesta perspectiva, os pescadores artesanais são entendidos nesta pesquisa como indica Pereira (2003, p. 130) “como formadores de um modo de vida particular, ou seja, como um grupo diferenciado no modo de produção capitalista”, que embora esteja inserido neste sistema, possui outra lógica de relação, produção e apropriação do espaço. Para este grupo social, o espaço possui valor de uso e não de troca como veem os grandes agentes do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa contribuição para pensar a realidade da pesca em São Caetano de Odivelas partiu da análise de situações conflituosas que vivem os pescadores, como disputa pelo território de pesca, escassez dos recursos pesqueiros e falta de um Plano de Manejo para o uso e apropriação dos recursos pesqueiros e seu território.

Sem dúvida, o livre acesso do território de pesca tem gerado muitos conflitos na dinâmica territorial para apropriação dos recursos pesqueiros em São Caetano de Odivelas, cada um usa como se sente à vontade e com os recursos e o poder que mantém sobre o território. Assim, os recursos pesqueiros têm sido explorados gerando uma escassez cada vez maior e mais evidente na prática do pescador e são estes mesmos que têm percebido dia após dia a diminuição do pescado e consequentemente a instabilidade na garantia do sustento da família.

Para os pescadores de São Caetano de Odivelas, o território usado representa o meio pelo qual sua existência é materializada na busca do suprimento de suas necessidades, mediado pela relação que estes mantêm com o rio e com os recursos que dele emanam. Porém, a escassez do pescado e as exigências do mercado consumidor tem impulsionado este pescador a expandir cada vez mais seu território de pesca, aumentando com isso a quantidade de dias laborais, tornando maior seu esforço de pesca e seu tempo de permanência no mar.

Assim, a luta diária em territorializar-se representa para o pescador um desafio constante que pode resultar em longos períodos no mar, na busca de recursos cada vez mais longe, expondo-se a perigos que podem colocar em risco a própria vida.

Destaca-se aqui o fato de que a luta cotidiana dos pescadores artesanais busca garantir, sobretudo a sua sobrevivência e não só os aspectos relacionados a pescarias, como também as formas de garantir emprego e renda, pois em virtude das incertezas da pesca, muitos pescadores estão em busca de alternativas para garantir o sustento de suas famílias.

E por predominar a pesca artesanal, os principais instrumentos de captura utilizados são basicamente as redes de emalhar e o espinhel, com meios de locomoção que vão de canoa tipo indígena com popa reta para utilização de motor de popa, Montaria, Canoa motorizada e Barco de pequeno porte, além de que a conservação do pescado é feita em urnas isotérmicas com gelo.

Configurando desta forma o que prevê a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, que indica que o pescador artesanal é aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pequeno porte.

Ainda assim, ficou evidente que grande parte dos recursos utilizados pelos pescadores é adquirida com seus próprios recursos, construídos na maioria das vezes de forma coletiva por determinados grupos de pescadores familiares. Desta forma, pode-se afirmar que a atividade pesqueira nas configurações territoriais do município de São Caetano de Odivelas está voltada basicamente para a pesca artesanal com a captura não só de peixes, mas também de crustáceos como caranguejo, siri entre outros. Consolidando assim, a pesca como a principal atividade responsável pela economia do município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura. **Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de Junho 2012**. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador Profissional no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura.

ALMEIDA, N. B. **Saberes e Práticas Tradicionais**: População Pesqueira Extrativista São Caetano de Odivelas. 110 p. Dissertação de Mestrado - Núcleo de Meio Ambiente - Universidade Federal do Pará – NUMA/ UFPA, BELÉM, 2012.

FERREIRA, G. C. **Acordando na Cachoeira**: Territórios e Territorialidades de Pescadores Artesanais em São Caetano de Odivelas-Pará. 111p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós - Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará: Belém, 2018.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: MPEG, 1993.

FURTADO, L. G. **Formas de Utilização de Manguezais no Litoral do Estado do Pará**: Casos de Marapanim E São Caetano De Odivelas. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento. Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônia**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Relatório Técnico do Projeto de Cadastramento das Embarcações Pesqueiras no Litoral das Regiões Norte e Nordeste do Brasil**, Brasília: PROZEE /SEAP/IBAMA, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos>. Acesso em: 30/05/2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo demográfico/ 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm. Acesso em: 15 de mar. 2017.

PEREIRA, R. M. F. A. Formação sócio espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes*. **Geosul**, v. 18, n. 35, 2003.

SANTOS, G. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Dossiê Amazônia II**. Estudos avançados, vol.19 nº. 54. São Paulo. 2005.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura – SEPAq – PA. Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/>. Acesso em: 15/12/2017

A CARACTERIZAÇÃO DA TERRITORIALIDADE DA PESCA ARTESANAL NO DISTRITO DE ITAIPAVA (MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM/ES)

Eduardo Rodrigues Gomes

Docente de Geografia do IFES

Tatiana Campos Bôa

Egressa do IFES

Luiz Henrique Miranda Matos

Egresso do IFES

INTRODUÇÃO

O presente estudo, que teve como base a pesquisa de campo representando seu aspecto empírico, apresenta como se caracterizou/caracteriza o processo de territorialidade (abordado pela ciência geográfica) na atividade pesqueira desenvolvida no território do distrito de Itaipava (Figura 1), que pertence ao município de Itapemirim (localizado na região litorânea do sul capixaba), visando entender essa territorialidade como um aspecto relevante da estruturação da identidade territorial dos pescadores artesanais desse distrito. Sendo essa identidade territorial entendida como a relação entre identidade cultural (e social dos pescadores) e o território da pesca em Itaipava. Com essa pesquisa se pretendeu evidenciar a identidade territorial dos pescadores artesanais – a partir da territorialidade da atividade pesqueira em Itaipava –, permitindo assim, valorizar as tradições/costumes (os pontos negativos e positivos em

A discussão da problemática dessa pesquisa partiu de uma questão central a ser respondida: como ocorreu a formação da identidade territorial dos pescadores artesanais em Itaipava, tendo como referência o desenvolvimento do processo de territorialidade da pesca nesse distrito? Essa temática, estudada sob a ótica da ciência geográfica, envolvendo os conceitos de território/territorialidade e a atividade pesqueira, vem nos últimos anos, ganhando destaque em alguns programas de pós-graduação em geografia, com o aumento de defesas de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Fonte Cartográfica:
 Limite Municipal: GEODADOS.GOV
 Condições e Área Urbana: IBGE
 Limite Distrital: IBGE

Legenda:
 Área Urbana
 Limite entre Municípios
 Limite Distrital
 Limite Municipal

Limites Administrativos - Itapemirim

0 5 10 km
 Projeção: UTM - Datum: SAD 69

Responsabilidade Técnica:
 Responsável pelo Documento: DRA
 (assinatura) data: 06/10/2023

128 De Paula, C. Q.; Silva, C. N.; & Silva, C. A. (orgs.)

Algumas publicações (livros) têm contribuído para enriquecer o debate – promovido pela Geografia brasileira, de forma mais representativa a partir do início desse século, conforme ressaltado no parágrafo anterior – abordando as questões territoriais vinculadas, com maior ênfase, a pesca artesanal. Como exemplo, temos as obras de Palheta e Silva (2011) e Silva (2012), e também as publicações da geógrafa e docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Catia Antonia da Silva, que vêm colaborando significativamente no sentido de fomentar as pesquisas geográficas pautadas nas temáticas da atividade pesqueira (destacadamente a artesanal) e do território. A obra de 2014 por ela organizada, em que propôs “desafios para a reflexão geográfica” a partir de estudos sobre a pesca artesanal e a produção do espaço geográfico, traz na primeira parte uma discussão, de certa forma inovadora, quando analisa a “Pesca e território” sob o aporte da chamada “geografia das existências”. Na segunda parte dessa publicação, o quinto capítulo examina “as contradições e luta dos pescadores artesanais pela garantia de seus direitos”, e essa perspectiva de análise relacionando território pesqueiro e políticas públicas, é o foco central da geógrafa carioca na sua publicação de 2015a, que procurou entender “a institucionalização da pesca” a partir “do passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil”. Cabe mencionar outros trabalhos recentes dessa autora – Silva (2015b), Silva (2018a) e Silva (2018b) – que entrelaçam os temas da geografia das existências/pesca artesanal nos espaços metropolitanos (sendo a cidade do Rio de Janeiro, o principal recorte espacial estudado), bem como a obra coletiva por ela organizada (Silva e de Paula, 2016) que traz vários textos contendo “diálogos geográficos sobre a pesca artesanal” e também uma parte sobre a pesca praticada em Moçambique.

Na supracitada pesquisa (Gomes e Correa, 2018) que desenvolvemos sobre o município de Piúma, com a mesma proposta teórico metodológica do presente estudo, percebemos – em relação às pesquisas geográficas (dissertações/teses) que estudaram o território (e a territorialidade) da atividade pesqueira (artesanal ou não) no Espírito Santo – através de um levantamento realizado nos bancos de teses disponibilizados em seus respectivos sites (bibliotecas virtuais) de programas de pós-graduação de várias universidades, uma produção acadêmica muita limitada no que diz respeito a essas abordagens.

Encontramos apenas duas dissertações de mestrado: a de Fernandes (2007), defendida na Universidade de São Paulo (USP), que analisou duas comunidades de pescadores artesanais no norte do estado (município de Conceição da Barra), com um capítulo enfatizando o papel das políticas territoriais e a sua relação com poder público, e de alguns anos atrás, a dissertação de Corrêa (2013) – defendida no programa de pós-graduação em geografia (PPGG) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) –, que estudou as territorialidades e resistências (em relação às atividades industriais da mineradora Samarco) de duas comunidades de pescadores artesanais (Ubu e Parati) localizadas no município de Anchieta (ver localização na Figura 2).

Sobre o distrito de Itaipava, o recorte espacial objeto de análise em questão, encontramos em nosso levantamento bibliográfico, uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) em 2009, que pesquisou pela abordagem da sociologia política, os recortes temáticos semelhantes ao que serão investigados – identidades/valores e práticas cotidianas (identificadas como territorialidades, em nossa pesquisa) –, conforme podemos verificar abaixo:

Este estudo como teve objetivo analisar, além das identidades, as práticas cotidianas, os valores, técnicas e o “capital social” desses pescadores de Itaipava – que contam com uma frota com mais de trezentos barcos de “média escala” e utilizam técnicas artesanais competitivas na pesca oceânica proporcionando pescarias quando se comparadas as demais frotas nacionais para a pesca de atuns e afins (SOUSA, 2009, p. 12)

Outra recente pesquisa (PAZ, 2018), uma dissertação de mestrado em oceanografia ambiental, propondo estudar “a dinâmica da cadeia produtiva da pesca no desenvolvimento de políticas públicas” no litoral do Espírito Santo, apresenta uma tabela contendo um “banco de dados dos atores envolvidos em cada elo da cadeia produtiva” (organização representativa, apoio de suprimentos, produção pesqueira e comércio/beneficiamento) distribuídas em três regiões pesqueiras (norte, centro e sul) do litoral capixaba, na qual percebemos em relação ao elo da cadeia “produção pesqueira” – descrevendo o número de pescadores, embarcações e local/ponto de desembarque envolvidos no processo produtivo em cada município pertencente a uma determinada região mencionada – o grande destaque que a região sul, particularmente o

município de Itapemirim e o seu distrito de Itaipava, possui na produção da pesca no Estado. De acordo com Paz (2018), foram identificados na região norte 347 pescadores, na região centro 1.252 e 2.975 pescadores na região sul, com a preponderância de Itapemirim (1193 pescadores), seguido dos municípios de Marataízes (913), Anchieta (585), Piúma (208) e Presidente Kennedy (76). “No total dos entrevistados por comunidade, apenas Itaipava, em Itapemirim, representa quase um terço (31%) dos pescadores da Região Sul, sendo que foram identificadas 16 comunidades pesqueiras” (PAZ, 2018, p. 27). A respeito do número de embarcações identificadas por Paz (2018), o município de Itapemirim possui a segunda maior frota pesqueira da região sul com 195 embarcações, logo atrás de Marataízes (199). Para esse autor, a frota de Itaipava chama a atenção pois “é considerada como sendo de altíssima autonomia”, atuando do litoral do Pará até ao litoral do Rio de Grande do Sul, e, como aponta Paz (2019, p. 27) sobre essa frota, “é relativamente rentável e captura, principalmente, atuns e afins, além do dourado; atrai não apenas pescadores artesanais, mas também empresas e armadores (donos de embarcações)”.

Em determinado momento de sua tese, De Paula (2018, p. 98) procurou “...compreender o entendimento dos pesquisadores sobre o estágio atual da pesquisa sobre a pesca artesanal na Geografia brasileira”. Para atingir tal objetivo, elaborou um questionário – aplicado a 49 geógrafos do país que pesquisam essa temática (a pesca artesanal) – com a seguinte pergunta: “Qual a sua opinião sobre as pesquisas referentes a pesca artesanal na Geografia brasileira?”. E obteve como principais respostas:

- i. A pesca artesanal constitui uma problemática emergente na Geografia; ii. Há grande relevância no debate sobre a pesca artesanal no âmbito da Geografia; iii. **Ainda são poucas as referências na Geografia sobre a pesca artesanal** (grifo nosso); e iv. Os avanços das discussões na Geografia ocorrem lentamente em proporção às problemáticas da pesca artesanal (DE PAULA, 2018, p. 99).

A terceira resposta encontrada por De Paula (2018) grifada anteriormente, de certa maneira, foi também reconhecida por nós, em nosso levantamento bibliográfico, quando relacionado especificamente a limitada produção de estudos geográficos sobre a pesca artesanal no Estado do Espírito Santo. Assim sendo, a partir do que foi descrito nos

parágrafos anteriores, justificou-se a proposta de uma pesquisa geográfica a respeito da realidade da pesca em Itaipava, em virtude da inexistência de estudos com enfoque na territorialidade bem como na identidade territorial dos pescadores artesanais, elaborados por essa área do conhecimento (Geografia), sobre a importante atividade econômica e social desenvolvida no território desse distrito do município de Itapemirim. Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa em tela, foi entender geograficamente como a formação das territorialidades da atividade pesqueira em Itaipava, estruturou uma identidade territorial nos pescadores artesanais do referido distrito. A metodologia da pesquisa teve início com uma revisão bibliográfica sobre os temas relacionados à pesca artesanal que pretendíamos analisar no recorte espacial a ser estudado: o território/territorialidade e a identidade territorial. O segundo procedimento metodológico consistiu em uma pesquisa quantitativa em campo, objetivando a realização de entrevistas estruturadas com aplicação de um questionário aos pescadores do território da pesca artesanal de Itaipava.

Assim como retala Sousa (2009) em seu estudo, também não encontramos fonte impressa oficial da história de Itaipava, isso foi constatado em nossa ida a Biblioteca Municipal, que não possui nenhuma obra de caráter histórico sobre o distrito, muito menos de Itapemirim. A única fonte histórica sobre o município, que tivemos acesso, está na página oficial da Prefeitura Municipal de Itapemirim (PMI) na internet (www.itapemirim.es.gov.br). Nesse site, encontramos a informação de que Itapemirim foi elevado a categoria de vila (desmembrada da Vila de Guarapari) pelo alvará de 27 de junho de 1815, ocorrendo no ano seguinte, a criação do distrito sede, sendo “instalado” (conforme o texto do site) o município de Itapemirim, no dia 9 de agosto desse mesmo ano (1816). E “pela lei estadual n. 3607, de 13-12-1983, é criado o distrito de Itaipava anexado ao município de Itapemirim”. O mesmo site, no menu “Turismo”, descreve que Itaipava – palavra de origem tupi, possuindo entre seus significados o de “pedra rasteira”, – representa “o maior núcleo habitacional de Itapemirim”, possuindo uma colônia de pesca “mais ativa da região”, sendo ainda esse distrito “uma antiga vila de pescadores”, mas “hoje agitada com muitas construções e milhares de turistas na alta temporada”. Apresentando o “entreposto de pescado” como a “principal atividade do balneário”, também descreve o site: “e em um dos cantos da

praia, é possível ver dezenas de pequenos barcos ancorados". Uma cena bucólica, que muitos gostam de fotografar". No site do IBGE (www.cidades.ibge.gov.br), Itapemirim possui uma população estimada (2018) de 34.032 pessoas, já no censo de 2010 a população do município era de 30.988 pessoas, com densidade demográfica de 55,15 hab/km². A respeito dos dados demográficos de Itaipava, o distrito possuía em 2010 (ano do último censo do IBGE) uma população de 20.119 pessoas, com densidade demográfica de 106,44 hab/km².

BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO CONCEITUAL

Na palavras de Souza (2013, p. 77) "o conceito de território é um dos que mais vem sendo submetidos, de umas poucas décadas para cá, a fortes tentativas de redefinição e depuração". O livro "Por uma geografia do poder" de 1980, do geógrafo francês Claude Raffestin, publicado no Brasil em 1993, é até o presente uma obra de consulta obrigatória para o entendimento dos conceitos de território e territorialidade. Nessa clássica publicação, para Raffestin (1993, p. 144) "o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço", produção essa que, "por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder", sendo que esse espaço citado refere-se ao espaço geográfico. A noção de territorialidade, de acordo com Raffestin, "reflete a multidimensionalidade do 'vívido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral" (p. 158), essa mesma territorialidade "se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais" (p. 161).

O outro autor responsável pelo resgate da discussão teórica da temática do território, e principalmente da territorialidade, é o geógrafo norte-americano Robert David Sack, a partir de seu livro de 1986, "Human territoriality: its theory and history" (numa tradução livre, "Territorialidade humana: sua teoria e história"), uma obra ainda inédita em língua portuguesa, tendo sido publicado, em 2013 no Brasil, apenas o primeiro capítulo "o significado de territorialidade" do livro por meio de uma coletânea de textos intitulada "Territorialidades humanas e redes sociais". Já no início desse primeiro capítulo, Sack (2013, p. 63) afirma que a territorialidade é "uma poderosa estratégia geográfica" – ou sendo mais direto, "é uma expressão geográfica primária de poder social" – visando a "controlar pessoas e coisas" por meio do "controle de uma área".

Na Geografia brasileira, a partir da década de 1990, a produção de publicações que procuraram renovar a abordagem do conceito de território, promovendo o surgimento de novas perspectivas territoriais, aumentou significativamente. A obra do ilustre geógrafo pernambucano Manuel Corrêa de Andrade (1922-2007), “A questão do território no Brasil” (1995) e o livro “Território, globalização e fragmentação” (1995) – derivado de um Seminário Internacional de mesmo nome, organizado por professores/geógrafos na USP em 1993 –, são dois exemplos dessa renovação em curso desde a última década do século passado, no país. Nessa obra de 1995, o renomado geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001) escreve o primeiro texto do livro “o retorno do território” demonstrando a importância da retomada desse conceito nos debates geográficos. Em outra publicação da década de 1990, esse “retorno” da concepção de território é revalorizada teoricamente juntamente com outros conceitos geográficos (espaço geográfico, região, escala e redes) na obra “Geografia: conceitos e temas” (1995). No artigo desse livro que tratou do território, Souza (1995, p. 78) define esse conceito como “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ainda, de acordo com Souza (1995, p. 99), falar de territorialidade “é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço”. Para Haesbaert (2014, p. 64) – outro geógrafo que concorre expressivamente nessa revalorização conceitual – a:

Territorialidade, [...], não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente.

Na sua obra organizada em 2013, “Estudos Territoriais na Ciência Geográfica”, Saquet escreveu um capítulo em que definiu a territorialidade como:

o acontecer de todas as atividades, sejam diárias que se efetivam, sejam no espaço do trabalho, do lazer, da família, resultado e condição do processo de construção de cada território envolvendo, necessariamente, relações sociedade-natureza, fundamentais para a reprodução biológica e social do homem” (SAQUET, 2013, p. 58).

A respeito de uma das questões teóricas centrais de nossa pesquisa, a relação entre território e identidade, Saquet (2007, p. 147-148) em trabalho derivado do seu pós-doutorado, faz as seguintes considerações:

Uma pessoa pode se adaptar e se identificar em um **novo** (grifo do autor) contexto social ou social pode construir sua identidade, com relações de afetividade, confiança e reconhecimento. De qualquer forma, a identidade se refere à vida em sociedade, a um **campo simbólico** (grifo do autor) e envolve a reciprocidade. Na geografia, significa, simultaneamente, espacialmente e/ou territorialidade. [...] **A identidade tem sido tratada de diferentes maneiras em estudos do território, especialmente, como continuidades histórico-culturais, simbólicas, inerentes à vida de um certo grupo social em um determinado lugar** (grifo nosso). Esse processo pode sofrer mudanças, mas a conservação de elementos da forma de vida é fundamental para a reprodução dessa identidade. Aos poucos, porém, elaboram-se abordagens que reconhecem a identidade como unidade transescalar, entre distintos sujeitos e lugares, ligados, unidos pelas relações.

Mais a frente, nessa mesma obra, Saquet (2007, p. 149) ainda escreve que “há uma combinação da processualidade histórica e relacional na explicação da identidade e da formação do território”, portanto para esse autor, **“a identidade é um componente fundamental da constituição territorial”** (grifo nosso). Essa compreensão (e vínculo) da territorialidade e identidade se aproxima da problemática que desenvolvemos nesse estudo, ou seja, entender como as atividades/relações cotidianas (as territorialidades) realizadas pelos pescadores artesanais no território da pesca em Itaipava, contribuem para a manifestação das identidades territoriais desse grupo social.

Essa valorização do estudo da identidade, primeiro nas ciências sociais de uma forma geral e depois na ciência geográfica em particular, é também discutida pelo geógrafo francês Paul Claval, em um artigo em que propôs apresentar o conceito de território dentro do que ele define de “transição da pós-modernidade”. Nas palavras de Claval (1999, p. 13), “[...] a construção do território faz parte de estratégias identitárias” e também esse mesmo território “serve como base para sentimentos de identidade de diversos modos”, ou seja, “o sentimento identitário permite que sinta plenamente membro de um grupo” (p. 16). Assim, para esse autor, “vê-se, então, porque os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: **a construção das representações que fazem**

certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades” (grifo nosso) (CLAVALL, 1999, p. 16). Em artigo publicado em 1999, que tem de certa forma, um caráter precursor nesse debate na Geografia brasileira, Haesbaert afirma que a identidade territorial,

[...] é uma identidade definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. Se toda identidade territorial é, obviamente, uma identidade social, nem toda identidade social (como a identidade de gênero, por exemplo) toma, obrigatoriamente, como um dos seus referenciais centrais, o território ou, num sentido mais restrito, uma fração do espaço geográfico (HAESBAERT, 1999, p. 172).

A IDENTIDADE TERRITORIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS DE ITAIPAVA

Em nossa pesquisa de campo constatamos, através das entrevistas realizadas, que a maioria dos pescadores (do total dos trinta entrevistados) estão exercendo essa profissão entre vinte e um e cinquenta anos (dezesseis pescadores) e que treze pescadores trabalham com a pesca artesanal a menos de vinte anos, e somente um pescador (dos trinta) está nessa atividade profissional a mais de cinquenta anos. Nessa mesma questão sobre quanto tempo atua nessa atividade, foi perguntado a esse profissional “o que é ser pescador artesanal”, e um respondeu que “artesanal pra mim é o meio de convivência com a minha profissão, como pescador, aonde eu tiro meu sustento”, outro pescador descreveu que “ser artesanal pra mim é minha vida, nasci e quero morrer nessa profissão. Meu avô era pescador, meu pai era pescador, e hoje eu tenho orgulho de ser pescador também”. Um pescador que exerce esse ofício há quarenta anos, disse “pescador artesanal pra mim é onde eu dedico meu tempo... é minha vida. Tudo que eu tenho hoje foi graças à pesca”. Na fala de outro, fica claro, que não existe nada de negativo nessa profissão, ou seja, “pra mim essa vida é boa, num tem nada de ruim não, pra mim é boa. É por que vem de criação também né?! Tudo vem de criação mesmo”. Essa questão “vem de criação”, ou seja, uma profissão que vem sendo passada por membros da família ao longo do tempo, foi também relatado por outros pescadores, conforme podemos perceber na

fala a seguir, e que de certa forma, resume os depoimentos anteriores: "a pesca é tudo para mim, porque eu sou filho, sobrinho, neto e irmão de pescador. Estudei pelo sustento da pesca, me criei pelo sustento da pesca, [...] fui conhecer o ofício em alto mar como pescador, porque a curiosidade como dizem já vem no sangue. Então a pesca é tudo pra mim e infelizmente não está sendo respeitada". Essa expressão, "a pesca é tudo", foi mencionado na fala de vários pescadores, por nós entrevistados.

Observamos também que, mesmo com todos os problemas que a atividade da pesca artesanal apresenta na atualidade, conforme abordaremos mais a frente, determinado pescador nos relatou um forte sentimento de afeição por essa atividade, quando descreveu a dificuldade de exercer esse ofício: "num é uma profissão boa não, tem muita coisa ruim que acontece com a gente. Mas eu adoro essa profissão, me criei no meio desses pescadores, tenho muito carinho pela pesca". Ainda dentro da pergunta "o que é ser pescador artesanal", vários pescadores nos revelaram, conforme percebemos nas falas descritas abaixo, que exercem essa profissão por falta de opção e também pela dificuldade de encontrar outro trabalho, bem como a necessidade de se manter e sustentar a família, outra justificativa em procurar a pesca, diz respeito à baixa escolaridade desse grupo social: "eu vivo disso aí, cria família e etc. É um meio de trabalho"; "gostar a gente não gosta não, mas não tem para onde correr, é a nossa profissão mesmo"; "... eu fui obrigado, não tinha nada ué, eu tinha que ir. Precisa se sustentar, precisava de dinheiro"; "vou falar a verdade, né?! Eu pesco por que eu preciso da renda da pesca, mas gostar da pesca, gostar mesmo, não. Se tivesse um serviço melhor, trabalhava, mas a gente precisa de pescar"; "essa profissão pra mim foi a única solução, cara. Minha vida tava indo de mal a pior em terra, eu era pedreiro, as obra começou a cair muito, num dava pra sustentar família não. Aí eu não tive escolha não sabe? Quando o desespero bate cê recorre até pra onde cê num gosta. Então ser artesanal pra mim é a única forma de conseguir dinheiro, se não já tinha morrido de fome há muito tempo"; "Comecei por influência do meu pai, num quis estudar mais não, vim pra esse mundo aqui. Pra mim bom num é não, mas por enquanto tá dando dinheiro"; "A pesca na minha vida é meio de conseguir meu alimento e o alimento da minha família. Dinheiro é difícil..."; "É o meu ganha pão né? É o meu trabalho, é o meu sustento, tenho pouco estudo, dediquei muito a pesca e tô nela até hoje...".

A insatisfação com a profissão também é clara na fala dos pescadores, ficando evidente que a cada ano que passa, esse profissional vai perdendo a sua identificação (com o território da pesca) e o interesse em continuar nessa atividade. Um morador de Itaipava, pescador durante quarenta e três anos, descreveu “eu gostava de ser pescador artesanal, na minha época a gente era respeitado, hoje em dia não vale mais a pena”. Outro nos disse: “a vida do pescador artesanal não é boa não, eu trabalho obrigado, eu não tenho estudo, aí eu fico ralando aí, vivendo, empurrado. Pra mim num é bom não, a gente fica doente, sofre.” Um determinado pescador, que realiza essa atividade a vinte e quatro anos, descreveu que quando começou, “a pesca aqui tava no auge, tudo era voltado pra pesca, tudo, tudo. Os salários eram bons, tudo era bom. Hoje em dia a pesca tá cada vez mais difícil. Tudo tá piorando”. De acordo com outro morador (e também pescador) do distrito, a pesca artesanal, “nossa mãe, antigamente significava muito, hoje tá todo mundo querendo largar, [...] a pesca era muito boa, caiu mais de 50%, tá muito devagar”. Outro, de forma bastante enfática, disse a respeito do significado da pesca artesanal em sua vida, mesmo sendo pescador a trinta e dois anos: “para mim não significa nada, no começo foi bom depois enfraqueceu”.

Em duas perguntas relacionadas à identidade territorial dos pescadores artesanais, que procuramos entender tanto a “identificação dos pescadores com o território da pesca” (local onde mora/convive e trabalha) quanto os “seus sentimentos em relação a esse território” (o que gosta e o que não gosta), verificamos em várias entrevistas, o seguinte:

- “Aqui, no momento, não tem o que dizer nada de ruim, por que aqui eu construí família, aqui eu trabalho, aqui eu vivo, me aposentei aqui, e vou levando a vida”.

- “... a vida da pesca não é tão ruim. O ruim é o tempo que você fica longe da sua família, as vezes o ruim é isso aí. Mas o lugar, gostar eu gosto de tudo, é o lugar da gente né?!”

- “Eu gosto de tudo daqui, eu nasci aqui, minha terra natal, minha família é toda daqui”.

- “As outras coisas tudo eu gosto sim, aqui é bom, aqui é tranquilo”.

- “... eu gosto de tudo daqui. Até do que é ruim eu gosto, num tenho nada pra reclamar daqui não. Aqui é muito melhor que uns lugares que eu já morei, isso aqui é muito bom de viver, muito bom mesmo. Se cê vê os lugar que eu já morei”.

- "Aqui tudo é legal, o ruim é só a intervenção humana né?! Que sempre acaba com tudo. Gosto de mais daqui entendeu?"

- "... o bom é que a praia continua bonita como sempre foi, mesmo com todas essas modificações que os homem vem fazendo aí."

- "Uma coisa que eu gosto de Itaipava é o jeito da cidade. Parece cidade de interior e ao mesmo tempo uma comunidade pesca, então gosto disso".

- "O que eu gosto é o clima, se rodar o país não acha um clima igual a esse aqui, tem lugar que são três estações no mesmo dia e aqui é esse ar puro, esse ar fresco e o lugar nosso é bom tranquilo, sem muita violência".

- "Eu gosto do lugar, da pesca também é bom, aqui é sempre calmaria".

- O lugar é bom, tranqüilo, tem praia, ainda está seguro, tem um bom colégio, culturalmente não existe muita coisa, mais da pra se divertir ainda, ao meu ver, pra mim, tá muito bom."

- "Aqui não tem o que reclamar, eu convivo aqui e pra mim esse aqui é o melhor lugar do mundo pra nós".

- "Eu gosto daqui, porque aqui é um lugar calmo, tranquilo..."

A fala de um pescador, a vinte e quatro anos em Itaipava, sintetiza os relatos anteriores, no que diz respeito a grande identidade territorial com o distrito, no qual vive e trabalha esse grupo social:

...aqui o lugar nosso é bom pra morar, pra morar é um lugar calmo, né, pra quem pesca tem bastante emprego, lugar tranquilo pra mim né, por que eu rodo muito. A gente roda muito né, o Brasil inteiro pescando a gente vê que aqui é um lugar calmo. Pra nós esse lugar é bom, pra viver, pra se morar, e pra pesca também né?! Principalmente pro pescador, por que aqui tem muito barco, aqui é uma área boa de pesca, por isso que muitos vem pra cá e fica.

Quando perguntado sobre "o que você menos gosta (ou não se identifica) no território da pesca de Itaipava?", a maioria dos pescadores do distrito responderam ser a falta de um cais (ou porto, na fala de alguns), equipado para o embarque e desembarque do pescado. Atualmente se encontram em andamento as obras de construção de um terminal pesqueiro, localizado em um trecho da orla, e que para alguns pescadores, não ficará pronto. Percebe-se um grande descontentamento e insatisfação, com a falta dessa importante infraestrutura, para a atividade pesqueira desenvolvida desse distrito, de acordo com os relatos descritos abaixo:

Profissionalmente falando, rapaz.... do lado da pesca por exemplo, o que eu não gosto, não gostei até hoje foi as promessa mentirosa de cais nesse lugar, por que tem, essa história de cais aqui em Itaipava isso tem 47 anos, desde de 1970, e até hoje esse cais num saiu, tá nisso que cê tá vendo aí, se cê dá uma olhada, tal. Tá nisso que tá aí. Por que eu conheço a história desse lugar, sou filho daqui. **Então essa história de cais em Itaipava tem 47 anos e até hoje ele não saiu** [grifo nosso]. O cais que tem aí é dois cais de plástico aí, um aqui e outro lá na frente, um quebra galho isso aí. Então é isso que puderia tá muito melhor a muito tempo, isso podia tá uma coisa melhor há muitos anos. [...] Com esses dois cais flutuante que fizeram ali, é apenas um quebra galho aquilo ali, elhorou pra descarregar o peixe, só isso, aquilo ali melhorou. Isso enquanto não sai a promessa de 47 anos aí, tamo quebrando o galho com esses dois cais flutuante aí, melhorou, melhorou um pouco, mais melhorou" (fala de um morador e pescador em Itaipava a mais de quarenta anos).

- "Ruim aqui é o cais, o cais, tinha que ter um cais melhor com uma estrutura melhor, pra poder num ficar essa embolação de barco aí, arrebenta os barco todo. Quebraram minha luminária agora. É por que um entra, aqui é lugar de carregar, aqui, aí tão usando pra descarregar também, aí entra um sai outro, é uma quebração de barco feroz. Era a hora de fazer um cais certinho igual eles tão querendo fazer, um lugar de carregar, um lugar de descarregar, um lugar pro cê deixar o barco carregado pra sair, aí fica bom!"

- "... não tem cais, geralmente, o que eles tão fazendo ali atrás [o terminal pesqueiro em construção] não é pra nois, não vai ser pra barco de jeito nenhum, agora cê vem aqui na praia aqui, é um lamaceiro. [...] os maiores produtores de peixe se encontram aqui e a gente tem que muitas vezes tá saindo daqui e tá descarregando em outro lugar, porque aqui não tem porto pra isso."

- "Não tem cais suficiente para as embarcações, agora que tá construindo, mas mesmo assim, tá demorando muito".

- "Uma das coisas que eu não gosto aqui é a falta de um cais descente pra nós descarregar nosso barco direitinho".

Pesquisando alguns jornais (impressos ou online) editados no Espírito Santo, encontramos reportagens que abordaram a obra do terminal pesqueiro em Itaipava, sendo apresentado em determinadas matérias jornalísticas, como o maior projeto de infra-estrutura do sul do Estado, conforme pode-se verificar abaixo:

- “Novo terminal pesqueiro em breve” (A Tribuna, 26/02/2014, p. 5): essa matéria, publicada em caderno especial – edição de domingo, nesse jornal que circula em todo estado – sobre o município de Itapemirim, trouxe a informação de que a construção do terminal em Itaipava, começaria sob a responsabilidade do governo do Estado, contando com o auxílio da PMI. Uma fala do então secretário municipal de pesca da época, nos chamou a atenção ao afirmar que, pelo fato de não ter um porto (terminal) capacitado para receber as atividades atreladas a pesca, “dos cerca dos 400 barcos pesqueiros de Itapemirim, menos de 20% atraca no litoral do município”.

- “Pescadores de Itapemirim terão melhor qualidade de trabalho com construção do terminal pesqueiro” (Espírito Santo Notícias, 19/01/2017): na página da internet desse jornal, que também possui versão impressa para alguns municípios do sul desse Estado, observamos pela reportagem – com uma imagem (Figura 3) contendo uma maquete de como ficará a obra –, que a construção do terminal pesqueiro, depois de quase três anos, ainda não tinha sido iniciada, fato que pode ser comprovado com a matéria a seguir, divulgada um dia após a publicação do jornal online acima.

Figura 3: Maquete do Terminal Pesqueiro de Itaipava



Fonte: Jornal Espírito Santo Notícias (Edição Online, 19/01/2017).

- "Porto para pesca em Itapemirim" (A Tribuna, 20/01/2017, p. 28): essa pequena nota, publicada na coluna diária "Dia a Dia" (na página de economia desse jornal), relatou que "começa no início de fevereiro [2017] a construção do terminal pesqueiro de Itapemirim", e "será na praia de Itaipava". Ainda segundo a coluna, "o início da obra é previsto para o dia 2 [fevereiro]". Outro detalhe em relação a obra "uma demanda antiga dos pescadores", que a coluna descreveu – "curiosamente, mesmo em tempos de crise, os recursos, de R\$ 40 milhões, são da própria prefeitura" –, também nos chamou a atenção, pois inicialmente o governo do estado seria o responsável por tal realização.

- "150 vagas de emprego abertas para obras de Terminal Pesqueiro em Itapemirim" (Jornal Online Folha Vitória, 19/09/2019): esse conhecido site de notícias estadual, por pertencer a um representativo veículo de comunicação do Espírito Santo (a TV Vitória), trouxe nessa informação que "além das 200 vagas já preenchidas" seriam abertas "150 novos postos de trabalho", em outubro de 2017. O texto da matéria ressalta também que "os pescadores da região enfrentam dificuldades por causa da falta de lugar estruturado [um porto] para as embarcações", e com a finalização do terminal, de acordo com um pescador entrevistado pelo jornal: "não precisamos nos molhar e nem carregar peixe nas costas. Essa obra é um sonho para os pescadores de Itapemirim. Vai trazer dignidade para a pesca e para o pescador, pois trará mais conforto e comodidade para os trabalhadores".

- "Terminal pesqueiro tem obras em ritmo acelerado" (FATO, 07-08/04/2018): o "maior empreendimento com recursos públicos do sul do estado em andamento, Terminal Pesqueiro de Itaipava segue a todo vapor", com esse texto o respectivo jornal comentou no início da matéria, sobre a construção do terminal, escrevendo que o mesmo compreende uma área total de 7.850 m² e apresentava-se naquele momento, com 50% das obras concluídas. O jornal analisou o impacto no desenvolvimento econômico que essa obra de infra estrutura urbana irá promover na região sul do Estado: "com o desembarque facilitado, mais barcos devem atracar em Itaipava, gerando mais clientes para restaurantes, pousadas, comércio e demais setores que fomentam a economia local, que gira em cima do pescado".

- "Terminal pesqueiro de Itaipavam, ES, vai ficar pronto em 2018, diz prefeitura" (Correio Capixaba, 10/04/2018): segundo esse jornal online, a

respeito das obras do terminal, existia a previsão da estrutura ficar pronta em 2018, “e que entre em funcionamento em meados de 2019”. Um determinado pescador abordado pelo jornal diz que “se orgulha da estrutura que segue crescendo, mas quer que o terminal seja um benefício para a pesca artesanal de Itaipava”. A reportagem enfatiza também que “os pescadores da região, há muitos anos, enfrentam dificuldade por causa da falta de lugar estruturado para as embarcações”.

- “Com 75% da obra concluída o Terminal Pesqueiro de Itaipava movimentará economia do litoral sul” (site da PMI, 06/05/2019): com um texto praticamente igual ao da reportagem do Jornal FATO, citado anteriormente, mudando a percentagem da obra (Figura 4) já concluída (75%), a prefeitura de Itapemirim apresenta em sua página oficial na internet que “o local terá capacidade para atender cerca de 400 embarcações locais, mais o fluxo de embarcações das cidades vizinhas que se beneficiarão com este grande empreendimento”.

Figura 4: Obra do Terminal Pesqueiro em Construção



Fonte: site da PMI (www.itapemirim.es.gov.br)

A única passagem diferente na matéria do site da PMI, é o relato de um pescador de 53 anos, morador de Itaipava: “essa obra vai facilitar a retirada do pescado dos barcos, tendo um píer para nós atracarmos os barcos de uma forma segura, também podemos carregar as embarcações com mais facilidade. Sou pescador há 32 anos, e ver essa obra sendo feita é ver a realização do sonho de todos pescadores que trabalham duro neste mar”.

- “Terminal pesqueiro de Itaipava, ES, deve ficar pronto em 2019” (site g1.globo.com/es, 15/11/2018): esse portal de notícias também informava que a obra estava naquele período, 75% concluída, e “o que promete ser o maior terminal pesqueiro do Espírito Santo deve ficar pronto em novembro de 2019”.

Outro aspecto negativo que de certa forma diminui a identificação do pescador com o território local, é a poluição na orla, ou como descreveu alguns pescadores, “a sujeira na praia”. Chamou-nos atenção também, o crescimento do número de habitantes no referido distrito, relatado por pescadores, como podemos observar a seguir: “... Itaipava cresceu muito, **o aumento do pessoal é muito ruim, acaba tirando o que o lugar tem de bom, que é nossa cultura de pesca aqui** [grifo nosso]. Se fosse igual antigamente, uma vila de pescador, isso aqui ia ser maravilhoso”.

Esse processo de expansão urbana (refletindo no aumento de sua população) na qual Itaipava conheceu nos últimos anos, e que de certa forma modificou o aspecto bucólico e aprazível (revelado pelos pescadores na identificação com esse território de grande beleza natural) que o distrito possui, vem sendo retratado em publicações voltadas para o turismo capixaba. O “Guia Espírito Santo: litoral, montanhas & parques”, descrito pelos seus editores como uma “publicação anual com circulação em todo território nacional”, informa – no capítulo sobre o município de Itapemirim – o seguinte, dentre outros atrativos, em relação a praia de Itaipava: “o local é uma antiga vila de pescadores que, com a chegada das casas de veraneio, **cresceu e se urbanizou** (grifo nosso). A praia é uma enseada que serve de atracadouro para embarcações pesqueiras sendo que no local se encontra a colônia de pesca mais ativa da região. Graças ao mar tranquilo, é propícia para banhos em todos os períodos das marés” (Silva e Santtos, s/d, p. 178). No “Guia do Brasil – Espírito Santo”, a praia do distrito de Itaipava, é assim divulgada:

...fica a 16 quilômetros ao norte [da conhecida Vila] de Itapemirim [a sede do município], com seu formato de enseada, possui ancoradouro natural para os barcos de pesca. É conhecida pelos pescadores que se surpreendem por ser, pela configuração geográfica, um dos melhores pontos de pescaria do país. Localizada no litoral norte, [...] **é uma antiga Vila de Pescadores, onde hoje há várias construções, hotéis, pousadas e campings** [grifo nosso]. Conhecida também por ser um ótimo ponto de mergulho” (FAUSTINI, 2011/2012, p. 130).

Outra pergunta do questionário “Roteiro de Entrevista” aplicado junto aos pescadores artesanais de Itaipava, que trouxe uma indicação sobre como essa comunidade possui uma forte relação de identidade com o território da pesca do distrito estudado, foi o questionamento a respeito da participação dos pescadores em algum grupo (ou instituição) social: dezenove (dos trinta entrevistados) descreveram que são associados a “Colônia de Pesca Z-10”, a entidade máxima que representa (e defende) os direitos dos referidos pescadores de Itaipava.

Em relação à pergunta a respeito da manifestação/tradição cultural que mobiliza Itaipava, não só a comunidade pesqueira, mas a população em geral da cidade, os entrevistados foram unânimes em afirmar que não existe nenhuma festividade que ocorre atualmente no distrito, nem mesmo a tradicional “Festa de São Pedro”, que acontece em várias comunidades pesqueiras, ao longo do território capixaba. Algumas vezes foi mencionado a “Festa do Atum e do Dourado”, que também deixou de ser realizada no distrito. Em 2019, ocorreu a XIII edição do “Festival Gastronômico: Frutos do Mar” em Itaipava, no feriado de Semana Santa (período da realização de todas as edições desse evento), organizado pela Secretaria de Cultura da PMI, mas, apesar de ter acontecido por treze anos seguidos, e ser comercializado nesse festival diferentes pratos culinários derivados de pescados e afins, esse evento não foi citado por nenhum pescador artesanal entrevistado.

ANÁLISE PRELIMINAR DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS ENTRE OS PESCADORES DE ITAIPAVA E PIÚMA

Nessa parte do capítulo, mostraremos através de perguntas (relacionadas diretamente ao tema identidade territorial) que foram feitas aos pescadores de Itaipava e de Piúma⁴, quadros comparando as territorialidades de cada território, ou seja, essas territorialidades humanas como sendo uma forma de expressão territorial de uma comunidade (no nosso caso, os pescadores) através de seus atributos próprios, como por exemplo, valores, ideias, hábitos, práticas culturais e religiosas. Procuramos entender, a partir das informações coletadas em campo, como esses atributos (como sendo a própria identidade das comunidades citadas), foram sendo vinculados aos recortes espaciais de duas pesquisas: o território da pesca artesanal de Itaipava e Piúma. Na pergunta “o que

gosta ou não gosta” (Tabela 1 e Tabela 2) no território da pesca de Itaipava e Piúma, tivemos as seguintes respostas:

Tabela 1 e Tabela 2: Avaliação do gosto quanto ao território em Piúma e Itaipava

PIUMA	Gosta	Não gosta
Descaso com a Praia / Rio	0	11
Administração da Cidade	0	7
Praça dos pescadores	9	0
Saúde / Segurança	3	1
Belezas / Paisagens	4	0

ITAIPAVA	Gosta	Não gosta
Descaso com a Orla	0	1
Aumento Populacional	1	2
Porto/ Cais	0	7
Roubos de Pescado	0	1
Pesca	12	
Calmaria da Cidade	7	0
Intervenção Humana	0	1
Sujeira da Praia	0	4

Fonte: Autor.

Analisando os dados das tabelas anteriores, percebe-se aspectos diferenciados da identidade territorial dos pescadores, desses dois territórios do litoral sul de nosso estado. Em relação ao que os pescadores gostam no território de Piúma, o destaque maior foi para uma obra de infraestrutura a “Praça dos Pescadores” realizada pela prefeitura desse município, que se transformou no espaço de maior convívio social e identificação dos pescadores no território piumense, já em Itaipava, o que os pescadores mais se identificam, é a própria atividade da pesca artesanal que eles exercem. Se em Piúma é uma obra pública que os pescadores mais têm uma relação de identidade com o território, em Itaipava é exatamente a falta de uma obra de infraestrutura (um cais/terminal devidamente equipado para embarque/desembarque do pescado) que os pescadores apontaram como o aspecto mais negativo do território. Em Piúma, a poluição no rio Piúma e o processo de erosão na orla/praias são os pontos mais mencionados pelos pescadores. Quando perguntado se participam de algum grupo ou entidade de classe, os pescadores dessas localidades responderam o seguinte (Tabela 3 e Tabela 4):

Tabela 3 e Tabela 4: Grupos frequentados em Piúma e Itaipava

PIÚMA		ITAIPAVA	
Grupos Frequentados		Grupos Frequentados	
Colônia de Pesca Z-9	16	Colônia de Pesca Z-10	19
Igreja Católica	2	Igreja Católica	3
Igreja Evangélica	1	Igreja Evangélica	0
Kardecista	1	Associação de Pescadores	2
		Outros	2

Fonte: Autor.

O que fica claro nas respostas das tabelas acima, é que a participação na colônia de pesca, tanto em Piúma quanto em Itaipava, representa uma grande demonstração de identidade com o seu respectivo território. Na pergunta “o senhor acredita que o pescador artesanal se identifica com o turismo na cidade?”, a maioria dos pescadores desses dois territórios de pesca (Piúma e Itaipava) foram categóricos em dizer que sim, conforme explicitado nas Tabelas 5 e 6, abaixo:

Tabela 5 e Tabela 6: Avaliação da identificação dos pescadores em Piúma e Itaipava

PIÚMA		ITAIPAVA	
Sim	Não	Sim	Não
22	8	23	7

Fonte: Autor.

E a principal justificativa para os pescadores relatarem que se identificam com a atividade turística, foi o “aumento na venda de pescado”, destacadamente em épocas de alta temporada, quando o fluxo de turistas cresce de forma significativa, em todo litoral sul capixaba.

No questionamento, “o dia a dia dos pescadores artesanais com o território onde eles moram e trabalham [pergunta realizada em Itaipava e Piúma] é o mesmo, comparando o passado com o presente?”, obtivemos as seguintes respostas (Tabela 7 e Tabela 8):

Tabela 7 e Tabela 8: Avaliação quanto às mudanças do cotidiano em Piúma e

Itaipava

PIÚMA		ITAIPAVA	
Sim	Não	Sim	Não
21	9	21	9

Fonte: Autor.

E o que mais mudou, foi a própria atividade da pesca, com o uso de cada vez mais equipamentos modernos (GPS, sonar, etc.) segundo a fala dos próprios pescadores, visando desenvolver e aumentar a produção do pescado, seja em Piúma como em Itaipava (Tabela 9 e Tabela 10):

Tabela 9 e Tabela 10: Identificação de mudanças no tempo em Piúma e Itaipava

PIÚMA		ITAIPAVA	
Mudanças com o Tempo		Mudanças com o Tempo	
Pesca	12	Pesca	15
Bairro	1	Barcos	1
Construção da Praça	3	Improvisação do Cais	5
		Nada	3
		Segurança e Conforto na Pesca	2
		Estrutura	1

Fonte: Autor.

Outro aspecto por nós investigado em uma pergunta específica – “você possui alguma crença (ou costume) quando sai para pescar?” – de nosso questionário de entrevista (tanto para Piúma quanto para Itaipava), e que nos apresentou também uma caracterização da chamada identidade territorial vinculada a religiosidade presente entre os pescadores artesanais, é apresentado nas Tabelas 11 e 12, deixando evidente que esse grupo social, no dia a dia do seu ofício em seu território da pesca, ainda preserva (e valoriza) as questões de fé e devoção, principalmente a São Pedro (santo católico padroeiro dos pescadores) conforme algumas entrevistas.

Tabela 11 e Tabela 12: Adesão a crenças e costumes em Piúma e Itaipava

PIÚMA		ITAIPAVA	
Tipos de Crenças/Costumes		Tipos de Crenças/Costumes	
Agradecer a Deus	11	Agradecer a Deus	9
Sinal da Cruz (Benzer)	2	Sinal da Cruz (Benzer)	4
Rezar	10	Rezar	12
Não tem	7	Não tem	5

Fonte: Autor.

PARA NÃO CONCLUIR

Essa pesquisa de caráter introdutório, procurou caracterizar a identidade territorial dos pescadores no território da pesca artesanal de Itaipava (município de Itapemirim), analisando para isso as territorialidades (destacadamente os atributos simbólicos e os sentimentos de pertencimento a um lugar) específicas que se estruturaram nas últimas décadas nesse distrito. Percebemos que existe uma forte identidade territorial entre os pescadores com território da pesca artesanal de Itaipava, quando nas entrevistas foi mencionado, a grande satisfação pessoal que os membros desse grupo social têm em morar e trabalhar em um lugar tão aprazível, possuindo uma tranquilidade a “calmaria no distrito” (depoimento de um pescador) que ainda se parece como uma localidade de interior, sem alguns dos problemas urbanos das grandes cidades (a maior parte do ano, no período fora da alta temporada turística), como a violência, falta de moradia e o congestionamento de trânsito. Citaram também a beleza natural desse território, com destaque para a praia, com alguns pescadores afirmando que Itaipava “é o melhor lugar do mundo”. Outro quesito que apresenta grande identificação por parte dos pescadores é a participação/envolvimento desses trabalhadores na Colônia de Pesca Z-10, a quase maioria deles descreveram que são associados a essa entidade.

Como aspecto negativo desse território, apontado pelos pescadores – e que representa um fator de indignação revelado pela maioria dos membros desse grupo que foram entrevistados –, é a falta de um cais/terminal estruturado para o embarque/desembarque do pescado, que chega de diferentes pontos do estado e também do país. Mesmo estando em fase de construção um terminal pesqueiro, localizado num trecho da praia de Itaipava, é grande a crença por parte dos pescadores,

de que essa obra não será concluída. Em relação às atividades culturais, constatamos que não existe nenhuma identificação dos pescadores do distrito com essas manifestações festivas, seja festa popular (de caráter religioso ou não), até mesmo uma das festas juninas mais tradicionais, a de São Pedro, não ocorre mais em Itaipava, há muito tempo.

Como objeto de análise, comparamos a identidade territorial dos pescadores no território da pesca artesanal de Itaipava e também com a identidade dos pescadores de Piúma, analisando para isso as territorialidades específicas que se estruturaram nas últimas décadas nesses territórios. Para realizar tal comparação utilizamos quatro aspectos em comum com esses dois territórios de pesca (Piúma e Itaipava): o que os pescadores gostam (se identificam), ou não, em seu território da pesca; que entidade/grupo os pescadores se identificam; o turismo também foi comparado em ambos os territórios, mostrando como os pescadores de Piúma e Itaipava tem forte identificação com essa atividade econômica; o que mudou nos dois territórios de pesca do litoral sul do Espírito Santo, analisados nessa pesquisa; e por último, as crenças e costumes religiosos dos pescadores associadas a identidade territorial dessas comunidades.

NOTAS

1. Essa pesquisa finalizada em 2018 e denominada "A territorialidade da atividade pesqueira no município de Piúma (ES): um estudo da identidade territorial dos pescadores artesanais" foi publicada como um capítulo do livro organizado (também em 2018) por docentes/pesquisadores membros do GETAP, intitulado de "Abordagens Territoriais e Práticas Pedagógicas em Territórios Pesqueiros" (ver referências).

2. De Paula (2018, p. 57) ressalta que, "em 2001, foi defendida na Geografia Humana da USP a Tese do Doutor Eduardo Schiavone Cardoso, primeiro a abordar a pesca no Brasil como um todo".

3. Esse extenso trabalho de doutorado, em mais de suas quatrocentos páginas de grande qualidade acadêmica, apresenta um rico levantamento bibliográfico das pesquisas geográficas em diferentes instituições do território nacional, estudando "a expressão da pesca artesanal na Geografia brasileira", bem como "os impactos ambientais, as disputas no território e conflitos por território na pesca artesanal" do país; e aborda tanto a "modernização da pesca artesanal brasileira" quanto as singularidades existentes nas "geografias da pesca artesanal brasileira".

4. As informações da pesca artesanal utilizadas sobre esse município, estão baseadas na pesquisa (Gomes e Corrêa, 2018) que realizamos (comentada no início do presente texto), sendo divulgadas no livro publicado em 2018.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social.** São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia Física). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CID, E. F. K [et al]. **Abordagens territoriais e práticas pedagógicas em territórios pesqueiros.** Vitória: Causa, 2018.

CLAVAL. P. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia.** n. 2, ano 1, p. 7-26, 1999.

CORREA, J. C. **Territorialidades e resistências da comunidade de pescadores de Ubu e Parati ao polo industrial de Anchieta (ES).** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2013.

DE PAULA, C. Q. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira.** Porto Alegre, Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

FAUSTINI. F. A. **Guias do Brasil** – Espírito Santo. Porto Seguro: Todas as Falas, 2011/2012 (1ª Edição).

FERNANDES, M. M. S. **Comunidades de pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras, Conceição da Barra – ES.** Inserção dos territórios tradicionais na dinâmica econômica capixaba. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, E. R. & CORREA, C. A. A territorialidade da atividade pesqueira no município de Piúma (ES): um estudo da identidade territorial dos pescadores artesanais. In: CID, E. F. K (Orgs.) et al. **Abordagens Territoriais e Práticas Pedagógicas em Territórios Pesqueiros.** Vitória: Causa, 2018.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999.

LIMA, M. do C. de. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

PALHETA, J. M. & SILVA, C. N. da. **Pesca e territorialidades:** contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira. Belém: GAPTA/UFGA, 2011.

PAZ, M. L. A. **A correlação da cadeia produtiva da pesca com as comunidades pesqueiras da região costeira do Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado em Oceanografia Ambiental). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-graduação em Oceanografia Ambiental. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C. & FERRARI, M. **Territorialidades humanas e redes sociais.** Florianópolis: Insular, 2013, p. 39-62.

SAQUET, M. A. (Org.). **Estudos territoriais e a ciência geográfica.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, C. N. da. **Geografia e representação espacial da pesca na Amazônia paraense.** Belém: GAPTA/UFGA, 2012.

SILVA, C. A. (org.) **Pesca artesanal e produção do espaço:** desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, C. A. (org.) **Política pública e território:** passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015a.

SILVA, C. A. (org.) Pesca artesanal e a vida metropolitana: limites e conflitos nos usos do território. In: FERNANDES, U. (Orgs.) et al. **Velhos saberes, novas abordagens:** a geografia à luz da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Gramma, 2015b.

SILVA, C. A. (org.) Pesca artesanal na Baía de Sepetiba: desafios da visibilidade. In: SILVA, C.A. da & SUIAMA, S. G. (Orgs.). **Baía de Sepetiba:** riscos à natureza e aos coletivos humanos na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018a.

SILVA, C. A. (org.) Entre a arte e a técnica na compreensão das geografias das existências da pesca artesanal na Baía de Sepetiba: contribuição para a compreensão do espaço geográfica. In: CID, E. F. K (Orgs.) et al. **Abordagens**

Territoriais e Práticas Pedagógicas em Territórios Pesqueiros. Vitória: Cousa, 2018b.

SILVA, C. A. da; DE PAULA, C. Q. **Brasil e Moçambique:** diálogos geográficos sobre a pesca artesanal. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

SILVA e SANTOS, J. A. **Guia (turístico e cultural) Espírito Santo:** litoral, montanhas & parques. Vitória: Édica (Editora Carmezim), s/d.

SOUSA, C. R. **Pescadores artesanais de tradição oceânica:** identidades, práticas cotidianas e capital social, ITAIPAVA-ES. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de pós-graduação em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2009.

SOUZA, M. L. Território e (des)territorialização. In: **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 77-110.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

DIVERSIFICAÇÃO DE RENDA EM FAMÍLIAS DE PESCADORES ARTESANAIS: PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE NA ILHA DOS MARINHEIROS, RIO GRANDE/RS

Aline Bastos Mendes

Mestranda no PPGeo da FURG

César Augusto Ávila Martins

Docente da Geografia do ICHI da FURG

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a diversificação de renda em unidades produtivas que utilizam basicamente a família como força de trabalho tiveram surgimento nos anos 1970 através dos estudos agrários. A aplicação do conceito de pluriatividade ou multifuncionalidade para a pesca artesanal é recente, ainda que autores como Diegues (1983) e Maldonado (1986) expusessem que os pescadores artesanais têm por característica a diversidade nas suas atividades econômicas. A exploração do tema pluriatividade ou multifuncionalidade como foco para a análise e o entendimento da estrutura econômica e familiar é recente e temos alguns exemplares em Pasquoto (2004), Dos Anjos et al. (2004), Capellesso; Cazella (2011), Cajado (2013) e Cajado et al. (2014).

As pesquisas citadas orientam-se de três maneiras conceituais similares (pluriatividade, multifuncionalidade e diversificação de renda), mas que se distinguem na explicação do conceito adotado por cada uma delas. Ao passo que pluriatividade e multifuncionalidade investigam o

fenômeno da diversificação de renda, a primeira tem por objetivo entender o surgimento e a implementação das atividades (não-agrícolas ou não-pesqueiras) expondo "quais são" e "como" na tomada de decisão a família faz as suas escolhas. A segunda, multifuncionalidade, assume uma posição que, além de compreender as atividades econômicas dentro e fora da unidade, entende o agricultor ou o pescador como um trabalhador dotado de características sociais específicas, que o diferenciam do trabalhador proletário (proprietário dos meios de produção, por exemplo) dando assim uma identidade cultural própria aos indivíduos.

O presente artigo é resultado de dois anos de pesquisa com os pescadores da Ilha dos Marinheiros, no município de Rio Grande, Rio Grande do Sul. A atividade pesqueira é fundamentalmente desenvolvida por um homem e uma mulher, com o auxílio dos filhos e/ou dos residentes no mesmo domicílio. O emprego da mão de obra familiar caracteriza a unidade produtiva, assim a compreensão da estrutura familiar como Unidade Econômica de Base Familiar (UEBF), conceito apresentado por Chayanov (1974) ocorre a partir da organização interna da família, com suas diferenciações demográficas, em especial a etária e sexual.

Neste artigo o termo diversificação de renda considera tanto a pluriatividade quanto a multifuncionalidade, pois a preocupação soberana é apresentar as estratégias internas e externas que são indispensáveis para a produção e a reprodução das famílias e suas modificações ao longo dos anos através da percepção geracional, do comportamento reprodutivo, da divisão sexual e etária do trabalho entre os entrevistados.

PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE: ORIGEM DAS TERMINOLOGIAS

A utilização dos termos pluriatividade e multifuncionalidade tem seu início nos anos 1970, através dos estudos agrários onde se observou o surgimento de atividades não-agrícolas sendo incorporadas à agricultura. No período, de acordo com Fuller (1984), *pluriactivité* era empregado como sinônimo para outras terminologias como o *part-time farming* ou *multiple job holding farm household* (MJHFH). As terminologias utilizadas para explicar o fenômeno da diversificação de renda tinham em comum o entendimento de que atividades não-agrícolas faziam parte do arranjo econômico familiar, mas discordavam enquanto método de análise. O *part-time farming* tinha como objetivo o tempo de trabalho dedicado na

propriedade pelo indivíduo ou por sua família. O conceito de *multiple job holding farm household* (MJHFH) utilizava para a análise três pressupostos básicos: a composição demográfica das famílias, a tomada de decisão dos indivíduos e a situação local e histórica da propriedade.

O termo *pluriactivité*, por sua vez, tratava da combinação de uma ou mais formas de renda dos membros da família, sem levar em conta, o tempo gasto para o seu desenvolvimento. Em oposição ao *part-time farming*, o *pluriactivité* preocupava-se com a produção final ao invés de investigar o tempo dedicado na propriedade, Fuller e Brun (1988) afirmam que:

[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura. A pluriatividade, entretanto, em seu sentido ideal, não é facilmente mensurável através das estatísticas oficiais disponíveis (FULLER e BRUN, 1988, p. 150).

A pluriatividade, portanto, desloca o foco da atividade agrícola para a possibilidade do ingresso de diversas fontes de renda expressas em relações formais ou informais de trabalho, através de pagamento em dinheiro ou permuta e a troca de favores, que irá refletir no cálculo final do orçamento familiar.

Nem mesmo a multifuncionalidade pode assumir o papel de sinônimo para pluriatividade. A multifuncionalidade contribui para um entendimento que vai além da relevância produtiva e procura expressar uma identidade social, para Cajado et all. (2014):

A multifuncionalidade contribui para a compreensão da pesca artesanal não apenas por sua relevância produtiva, o que é incontestável, mas possibilita visibilizar sua importância enquanto categoria, compositora de uma identidade social, conhecedora de saberes adquiridos a partir da convivência com a natureza e repassados por gerações, conservadora de laços sociais e simbólicos e de parte de uma cultura pertencente a toda à sociedade (CAJADO et all., 2014, p. 66).

Ao analisar a agricultura do ponto de vista da multifuncionalidade o caráter de “agricultura familiar” ganhou espaço, porque retoma os modos de vida característicos do agricultor sob regime de economia familiar.

Os estudos de pluriatividade e multifuncionalidade aplicados para a agricultura familiar se consagraram no Brasil, por exemplo, através dos trabalhos de Schneider (2005, 2009, 2009b).

Além da questão da diversidade de renda para a pesca artesanal, cabem alguns recortes a respeito do que Diegues (1983) chamou de pequena produção mercantil simples, como uma prática econômica que utiliza grande parte da força de trabalho familiar e transforma o pescado em mercadoria, fonte primária para manutenção da família com a sua transformação em dinheiro. Também pode ser explicada nas palavras de Marx (1996) que ao tratar sobre acumulação de capital aborda a circulação direta de mercadorias, que não visa a obtenção de lucro, sendo “a forma direta de circulação de mercadorias é $M — D — M$, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar.” (MARX, 1996, p. 267-268). Dessa forma, o pescador vende o pescado por um valor determinado que será utilizado na compra de bens necessário para a família e que não podem ser produzidos por ele.

A UEBF, por sua vez, expressa a importância de analisar a estrutura interna das famílias, através de alguns marcos importantes que foram utilizados neste trabalho: a faixa etária ou geracional, a composição sexual das famílias e o número de indivíduos disponíveis para o trabalho que residam sob o mesmo domicílio. A pesquisa também incluiu a significativa mudança dos padrões reprodutivos, como será apresentado. A chave para o entendimento da UEBF se dá na relação entre produtores e consumidores que pode ser observada na constituição familiar. Isso quer dizer que, ao passo que os filhos crescem e se desenvolvem, deixam de ser consumidores e passam a ser produtores/consumidores (CHAYANOV, 1985, p. 50-57).

Em *La población mundial*, texto de Vila-Bella (2007) foi possível associar a teoria de Chayanov às modificações demográficas que afetaram as famílias ao longo dos anos e que inevitavelmente refletem as mudanças na produção e na reprodução das famílias. A urbanização e a exponencialização ao acesso dos produtos industriais, a criação e

implementação de políticas públicas, o aumento do nível de escolarização dos mais jovens são elementos que divergem do cenário observado por Chayanov (nos anos de 1910 e 1920). A contextualização é necessária para dialogar com a realidade.

A DIVERSIFICAÇÃO DE RENDA NA PESCA ARTESANAL

Diegues (1983) afirma que os pescadores sempre foram multifuncionais, a multiplicidade de variáveis torna a atividade pesqueira vulnerável: escassez dos recursos biológicos, instabilidade das safras, alterações no clima e poluição ambiental. São problemas que se agravaram na sociedade moderna, dificultando cada vez mais a prática da pesca em sua totalidade. No Brasil, em especial os pescadores artesanais, não conseguem ser somente pescadores para assegurar uma vida digna e estável economicamente. Pescador-agricultor era um conceito que demonstrava o nível de fluidez entre as duas atividades. Nas palavras de Cajado (2013),

Em meio as dunas, o agricultor-pescador ou pescador-agricultor? Não importa a ordem, quem decide quem vem primeiro é a natureza, pois ela revela o que fazer. Hoje? O mar está pra peixe! Amanhã? A chuva se aproxima! Começa a arradar a terra, limpar seu quintal para plantar. Poderá! Hoje é segunda-feira, o pescador não vai para o mar, no entanto o agricultor sente que a terra está se moldando para receber as sementes e germinar. O feijão brotou, o milho deu boneca e o vento fica manso, a noite é de luar, então tá na hora do agricultor-pescador ou pescador-agricultor? Ir para o mar pescar. (CAJADO, 2013).

Com a modernização do campo e do mar, no entanto, as realidades foram se distanciando (DIEGUES, 1983) impulsionando a especialização e a diferenciação do trabalho, com isso os pescadores artesanais passaram a dedicar-se integralmente a pesca, utilizando em alguns casos, os resultados da agricultura como parte da alimentação familiar.

As questões jurídicas quanto à definição do que é um pescador e/ou agricultor não fez desaparecer a prática de uma atividade como complemento da outra. A forma de comercialização, contudo, modificou através da aceleração e hegemonia da mediação do dinheiro diminuindo as trocas de mercadoria entre pescadores e agricultores.

Outras fontes de renda dentro das famílias de pescadores passaram

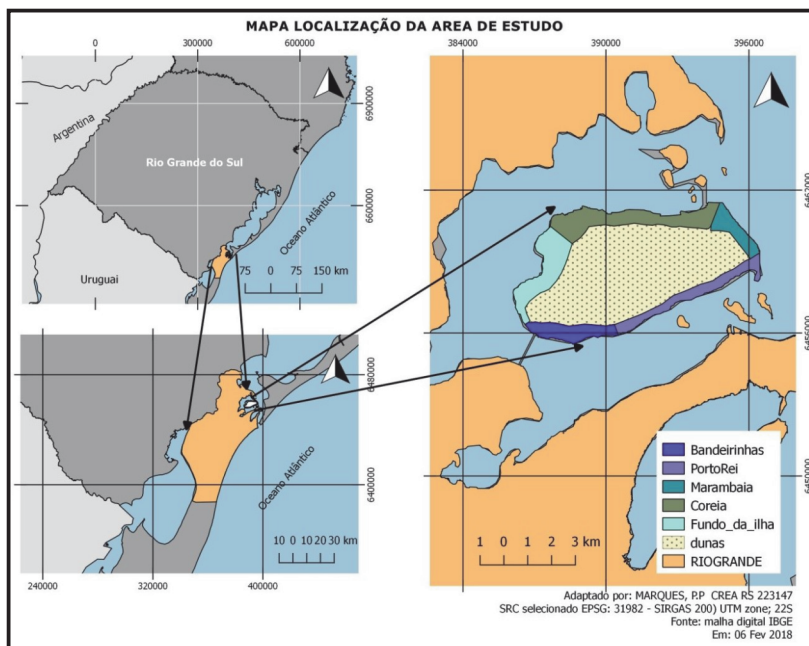
a ser indispensáveis. Com as safras cada vez menos rentáveis, a necessidade de dinheiro para comprar o que não se produz aumentou. Entre vários estudos sobre o processo, citamos, Dos Anjos (2004) em pesquisa sobre o fenômeno da pluriatividade na colônia Z3, município de Pelotas (RS) destacou as atividades mais frequentes entre as famílias pluriativas: construtor civil, pintor, babá, diarista e vendedor(a) como as mais importantes. Na totalidade do seu trabalho 67,1% dos pescadores eram pluriativos e com inclinação para abandonar a atividade pesqueira completamente.

Dos Anjos (2004) apontou que a maioria dos jovens residentes na colônia Z3, no município de Pelotas, não querem ser pescadores e não querem abandonar sua residência. Torna-se um dado importante para pensar a sucessão das atividades pesqueiras nas próximas gerações. Os discursos apontados por Dos Anjos (2004) se repetem na Ilha dos Marinheiros. A população de produtores ativos envelhece, enquanto que as novas gerações tendem a abandonar a atividade pesqueira pela falta de estabilidade econômica, a periculosidade do trabalho no mar e o baixo preço de algumas espécies, como a tainha (*Mugil platanus*) e a corvina (*Micropogonias furnieri*), capturas importantes para os pescadores da Ilha dos Marinheiros.

A ILHA DOS MARINHEIROS

A Ilha dos Marinheiros está localizada na margem Oeste do estuário da Lagoa dos Patos com área total de 39,28km². A Lagoa dos Patos possui uma área de aproximadamente 10.000Km² e é reconhecida como a maior lagoa do tipo estrangulamento do mundo, estendendo-se de 30°30'S a 32°12'O, parte do estuário está localizado próximo da área central de Rio Grande, onde a lagoa se conecta com o Oceano Atlântico (SINHORA, 2018). É na Lagoa dos Patos que diversos grupos de pescadores artesanais desenvolvem suas atividades econômicas, sendo eles pertencentes aos municípios de Mostardas, Tavares, Tapes, Arambaré, Camaquã, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Rio Grande e Pelotas. Na Figura 1 temos a localização da Ilha dos Marinheiros com relação ao estado do Rio Grande do Sul e o município de Rio Grande.

Figura 1: Localização da Ilha dos Marinheiros no Estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil.



Fonte. Adaptado por MARQUES, P. P. 2018.

Além da influência da sua localização para o desenvolvimento da pesca artesanal na Ilha dos Marinheiros o processo histórico de ocupação da Ilha em muito contribuiu para o desenvolvimento da atividade e da agricultura. A colonização açoriana e as técnicas de pescarias desenvolvidas pelos açores foram passadas de geração em geração.

Em 1737, a Ilha dos Marinheiros era conhecida como Ilha do Marinheyro e dela eram extraídos madeira e água para a população que habitava a cidade de Rio Grande, nesse momento conhecida como Rio Grande de São Pedro¹. A colonização da Ilha dos Marinheiros foi efetivada em 1738 através da concessão de sesmarias². A relação entre os indígenas que ali viviam e os primeiros colonizadores, ocorreu através das trocas comerciais, visto que a área que compreende Ilha dos Marinheiros, Ilha da Torotama e Vila da Quinta, era de interesse dos comerciantes de gado e provavelmente foi o que manteve a relação entre os dois grupos até a migração completa dos indígenas (QUEIROZ, 1987, p. 55).

Durante a colonização da Ilha dos Marinheiros novas sesmarias foram concedidas, dada a desistência dos primeiros sesmeiros (RUIVO, 1994, p. 152). A madeira e a água da Ilha dos Marinheiros eram importantes para o abastecimento do núcleo urbano central do atual município de Rio Grande, portanto sua extração continuou nos anos seguintes à colonização da Ilha dos Marinheiros.

Entre os acontecimentos históricos na Ilha destacam-se a presença Quilombo do Negro Lucas, o plantio de milho, feijão, uva e a produção do vinho colonial a partir do ano de 1830 que também foi o ano do primeiro pedido para a criação de peixes em cativeiro feito na prefeitura³. A ascensão econômica da Ilha se deu no cultivo da uva e da produção de vinho até meados de 1875 quando chegaram os primeiros colonos italianos provenientes das regiões da Lombardia, Vêneto e Tirol (AZEVEDO, 2003, p. 46), que iniciaram o cultivo de videiras e estruturaram o atual complexo vitivinicultural da Serra Gaúcha. De acordo com o Jornal "O Cruzeiro" de 3 de outubro de 1970 a população da Ilha em 1940 chegou a 7.200 habitantes. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 a população da Ilha dos Marinheiros era de 1.259 habitantes.

Por se tratar de uma Ilha estuarina, a pesca na Ilha dos Marinheiros tem características específicas que estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento das espécies da Lagoa. Nos aspectos ambientais a Ilha dos Marinheiros é constituída pelos marismas⁴, uma abundância de pequenos lagos no seu interior onde também é possível observar os conjuntos de dunas.

A quantificação dos pescadores artesanais na área de estudo está baseada em uma pesquisa organizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), intitulada *Estudo das Condições Técnicas, Econômicas e Ambientais da Pesca de Pequena Escala no Estuário da Lagoa dos Patos, Brasil*, organizado por Vasconcellos e Kalikoski (2013). De acordo com a pesquisa, organizou-se um quadro com o panorama geral dos pescadores (Quadro, 1).

Quadro 1: Número aproximado de pescadores da Lagoa dos Patos, Rio Grande e Ilha dos Marinheiros.

Nº pescadores no estuário da Lagoa dos Patos	4157
Nº de pescadores em Rio Grande – incluindo dependentes da pesca	1435
Nº de inscritos na Colônia Z1 ¹	825
Nº de pescadores que recebem seguro-defeso em Rio Grande	1031
Nº de pescadores da Ilha dos Marinheiros – incluindo dependentes da pesca	315

Fonte: Vasconcellos e Kalikoski (2013), adaptado pela autora.

Os pescadores moradores da Ilha dos Marinheiros estão inscritos na Colônia Z1 que institucionalmente representa os pescadores do município. Para os pescadores a captura do camarão é a mais rentável, sendo realizada entre os meses de fevereiro e maio. No cenário foi possível entrevistar alguns pescadores e pescadoras, as principais lideranças da Ilha dos Marinheiros que por uma questão de sigilo não serão identificados. Os entrevistados responderam questões acerca da pesca artesanal e do desenvolvimento de atividades adjacentes, sobre políticas públicas, em especial as que garantem o acesso a empréstimos, concessão de materiais para pesca como motores ou redes com juros mais baixos.

A DIVERSIFICAÇÃO DE RENDA NAS FAMÍLIAS DE PESCADORES E ILHÉUS

Nas entrevistas com os pescadores da Ilha dos Marinheiros foi possível observar similaridades encontradas por Dos Anjos (2004). As profissões mais comuns apresentadas pelo autor se repetem no caso da Ilha dos Marinheiros: construtor civil, pintor, babá, doméstica ou diarista e vendedora. Algumas atividades não foram reconhecidas pelos pescadores como emprego ou trabalho, mas também fornecem renda para a família e dessa forma, constituem parte importante na estrutura econômica do domicílio. Entre as atividades com essas características, estão o beneficiamento do pescado, a elaboração de produtos alimentícios congelados a partir do pescado, a venda de produtos de higiene e cosméticos, das empresas Avon e/ou Natura.

O ingresso de novas fontes de renda ganhou espaço na Ilha dos Marinheiros nos últimos anos, no mesmo passo que a diminuição da mão

de obra familiar é um dado significativo para a diminuição da produtividade. Ao longo da pesquisa, foi observado que a maior parte das UEBF tem apenas um indivíduo pescando no mar (a Lagoa dos Patos é chamada de mar ou praia pelos Ilhéus). O indivíduo que continua pescando é geralmente homem entre 30 e 50 anos, com ensino fundamental incompleto e com registro no RGP⁵. Também é recorrente que seja filho de pescadores e tenha crescido desenvolvendo a atividade, que não é o caso dos jovens moradores da Ilha entre 14 e 25 anos. As novas fontes de renda são oriundas de atividades que não estão necessariamente ligadas à pesca. Ainda de acordo com Kalikoski (2013);

A produtividade, por sua vez, é uma questão complexa relacionada com o nível de capitalização de unidades pesqueiras, o esforço de pesca, as espécies-alvo, as estratégias pesqueiras (incluindo variações em tecnologias, práticas, áreas e períodos) e variações na produtividade dos pesqueiros. Vejamos, por exemplo, duas localidades com níveis opostos extremos de produtividade: a Torotama (produtividade média de 3 119 kg/pescador/ano) e a Z3 (15 171 kg/pescador/ano). (KALIKOSKI, 2013, p. 113).

No passo que a produtividade dos pescadores artesanais na Ilha não aumentou a renda familiar não sentiu prejuízo monetário fora das safras. A injeção de novas fontes de renda, principalmente em regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garantem uma estabilidade financeira para a Unidade. O êxodo dos residentes entre 20 e 30 anos ainda é um fenômeno recorrente (MAGANO, 2006); os imigrantes buscam a cidade para estudar e trabalhar, porém quando perguntados, a maioria dos jovens prefere morar na Ilha, mas não depender da pesca.

Através do programa Brasil Sem Miséria⁶ a pescadora V⁷ liderança na Ilha dos Marinheiros tornou-se sócia proprietária de um estabelecimento comercial de refeições. Segundo a entrevistada:

Tudo que vendemos vem do que a gente pesca. Eu já queria montar esse negócio, daí apareceu o E me dizendo sobre esse projeto do Brasil Sem Miséria que é junto com a Emater. Eu me inscrevi e convidei mais onze pescadoras porque meu objetivo era ter uma renda extra só para as mulheres. A gente fez curso, mas quando viram que a gente teria que colocar dinheiro do bolso elas caíram fora, ficou só eu e a S. Ela é minha sócia, aprendi até gestão e culinária. Ano passado faturamos mais do que no camarão. Então, a rotina é assim: dia de semana a gente tá pescando e descascando, aí sexta a gente começa a fazer os bolinhos e preparar tudo pra sábado e domingo. Tu conhece! Trabalham comigo a C e a CA. A C veio toda

boba mostrar as roupas que comprou com o dinheiro dela. Pagamos 70 R\$ por dia, e esse ano vai ter mais os 10%, pra estimular elas. Tu tinha que ver, montamos tudo sozinhas, trazendo *macega* de bote, perigando cair de cima das *macega*, mas eu tenho orgulho, porque a Emater veio até parabenizar a gente. Deu certo e são só mulheres. (Entrevista concedida em outubro de 2018)

A transformação econômica da diversificação de renda acaba por afetar a autoestima, principalmente das pescadoras, pois é o maior agente transformador do cenário, seja através de novas fontes rentáveis ou do acesso à escolarização (que vem aumentando entre as mulheres). Em atividade nas saídas de campo em agosto de 2018, constatou-se que algumas famílias começaram a preparar e vender bolinhos de peixe e siri congelados, salgadinhos para festas, tortas frias e outros produtos, com matéria-prima da captura na Lagoa, agregando valor ao produto final. Além da venda direta, porta a porta ou no desembarque ocorre a comercialização através dos atravessadores. O resultado das 20 entrevistas está sintetizado no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2: Características das UEBF na Ilha dos Marinheiros

RESULTADOS ENTREVISTAS ILHA DOS MARINHEIROS	
Nº de Entrevistas	20 domicílios
Nº famílias que praticam outras atividades econômicas diferentes da pesca	17
Nº famílias que possuem alguma política pública (Seguro-defeso, bolsa família)	20
Mulheres e homens responsáveis pela atividade não-pesqueira da UEBF	13 mulheres 4 homens
Famílias com filhos	18
Número médio de filhos por famílias	2
Número de famílias onde os filhos participam da pesca em algum momento	5
Famílias que possuem algum membro com aposentadoria	6

Fonte: Autoria própria, 2018.

É possível generalizar dois pontos: (i) a presença de políticas públicas, principalmente do seguro-defeso⁸ (todos os domicílios pesquisados recebem o auxílio) (ii) o número médio de filhos por família e o seu nível de contribuição na atividade pesqueira.

No caso da pesquisa realizada por Chayanov (1985), havia um padrão demográfico elevado com um número de membros na família que era em média de sete pessoas (CHAYANOV, 1985, p. 51). O padrão de crescimento populacional acelerado entre os anos de 1850 e 1975 (VILA-BELLA, 2007) que possibilitou essa estrutura familiar, não se aplica, visto que as estruturas familiares contemporâneas seguem uma desaceleração na taxa de crescimento, expressa da seguinte forma:

La consiguiente desaceleración en la tasa de crecimiento ya ha comenzado, impulsada por el declive de la fecundidad en el mundo menos desarrollado; de hecho, tal desaceleración, claramente perceptible desde 1975 (...) Desde entonces, en apenas tres decenios, la tasa de crecimiento anual de la población mundial há pasado de 2,1 a 1,3, uma reducción de más de um tercio (VILA-BELLA, 2007, p. 60).

A reestruturação demográfica está relacionada ao surgimento dos métodos contraceptivos⁹ que diminuíram o número médio de filhos por casal possibilitando às mulheres, novas atividades, como ingressar no mercado de trabalho e a continuação nos estudos. Atualmente essa reestruturação possibilitou o ingresso tardio dos filhos na contribuição econômica da UEBF. Em geral, na Ilha dos Marinheiros, a contribuição ocorre a partir dos 20¹⁰ anos de idade, dado obtido através das entrevistas. Isso se deve ao prolongamento da idade escolar dos filhos que possuem pouca ou nenhuma participação na atividade pesqueira. Na maioria dos casos, passar a contribuir economicamente na UEBF não significa um aumento da produção, isso porque as fontes de renda procuradas pelos filhos estão relacionadas a outros setores e não o setor pesqueiro. Na Figura 2 observa-se a relação geracional familiar mencionada através da figura de dois indivíduos.

É possível observar a questão geracional através dos elementos constituintes da imagem que apontam para uma relação de diferenciação da percepção do ambiente e do mundo, através das roupas, acessórios e postura. Podemos ver o jovem imerso no conteúdo digital, enquanto o pescador contempla o horizonte e guia a embarcação. As costas largas, a destreza na condução do leme são características do pescador. Contudo, mesmo parecendo distante da atividade, o jovem possui uma tatuagem representando Nossa Senhora, o que indica sua relação com a religiosidade e provavelmente o mar, na figura de Nossa Senhora dos Navegantes, herança da família, das práticas e dos costumes na Unidade.

Figura 2: Pescador e seu filho em embarcação na Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS.



Fonte. Autoria própria, 2018.

REESTRUTURAÇÃO DA UEFB: A IMPORTÂNCIA DA COMPOSIÇÃO SEXUAL E ETÁRIA DAS FAMÍLIAS DOS PESCADORES ARTESANAIS

De acordo com o IBGE, entende-se por família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora sozinha em uma unidade domiciliar. Dependência doméstica é a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, por normas e regras estabelecidas para conviver juntas, mesmo sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. A ideia de família no século XIX era muito diferente do que conhecemos hoje, ainda que o padrão médio de filhos por família seja oscilante entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos é inegável que houve, ao longo dos anos, modificações expressivas no número de membros da família e diversos elementos foram (e seguem sendo) importantes para a modificação demográfica mundial. Entre esses elementos importantes, VILA-BELLA (2007) destacou o processo de industrialização:

El crecimiento económico moderno, impulsado por la industrialización, rompe esa dependencia y libera potencial de crecimiento: y la vez, al cambiar los modos de vida, genera condiciones que militan en favor de la familia reducida. El cambio de los modos de vida decide el cambio de comportamientos reproductivos (VILA-BELLA, 2007 in ROMERO, 2007, p. 62).

A partir dos anos 70 é possível observar um declínio da fecundidade que passa de 5,8 filhos por mulher em 1970 para 2,3 nos anos 2000. A mudança no número de filhos trouxe modificações na estrutura familiar de forma geral, mas no que diz respeito especificamente às mulheres, o poder decisório sobre seus corpos e a reprodução é extremamente relevante na sociedade contemporânea.

Os modos de vida no campo ao longo dos anos incorporaram ideias e práticas da urbanização e a mais importante delas no que diz respeito aos comportamentos reprodutivos. Um relato obtido pode expressar a importância desse método:

Eu usava escondido (*a pílula*) assim que eu me casei e eu tinha 23 anos. Minha mãe queria um neto, meu pai... mas eu não queria ainda, queria aproveitar a vida. Meu esposo não entendia, mas se eu contasse pra ele certo que ele ia achar estranho uma mulher não querer engravidar, né? Agora eu tenho uma guriuzinha, mas foi bom, tudo na hora certa (Entrevista, 2018).

Não poderia afirmar se foi o entendimento de que existem outras atividades para serem realizadas além da maternidade que refletiu no aumento da alfabetização feminina ou o oposto, nesse sentido as informações obtidas abrem espaço para estudos sobre a relação entre a maternidade e a escolarização das mulheres. Entre as entrevistas, sete indivíduos mencionaram que são ou conhecem mulheres que voltaram a estudar nos últimos cinco anos, duas ingressando no ensino superior. Segundo o relato da pescadora o ensino superior "*Sempre foi um sonho, mas eu não pude. Tive que transformar isso no sonho dos meus filhos, mas agora eles se formaram e a oportunidade surgiu pra mim*" (M em entrevista, 2018).

Num panorama geral, os homens e as mulheres constituíram famílias com poucos filhos (no máximo dois). Se pensarmos, no século XVIII "La fecundidad média estaba em torno a seis o siete hijos por mujer" (VILA-BELLA, 2007, p. 64), no século XX esse número caiu para quatro filhos por mulher. Podemos verificar a mudança nesse comportamento no diálogo colhido em campo entre dois pescadores:

- A minha mãe teve dez filhos, oito mulheres e dois homens. Nenhum dos meus irmãos tem mais de dois filhos. Mudou muito, a vida tá muito difícil. (B)

- Se bem que era difícil antes, a gente passava trabalho. Meu material do colégio eu levava enrolado num saco de arroz e hoje eles vão até com mochila de rodinha (risos). (A)

- É, é verdade. Acho que tá certo. A gente não quer mais deixar os filhos passando trabalho. (B) (Entrevista, 2018).

As exigências sociais e legais modificaram o acesso à educação, a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a exigência da escolarização infantil como pré-requisito para receber o bolsa-família modificaram a experiência da infância. A maior parte dos entrevistados começou a trabalhar por volta dos 10 anos, pois as crianças eram necessárias ao desenvolvimento da UEBF.

Eu comecei a trabalhar na chácara, com uns 11 anos e com 13 eu peguei a fumar enroladinho (*cigarro*). Me casei com 16 e aí que eu comecei a pescar. Não tinha muito o que fazer na Ilha, hoje têm. (Seu D em entrevista, 2018)

Apesar de algumas referências ao passado da vida de pescadores e agricultores caracterizado por positivities em relação ao convívio entre pessoas e a insalubridade do ambiente, a reestruturação das UEBF e a redução dos ingressos das pescarias é acompanhada por condições que permitem, por exemplo, e sobretudo os jovens, participarem dos rituais de sociabilização da sociedade urbano-industrial. Tome-se, por exemplo, a aquisição de veículos, inicialmente motocicletas que permitem deslocamento rápido e de baixo custo para atividades lúdicas.

Uma mulher que troca o beneficiamento do pescado por uma bolsa na universidade, caso da M, não está mudando apenas sua atividade de trabalho, mas a perspectiva, o aprendizado e a autonomia sobre seu dinheiro.

São também as mulheres que na maioria dos casos realizam as atividades de diversificação de renda durante o ano. Entre as atividades formais e informais mais comuns estão: empregada doméstica, diarista, cuidadora e cozinheira. Dificilmente abandonam as atividades durante as safras, pois é o vínculo que garante maior estabilidade nos períodos menos rentáveis e de defeso. Os homens trabalham, na maioria dos casos, com construção civil e a agricultura.

CONCLUSÕES

A pesquisa permitiu formar um cenário para entender a modificação na estrutura da UEBF. Normalmente dois indivíduos são responsáveis por atingir valores de captura de pescado minimamente aceitáveis para manter um nível de produtividade que atenda às necessidades da UEBF, que segue crescendo. O envolvimento dos filhos na atividade pesqueira é cada vez menor.

A contribuição dos jovens ocorre tardiamente e na maioria dos casos em forma de dinheiro ganho pelo trabalho desenvolvido fora da pesca. O dinheiro é utilizado como reserva para imprevistos na UEBF. Dessa maneira os jovens podem adquirir bens de seu interesse e ainda ajudar no orçamento familiar.

Pode-se dizer que os pescadores profissionais que praticam outras atividades de renda que não estejam ligadas a terra¹¹, como construtor civil, diarista ou empregada doméstica, tem inclinação ao abandono da prática pesqueira. A maioria dos entrevistados afirmou que não abandona a pesca por dois motivos: *"a pesca é o que fazem de melhor"* e por terem *"esperança!"*. A esperança dos pescadores no mar, na melhoria das safras, na salga da água para permitir maiores capturas de camarão. Esperança na sociedade e em políticas públicas mais eficazes, voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Se apoiam majoritariamente no seguro-defeso e no Bolsa Família e em várias situações é significativa a presença de aposentadorias e/ou pensões. O calendário econômico dos pescadores é complexo e dinâmico em função dos períodos de safra e defeso, tornando-se a sustentação de que a UEBF necessita de diferentes fontes de injeção monetária para a sua manutenção.

Em unanimidade os pescadores possuem uma visão negativa sobre o futuro da pesca nas próximas gerações, *"a pesca vai acabar"*, garante a pescadora E. *"(...) os filhos não querem mais pescar, nem eu quero mais. É só a gente e deu!"*, relata. Alguns pescadores mais experientes falam sobre o futuro da pesca através da melhoria dos aparatos pesqueiros, da aquicultura ou da pesca esportiva, mas assumem *"até dá pra fazer, mas tô muito cansado pra isso"* X em entrevista.

A diversificação de renda não é mais uma "saída alternativa" para os períodos de crise, mas uma prática necessária para se adaptar a realidade

da pesca artesanal, no caso da Ilha dos Marinheiros. A necessidade de que pelo menos um membro da Unidade possua vínculo empregatício constante, é plausível gerando estabilidade econômica em longo prazo para a família. Existe, também, uma possibilidade de verificar discrepâncias entre as atividades desenvolvidas por pescadores em zonas rurais e em zonas urbanas, para isso um estudo nessas áreas seria necessário. A carroça, por exemplo, não foi citada em nenhum momento das entrevistas na Ilha dos Marinheiros, mas sua utilização nas vilas e bairros do município (como Prado e Bosque) ainda pode ser observada.

Dessa forma, pesquisar as fontes alternativas de renda para a pesca artesanal é compreender que o dinamismo dos pescadores artesanais precisa encarar uma nova realidade: a ausência de pescadores artesanais nas próximas gerações. Para o Estado se põe em questão o desenvolvimento sustentável dos ambientes aquáticos e costeiros no presente e no futuro, sendo uma solução plausível a reavaliação das políticas públicas para o setor, dialogando com a nova realidade das famílias.

NOTAS

1. A cidade de Rio Grande originou-se na criação do Presídio e povoação do Rio Grande de São Pedro, em 1737. Sua função não visava apenas questões militares, como fornecer apoio à Colônia do Sacramento. Estava amplamente conectada ao contexto geo-político platino iniciado no século XVI, e ao sócio-econômico gerado no centro-sul do Brasil no começo do século XVIII (QUEIROZ, 1987).
2. As sesmarias foram concedidas aos capitães Antonio dos Anjos, Antônio de Araújo Vilella e Antônio Gonçalves Pereira de Faria (RUIVO, 1994), inspirando o título do livro de Azevedo, 2003: *A Ilha dos três Antônio*s.
3. "Há muitos anos já se pensava que a ilha seria um ótimo lugar para criar peixes em cativeiro. Desde 1831 já aparecem pedidos de licença para formar um curral de peixes com 60 palmos em quadrado, defronte de seu estabelecimento do lado leste da Ilha" (AZEVEDO, 2003, p. 42).
4. Marismas são ecossistemas internacionais presentes ao redor do globo nas médias e altas latitudes com relevo pouco expressivo. No Brasil estão presentes em estuários, lagunas e baías ao longo da costa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul". Fonte: <http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/marismas.html>, acesso em 17/12/2018.

5. RGP é o Registro Geral da Pesca, documento necessário para comprovar a profissionalização do pescador.

6. O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em junho de 2011, voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa. Em quatro anos, as ações do BSM retiraram 22 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza. Em 2014, a linha que caracteriza a extrema pobreza passou de R\$ 70 mensais *per capita* para R\$ 77, e o benefício médio mensal repassado às famílias chegou a R\$ 170,00, reajuste aproximado de 88% para o período. O plano é baseado em três pilares: garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades. SECRETARIA DO GOVERNO. Fórum Social Mundial, pesquisa online: <http://www.secretariadegoverno.gov.br>, 2015.

7. Será utilizada apenas uma letra (V, E, Z, por exemplo) em negrito para se referir aos entrevistados.

8. Criado para dar garantias de renda aos pescadores artesanais de todo o País, o seguro-defeso é o benefício destinado aos profissionais que ficam impossibilitados de trabalhar no período de defeso – meses em que a pesca para fins comerciais é proibida devido à reprodução dos peixes. De acordo com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, 949.306 pescadores recebem o auxílio atualmente. São eles os responsáveis pela produção de 760 mil toneladas de pescado por ano no País. Para ter direito à assistência financeira temporária, o trabalhador deve comprovar que exerce a pesca de maneira ininterrupta. O benefício corresponde ao valor de um salário mínimo e é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). BRASIL, Portal do Governo Brasileiro: <http://www.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia>.

9. A pílula anticoncepcional surgiu em 1960, em 1970, a taxa de fecundidade no Brasil era de 5,8 filhos por casal, e o percentual da população economicamente ativa feminina era de somente 28,8%. Em 2007, a fecundidade despencou para quase 2,0 filhos, enquanto a participação da mulher no mercado de trabalho pulou para 43,6% (Instituto Kaplan, 2013). Disponível em: <http://www.kaplan.org.br/sosex/posts/historia-da-pilula-anticoncepcional-mais-de-50-anos>.

10. O estudo feito por Chayanov (1985) aponta contribuição dos filhos a partir dos 10 anos, aprendendo o ofício e posteriormente como força de trabalho,

refletindo no aumento da produção.

11. Não há relatos nessa pesquisa de pescadores optando pela agricultura como fonte primária de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. L. M. **A Ilha dos três Antônios**. Rio Grande: FURG, 2003.
- BASTOS, V. M. **Mobilidade populacional na Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS** – perdendo memórias. Trabalho de conclusão de curso. Rio Grande, 2006.
- CAJADO, D. M. **Da pesca artesanal à agricultura familiar: a multifuncionalidade a partir da unidade familiar de produção**. Estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, 2013.
- CAJADO, D. M.; FERNANDES, I. L. C.; SILVA, J. G.; ESMERALDO, G. G. S. L. Compreendendo a pesca artesanal sob a ótica da multifuncionalidade e pluriatividade. Estudo de caso. **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.21, n.4, out./dez. 2014.
- CALDASSO, L. P; COSTA, A. A.; ABDALLAH, P. R; et all. **Análise Benefício-custo uma contribuição à pesca artesanal no extremo sul do Brasil – Rio Grande/RS**. [2010?].
- CAPELLESSO, A.; CAZELLA, A. Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul Catarinense. Brasília: **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol.51 no.2, 2013.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- DOS ANJOS, F; NIEDERLE, P; CALDAS, N. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. Pelotas: **Sociedade em Debates**, 10(3): 9-42, dez./2004.
- FULLER, A. M. Part-Time Farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. **Research in Rural Sociology and Development**. Connecticut, Jai Press, 1984.
- FULLER, A.; BRUN, A. Social-Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe. **In: Rural Change in Europe**. Arkleton Research, Second Review Meeting, september, Germany, p. 147-167, 1988.
- IBGE. **Censo Demográfico**, 2010.

KALIKOSKI, D. C; VASCONCELLOS, M. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pequena escala no Estuário da Lagoa dos Patos, Brasil Uma metodologia de avaliação. Roma: **Circular de Pesca e Aquicultura** Nº 1075, 2013.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. Editora Ática: São Paulo, 1986.

MARQUES, P. **Mapa da área de estudo**, 2018.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

NIEDERLE, P; SACCO DOS ANJOS, F; CALDAS, N. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. Pelotas: **Sociedade em Debates**, 10(3): 9-42, dez./2004.

PASQUOTTO, V. F.; MIGUEL, L. A. Pesca artesanal e enfoque sistêmico: uma atualização necessária. **Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. SBSP, Aracaju, 2004. 12 pp.

QUEIROZ, M. L. B.. **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)**. Rio Grande: FURG, 1987.

RUIVO, J.C.V. 1994. Contribuição para a História da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande-Rs. In: ALVES, F.N. & TORRES. L.H. (org.). **Temas de História do Rio Grande do Sul**. Editora da FURG. Rio Grande/RS.

SINHORA, V.; KITZMAN, D. I. S.; HENKES, J. A. Levantamento de aspectos e impactos ambientais em um terminal industrial portuário. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p.397-434, jul/set. 2018.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. Revista Redes, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C. e MARTINEZ VALLE, L. (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo** V. 1, p. 132-161.

VILA-BELLA, J. A.. La población mundial. In ROMERO, J. (coord). **Geografía Humana**. 2ºed. Barcelona: Ariel, 2007.

REFLEXÕES GEOGRÁFICAS E SOCIOLÓGICAS, SOBRE TRAJETÓRIAS DE EXTENSÃO E DE PESQUISA, NA LUTA PELA GARANTIA DOS DIREITOS DE PESCADORES ARTESANAIS

Catia Antonia da Silva

Professora Titular do Departamento de Geografia da FFP da UERJ

Karla da Silva Sampaio

Bolsista de Iniciação Científica Pibic-CNPq

Pedro Benício de Almeida Pinto

Mestrando do PPGG da FFP da UERJ

Deve-se reconhecer, diante de sinais da vida que “escorre entre os dedos” e de determinantes culturais profundos, que usualmente faltam palavras (conceitos) para a apreensão da sociabilidade transformada em acontecimento. Essa mesma carência talvez seja sentida por aqueles que iniciam a reflexão sobre a densidade do social pela observação do cotidiano. Com o reconhecimento da limitação do discurso acadêmico, compreende-se melhor a citação de Joyce, realizada por Henri Lefebvre, no início de *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Além de Joyce, quem mais ousou narrar a plenitude (a opacidade e a banalidade) de um único dia?

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

INTRODUÇÃO

Existem elos (ir)relevantes entre cotidiano, lugar, indivíduo e pessoa. Através desses elos, tudo acontece e adquire sentido, permitindo a individualização e o pertencimento, e, também, nada importa ou tem significado, já que cada gesto pode ser envolto em enredos da cotidianidade alienada e na indiferença. Essas ondulações da tessitura do social, inscritas no chão de historicidade, construído por influências institucionais, como esclarece Alain Touraine (1984), formam as condições espaço-temporais da ação social. É nessas condições que a sociabilidade pode ser alimentada ou destruída por uma atitude, um gesto, uma palavra, um sorriso ou um olhar.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, Set./Dez. 2005, p. 411.

A pesca artesanal, em contextos urbanos, é formada por diversas comunidades pesqueiras, situadas às margens dos rios, dos litorais, das baías e do oceano. É importante posto de trabalho, que emprega homens e mulheres, que, em geral, utilizam seus meios de produção para ir até os pesqueiros, para fazer o trabalho de extrair os pescados, para retornar à praia, para vender o produto a atacadistas (comerciantes conhecidos como atravessadores) e diretamente a consumidores e a donos de restaurantes. A labuta diária é difícil e inclui o trabalho de reparo de redes, o enfrentamento das dinâmicas da natureza (ventos, marés, insolação, chuvas) e necessita de adequação a uma série de normas, que incluem o registro profissional e da embarcação (administrados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, do Governo Federal, e pela Marinha do Brasil), o registro dos petrechos e a verificação da legalidade desses petrechos (junto às secretarias estaduais de meio ambiente e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA), incluindo, também, os limites geográficos de permissão de pesca, em milhas náuticas permitidas, segundo instruções normativas e portarias do Ministério do Meio Ambiente (2012 a 2018), bem como o respeito aos períodos de defeso.

As sociabilidade são atravessadas pelas normas e pelos agentes de Estado, que, para justificar ações e negação de direitos, muitas vezes, constroem, num gesto, numa palavra, numa ação institucional, formas de criminalização dos sujeitos da pesca, negando a dimensão da positividade do trabalho para a autoimagem desses sujeitos, baseados em

preconceitos e em estereótipos. As formas de resistência dos pescadores têm passado pela luta pelos seus direitos de acesso às políticas públicas, bem como pela aproximação com as frações do Estado que trabalham pelo reconhecimento dos direitos humanos.

As atividades de pesquisa e de extensão, que vêm ocorrendo desde 2011, contribuíram, em muito, para a compreensão da dominação burocrático-legal da pesca e, ao mesmo tempo, para o reconhecimento da luta, e dos ganhos efetivos dessa luta, por parte dos trabalhadores da pesca.

O objetivo da atividade de extensão é o de analisar e de interferir, apoiando as estratégias de resistência e de ressignificação das existências, desenvolvidas pelos trabalhadores da pesca artesanal, diante das exigências normativas. Da mesma forma, a universidade buscou dialogar, desde 2016, com o Ministério Público Federal, para identificar os problemas e para contribuir na atuação, junto aos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba. Entre 2011 e 2015, as atividades extensionistas tiveram, como foco, o direito previdenciário e, nesse período, foram realizadas várias oficinas com pescadores da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro, Ilhas de Marambaia e de Mangaratiba), conjuntamente com o Programa de Educação Previdenciária, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando divulgar sobre as modificações e sobre os entraves no acesso à aposentadoria e a benefícios, como licença maternidade e auxílio-doença. A atividade ocorreu nas áreas das associações e nas colônias locais de pescadores.

Em 2016, o foco foi modificado e passamos a ter, como referência, o direito ao território pesqueiro, visto que, desde 2015, vem ocorrendo o aumento da criminalização dos pescadores e das pescadoras artesanais da Baía de Sepetiba e da Baía de Ilha Grande, advindo de um discurso de responsabilização dos pescadores quanto à mortantade de botos-cinza, sem que pesquisadores tenham feito estudos profundos, como a emissão de laudos veterinários comprobatórios, contudo. Faltam estudos sobre os impactos de derrocagens e o monitoramento da dragagem e da poluição das águas das baías, fenômenos causados pelos grandes empreendimentos industriais e logísticos, recentemente iniciados, na área da Baía de Sepetiba.

Elos mais fracos, e os sujeitos mais subalternizados, os pescadores e as pescadoras artesanais, das periferias urbanas, com sua atividade de

pequena escala, feita em embarcações que não podem atingir longas distâncias da costa e de forma sazonal, ficaram na mira midiática e de ações efetivas, por parte da fiscalização ambiental, que, em momento algum, buscou engendrar um mecanismo de aproximação, assim como fez o INSS, que, por meio de sua política de Educação Previdenciária, disponibilizou funcionários públicos técnicos, para prestarem serviços de esclarecimento e de ensinamento, quanto às formas de acesso aos direitos previdenciários, junto à comunidade de pescadores.

O presente artigo tenciona apresentar os resultados das oficinas, ocorridas entre 2016 e 2018, com a finalidade de buscar o direito ao exercício do trabalho da pesca e o ir e vir, no território pesqueiro, por estes sujeitos. Nesse período, destacamos a parceria com o Ministério Público Federal, por meio do estabelecimento de convênio UERJ-MPF, a parceria com a Secretaria de Meio Ambiente de Itaguaí e a parceria com o Fórum dos Pescadores em Defesa da Baía de Sepetiba. Este fórum, por meio das associações e das colônias, constitui, hoje, importante movimento social de escala regional, que permitiu que as oficinas se realizassem, junto às associações de pescadores, situadas nas comunidades praianas.

METODOLOGIA

A metodologia empregada no trabalho da atividade extensionista dialoga diretamente com as propostas das atividades de pesquisa, porque a finalidade das oficinas foi a de contribuir na identificação dos problemas de acesso à regularização profissional (carteira do Registro Geral de Pesca e documentação da embarcação). Desse modo, foi necessário realizar, antecipadamente: (1) o levantamento bibliográfico, acerca das relações entre território e normas; (2) entrevistas e oficinas, em trabalho de campo, efetuadas junto aos pescadores artesanais; (3) o acompanhamento e entrevistas com agentes públicos, relativamente às atividades burocráticas de regularização do trabalho pesqueiro e de observação dos limites das implicações das normas, na atividade desses trabalhadores; (4) o levantamento de legislações referentes à pesca artesanal, na Baía de Sepetiba; (5) o levantamento de notícias (em jornais, em notícias, em artigos e em documentos da Internet) sobre conflitos e sobre ações das instituições do Estado na gestão da Baía de Sepetiba.

Como resultados parciais, foram levantados os seguintes dados: 1) Caracterização de conflitos, quanto às restrições de técnicas de pesca, em função da determinação da malha mínima de 70mm para as redes de pesca, sendo que os pescadores artesanais tradicionalmente utilizam malhas menores, de acordo com a espécie-alvo; 2) Identificação de empecilhos para a prática pesqueira, em função das dificuldades de regularização dos pescadores artesanais, referentes ao Registro Geral de Pesca (documento emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA) e à regularização das embarcações, as quais devem possuir a permissão de pesca, concedida pelo MAPA, e a autorização de navegação, concedida pela Capitania dos Portos da Marinha; 3) Identificação de uma reorganização política, dentre os pescadores artesanais, por meio do Fórum de Pesca da Baía de Sepetiba, que marca um novo momento de organização desses trabalhadores, na luta pelo seu direito ao trabalho, na região; 4) Caracterização da atuação de instituições estatais – o Ministério Público Federal, dos municípios do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis, e a Superintendência de Pesca, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que diz respeito à regulamentação e à fiscalização da pesca artesanal, na Baía de Sepetiba.

Com esses dados analisados e compreendidos, iniciamos a colaboração. O Ministério Público Federal lançou uma cartilha, abordando os direitos e os deveres dos pescadores artesanais, o marco regulatório dos petrechos e as áreas de pescas proibidas e permitidas, no contexto da Baía da Sepetiba. O projeto Pescando por Meio de Redes Sociais, por intermédio da equipe do Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC), da Faculdade de Formação de Professores (FFP), da UERJ, participou ativamente do cadastramento de 133 pescadores artesanais, da Pedra de Guaratiba e da Ilha da Madeira, que se registraram, junto à SFPA-MAPA. O NUTEMC articulou-se com as ações de pesquisa e de organização do material da cartilha, sobre marcos legais de pesca artesanal, elaborado pelo MPF, fornecendo a consultoria didática e a revisão de seu conteúdo.

RESULTADOS PARCIAIS DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

Apesar dos episódios antes elencados admitirem a sua aproximação com a influência historicamente exercida pelas grandes instituições – por apresentarem elementos de crenças religiosas, das normas familiares, da ação do Estado e do amor romântico –, certamente também demandam respeito por sua existência única, irredutível e quase poética. Apenas esse respeito, como ensina Sartre (1967), introduz plenamente a dimensão do sujeito na interpretação da ação social. Sem dúvida, é necessário ir além das normas do discurso acadêmico para dizer daqueles gestos que, expressivos da arte da vida, absorvem orientações culturais difusas, sustentando o aparecimento, ainda que fugaz, daquele Ulysses cotidiano que Walcler de Lima Mendes Junior (2005) denominou de demiurgo moderno. Também são esses gestos que dizem da existência de fios transmissores da cultura e que apontam para a introjeção de novas práticas na densidade do social.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. Caderno CRH, Salvador, v. 18, n. 45, Set./Dez. 2005, p. 412.

A pesca artesanal vem sofrendo impactos diretos, na Baía de Sepetiba, decorrentes de ações – derrocagens, despejos de poluentes, aberturas de canais, construção de barragens, construção da APA municipal Boto-cinza – promovidas por agentes hegemônicos (empresas, ONGs, poder público). Nesse contexto, os pescadores enfrentam restrições, em suas áreas de pesca (territórios pesqueiros), decorrentes de normatizações e da expansão das indústrias e das atividades portuárias. Como resultado desse processo, os pescadores vêm sofrendo ações de criminalização, por parte do Estado (de seus órgãos ambientais). O Ministério Público Federal, a fim de minimizar essa criminalização, promoveu, junto com a Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura (SFPA), com a Marinha do Brasil e com o NUTEMC-UERJ, a campanha Pesca Legal, para a legalização das embarcações dos pescadores artesanais.

Nesta seção, a epígrafe de Ribeiro (2005) ajuda a pensar na densidade social e nos fios transmissores da cultura, que fazem da ação extensionista um lugar horizontal e de reflexão sobre as formas de fragmentação e sobre os riscos sociais, aos mesmo tempo em que a disputa de sentido faz do Estado e do trabalho intelectual um campo de disputa.

A seguir, apresentaremos resultados e processos dessas oficinas e das ações dos agentes públicos.

OFICINAS DE CADASTRAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DA EMBARCAÇÃO, NA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE PEDRA DE GUARATIBA, NO RIO DE JANEIRO

As oficinas ocorreram em três localidades: no bairro da Pedra de Guaratiba, na cidade do Rio de Janeiro; na Ilha da Madeira, no município de Itaguaí; e no Say, em Mangaratiba. A equipe do NUTEMC participou da oficina em Pedra de Guaratiba, no município do Rio de Janeiro, durante os dias 11 e 12 de janeiro de 2017, que também contou com a participação da Superintendência Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), do Governo Federal. Foram mais de 130 atendimentos, somente no dia 11, ocasião em que estiveram presentes o superintendente Jaime Marinho e a funcionária Maria Paula. No dia seguinte, mais de 60 pessoas foram atendidas e tiveram as suas embarcações da pesca artesanal – barcos de até 10 metros e caícos – legalizadas. Havia muitos barcos sem documentação e, inclusive, alguns já tinham sido multados, por esse motivo. Diante desse processo de criminalização, o procurador Sergio Suiama assumiu a tarefa de criar a Campanha Pesca Legal, que teve três grandes etapas, de cujos processos participamos ativamente.

A primeira fase refere-se ao levantamento de todas as legislações sobre petrechos, sobre normas de proibição e sobre permissionamentos de pesca, que atingem os trabalhadores da Baía de Sepetiba, porque boa parte dessas normas foi elaborada pelo CEPESUL (de Itajaí, SC) e tem, como área de influência, as regiões Sul e Sudeste do Brasil. No entanto, a maioria dos pescadores ignorava essas legislações, por falta de acesso à informação, devido aos fatos das normas serem muito difusas e complexas, por não conversarem entre si e por estarem em um sistema emaranhado de informações, que mais confundem do que explicam.

A segunda etapa (Figuras, 1, 2, 3) foi a realização das oficinas de regulamentação das embarcações, nas localidades de pesca. Desse modo, nos dias 11 e 12, a equipe do NUTEMC participou ativamente do cadastramento de mais de 190 pescadores artesanais e, ao mesmo tempo, da conversa sobre as características dos petrechos e das embarcações, sobre as formas de reparo, bem como sobre o lugar e o dia desse reparo.

Essas experiências, juntamente com as narrativas e as histórias de vida dos sujeitos, contribuíram para a elaboração de um acervo rico, sobre as geografias das existências desses pescadores. A atividade extensionista contribuiu, ainda, para repensar a pesquisa, para trazer novos elementos de reflexão e para estabelecer uma ecologia de saberes, como ensina Boaventura Souza Santos (2002), porque todos nós estávamos apreendendo, juntos. O MPF passou a compreender o universo da pesca, na relação entre o dia a dia, o trabalho e o território do pescador, e, ao mesmo tempo, se aprofundou sobre os marcos regulatórios da pesca artesanal. A SFPA, que tem poucos funcionários para expedição a campo, contou com a colaboração da equipe do NUTEMC, que aprendeu, ao mesmo tempo, com o estudo da legislação e das vidas dos pescadores, o que tem contribuído para estabelecer novos rumos para a investigação e para o ensino.

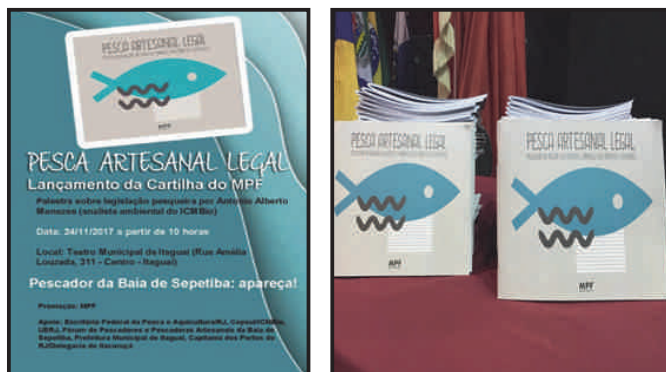
Figuras 1, 2 e 3: Campanha Pesca Legal na Pedra De Guaratiba – RJ, 11 e 12 de Janeiro de 2017



Fonte: NUTEMC/FFP/UERJ.

A terceira etapa aconteceu no momento da entrega da documentação, expedida pela Secretaria Federal de Aquicultura e Pesca, em evento realizado no Teatro Municipal de Itaguaí, no dia 20 de novembro de 2017. Nesse evento, também foi lançada a cartilha Pesca Artesanal Legal (Figuras, 4 e 5), com a finalidade de fornecer informações sistematizadas sobre a regulação da pesca.

Figuras 4 e 5: Folder do evento e cartilha Pesca Legal



Fonte: NUTEM/FFP/UERJ, 2018.

A cartilha contribui para que os trabalhadores tenham acesso às legislações de forma objetiva e impressa, facilitando o conhecimento das normas que regem essa atividade, além de orientar sobre como legalizar as embarcações e sobre como obter o registro de pesca.

Estiveram presentes (Figuras 6 e 7), no evento, procuradores da República; o biólogo e analista ambiental Antônio Alberto Menezes, que palestrou sobre a gestão compartilhada da legislação pesqueira; representantes do IBAMA, do INEA da Prefeitura de Itaguaí e da Marinha do Brasil; presidentes de associações de pescadores; o secretário de Prefeitura de Mangaratiba, representantes do Ministério da Agricultura, da Superintendente da Pesca e Aquicultura e pesquisadores do nosso grupo de pesquisa e de extensão, NUTEMC/UERJ. Ao final do evento, houve um momento para discussões, quando pescadores apresentaram questões sobre a atividade pesqueira e, também, receberam a cartilha Pesca Artesanal Legal.

Figura 6: Autoridades e pescadores com a cartilha



Fonte: NUTEM/FFP/UERJ, 2018.

Foto 7: Participantes da mesa



Fonte: NUTEM/FFP/UERJ, 2018.

Na ocasião, foram entregues 286 carteiras de registro de embarcação. Contudo, devido a erros ou à falta de dados, mais de 50 pescadores não receberam o documento, durante o evento (Figuras 8, 9, 10).

Os certificados de embarcação entregues aos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba foram confeccionados pela coordenação da SFAP-RJ. A Permissão Prévia da Pesca é o documento que atesta a regularidade das embarcações, perante o órgão federal.

A Campanha Pesca Legal foi uma iniciativa promovida pelo MPF, em parceria com o EFAP-RJ, com a Delegacia da Capitania dos Portos, de Itacuruçá, com o NUTEMC, da UERJ, com o Fórum Permanente em Defesa dos Pescadores, da Baía de Sepetiba, e com as secretarias municipais de pesca de Itaguaí e de Mangaratiba, e contou, ainda, com os apoios do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e da Superintendência do IBAMA, do Rio de Janeiro.

Figuras 8, 9 e 10: Convidados no auditório



Fonte: NUTEMC/FFP/UERJ, 2018.

Essa campanha tem como objetivo trazer para a legalidade e para a regularização os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba, mediante a colaboração das associações e das colônias de pescadores, assim como das secretarias municipais de Itaguaí e de Mangaratiba.

QUESTÕES E DILEMAS: ENTRE CONTEXTOS E VERDADES

No Fórum do dia 18 de janeiro de 2018, que aconteceu na Secretaria do Meio Ambiente, em Itaguaí, percebeu-se, durante a discussão, que determinadas espécies de pescado, como o camarão-branco, não têm entrado na Pedra de Guaratiba. As mudanças na Baía de Sepetiba, em função dos impactos da modernização, como o processo de assoreamento e o despejo de rejeitos portuários, comprometem a qualidade da água, afastando determinadas espécies, e essa situação prejudica a produção do pescador artesanal.

As notícias sobre a mortandade dos botos-cinza vieram à tona, de novo, em 2017, apresentando, agora, números mais acentuados, de mais de 200 animais mortos, em menos de seis meses. Estudos da USP demonstraram o que os pesquisadores da UFRJ já apontavam: depois de um período de derrocagem e/ou de dragagem, inúmeros cetáceos, que já apresentavam baixa imunidade e situação crítica de magreza, devido à poluição e à redução de pescado, na região, passaram por processos de contaminação por bactérias e por fungos, o que resultou na morte de muitos deles. Além disso, as poluições física e sonora aumentam o estresse, no ambiente, outro fator que deixa os botos-cinza com a saúde frágil, em situação de vulnerabilidade, segundo o pesquisador Rodrigo Tardin, da UFRJ,

Questões como a da criminalização dos pescadores, nesse cenário, e a da fiscalização, tanto das águas quanto das empresas, também fizeram parte do Fórum, permitindo a compreensão desses temas, em seus diversos aspectos e a partir de áreas distintas, como a biológica, a geográfica, a militar e a da vivência do pescador artesanal.

Para que a responsabilização pela morte dos cetáceos não fique restrita às visíveis marcas das redes dos pescadores, são importantes as análises microscópicas e as pesquisas químicas, ou seja, é indispensável uma investigação mais profunda, bem como uma maior transparência, na divulgação das informações.

Além disso, faz-se necessário o entendimento de que a Baía de Sepetiba é parte da área metropolitana do Rio de Janeiro, a qual encerra centenas de indústrias, além dos municípios da bacia do Rio Guandu. A fiscalização dos empreendimentos, no continente, e dos rios, assim como a melhoria do saneamento básico, evitaria o escoamento de rejeitos para os rios, o que acaba contribuindo para a poluição das águas da Baía de Sepetiba e prejudicando a saúde dos animais. Soma-se, ainda, a forte presença de pó de minério, fornecido pelos complexos portuários, e os passivos ambientais da antiga Companhia Mercantil e Industrial Inga (PAZ, 2018; EUZEBIO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas ocasiões, os atores sociais apreendem, de forma quase instantânea, a historicidade subjacente à situação vivida naquele momento e naquele lugar, legitimando, implicitamente, os gestos- fio que expressem solidariedade e compreensão. Os resultados econômicos e políticos desses gestos-fio correspondem às denúncias que ajudam a realizar, ou à mobilização de atores políticos e agentes econômicos que são capazes de estimular. Mais do que isso, entretanto, esses gestos-fio reafirmam a sociabilidade, possibilitando o afloramento de fundamentos da vida social, distantes a priori de qualquer tipo de fundamentalismo. No âmago do “fazer sociedade”, não existem barreiras intransponíveis entre ação espontânea e ação organizada, desde que a organização seja compreendida em sua verdadeira complexidade, isto é, como vasto e heterogêneo conjunto articulado de ações tornadas espontâneas por acúmulos da experiência social.

RIBEIRO, Ana Clara Torres, SOCIABILIDADE, HOJE: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, Set./Dez. 2005, p. 413.

Os esforços para a execução das atividades do projeto Pescando por Meio de Redes Sociais, no período 2016-2018, contaram com o trabalho da equipe. As atividades tiveram o apoio das associações de pescadores e da parceria efetivada entre MPF e UERJ, em 2016. As tarefas extensionistas contribuíram para a reflexão sobre a relação entre vivido, concebido e tessituras de conflitos, no cotidiano dos pescadores e das questões normativas. Assim, a contribuição dos resultados não se efetiva, somente, para pescadores, Poder Público, em especial, Ministério Público Federal e servidores da Superintendência da Pesca e Aquicultura, do Ministério da Agricultura. Os resultados também cooperam para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino, junto ao NUTEMC/Faculdade de Formação de Professores, da UERJ.

Apesar de não conseguirmos aprofundar nosso relato, sobre as consequências das ações extensionistas na formação de recursos humanos, podemos destacar as dissertações de Milaysa Cabral e de Rodrigo Euzébio e as monografias de Luis Eduardo Lontro, de Pedro Benício Pinto, de Carolina Buch e de Rhanna Leoncio, entre outros, que souberam articular as ações extensionistas e os exercícios da pesquisa e do ensino, em seus trabalhos acadêmicos de final de curso, os quais traduzem, e refletem, em parte, as experiências aqui relatadas.

Tratou-se, neste artigo, dos fios-gestos, os quais, ao conversarem com os sujeitos sociais, dentro de contextos de ambiente urbano-metropolitano, muitas vezes, de opressão, de estereótipos e de crises de trabalho e de renda, alteraram nosso trabalho científico, fazendo surgir ações extensionistas de intervenção. No entanto, Ribeiro (2005) nos ensina que não existem barreiras intransponíveis, entre ação espontânea e ação organizada. A experiência da extensão universitária, diferente da pesquisa por ser mais horizontal e dialógica, atende ao desafio de assumir o compromisso social com a transformação e com a operação direta. Sabemos que a extensão, por sua dimensão dialógica e existencial, no sentido fenomênico de Sartre (1979), ensina que o sentido de ser-estar no mundo implica a condição de assumir responsabilidades, diante do outro. Certamente, as experiências vividas, nas atividades extensionistas, e o diálogo direto com o Poder Público, não nos deixaram alienados e acríticos, diante da dominação burocrático-legal, como explica Weber (2000). Sabemos que ações conjunturais podem ser compreendidas ou tornadas experiências históricas do presente, que marcam as historicidades e as geograficidades, seja como pesquisadores, seja como pescadores e Poder Público. Certamente, o que moveu o trabalho em parceria foram o enfretamento do problema e a busca de soluções e de consensos possíveis, frente às situações de riscos sociais (criminalização, destruição de corpos e de culturas, negação da totalidade socioespacial) vividas pelos pescadores, naquele momento e naquele lugar.

REFERÊNCIAS

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

EUZEBIO, R. C. E. **Técnica**: uma análise das transformações do meio técnico nas atividades pesqueira artesanal da Baía de Sepetiba/RJ, mestrado no PPGG da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2018.

FREY, K. Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. **Cadernos de Pesquisa** (PPGSP/UFSC), Santa Catarina, nº 18, set/1999.

JORNAL ATUAL. <http://jornalatual.com.br/index.php/cotidiano-ja/item/976>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Campanha do MPF regulariza a situação de 289 pescadores artesanais da baía de Sepetiba** <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/campanha-do-mpf-regulariza-situacao-de-289-pescadores-artesanais-da-baia-de-sepetiba>

PAZ, M. O. C. **Território, conflitos e pesca artesanal: os impactos do Porto Sudeste no cotidiano dos pescadores artesanais na Ilha da Madeira – Itaguaí (2010-2015)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra. 2000. 272 p.

PREFEITURA DE ITAGUAI. **Pescadores artesanais recebem licença para pescar na baía de Sepetiba**. <http://www.itaguaí.rj.gov.br/noticia/1487/pescadores-artesanais-recebem-licenca-para-pescar-na-baia-de-sepetiba.html>.

PROST, C.; SILVA, C. A.; NASCIMENTO, D. M. C.; MENDES, T. A. (Orgs.) . **Espaços Costeiros Brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. v. 1. 121p .

RESENDE, A. T. **O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesqueira brasileira na Primeira República**. 2010. 153 p. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2010.

RIBEIRO, A. C. T. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. In: RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**- Volume 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v.3. p.95-116.

RIBEIRO, A. C. T. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XII, n. 2. p. 107-125, ago./dez. 1998.

RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade: Hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador: UFBA, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica tempo, Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, B. S.. “Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p. 31-83, 2010.

SANTOS, B. S. “Para uma Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. Coimbra: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, p. 237-280, 2002.

SARTRE, J. **O existencialismo é um humanismo**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1979.

SILVA, C. A. **História social da pesca e da modernização espacial do Rio e Janeiro**: a árdua tarefa de periodizar os eventos, 2014.

SILVA, C. A. ; EUZEBIO, R. C. . Entre a arte e a técnica na compreensão da geografia das existências artesanal na baía de Sepetiba: contribuições para a compreensão do espaço geográfico. In: CID, E. F. K.; GOMES, E. R.; OLIVEIRA, H. C.; FIGUEIRAS, M. P. (Org.). **Abordagens territoriais e práticas pedagógicas em territórios pesqueiros**. 1ed.Vitória: COUSA/ GETAP-IFES, 2018, v. 1, p. 144-183.

SILVA, C. A. **Política pública e território**: desafios para efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. 1. ed. Rio de janeiro: Consequencia, 2015. v. 1. 125p

WEBER, M. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vol 1. Brasília: UNB. 2000,

PRESENÇA E AUSÊNCIA DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS BAIANAS: O PROCESSO DE VIVÊNCIA E LUTA DOS TERRITÓRIOS DE CONSERVAÇÃO

Soraia Monteiro Afonso

Doutoranda no PPGeo da UFBA

Catherine Prost

Docente do Departamento de Geografia da UFBA

Para precisarmos nossa compreensão, acreditamos que a RESEX marinha pode ser um caminho possível para a conservação. Contudo, neste presente momento vemos que as RESEX marinhas baianas ainda estão muito aquém do ideal e corroboram com as afirmações de Lobão (2010), sobre o fato das RESEX corresponder a mais um sinal da retomada do controle da política pública pela lógica do Estado. Dentre essas condições, estes espaços podem se tornar reserva de mercado, por exemplo para especulação imobiliária e/ou turística na existência de paisagens paradisíacas, ou ainda para grandes projetos portuários ou industriais, dentre outros exemplos.

A política pública traduz a efetivação governamental das contradições entre os grupos inseridos no poder e as demandas sociais. Sua formulação define a maneira de solucionar o problema político de um coletivo; por isso, demandar uma política pública é compreender que as práticas sociais, políticas e econômicas, que se expressam no espaço apresentam conflitualidades de interesses e consequentemente se

modificam ao longo do tempo. Os vínculos entre o poder do governo, do Estado e do território demonstram o confronto de interesses na esfera pública. Seus reflexos influenciam de forma direta e indireta na estrutura do poder local de um grupo, o que pode contribuir para sua fragmentação.

A efetivação de uma política pública objetiva que o desenvolvimento local seja um processo vivo e contínuo, de forma que os agentes locais tenham a capacidade de exercer formas de gestão e de negociação entre os distintos interesses envolvidos no território e os das práticas articuladas para o exercício de poder. Mas quando uma política não é construída de modo dialógico, ela se afasta da realidade local por seguir mais as representações do espaço concebidas pelos planejadores, a partir de lógicas exógenas ao lugar.

No tocante à pauta ambiental, pressões internacionais em favor da proteção da natureza se avolumaram a partir da Cúpula da Terra de Estocolmo em 1972. Na mesma década, o Estado brasileiro implantou políticas de proteção de florestas amazônicas, em nome de garantia da soberania nacional sobre o território e suas riquezas naturais, mas em paralelo promoveu migrações para fortalecer a integração nacional. Mas, se os proprietários de terra entendem o espaço a partir de sua dimensão de propriedade, ou seja, a renda com uma parte do valor de troca enquanto mercadoria (HARVEY, 2006), as populações tradicionais e os pequenos produtores rurais lutam pelo acesso e usufruto da terra, ou seja, principalmente pelo seu valor de uso.

Na disputa de poder entre esses diferentes grupos, o movimento de reforma agrária sobre as terras amazônicas registrou uma notável conquista, ao inserir na figura jurídica da política ambiental brasileira as reservas extrativistas (RESEX), institucionalizadas na década de 1990, a partir de reivindicações dos seringueiros. A presença das RESEX demonstra um processo de vivência na luta pelo reconhecimento legal de territórios usados através de práticas sociais diferentes do modelo econômico hegemônico¹, com representações simbólicas específicas.

O objetivo do estudo aqui apresentado é discutir, a partir de conceitos de Lefebvre, as políticas públicas ambientais criadas para unidades de conservação e suas diferentes formas de produção e apropriação sobre este espaço, com enfoque sobre as RESEX marinhas da Bahia.

Os caminhos adotados neste trabalho nos levam a refletir sobre os mecanismos e possibilidades de uma participação efetiva da sociedade na implementação de políticas públicas ambientais e a consequente criação de unidades de conservação.

O CONTEXTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL E NA BAHIA

Para Medeiros (2006), o surgimento de áreas protegidas se justifica pelo modelo de desenvolvimento predatório que fez surgir, na segunda metade do século XIX, no mundo e no Brasil, a necessidade de resguardar áreas naturais significativas. O autor considera a medida como “uma importante estratégia de controle do território, uma vez que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos” (MEDEIROS, 2006, p.41).

Na história nacional, rompendo o imobilismo instaurado desde a implantação da República em 1889, estas discussões, no século XX e ainda hoje, causam tensões por envolver interesses diversos, além da função localmente exercida pelas áreas protegidas e das motivações do Estado. João Márcio Silva (2009) observa que as verticalidades expressas pela instalação do capital reordenam também as relações político-econômicas do território ao conectar este a diferentes escalas; elas modificam a função dos lugares, ou seja dos municípios, e sobrepõem poderes e interesses entre o público e o privado. Neste sentido as ações e as normas impostas sobre este espaço se classificam a partir da função da sua escala de atuação e pertinência (SANTOS, 2008).

A criação de áreas protegidas no Brasil se inicia no fim do século XIX, com a implantação de um parque, área de preservação permanente. Em 1934 são instaurados os Códigos Florestal, de Águas, de Caça e de Pesca, mas é sobretudo a partir da década de 1970 que o Estado elabora e implementa políticas públicas ambientais, haja visto “a percepção de que a degradação do planeta pode ter efeitos irreversíveis e catastróficos” (CUNHA; COELHO, 2005, p. 45).

Nas décadas seguintes, foram elaborados instrumentos para assegurar a criação de áreas protegidas de preservação permanente e integral. Na década de 1970, o movimento ambientalista, por meio da Conferência da Biosfera (1968) e da Conferência de Estocolmo (1972), ganhou força no mundo. Embalado nesta corrente, o mundo se volta para

o Brasil, com ênfase na Amazônia, encorajando uma maior preocupação em se criar uma estrutura administrativa forte e consolidada.

Em 1989, criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), foi reavaliado o Plano do Sistema de Unidades de Conservação elaborado em 1979 e 1982, passo significativo para a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9985/2000²).

Em base em uma estrutura organizada e integrada, o país adquiriu uma expressiva importância no contexto ambiental internacional. O SNUC é conduzido pelas três esferas governamentais, federal, estadual e municipal. Permitiu um maior espaço de discussão para que novas categorias fossem criadas ou incorporadas a partir de experimentos desenvolvidos no país. O SNUC sistematizou conceitos e objetivos e definiu categorias e tipologias das unidades de conservação, divididas em dois grupos influenciados por correntes ambientalistas distintas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável³.

Como resultado, várias UCs foram sendo criadas, um avanço no que tange à política ambiental brasileira, embora não isentas de críticas quanto ao modelo e o modo de implantação. Um processo importante que induziu essa tendência se encontra na luta dos seringueiros para o reconhecimento de territórios constituídos segundo práticas produtivas diferenciadas do modelo desenvolvimentista. Os anos de mobilização social resultaram em negociação com o Estado, com apoio de outros setores da sociedade civil (sindicatos rurais e ambientalistas). Assim sendo, foram criados em 1987 os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAE) (ALEGRETTI, 1994), os quais foram transformados em reservas extrativistas a partir de 1990. Com essa medida, o movimento social ganhou o reconhecimento e amparo legal de seus territórios, assim como a possibilidade de replicar o modelo, inclusive em outros biomas.

A incorporação das RESEX na legislação ambiental traduz com muita força o peso do movimento social na elaboração de políticas que se tornam verdadeiramente públicas ao inserir reivindicações dos movimentos sociais que defendem modos de vida diferenciados. A nova legislação toma em consideração de vivências de grupos sociais até então marginalizados; os textos jurídicos passam a incluir a presença – na concepção de Lefebvre – para a delimitação de territórios sobre os quais as populações locais detêm um poder de gestão. Idealmente, a criação das UCs requer comprometimento no seu processo de criação, participação e

envolvimento dos diversos agentes: instituições oficiais, ONGs e cidadãos (VALLEJO, 2009).

Mas esta luta é contínua, pois apesar da lei, estas populações sofrem constantemente da opressão latifundiária e capitalista, cujos atores discernem estas áreas protegidas como entraves para o desenvolvimento econômico do país. Devido à ausência do poder público na defesa dos direitos destes povos, as UCs demonstram sua fragilidade.

O ESTADO BRASILEIRO E SUAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

No Brasil, a ordem política, econômica e social foi constituída no período colonial, inscrita no padrão de organização dos espaços, nos modos de apropriação da natureza e do uso dos recursos naturais, na fixação de valor do solo e nas formas de relacionamento entre os lugares. Estas expressões ainda são vigentes, na medida em que o Estado é o mediador nas relações entre a sociedade e as práticas sociais sobre os espaços.

A formação territorial brasileira esteve sempre elencada à integração espacial de vastos territórios e à prática de um plano nacional que agregasse as elites locais em torno de um projeto de modernização conservadora, perseguido pelos governos Vargas, Kubitschek e do regime militar. Para Moraes (2005) e Costa (1988), o Estado brasileiro sacrificou a coesão social do seu povo, em proveito das elites locais e implantou políticas territoriais no intuito de superar (contornar) problemas sociais, se afastando da realidade de variados grupos sociais.

A valorização de bens naturais e a conservação dos ambientes são estratégias utilizadas pelo Estado para assegurar territórios, bem como para atribuir-lhes valor econômico, ou seja, de troca.

O Estado Capitalista está efetivamente em relação com as relações sociais econômicas tal como se apresentam no seu isolamento, efeito do ideológico⁴ e do jurídico, e isto na medida em que as relações sociais econômicas consistem em práticas de classe, ou seja, em ação efetiva, desde logo sobredeterminada, dos agentes distribuídos em classes sociais ao nível do econômico [...] O Estado capitalista é pois determinado pela sua função relativa à luta econômica de classes tal como esta se apresenta devido ao efeito de isolamento⁵ (POULANTZAS, 1977, p. 128).

Para atingir este patamar, as políticas públicas tornaram-se primordiais para proteger o meio ambiente. O Estado brasileiro começou a definir áreas, assim como a estabelecer critérios de ordem econômica, político-institucional, ecológica e geográfica e espacial para a criação das UCs. Contudo, os critérios adotados só se referem a áreas de proteção integral, deixando uma grande lacuna relativa às áreas de uso sustentável.

O SNUC foi e ainda é um instrumento de grande avanço para as áreas protegidas brasileiras, todavia o mesmo permitiu que muitas categorias fossem relegadas em segundo plano. No caso das RESEX brasileiras, esta categoria sofre grandes dificuldades para sobreviver, na medida em que estas unidades ainda são objetos de disputas acirradas, o que confirma a delicada relação entre Poder Público representado pela União, proprietários privados e extrativistas.

Estas disputas são explicadas em parte pelo gradativo retrocesso de reconhecimento das populações de matrizes tradicionais⁶ como “guardiãs da natureza” graças aos seus saberes ambientais construídos historicamente. Cunha (2010) revela como a institucionalização, ao passo que ela oferece amparo legal aos extrativistas contemplados, também restringe sua autonomia enquanto atores de uma nova geografia de poder e do direito (PORTO-GONÇALVES, 2002), como será apresentado posteriormente.

No Estado da Bahia, encontramos alguns tipos de UCs de Proteção integral: 4 Parques Estaduais, 2 Monumentos Naturais e 2 Estações Ecológicas. As UCs de Uso Sustentável (UCUS) contam com 36 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), duas Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e 32 Áreas de Proteção Ambiental (APA), além de 4 RESEX, todas marinhas.

Iniciada em 1992, a grande expressão das RESEX marinhas só se deu a partir de 2000, quando foi instituído o SNUC. Com isso, o movimento ganhou força e foram decretadas na Bahia quatro reservas marinhas: Baía do Iguape e Corumbau em 2000, Canavieiras em 2006 e Cassurubá em 2009.

Estas unidades de conservação (UCs) foram sendo inseridas em diversos locais do território⁷ baiano, a partir de ações pretendidas e realidades locais e regionais diversas, disseminadas por diversas partes do Estado, de modo que fossem adequadas às realidades regionais de suas áreas e do seu entorno.

O CONTEXTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS BRASILEIRAS

Em escala nacional, existe um equilíbrio no tocante à criação de unidades de conservação de proteção integral (162) e de uso sustentável (128). Entretanto, quando analisada a distribuição entre biomas e distribuição de UCs marinhas e UCs terrestres, nota-se um desequilíbrio, observável na tabela 1. Uma lógica desigual, contraditória e combinada do sistema capitalista relega as áreas marinhas a um segundo plano, apesar de grande parte das populações humanas habitar as áreas próximas do litoral. Ainda hoje, a região costeira e marinha tem apenas 1,5% de sua área protegida, muito aquém dos 10% pretendidos até 2020 no intuito de responder à Meta 11 da Convenção sobre Diversidade Biológica⁸.

Tabela 1: Preservação dos Biomas em Unidades de Conservação

Tipo / Categoria	Biomas						Área Total da UC (km ²)	
Proteção Integral (PI)	Amazônico	Caatinga	Cerrado	Mata Atlântica	Pampa	Pantanal	Continental	Marinha
Número PI (Total)	89	54	135	441	18	7	728	78
Área Total PI em (km ²)	429.293	15.080	62.712	29.089	1.223	4.403	541.800	120.376
Uso Sustentável (US)								
Número US (Total)	260	143	283	883	15	17	1.560	109
Área Total US em (km ²)	773.714	59.603	113.461	87.969	4.474	2.487	1.041.708	842.913
PI e US								
Número PI e US (Total)	349	197	418	1.324	33	24	2.288	187
Área Total PI e US em (km ²)	1203007	74.684	176.173	117.058	5.696	6.890	1.583.508	963.289

Fonte: Adaptado do CNUC/MMA, 2019

Obs.: É bom ressaltar que os dados acima levam em consideração casos onde uma UC abrange mais de um bioma⁹.

A proteção das zonas costeiras e marinhas em sua grande maioria se dá no âmbito da conservação da biodiversidade e manutenção dos

habitats, berçários naturais da fauna ictiológica. Além disso, os ecossistemas costeiros, as ilhas oceânicas, as zonas úmidas, os recifes de coral são de alta complexidade ecológica, geológica e climática e por isso se encontram particularmente vulneráveis a riscos. Qualquer impacto negativo imposto sobre essas áreas é rapidamente perceptível. Mas os ecossistemas marinhos são os menos protegidos do Brasil. A falta de políticas públicas voltadas para a conservação marinha compromete a manutenção e a restauração da produtividade biológica e, portanto, dos estoques pesqueiros. Ora, a fragilidade e a competição pelos recursos marinhos denotam a importância da conservação, bem como do planejamento e da gestão integrada das zonas costeiras.

No Brasil as RESEX marinhas passam por um momento delicado, uma vez que a falta de atuação do Poder Público Federal representa um desafio não somente para a resolução de conflitos, mas acima de tudo, para dar continuidade a uma luta do movimento social¹⁰. Lobão (2006) observa como a conquista do movimento seringueiro foi utilizada por setores contrários a ele no sentido de reduzir o poder de gestão.

Significativamente a nova ordem não é igual à anterior. [...] A desordem não estava no tecido social, ocorria no eixo hierárquico, onde deve ser eliminada a qualquer custo. Era necessário explicitar a autoridade do Estado através do exercício do seu poder, eliminando conflitos, mesmo que isto significasse criar uma nova estrutura social no local, estabelecer novas subordinações, desfazer alianças e procurar novos parceiros. E este processo, fez com que os derrotados, principalmente os do próprio governo, cobrassem seu preço. [...] Os 'atores' deste drama social devem ser responsabilizados pela preservação da integridade do espaço da reserva [...] Os 'atores' devem atuar em conjunto de forma a cada vez mais prescindir da presença do Estado (LOBÃO, 2000, p. 56).

Não podemos esquecer que os espaços das RESEX sofreram processos de modificação cultural e estrutural. A consequente transformação das relações de trabalho capitaliza os espaços que se reconstroem por meio de novas lógicas. Cunha (2010), se referindo a Lobão (2006), registra a mudança nas relações sociais entre participantes de projetos definidos com cláusulas e cronogramas exógenos aos lugares e em função dos recursos disponíveis no governo. Com o crescimento da ausência nas políticas governamentais, opera-se certa alienação dos comportamentos e objetivos visados, presente por exemplo nas

mudanças pessoais de lideranças que se instalaram em cidades e privilegiaram mecanismos institucionais e burocráticos.

Assim sendo, as RESEX marinhas brasileiras também, incorporadas a novas lógicas, fogem da sua proposta inicial.

AS POLÍTICAS AMBIENTAIS VOLTADAS PARA AS ÁREAS DE RESEX

A política ambiental é uma ação conjunta entre governos em cooperação. Como toda política, ela possui parâmetros para sua conjunção estrutural como a fundamentação teórica, as metas que justifiquem sua ação, os instrumentos, as normas pré-estabelecidas e as penalidades para o que não for cumprido. As transversalidades das discussões, a pluralidade dos agentes sociais e as múltiplas escalas temporais e espaciais dos processos ambientais são pontos importantes para a construção de um projeto mais humanitário que diminua as desigualdades sociais entre os homens e a exploração de uns pelos outros.

A política ambiental ideal deveria incorporar as diversas dimensões da vida humana em sociedade - sociais, simbólicas, ambientais, políticas e econômicas - e que, acima de tudo, abrisse espaço para discussões sobre o relativismo cultural imposto às sociedades de matrizes tradicionais. No entanto, a política ambiental brasileira reflete o jogo de poder e interesses existente entre os distintos agentes sociais sobre o espaço: Poder Público, agentes sociais e grupos privados (empresas).

Há de se lembrar que o Estado e o Governo fazem parte da mesma unidade de domínio do território e estabelecem uma relação de interdependência. O Estado é um agente permanente institucionalizado pela Constituição e regulamentado pelas leis, composto da administração pública, das forças públicas, do patrimônio público, dentre outros. Ele oferece instituições estáveis e impessoais (ROCHA, 2009). Por sua vez, o Governo tem os seus poderes assegurados pela Constituição do Estado em períodos de quatro ou mais anos. O governo gerencia os interesses sociais e econômicos da sociedade de acordo com o posicionamento ideológico e político de seus gestores. Esta distinção constitui

[...] uma peculiaridade da democracia constitucional, nos regimes autoritários a ausência de limites aos governos os leva a absorver ao máximo o Estado. (ROCHA, 2009, p. 141)

Embora no Brasil as políticas públicas ambientais traduzem uma ideia de crescimento econômico condicionado a um padrão de consumo que assegure a conservação dos recursos naturais, é fato que há uma disparidade entre os investimentos em política ambientais e os programas de cunho econômico.

A debilidade dos Governos federais e do Estado em propor políticas públicas ambientais que assegurem uma ação estratégica e legitimadora para as áreas de conservação reflete sua ineficiência, o que exige uma nova análise sobre o papel dos governos locais no âmbito ambiental.

Há uma apatia quanto à incorporação de metas e instrumentos que atendam as políticas públicas de meio ambiente. O Estado brasileiro demonstra sinais de fraqueza e incapacidade dos sistemas de fiscalização de suas unidades. Ele age em total descaso quanto à destinação dos recursos financeiros para a agenda ambiental, enquanto outros setores da administração pública recebem mais atenção, como os ligados ao setor econômico, a exemplo do Banco Central. Isso se reflete na fragilidade da administração e gestão de unidades de conservação: poucos técnicos para muitas demandas, dados e recursos técnicos defasados, falta de equipamentos e carência de pessoal, dentre outros fatores. Os caminhos do desenvolvimento retiram a possibilidade de protagonismo das populações de matrizes tradicionais, sempre sujeitadas às dinâmicas econômicas dos governos locais.

Em um Estado ausente em suas políticas públicas, as disputas entre diferentes visões de sociedade e ambiente são reacendidas, legitimando a agressão e os danos sofridos nas áreas de conservação. O espaço percebido é objeto de disputas pelo reconhecimento de identidades e de legitimação institucional, tanto por parte de grupos locais, como de órgãos governamentais ou de organizações da sociedade civil (LOBÃO, 2006).

No Brasil, a política pública ambiental está aquém de um projeto conciso, em que cada órgão de meio ambiente atenda as diretrizes legais para uma política pública de meio ambiente consistente. A falta de ação efetiva por partes dos órgãos e o desconhecimento conceitual e filosófico sobre as unidades e o seu planejamento vão na contramão do que acreditamos ser UC de uso sustentável para os grupos tradicionais. No caso das RESEX, as populações extrativistas foram perdendo voz e poder

legítimo com a própria institucionalização das reservas, passando da autogestão dos seringueiros a uma cogestão exercida em conselho deliberativo presidido pelo órgão ambiental, cujo funcionário é declarado - de modo significativo, de chefe (LOBÃO, 2006). No tocante ao manejo dos recursos naturais, os saberes tradicionais - reconhecidos de notório saber por Chico Mendes e em nome dos quais as RESEX foram criadas - passam a não ser considerados suficientes para o manejo dos recursos naturais - a ser elaborado de forma escrita - e devem ser associados a saberes técnico-científicos para obter aprovação do Estado. Assim sendo, os extrativistas tornaram-se meros espectadores dos projetos e planos elaborados pelo Estado, em que pese a prevalência de um discurso tecnocrata. Com o tempo, os saberes tradicionais perdem seu caráter central na tomada de decisão, tendência criticada por Lobão (2006) e Carvalho (2007). Ao cabo deste processo, as RESEX "Tornar-se-ão processos vazios de sentido para seus principais atores, os extrativistas, ou a população tradicional" (LOBÃO, 2006, p.66).

Além disso, a contratação externa por órgãos do Estado de serviços de consultorias para elaboração de planos de gestão e o seu uso indiscriminado refletem as deficiências estruturais enfrentadas pelas UCs no Brasil. Há um excesso do olhar tecnocrata sobre estes espaços, acentuando a ausência na definição e execução das políticas. A imposição, a partir do SNUC, de elaboração e implementação de plano de manejo, que envolve saberes científicos implica em elevadas quantias financeiras para sua realização. Observa-se que, passados 5 anos sem plano de manejo, as RESEX perdem o direito de decisão sobre as áreas de amortecimento em redor, o que as fragiliza.

Esses exemplos, dentre outros, demonstram o crescimento da ausência perpetrada pelo Estado na condução da legislação ambiental, mesmo em UCs de uso sustentável em que os conselhos têm poder deliberativo. A ausência sustenta o discurso tecnicista subjugando os saberes das populações que convivem em harmonia com a natureza. Este distanciamento produzido pela separação da força de trabalho dos meios de produção desumaniza e desqualifica o saber de matriz tradicional das populações extrativistas gera hierarquias, desconhecimento, negação do outro, bem como produz representações que não condizem com o cotidiano do espaço vivido.

Com o estrangulamento das contas orçamentárias, afetando em particular o Fundo Nacional do Meio Ambiente, as políticas públicas para áreas de RESEX tornaram-se muito deficientes.

Estes problemas são enfrentados diariamente pelas UCs, embora no caso das RESEX estes problemas sejam acentuados pela questão fundiária, sobretudo em região costeira, com maior densidade demográfica. Em muitas RESEX marinhas brasileiras, a ausência de áreas terrestres acarreta problemas pós-criação destas unidades, uma vez que áreas de moradia e de outras atividades produtivas não são garantidas pela lei, embora representem para os extrativistas territórios articulados de terra e água, de moradia e de produção. Antes, reservas exclusivamente marinhas eram mais fáceis de serem decretadas, por não apresentarem custos com desapropriação de terras, mas esse tipo de procedimento é criticado pelos extrativistas.

Para fazer frente às pressões, as populações das reservas marinhas sentiram a necessidade de ampliar a escala de resistência e criaram uma organização no intuito de serem melhor representados. Diante do crescimento da ausência na política ambiental concernente às RESEX marinhas, estas criaram em 2009 a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras (CONFREM). Através dessa organização, os pescadores artesanais do Brasil encontram uma nova forma de afirmarem junto ao Estado suas especificidades a partir de seus espaços vividos, ou seja, de seus espaços de representação. A CONFREM se revela como espaço percebido diante da ausência da política do Estado, assim como manifesta a forma como os grupos extrativistas se representam enquanto força social num quadro de numerosos conflitos envolvendo os territórios pesqueiros. A Comissão ganha, sem conteste, protagonismo na defesa dos interesses dos pescadores artesanais em escala nacional e trava muitas batalhas, privilegiando uma atuação militante determinada que explorou muito as vias institucionais para combater determinados projetos de lei prejudiciais à pesca artesanal ou à proteção ambiental ou ainda conquistar direitos inscritos em políticas públicas. Outras formas e articulações são exploradas há alguns anos com a chegada de governos cujas políticas ambientais registram notavelmente. Para precisarmos nossa compreensão, acreditamos que a RESEX marinha pode ser um caminho possível para a conservação. Contudo, neste presente momento vemos que as RESEX marinhas baianas ainda estão

muito aquém do ideal e corroboram com as afirmações de Lobão (2010), sobre o fato das RESEX corresponder a mais um sinal da retomada do controle da política pública pela lógica do Estado. Dentre essas condições, estes espaços podem se tornar reserva de mercado, por exemplo para especulação imobiliária e/ou turística na existência de paisagens paradisíacas, ou ainda para grandes projetos portuários ou industriais, dentre outros exemplos.

A RESERVA DA RESERVA

Ao produzir espaço a partir da modificação da natureza, através do uso de técnicas e ferramentas, em natureza socializada, o homem constroi novos conceitos e significados para o território (HENRIQUE, 2009).

A inserção da natureza na produção social do espaço nos coloca diante de uma nova configuração geopolítica dos territórios. Sendo os recursos naturais finitos, a sociedade cria julgamentos subjetivos para assegurar, valorizar e mercantilizar os recursos que considera relevantes. Ora, transmutar e transformar a natureza em sociedade é uma mudança na qualidade daquilo que é natural para aquilo que é humano (HENRIQUE, 2009).

Hoje vivemos em uma natureza socializada, transformada e enquadrada nos moldes da visão humanizada dos espaços, em particular nos moldes da produção capitalista, sobre a qual se dão os direitos da propriedade privada e a mercadorização de seus elementos (HARVEY, 1973, apud HENRIQUE, 2009). Henrique (2009) reforça a ideia ao afirmar que a natureza é consumida materialmente, mas também de modo metafórico, como símbolo, ícone, poder, qualidade de vida e cidadania, dentre outros, análise compartilhada por Banerjee (2003).

Esses novos conceitos de natureza, além de não assumir nenhum dos impactos ecológicos envolvidos, provêm legitimidade à ordem e às elites dominantes [...] As noções de “escassez” e a dos “limites” dos recursos naturais são também fundamentadas nos sistemas sociais nos quais os recursos naturais se transformam num “conjunto de elementos e processos culturais, técnicos e econômicos, que podem ser usados para realizar os objetivos e finalidades sociais através de práticas materiais específicas” (HARVEY, 1996, p. 147).

Por outro lado, a naturalização dos processos sociais banaliza a relação humana com a natureza, por meio de uma visão utilitarista.

Ultimamente, o debate sobre escassez de recursos, biodiversidade, limites demográficos e ecológicos tem mais favorecido a preservação de uma ordem social particular do que a própria natureza (HARVEY, 1996).

De fato, estas representações coletivas de natureza são carregadas por um discurso ideológico, manipulador, excludente e dominante. A exclusão social começa quando grupos pertencentes a classes economicamente inferiores se encontram em locais nos quais o capital constata possíveis oportunidades de exploração econômica em razão de importantes impactos ambientais negativos causado por atividades econômicas de caráter e escala industrial.

Quando são analisados os contextos da UCs de uso sustentável, os desafios impostos e as dificuldades enfrentadas pelas RESEX nos remetem à ideia de valorização da natureza. Sabemos que a implantação de leis protetivas para o meio ambiente foi significativa para a instituição da lei das RESEX no Brasil, permitindo a manutenção de diversos ecossistemas, recursos pesqueiros e marinhos e a permanência dos povos tradicionais. Entretanto, a falta de recursos financeiros, materiais e humanos para trabalhar leva a pensar que os Governos e o Estado são coniventes com a precarização da gestão. Em um contexto de Estado neoliberal que reduz radicalmente sua participação, estas ações influenciam na postura das demais esferas dos governos.

O Governo surge precisamente da necessidade do Estado ter um *núcleo de Poder* e esse núcleo constituir, também, o Estado, ou seja, um Governo composto por órgãos do Estado que exerçam controle sobre as deliberações e sobre a legislação do território e, consequentemente, sobre o bem comum de sua sociedade (SILVA, 2009, p. 5).

A história informa o quanto o bem comum quase sempre fica em segundo plano no intuito de favorecer interesses econômicos. Nesta perspectiva, estes “pontos de natureza localizada” não atuariam como salvaguarda para permitir em contrapartida a devastação de novos espaços?

Na concepção de gestão dos recursos naturais, o processo de produção do espaço e de produção da natureza adquire um valor criado¹¹ no cerne do processo produtivo e se estabelece no solo.

Por exemplo, muitas UCs no Brasil são localizadas em ambientes naturais paradisíacos - justamente por serem estes protegidos - e sofrem de constantes pressões de divergentes interesses de grupos políticos e

econômicos. Morar próximo ao mar e pertinho de uma natureza “protegida” é sinal de *status* e de “consciência”¹² ambiental. Essa lógica vai se instaurando, modificando as paisagens, mudando-se a estrutura fundiária e as relações sociais nestes espaços. A tal natureza natural tem localização privilegiada, custa caro e tem um público sedento por exclusividade. A reinvenção de valores culturais e estéticos remonta ao consumo sem limites, individualista e perverso.

É o caso da RESEX Marinha de Corumbau, localizada no Extremo Sul da Bahia, que vive um forte apelo e pressão da especulação imobiliária. O turismo torna este tipo de espaços vulneráveis à monetarização da natureza, provocando a saída dos grupos menos favorecidos dos seus locais históricos de moradia e produção. Tudo vira mercadoria, seja o lazer, seja o ócio. As relações sociais se inserem na lógica da reprodução do capital. A territorialização se faz por meio da dominação¹³ e da apropriação dos territórios constituídos. Por meio da segregação¹⁴ os “centros de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos” (LEFEBVRE, 2008, p. 32).

Ao mesmo tempo em que a criação de uma unidade de conservação em um determinado território pode vir contribuir para a conservação de um ecossistema e dos povos e comunidades tradicionais que estabelecem relação direta com o meio e recursos naturais presentes nestas áreas, esta mesma unidade por força do capital pode ser estratégica para o desenvolvimento local atrelado à lógica capitalista.

Diversas questões remetem portanto a um futuro incerto das UCs marinhas no Brasil e uma nova questão surge: em tempos de pré-sal, o território fica a cada dia mais valioso? Nada nos garante que, com a descoberta de pré-sal em território de RESEX marinha, a conservação da unidade será mantida. Reveladora é a liberação de exploração de petróleo, em abril de 2019, próximo ao Parque marinho de Abrolhos, local importantíssimo do ponto de vista biológico e ecológico. Proporciona um exemplo extremo de precarização da política ambiental em prol de questões monetárias. Mesmo com as perspectivas - frustradas no atual governo - de que o pré-sal traria qualidade social para a população com transferência de lucros para a saúde e a educação, os objetivos econômicos ficam em primeiro plano, em detrimento da conservação destas unidades.

Neste sentido, os argumentos de geração de renda para jovens em situação de vulnerabilidade social são sempre utilizados, quando da implantação de qualquer empreendimento próximo a essas unidades, seja um complexo portuário, uma indústria, um condomínio, seja um hotel. O discurso não se modifica. Afinal, quem será contrário ao desenvolvimento local?

Grandes projetos costumam difundir determinadas representações do espaço, vinculadas principalmente à ideia de desenvolvimento em que a natureza é vista apenas como recurso para a produção de mercadorias ou então como metáfora, sendo uma paisagem distante, tal como observa Catia Antonia da Silva (2014). Este objetivo alia interesses do Estado e de governos estaduais e municipais com os interesses do capital, seja ele do agronegócio ou da indústria. Para legitimar grandes projetos que induzem amplos impactos ambientais, representações do espaço são amplamente divulgadas, tal como a imprescindibilidade do desenvolvimento econômico para o bem-estar da população, expresso através de várias formas: geração de empregos, (maior) dinamismo da região, avanço da modernidade, etc. João Márcio Silva (2009) observa que os governos locais tendem a visualizar apenas os impactos positivos em termos de oferta de empregos e Catia Antonia da Silva (2014) frisa o quanto os jovens são os mais vulneráveis nessa disputa de representações em que se desvaloriza os grupos de matrizes tradicionais. Por exemplo, quando se prevê a implantação de um estaleiro naval em área de manguezal pertencente à RESEX Baía do Iguape, os espaços ocupados e usados por práticas tradicionais de produção são simplesmente negados em nome do desenvolvimento – às vezes até declarado como sustentável. Esse pensamento abissal, como afirma Boaventura Santos (2010) em que o Outro - aqui aquele que vive de modo diferenciado da sociedade capitalista moderna - é negado em seus saberes e práticas, autoriza a definição e execução de políticas que só atendem outras lógicas do que a dos lugares. É o que entendemos como ideologia do capitalismo, ideologia que emerge quando o concebido substitui o espaço vivido na visão de Lefebvre (SERPA, 2014).

O poder de apropriação destes espaços concebe um processo mais subjetivo, mesmo preenchido por marcas do vivido, pelo valor de uso dos territórios e pelas manifestações culturais peculiares (LEFEBVRE, 2000). O discurso do desenvolvimento prevalece para que o progresso e o

crescimento econômico transformem e homogeneizem o território. Não é difícil apontar como as representações constituem e redefinem o discurso do progresso em prejuízo da área ambiental, acelerando retrocessos das lutas sociais.

Há de reconhecer que desde a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, os avanços na área ambiental foram bem tímidos. Foi a presidente que menos criou UCs federais. Mas piores ataques foram sinalizados no governo Temer com o crescimento do desmatamento da Amazônia em 60%, aumento da violência no campo brasileiro e indicação política de filiado ao PROS, partido de sua base de apoio, para a vaga da presidência do ICMBio, fato que foi duramente questionado e combatido pelos servidores da instituição pelo indicado não ter nenhuma ligação com a pauta ambiental. As pressões sobre a área ambiental se exacerbam no governo Bolsonaro. Em 4 meses de gestão, o presidente nomeou o ministro do meio ambiente Ricardo Salles, condenado em primeira instância por fraude na elaboração de plano de manejo em uma Área de Proteção Ambiental em favor de empresas mineradoras. Nomeou a cargos do alto escalão do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e diretorias do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) policiais militares e integrantes das forças armadas. Transferiu ao Ministério da Agricultura a responsabilidade pela demarcação de terras, para rever todas as demarcações de terras indígenas em favor da exploração e avanço da agropecuária e mineração. Fica evidente que, para cristalizar o desenvolvimento, o projeto político de destruição das lutas e conquistas sociais constrói representações que negam o direito de existir do Outro.

CONCLUSÃO

A evolução das áreas protegidas, com ênfase nas RESEX marinhas, mostra que as preocupações em escala mundial quanto aos impactos ambientais pela dita ação humana - em realidade por um modo de produção desenvolvimentista - levam à criação de territórios oficialmente destinados à proteção da natureza e das populações que nela e dela vivem. Apesar da garantia de sua existência e bom funcionamento por força de lei, espaços concebidos obedecendo a lógica econômica exógena se sobrepõem a espaços vividos por populações extrativistas, fragilizando ou até questionando suas territorialidades, como ocorre regularmente em Canavieiras com o slogan "Natureza sim, RESEX não", defendido por uma

aliança de agentes econômicos e dos poderes locais em favor da substituição de uma APA¹⁵. O Estado federal e os governos em várias escalas manifestam ausência na definição de políticas ambientais ao privilegiar interesses diretos do capital, permitindo a implantação de projetos econômicos, ou interesses indiretos ao implantar uma grande obra de infraestrutura, tal como a barragem da Pedra do Cavalo, na Baía do Iguape que abriga uma central hidrelétrica desde 2004. Ao privilegiar as lógicas verticais, as populações locais das áreas marinhas protegidas lutam contra sua desterritorialização frente ao avanço concreto de atividades econômicas de porte industrial voltadas ao des-envolvimento, ou seja, retirando o envolvimento real da população local na definição de políticas. É bem verdade que o objetivo e função das políticas públicas ambientais e as ações do Poder Público devem oferecer condições necessárias para o suporte, a proteção, a restauração, o bem estar e as melhorias para o ambiente, para a população e para o território. Contudo o que se observa é que o compromisso estabelecido pelo Estado e pelo Governo local em assegurar um ambiente saudável fica em segundo plano, ao colocar como prioridade os planos e projetos voltados ao desenvolvimento local e a geração de empregos, embora muitas experiências e estudos científicos comprovem que estas ações não trazem benefícios a longo prazo para as populações envolvidas, nem para os territórios em questão.

As RESEX podem representar a busca por maior autonomia em prol de outro modo de produzir, de produzir espaço, de conservar relações sociais, culturais que contribuam com um novo modelo de sociedade, expresso de modo crescente pelo bem viver, cada vez mais presente nas consciências e nos discursos dos extrativistas. Porém, a atual conjuntura se configura um contexto especialmente árduo pela obra de desmonte sistemático do Estado pelo Governo, beneficiando principalmente o capitalismo financeiro. Significa um recrudescimento dos desafios do movimento social na defesa dos seus interesses, incentivando formas de ação mais independentes e articulações com outras organizações sociais e em várias escalas.

NOTAS

1. Conforme o artigo 18 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as práticas incluem extrativismo vegetal, complementado por agricultura e criação de animais de pequeno porte.
2. Foi regulamentada pelo Decreto 4.340 de 22/08/2002.
3. As Unidades de Proteção Integral, ligadas à corrente preservacionista, de fundamento ecocêntrico, admitem apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, enquanto as Unidades de Uso Sustentável, ligadas à corrente conservacionista, permitem o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
4. Em Marx, o conceito de ideologia aparece como equivalente a ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Lênin entende como qualquer concepção da realidade social ou política vinculada aos interesses de certas classes sociais particulares. Com ela, podem ser produzidos imaginários e lógicas de identificação social para escamotear o conflito entre classes sociais, além de dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência de universal.
5. O “efeito isolamento” é entendido pelo autor, a partir da leitura de Marx, como concorrência, processo que permeia o conjunto de relações econômicas.
6. O termo empregado para as sociedades de matrizes tradicionais representa os grupos que apresentam traços culturais distintos e possuem lógicas e racionalidades singulares com a natureza. Para Diegues (2001) o termo populações tradicionais ou sociedades tradicionais é utilizado para definir grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza.
7. O território aqui é compreendido como um espaço subordinado a normas e a organização das coisas, onde os objetos são susceptíveis de participar dessa ordem e das regras de ação e de comportamento que subordinem todos os domínios da ação instrumental (SANTOS, 2008, p. 228).
8. <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/11296-uc-marinhas>
9. Dados mais detalhados consultar a tabela do CDU/MMA atualizada em 28_01_2019 em www.mma.gov.br/cadastro_uc (MMA, 2019).
10. Os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo

de sociedade (BOCHICCHIO, 2008, p. 54).

11. O valor do espaço e o valor no espaço são relações dialéticas. Cada um possui uma finalidade analítica que especifica as qualidades da localidade com que se depara a produção a cada ciclo do capital com o patrimônio natural e o trabalho pretérito ali depositados definindo o valor contido num dado momento. Este se diferencia da riqueza elaborada no desenrolar do processo de produção enfocado, isto é, do valor criado naquele ciclo produtivo. Para se apropriar do valor contido é necessário dispendir trabalho, logo criar valor, parte do qual vai se fixar ao solo, através principalmente dos processos de produção do espaço (estrito senso), o que repõe a circularidade deste movimento (MORAES, 2008, p. 124).

12. A qualidade é um termo mais próximo da realidade.

13. Aqui no texto nos referimos ao conceito weberiano, no qual a dominação é feita por um grupo sobre um determinado território. O conceito exposto trata da dominação legítima que possui um caráter racional e impessoal. Baseia-se nas ordens instituídas por meio de regras e normas vigentes, pré-estabelecidas por um estatuto que irá determinar as ações daquele grupo ou associação. A dominação encontra na obediência o seu mandato que pode fundar-se em diversos motivos de submissão. A dominação pode vir de interesses, por meio de considerações utilitárias de vantagens por parte daquele que obedece como pode vir por meio da opressão daquele que domina.

14. O processo de segregação socioespacial é a característica fundamental da cidade capitalista e do processo de urbanização excludente. Sua principal forma de expressão é a separação, em distintas áreas ou regiões gerais da cidade, das diferentes classes sociais, ou seja, a localização da classe mais rica, mais privilegiada, segregada da classe social menos favorecida, tendo sua expressão máxima na produção de loteamentos ou condomínios horizontais fechados para a classe de mais alta renda, que busca, dessa forma, o isolamento e o não contato com o diferente (VIEIRA, 2005, p.1).

15. Área de Preservação Permanente, que oferece um grau de proteção ambiental bem inferior do que a RESEX.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. et al. **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1994. p. 17-47.

BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. **O contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2003. p. 75-130

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências, 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 ago. 2000.

CARVALHO, D. A. **Especificidades de gestão de unidades de conservação marinhas**: zoneamento tridimensional. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, 2007.

COSTA, W. M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 10ed. São Paulo: Contexto, 1988.

CUNHA, C. C. **Reservas extrativistas**: institucionalização e implementação no estado brasileiro nos anos 1990. 2010. Dissertação (Doutorado em Psico-Sociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Programa EICOS do Instituto de Psicologia do Rio de Janeiro, v. 1, p. 43-79, 2010.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **Questão ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005. v. 1, p. 43-79.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R.; VIEIRA, S. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell

Publishers Ltda, 1996.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192 p.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000. 140 p.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias políticas do neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. 2006. 303 f. Dissertação (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, DF, 2006.

LOBÃO, R. J. S. **Reservas extrativistas marinhas**: uma reforma agrária no mar? Uma discussão sobre o processo de consolidação da reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. 2000. 74 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Ciência Política), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2000.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Percentual do Território Brasileiro Abrangido por Unidades de Conservação. **Indicadores Nacionais Ambientais**. Cadastro de Unidades de Conservação por Bioma. www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados

MEDEIROS, R. J. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. IX, n. 1, p. 41-64, 2006.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2008. 157 p.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2005. 162 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Org.). **La guerra infinita**: hegemonia y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>. Acesso em 12/01/18.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Trad. Francisco Silva. São Paulo. Martins Fontes, 1977.

ROCHA, M. I. C. **Estado e governo**: diferença conceitual e implicações práticas na pós-modernidade. Revista UNIARA, v. 21/22, p. 140-145, 2009.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 31-83.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SERPA, A. P. S. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SILVA, C. A. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, C.A. (Org.) **Pesca artesanal e produção do espaço**. Desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, J. M. P. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. In: GOMEZ, D. (Org.). **Série estudos e ensaios**. 1. ed. Brasília: , 2009. v. 1, p. 115-128.

VALLEJO, L. R. Parques e reservas como instrumento do ordenamento territorial. In: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, L. A. A. (Orgs.). Ordenamento territorial. **Coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil Ltda, 2009. p. 157-193.

VIEIRA, A. B. **O lugar de cada um**: indicadores sociais de desigualdade intraurbana. 2005. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: OS EFEITOS DO ECOLOGISMO INSTITUCIONAL NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE GUARAQUEÇABA-PR

Letícia Ayumi Duarte

Docente do Curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR Litoral

Marcelo Cunha Varella

Docente da Licenciatura em Educação do Campo da UFPR Litoral

Deve-se evitar “a exacerbação da participação pela participação. Miséria participada não interessa a ninguém” (DEMO, 2009, p. 67).

Figura 1: “Sem participação nas decisões importantes não garantimos nossos direitos”¹



Fonte: Arpillera Erica Costa Gonçalves Pereira, acervo do PEART (2017).

Sem participação em decisões importantes não garantimos nossos direitos!

Em nossa Arpillera representamos nós pescadores, sempre tivemos dificuldades quando se trata de reuniões com órgãos ambientais. O convite é feito a um ou dois pescadores de cada comunidade, que são bem recebidos, mas não conseguem entender nada do que falam, por falarem palavras técnicas, distante do palavreado do pescador.

Enquanto decidem nossas vidas ficamos calados, só esperando para assinar a presença. Com tudo isso perdemos cada vez mais nossa identidade. Por que sem participação nas decisões dessas reuniões não garantimos nossos direitos. (Érica Costa Gonçalves Pereira, pescadora artesanal da comunidade tradicional de Sinuí, 06 de dezembro de 2017).

INTRODUÇÃO

A presente reflexão resulta de uma relação social de pesquisa junto aos pescadores artesanais de Guaraqueçaba desde o ano de 2012. Ao longo deste período os pesquisadores passaram a atuar junto ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais e Caiçaras do Litoral do Paraná (MOPEAR) por meio de pesquisas, cursos de extensão, de formação continuada, participação em reuniões, grupos de trabalho, câmaras técnicas, assim como em eventos culturais das comunidades em questão. Através dessa relação social de pesquisa que se estabeleceu pudemos acompanhar as ações do MOPEAR e refletir sobre a realidade das comunidades tradicionais objetivadas neste movimento social, em diferentes documentos, pareceres técnicos, artigos e textos .

No território em questão, as comunidades tradicionais apontavam para os conflitos territoriais provenientes da instauração de Unidades de Conservação (UCs), à medida que estas passavam a considerar os grupos sociais como ameaças à proteção do meio ambiente por conta de sua relação diferenciada com o território, incluindo a relação de subsistência e de práticas tradicionais e culturais dependentes dos recursos naturais. A lógica da proteção do quadro natural a partir das UCs (sobretudo as de proteção integral) vinha historicamente ignorando a importância desses sujeitos na manutenção desses espaços.

Ao desconsiderar a importância desses grupos como sujeitos protagonistas da ação ambiental, criminalizando suas práticas, multando e cerceando suas formas de usar o território, os conflitos foram se acirrando

ao longo de 30 anos, tendo um significativo momento de ruptura, quando o órgão gestor, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), passou a elaborar o Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui (PNS). Neste momento o debate da participação social tomou maiores proporções na realidade em questão, visto que o Plano estava sendo divulgado como o mais participativo já elaborado pelo órgão, em todo o Brasil. Em descompasso com esta informação, os moradores reclamavam da falta de participação adequada já na elaboração dos estudos que subsidiariam as decisões sobre o futuro da área.

Neste texto, visamos problematizar a forma como a participação social foi acionada nesse processo de construção de conhecimento científico que embasou o Plano de Manejo do Parque. Logo, nos voltamos aos limites e efeitos dessa aplicação no conjunto de relações de forças estabelecidas na região.

Para tanto, o presente trabalho foi organizado em três momentos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro visa analisar histórica e teoricamente o conflito territorial vivenciado entre as comunidades tradicionais e UCs da região. No item seguinte, analisamos atas e documentos juntados pelo Movimento que tratam especificamente sobre a forma como poderia ocorrer a participação social na gestão das UCs. Por fim, no terceiro momento, refletimos sobre o uso da participação social como estratégia de dominação do ecologismo institucional.

O PODER DE UMA NOÇÃO VAGA: A FUNÇÃO DA “PARTICIPAÇÃO SOCIAL” EM MEIO AO CAPITALISMO VERDE

Não é de hoje que o tema da ambientalização (ACSELRAD, 2010; LEITE LOPES, 2006) permeia as discussões de movimentos sociais e atores sociais (como Organizações não Governamentais (ONGs), instituições de pesquisa e ensino, empresas e mais fortemente, o Estado) que, em diferentes medidas, se envolvem em disputas relacionadas à produção do espaço. A ambientalização, segundo Acselrad (2010), se refere ao processo no qual diferentes atores adotam um discurso abastecido de argumentos voltados à preocupação ambiental visando legitimar determinadas práticas sociais institucionais, políticas, científicas, econômicas, entre outras. Há um cenário, portanto, em que diferentes

agentes de um mesmo processo conflituoso, como populações atingidas por impactos ambientais e empreendedores de grandes projetos de desenvolvimento, passam a acionar o discurso ambiental em seus repertórios de interesses, ações e reivindicações (LEITE LOPES, 2006, p. 32).

Compreendendo o processo de ambientalização enquanto um fenômeno social histórico, não há como precisar o exato momento de seu surgimento, mas toda uma conjuntura que culminou na ascensão das discussões sobre a temática ambiental no mundo. Nesse sentido, a Conferência de Estocolmo, na década de 1970 é um dos marcos fundamentais desse processo. Foi nesse momento, em que o cenário político econômico da época fora caracterizado por Hobsbawm (1995) como os “anos dourados” do capitalismo, que a preservação do meio ambiente se tornou uma nova questão pública. É desde a Conferência de Estocolmo que agências multilaterais de financiamento (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco Mundial), passam a condicionar os empréstimos e outras formas de auxílio à obrigatoriedade do desenvolvimento de Estudos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) (BARBIERI, 1995).

Vai se criando, portanto, uma conjuntura em que as questões ambientais deixam de se configurar meramente como preocupações de alguns atores sociais e passam a nortear políticas públicas e procedimentos de controle territoriais, políticos, econômicos e sociais. Leite Lopes (2006) reflete sobre o poder do processo de ambientalização em transformar aspectos da vida cotidiana, reorientando, ao menos discursivamente, até mesmo na postura do Estado e outros atores sociais. Para o autor, a interiorização e alcance dessa noção tem relação com cinco fatores:

[...] o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos” (LEITE LOPES, 2006, p. 36).

Esse processo também tem sido descrito por outros autores a partir de outras nomenclaturas. Um exemplo é a reflexão de Escobar e Pardo (2005) desde a categoria “irrupção do biológico” que teria relação com o

lugar central e emergente da questão ambiental nas políticas de desenvolvimento das diferentes nações. No caso das regiões pesquisadas pelos autores, a definição do conceito de biodiversidade ganhou destaque e tornou-se objeto de disputa, uma vez que influenciaria na possibilidade do acesso aos recursos naturais, bem como na definição dos parâmetros avaliativos sobre o quadro natural. Essa tendência exposta pelos autores, segundo Cruz (2011), ao focar em fatores quantitativos para definir a relevância ou fragilidade ambiental de determinadas localidades (como, por exemplo, a partir do número de espécies de fauna e flora existentes ou ameaçados), ou a necessidade de criação de formas de proteção dos recursos naturais, resultam na amplificação da visibilidade de regiões como a Amazônia. Essas regiões tornam-se alvo de diferentes projetos e discursos, assumindo, portanto, uma posição biopolítica fundamental no contexto global (ESCOBAR e PARDO, 2005; CRUZ, 2011).

Guaraqueçaba é uma dessas regiões com uma posição biopolítica global fundamental, algo que se pode constatar concretamente a partir da atuação de um grande número de ONGs e instituições de pesquisa que voltam suas ações às temáticas ambientais, e do reconhecimento da região pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Some-se a isto a significativa presença do poder público determinando o ordenamento territorial da região a partir da instauração de Unidades de Conservação de diferentes categorias sobre o território de comunidades tradicionais. Neste cenário, formou-se uma forte coerção policial sobre os utilizadores dos recursos naturais locais, no caso, as comunidades tradicionais de pescadores artesanais e caiçaras. A iniciativa privada, por sua vez, voltou-se à mercantilização de áreas de Mata Atlântica para projetos de pagamentos por serviços ambientais (como no caso dos projetos de crédito de carbono para grandes empresas poluidoras, como a General Motors, Chevron e American Electric Power denunciada em Glass (2012)), também demonstrando sua entrada na ambientalização.

Vale notar que a questão ambiental não pode ser problematizada de forma unívoca, nesse sentido trazemos o debate de Waldman (1992) acerca do “movimento ambientalista” (o conjunto de atores e instituições que passa a criar discursos e práticas relativas à proteção da natureza) que é tratado de uma maneira heterogênea, em outras palavras, para o autor, diferentes projetos de mundo acabam sendo mobilizados para seduzir a

opinião pública sobre os possíveis e melhores fins dados a um determinado território. Sobre isso trataremos melhor no terceiro subitem deste trabalho.

Dentre todos os fatores citados anteriormente, a criação das UCs é citada pelas comunidades tradicionais de pescadores artesanais e caiçaras como a forma em que se percebe mais fortemente a presença do Estado na região, sendo elas reguladas, planejadas e geridas de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000). A criação das UCs a partir do SNUC, segundo Vallejo (2009) é considerada como uma das principais estratégias do governo e iniciativa privada para efetivar a preservação e conservação da biodiversidade no Brasil, em um contexto histórico relativo à modernidade, aproveitando para funcionar, também, como um promotor de espaços de turismo, lazer e pesquisa científica.

Importa lembrar que a criação do SNUC ocorre em um contexto de ascensão do debate da participação social como regra, seguindo a esteira da democratização das decisões sobre o espaço. Não só a gestão e criação de UCs passaram a exigir a chancela da participação social, como, também, outros instrumentos e políticas públicas enveredaram para esta seara, como os Planos Diretores (Lei federal 10257 de 2001), os estudos de impacto de vizinhança (Conama 237 de 1997) e os estudos de impacto ambiental (Conama 01 de 1987). Concretamente, na realidade estudada, o debate da ambientalização é acompanhado do reconhecimento da importância de envolver a população nas decisões correlatas ao seu território e vida. Isso pode ser percebido em diferentes trechos dessa legislação que asseguram a participação social, como na definição de suas diretrizes (BRASIL, 2000, Art. 5, inciso III), na regulação dos Planos de Manejo (BRASIL, 2000, Art. 27, parágrafo 2º) e nas suas disposições gerais e transitórias (BRASIL, 2000, Art. 42, parágrafo 2º; Art. 57, parágrafo único).

Mesmo com o incentivo e garantia à participação social presentes nos dispositivos jurídicos correlatos as UCs no Brasil, as comunidades tradicionais de Guaraqueçaba objetivadas em sua organização social (MOPEAR) passaram a demandar sua efetiva participação nos processos decisórios sobre seus territórios que, segundo eles, vinham sendo estipulados e controlados unilateralmente pelas equipes gestoras das UCs locais. Esse processo deu origem a uma ação civil pública (ACP - Autos nº 50007428820154047008) ainda em curso, que reclamou a falta de uma

participação adequada das comunidades tradicionais na elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional de Superagui, sobretudo nos estudos de diagnóstico que constatariam os usos do território, a dependência das comunidades dos recursos naturais, a diversidade de práticas tradicionais desempenhadas por esta identidade étnica e coletiva e os anseios e preocupações dos grupos sobre seu território e vida.

Nesse contexto cabe lembrar o papel preponderante que o léxico participativo vem adquirindo para legitimar diferentes processos de pesquisa, de metodologias de atuação em campo e quaisquer propostas de intervenção na realidade. É preciso estar atento aos usos da participação social pois, conforme Almeida (2013) nos lembra, essa disseminação tem gerado uma dominação discursiva. O autor nos explica:

Há um conjunto de termos e expressões, designativos de medidas derivadas de políticas oficiais de intervenção, que devem ser repensados criticamente, porquanto refletem as novas formas de que se reveste o discurso da dominação. Expressões como “participação comunitária”, “comunidade solidária”, “gestão participativa”, “ação solidária” e “parceria” podem ser encontradas como pré-requisitos tanto nas iniciativas de planejamento governamentais, quanto naquelas das agências multilaterais. De igual modo que “pobreza”, “exclusão social” e “população carente” elas compõem um léxico próprio imposto pelos aparatos de poder para explicitar o que classificam como medidas de “desenvolvimento local” e “desenvolvimento auto-sustentável” (ALMEIDA, 2013, p. 97).

O conceito de participação encontra-se em disputa, não tendo, portanto, uma única forma objetiva, clara e inquestionável de interpretação e aplicação. O que se compreende por participação resulta de um contexto produzido socialmente. Nota-se uma simplificação da ideia de participação aplicada como uma noção operacional, quase que como um manual, sustentando e legitimando práticas de diferentes organizações nacionais e internacionais (ALMEIDA, 2013). Este conceito passa a ser acionado em contextos nos quais o poder de decisão, incluindo o da definição do que é e como deveria ocorrer a participação, não é compartilhado entre diferentes atores sociais. Em suma, não há um consenso entre pescadores, ONGs, órgãos ambientais, universidades e outros atores atuantes na região de Guaraqueçaba sobre a participação social. No entanto, importa destacar que alguns destes atores detém maior poder em definir e controlar a aplicação dessa ideia na realidade concreta.

O uso da categoria “participação” como instrumento discursivo não basta para validar sua concretização na prática. Sobre essa questão, Blondiaux (2013) afirma que nem sempre a ideia de participação confere a democratização de um processo, cumprindo mais um controle do povo do que uma expressão do poder do povo. Há situações em que a participação deriva de relações hierárquicas, onde decisões já foram tomadas necessitando apenas de uma formalização pública. Ao contrário, o ideal participativo seria o de que as decisões partissem, ou pelo menos possibilitassem o envolvimento efetivo de sujeitos e comunidades organizadas. Mais do que um compartilhamento do poder, é mais recorrente constatar situações que se efetiva um imperativo participativo, analisado por Annunziata (2013) como novo espírito da democracia. Ainda é difícil dimensionar os efeitos concretos desse cenário, mas, de acordo com a autora, é inegável o forte apelo do tema, uma vez que a participação tem assumido um caráter de obrigatoriedade para governos e outras formas de ação política, podendo fomentar, assim, um desvirtuamento e mecanização de processos, metodologias, práticas e espaços participativos, ocultando as relações de poder intrínsecas à aplicação do conceito.

Corre-se o risco, assim, de um esvaziamento da noção de participação, transformando-a em simples formalidade ou acionando-a apenas para usos decorativos. Cabe aqui, portanto, problematizar como distinguir as situações em que o léxico participativo é manejado para validar práticas que pouco coadunam com o exercício democrático da participação, ou como reduzir esse tipo de aplicação e construir espaços onde a participação se torne instrumento para a superação de desigualdades e injustiças, promovendo um compartilhamento efetivo do poder de decisão e controle sobre os territórios. Pensar sobre sua aplicação, portanto é um ponto de partida privilegiado:

[...] para analizar un sector social, o las transformaciones de la sociedad civil, o las relaciones que mantienen entre sí determinados grupos de actores, o la evolución de las culturas políticas. Detrás del objeto participativo se esconde una infinidad de otros objetos, sobre cuyo conocimiento han permitido avanzar los trabajos sobre la participacion (ANNUNZIATA, 2013, p. 13).

Compreender os meandros da participação social, assim, nos permite interpretar a dimensão dos conflitos que vem se desenvolvendo

na região de estudo e perceber, na prática, a construção dessa nova questão social e pública da ambientalização que passa a influenciar o comportamento e ações de diversos atores, dentre eles o próprio Estado.

Para facilitar a interpretação dos espaços, formas de aplicação e efeitos do uso da participação social, Souza (2003; 2006) traz uma proposta de dimensionar graus de abertura a participação popular no âmbito do planejamento e gestão urbanos, exercício com inspiração na escada da participação popular proposta por Sherry Arnstein em 1969. Para o autor, existiriam (Quadro 1) pelo menos três formas de se interpretar a prática participativa: como uma não-participação, pseudoparticipação ou participação autêntica .

Tabela 1: Escala de participação social de Marcelo Lopes de Souza

Situação de participação	Grau de participação
Participação autêntica	8- Autogestão 7- Delegação de poder 6- Parceria
Pseudoparticipação	5- Cooptação 4- Consulta 3- Informação
Não-participativo	2- Manipulação 1- Coerção

Fonte: Souza, 2003.

Souza (2003;2006) considera como um contexto de não-participação aquele em que a participação é acionada como um instrumento de coerção (1) ou manipulação (2) de um grupo social. A pseudoparticipação, localizada em um nível mais intermediário de aplicação do conceito, abarcaria lógicas de participação baseadas na consulta: como nos casos em que apenas se informa à comunidade o que irá ou está acontecendo com ela (3); outra forma seria a consulta em que são levantadas informações dos sujeitos sem qualquer garantia de que elas serão levadas em consideração no processo decisório (4); ainda nesta subdivisão estaria a cooptação de lideranças que funcionam como instâncias consultivas mais permanentes e que possuem um poder de influência sobre o grupo (5). Dentro de um contexto de participação autêntica estaria a ideia de parceria (6) entre a sociedade civil e Estado desde o estabelecimento de um canal de diálogo constante e

transparente; em uma escala acima estaria a delegação de poder (7), quando o Estado concede a deliberação de algumas funções e responsabilidades para a sociedade civil organizada. Esta seria a escala mais elevada que se encontra em aplicação nas sociedades hodiernas, no entanto, a autogestão (8) se encontra no horizonte, como algo a ser construído, um projeto de sociedade que possivelmente se efetivará a partir de experiências pontuais e que rumam para um aprimoramento da democracia, alcançando o grau mais elevado de participação. Em síntese, Souza (2013) defende que a autogestão implica na condução de políticas e intervenções “[...] sem a presença de uma instância superior pairando acima da sociedade – Estado- , o qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido” (SOUZA, 2003. p. 205). É possível aqui fazer um paralelo com o conteúdo do Artigo 2º, parágrafo único da Constituição Federal de 1988 que dispõe que todo o poder emana do povo.

PLANO DE MANEJO OU DE DOMINAÇÃO? A PRÁTICA DA “PARTICIPAÇÃO SOCIAL” PELOS ATORES HEGEMÔNICOS

Diante da grande quantidade e diversidade de arquivos que poderiam aqui ser analisados, optamos por fazer um recorte para perceber como tem sido pensada e aplicada a participação social nos espaços oficiais de gestão das UCs de Guaraqueçaba, envolvendo fontes como atas e registros de oficinas, reuniões, grupos de trabalho, câmaras técnicas, eventos e documentos administrativos, incluindo aqui os arquivos de registro que envolveram a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui. Esse recorte visa auxiliar na identificação de um padrão de como a participação vem sendo proposta ou permitida as comunidades tradicionais da região, priorizando as situações classificadas pelos próprios sujeitos como as que consideravam mais relevantes, assim, intentamos identificar um *modus operandi*.

Iniciamos este exercício com algumas narrativas sobre como os próprios gestores e membros de ONGs parceiras do ICMBio enxergavam a evolução do debate em torno da participação social dentro do órgão:

[técnica da ONG MATERNATURA, parceira do ICMBio]: Nós sempre tivemos uma postura diferente, **mesmo que não envolvesse as comunidades, os técnicos e funcionários da UC tinham que ser envolvidos. Eu não tenho como fazer sem a participação deles.** E

tínhamos a participação de Brasília que iria aprovar o documento” (ATA ICMBio, 2011, p. 49. Grifo nosso.)

[servidora ICMBio] Eu vivi a parte de que **se a gente falasse que estava conversando com a comunidade era um mito pra instituição**. Agora a lei nos trouxe um avanço, antes era conforme o gerente da UC, se ele fosse uma pessoa mais aberta iria se relacionar e se fosse mais fechada não iria se relacionar. **Agora tivemos que nos adaptar. Não é fácil, fazer com que as pessoas queiram fazer junto, estamos aprendendo, tanto o IBAMA/ICMBio, porque é uma coisa muito nova**. Em 2002 saiu o decreto e tivemos um tempo pra se adaptar (ATA ICMBio, 2011, p. 9. Grifo nosso).

É possível perceber nas falas acima que a forma de aplicação da participação social nunca teve um procedimento padrão ou sequer era interpretada de maneira unívoca dentro das instituições em questão. Encontra-se *implícita a ideia de que a nova prerrogativa (A)* de tentar envolver as comunidades atingidas pelas UCs era vista como um desafio à gestão, uma vez que a concepção anterior era a de que a participação essencial se restringia a dos técnicos e servidores do próprio órgão. Também fica evidente que o esforço para o cumprimento da participação social deriva da sua obrigatoriedade estipulada em diferentes dispositivos jurídicos, fazendo com que as equipes gestoras tivessem que se adaptar à nova situação que anteriormente era tratada como uma opção pessoal do gestor.

Outro importante fator a ser analisado é o tratamento dado as demandas, reclamações e opiniões das comunidades tradicionais nos espaços participativos organizados pelo ICMBio e parceiros, algo que fica evidente na sequência de falas abaixo retiradas do registro do curso de Plano de Manejo organizado pelo ICMBio em parceria com a ONG Mater Natura, em outubro de 2011:

ANTONIO [pescador artesanal]: [...] **já reivindiquei a mais de dois anos uma reunião na minha comunidade**. Talvez não aconteça, quando o ICMBio está disponível o IAP não está, quando eles estão, outros não estão. **Eu posso vir aqui agora, mas vocês que fazem isso acham muito difícil ir até a comunidade**. [...] Essas informações que eu repasso para a comunidade, mas não temos um documento que comprove o que pode ser feito e o que não pode. [...] E quando se fala em Plano de Manejo na minha visão é Plano de Manejo Sustentável. **Eu venho aqui e a realidade é outra**. [...] **Faz mais de 03 anos que estou pedindo uma reunião na minha comunidade**.

MORITA [pescador artesanal]: [...] A comunidade quer ouvir que as coisas melhorem nas perseguições. Muita leis não estão de acordo com as nossas comunidades. **Batemos na mesma tecla, mas nos falam que não é assim. [...] As coisas têm que começar a acontecer, senão ficamos sem crédito nas nossas comunidades.**

ILTON [quilombola]: Vocês vão observar que agora chegou a vez de quem é da pesca e da roça falar, eu comentei com o Antonio que **estavam chegando só técnicos do ICMBio e pedagogos**. Tirei dois mandatos de Conselheiro da APA onde fiquei dentro do sapato, onde parecia que eu era escravo. E a visão era de que eu era contra o meio ambiente. Eu acho que não tem ambientalista mais puro do que o pescador e agricultor, porque eles contribuíram para que a natureza ficasse conservada até hoje. Então uma fala como essa incomoda quem quer fazer que se cumpra a lei. [...] Os pescadores e os agricultores querem o mínimo do direito do que ele sabe fazer. Os grandes desmatam muitos hectares e dizem que reflorestam tudo [...] essas coisas a gente desanima [...].

MARCELO [ONG Mater Natura]: **Ficamos 26 minutos falando de outras coisas**. Agora vivenciamos um processo participativo. Quando a gente trabalha desse jeito os processos são diferenciados. A gente teve um tempo que as coisas não eram discutidas. Agora estamos num processo onde a tendência é de termos mais conversas e o final é que se passe a vencer essas conversas e que possamos mudar as coisas. [...] Essa discussão que tivemos aqui é um pouco da essência do PM, a questão é que se considere o que foi colocado (ATA ICMBio, 2011, p. 31-33. Grifo nosso).

Podemos perceber aqui a manifestação de membros das comunidades tradicionais da região registrando suas críticas em relação ao trabalho do órgão gestor e à efetividade das discussões circunscritas aos espaços de reuniões e oficinas. Além das críticas que sintetizam suas percepções sobre o trabalho desenvolvido, as comunidades passam até mesmo a sugerir formas de corrigir tais problemas, como a possibilidade do órgão gestor comparecer nas comunidades para reuniões ampliadas com toda a comunidade e não apenas com representantes dela. Há, de maneira geral, um descontentamento sobre a forma como seus interesses são deixados de lado, o tratamento atribuído às suas pautas e presença nas reuniões e até mesmo seu desconforto em relação ao maior número de servidores do ICMBio e agentes parceiros do que de membros da comunidade - enfim, há uma crítica dos comunitários, velada e silenciada pelos analistas, que aponta para o fato de que aquele *espaço participativo era controlado por agentes heterônomos (B)* às comunidades.

O encaminhamento dado pelo coordenador da reunião é mais um elemento de extrema importância, uma vez que, ao refletir sobre as novidades que um processo participativo traz ao espaço, encerra a discussão em que as comunidades expressavam suas opiniões alegando que “Ficamos 26 minutos falando de outras coisas”. O que se constata aqui é que os interesses e contribuições por parte das comunidades eram consideradas como “outras coisas”, que não correspondiam ao objeto da reunião. Essa postura de desvirtuamento do debate, ou até mesmo de silenciamento de conteúdos mais polêmicos e críticos à gestão das UCs também foi identificada em outros momentos, como quando um pescador aponta que o ICMBio precisava repensar e mudar o discurso e a forma como lidavam com as comunidades, cuja resposta proferida pela gestora presente era a de que “Temos que ver que algumas coisas estão melhorando, não podemos ficar nessa atmosfera” (ATA ICMBio, 2011, p. 34). A atmosfera negativa citada pela servidora, indicando que eram as comunidades que criavam esse clima ao reclamar da forma como os trabalhos eram conduzidos aparece em outros momentos ao longo de diferentes registros oficiais dos espaços participativos, onde boa parte das reclamações são simplesmente ignoradas. Essa grave postura de deslegitimação de opiniões divergentes a partir do discurso da “atmosfera ruim” que se criava é mencionada por Ferrari et al. (2012) no espaço do conselho da APA de Guaraqueçaba. Para os autores tal postura objetiva uma classificação entre temas que podem ou não ser trazidos ao debate, expondo aqueles que desejavam contribuir ao debate desde outras perspectivas e desmerecendo suas argumentações. Essa questão se repete de outra forma neste outro momento:

Renato [caiçara Vila das Peças] levantou a questão de ser proibido o plantio do roçado nas comunidades isoladas do PARNA e Selma [Chefe do PNS] respondeu que não era bem assim, que as comunidades viviam da pesca e que a agricultura não era sua principal fonte de alimento (ATA CONPARNA, 10 a 12/12/2007, p. 3).

Quando um dos comunitários questiona sobre a possibilidade do cultivo tradicional de roças, há uma contraposição por parte da gestora do PNS explicando ao próprio membro da comunidade que ele estava enganado, e que sua comunidade não necessitava daquela prática/recurso que o mesmo havia solicitado. Há, evidentemente, um *esforço em desautorizar e invalidar o discurso do sujeito sobre sua*

própria vida (C), demonstrando, que o poder e autoridade explicativos da realidade partem unilateralmente de quem exerce o poder naquela situação, controlando, novamente, as falas das comunidades que desviavam dos anseios dos condutores do espaço participativo.

O controle desses espaços e a promoção de uma pseudo-participação também se efetivavam ao atribuir às demandas, dúvidas e reclamações das comunidades como temas que não estavam no escopo da discussão, mantendo assim o domínio das pautas e encaminhamentos. Podemos perceber isso no seguinte trecho:

BIA [ONG Mater Natura]: [...] **Se ficarmos voltando todo momento nesse assunto não vamos andar.** [...] MARCELO [ONG Mater Natura]: Se ficarmos nessa discussão de quem é a culpa a gente não vai caminhar. A gente tem um espaço de discussão e a gente quer que se fale. **Se a gente ficar nessa discussão a gente não resolve nesta sala. A proposta é ficar na discussão do Plano de Manejo.** Tudo é importante e **algumas coisas são mais importantes do que outras.** Todo mundo é diferente e todos tem um ponto de vista sobre uma situação. Agora vamos tentar entender esse Plano de Manejo (ATA ICMBio, 2011, p. 35. Grifo nosso).

Ora, ao menos discursivamente fica evidente o desejo de que as comunidades participem do debate, contanto que elas se limitem as pautas previamente definidas pelos coordenadores, não existindo qualquer tipo de compartilhamento de responsabilidades, ou de abertura para que as comunidades contribuíssem na construção das pautas para o Plano de Manejo em questão. Isto novamente fica evidente quando um pescador artesanal tenta suscitar o debate dos modelos de UCs e a possibilidade de amenizar os conflitos ao propor uma recategorização ou criação de outra UC mais condizente com as lógicas locais:

1.CLAUDIO [pescador artesanal] - algumas deram certo outras não, mas no geral está funcionando. 2. MARCELO [ONG Mater Natura] – Temo que cuidar, pois o que dá certo lá não dá certo aqui. 3. GUADALUPE [ICMBio] – Pode ter outro caminho. 4. CIBELE [ICMBio] – Às vezes o caminho que parece o mais fácil não é. 5. DANI [Pesquisadora UFPR] - Ver a realidade das comunidades. 6. MARCELO [ONG Mater Natura] – Temos que cuidar para não nos apropriarmos de uma bandeira que é de outro. Não é porque alguém disse que é bom. 7. CLAUDIO [Pescador Artesanal] – Queria uma palestra sobre RESEX em Superagui. 8. BIA [ICMBio] – Temos o exemplo da Pirajubaé. 9. GUADALUPE [ICMBio] – Temos que ver direito tudo que é necessário para uma RESEX e no que isso implica. 10. CIBELE [ICMBio] – A RESEX tem um chefe, tem uma estrutura, como qualquer outra UC. 11. ENCERRAMENTO Marcelo agradeceu a todos,

encerrando o curso e convidando a todos para o almoço (ATA ICMBio, 2011, p. 57).

Sutilmente, a proposta de entender mais sobre um tipo de UC proferida pelo pescador vai sendo invalidada a partir de uma sequência de posicionamentos de técnicos do órgão gestor e membros das ONGs parceiras. Os obstáculos colocados tratam de afastar a possibilidade do debate, ignorando, inclusive, o pedido de uma palestra para que a comunidade compreendesse mais sobre um assunto relativo as UCs.

QUANDO A “PARTICIPAÇÃO SOCIAL” SERVE À DOMINAÇÃO: NOTAS SOBRE OS EFEITOS DO ECOLOGISMO INSTITUCIONAL SOBRE AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE GUARAQUEÇABA-PR

Diante dos exemplos apresentados no subitem anterior, podemos perceber uma série de discursos que nos auxiliam a compreender como a participação social é desejada e permitida dentro dos espaços organizados e coordenados pelo órgão ambiental gestor das UCs federais de Guaraqueçaba e seus parceiros (como as ONGs ambientalistas da região).

Se compreendemos, assim como Demo (2009), que a participação social é um processo sempre em construção, uma conquista, não podendo ser interpretada como uma dádiva “[...] tutelada e vigente na medida das boas graças do doador, que delimita o espaço permitido. Não pode ser entendida como concessão, porque não é fenômeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais” (DEMO, 2009, p. 18), podemos interpretar que a forma como a participação social estava sendo realizada pelo ICMBio tinha como um dos principais efeitos o fomento de um projeto de mundo próximo à ideia do ecologismo institucional.

Para Waldman (1992) o surgimento de um capitalismo verde como uma contrapartida aceitável do capitalismo predatório teve como meta a construção de pontes entre grandes grupos econômicos e ambientalistas. O capitalismo verde, segundo o autor, por vezes ignora questionamentos sobre as formas de produção, modelos de consumo, paradigmas econômicos, mas fomentam processos como o consumismo verde que supostamente carregam uma preocupação ambiental, demonstrando a falta de percepção da contradição inerente a esse contexto:

O capitalismo verde passa a ser o objetivo de todos aqueles que, embora discordando da depredação, não questionam valores e relações de poder existentes no interior desta mesma sociedade. Ao capitalismo verde associa-se também o Ecologismo Institucional. Ligado ao aparato de Estado, o ecologismo institucional é irmão siamês das práticas ecocapitalistas localizadas em nível dos movimentos ecológicos (WALDMAN, 1992, p. 30).

Agir desde o ecologismo institucional, neste caso, culmina no entendimento de que a concepção de proteção da natureza é mais aceitável quando se pensa em uma floresta desocupada do que efetivando os direitos territoriais das comunidades tradicionais. Neste sentido, vale sempre lembrar a questão posta por Waldman (1992, p. 11): “[...] quem, afinal de contas, destrói o meio ambiente?”. Para o Ecologismo Institucional posto em marcha pelo ICMBio, as comunidades tradicionais causam impacto ao meio ambiente – afinal, existem recursos financeiros que são repassados a diferentes atores (governamentais e privados, ligados a empresas e ONGs), e que dependem da des-territorialização dessas comunidades.

A participação, enfim, estava sendo manejada para operacionalizar esse projeto de mundo do ecologismo institucional, que como plano de fundo implicava na expulsão (direta ou indiretamente) das comunidades tradicionais de seu território tradicionalmente ocupado para que ali se cumprisse a prerrogativa de uma UC de proteção Integral.

No subitem anterior, demonstramos que havia três grandes estratégias sendo acionadas e manuseadas dentro dos espaços participativos analisados. Todas elas funcionavam de maneira articulada, criando uma espécie de rede de poderes.

A primeira delas (A) tratava a “participação social” de forma misteriosa, tornando-a nebulosa e imprecisa. Por ser tratada enquanto uma noção vaga, sua prática acabava sendo controlada pelos atores hegemônicos, que controlavam os espaços participativos. De toda a forma, importa lembrar que o SNUC existe desde o ano 2000, trazendo em seu escopo a prerrogativa da participação social: desde este momento, foram pelo menos treze anos decorridos até aquele momento, em que diversas oficinas e reuniões sobre o Plano de Manejo tiveram início. Logo, o argumento da participação social como uma “novidade” não corresponde à falta de leis ou entendimento do órgão gestor: a falta

de participação social durante estes anos todos, fora o resultado da aplicação do ecologismo institucional, que optou por não fazer, ou fazer precariamente, a fim de manter a dominação territorial do Estado sobre as comunidades.

A segunda análise (B) corresponde ao espaço participativo controlado por agentes heterônomos, onde constatamos que todos os momentos em que as comunidades tradicionais traziam para a pauta assuntos polêmicos e críticos para o ecologismo institucional, havia um esforço em reordenar o conteúdo do debate, voltando o domínio das pautas e falas ao coordenador, que era um analista ambiental. Nota-se aqui o controle das pautas, do desenrolar do diálogo e das decisões e encaminhamentos produzidos naquele espaço e que incidirão sobre o território tradicionalmente ocupado. Aqui podemos compreender a aplicação da participação próxima à ideia trazida por Souza (2003) como uma tutela (ou seja, um modelo de pseudo-participação), uma vez que os sujeitos não têm a possibilidade de decidir sequer sobre os assuntos discutidos, quanto mais sobre as ações a serem efetivamente desenvolvidas em seu território. Há uma forma de consulta esvaziada de qualquer tipo poder que chancela o ecologismo institucional como um processo participativo.

A terceira abordagem tem relação com a aplicação de um saber-poder (FOUCAULT, 2014) usado como uma forma de negar o conhecimento do sujeito sobre ele mesmo e seu território, que é tratado publicamente como errado, fora do contexto ou do assunto. O saber ali acionado não pode ser entendido como algo neutro, afinal se trata de uma forma de saber científico, mobilizado para deslegitimar o conteúdo apresentado pelos sujeitos (saber tradicional) e tomar como válido e hierarquicamente mais relevante o saber que resulta na efetivação do projeto de mundo do ecologismo institucional. Aqui, o saber-poder mostra toda a sua forma, explicitando a maneira como os anseios dos sujeitos são negados por uma suposta falta de capacidade intelectual: não sabem o que verdadeiramente ocorre sobre suas vidas e seus territórios, justificando serem tutelados.

Não se pode ignorar aqui, também, uma forte característica dos espaços pseudo-participativos do ICMBio que se refere a ausência de garantias de que todas as discussões realizadas nas reuniões, oficinas e cursos seriam efetivadas na realidade concreta: "MARCELO [ONG Mater

natura]: A Lupe vai agora nas comunidades, mas talvez tudo que tenham dito não entre no Plano de Manejo, mas pode ser que numa próxima revisão esteja tudo lá" (ATA ICMBio, 2011, p. 46). Especificamente sobre o Plano de Manejo, cujas comunidades lutaram para que suas opiniões fossem incorporadas e para que sua participação ocorresse de forma adequada, uma das servidoras alega que "CIBELE [ICMBio] - o bom é inimigo do ótimo. É muito mais importante ter o Plano de Manejo seja como for do que não ter" (ATA ICMBio, 2011, p. 51).

A participação social oferecida nesses espaços teve como efeito a preponderância de um poder heterônomo sobre as comunidades. É nesse sentido que se torna tão relevante a reflexão de Blondiaux (2013) sobre o novo paradigma da participação que se insere nesse momento histórico, na qual ela aparece como um imperativo sem conseguir garantir a efetivação de um poder democrático. Assim, Brandão (1982) nos provoca a atentar ao fato de que:

Um dos atributos mais usuais das estratégias autoritárias é justamente o de convocar todos à participação. Conclamar as classes populares a 'um amplo processo de participação' para, depois, exercer sobre 'povo participante' projetos tutelares de controle e manipulação [...] Uma coisa é criar estratégias de participação popular ou transformá-la em um exercício de manipulação populista, e outra coisa é fazer com que as práticas de mediação sejam, elas sim, participantes de situações e processos de produção e fortalecimento popular (BRANDÃO, 1982, p. 249).

Pode-se analisar que, nesse cenário, a participação social serviu mais como um processo de controle e manipulação do que de democratização das discussões e decisões sobre o território.

Há outras nuances em que a ambientalização pode ser notada, mas neste artigo o enfoque da participação objetivou mostrar que ela não necessariamente veio para enfrentar e resolver os conflitos socioambientais, mas para endossar uma proposta de natureza sem sociedade, de transformação de territórios tradicionais em UCs de proteção integral. Reforçando, assim, a ideia do ecologismo institucional derivado de um processo de ambientalização que:

[...] considera possível deter o processo de devastação prescindindo (ou mesmo antagonizando) os demais movimentos populares. A 'defesa do meio ambiente' ganha conteúdo absolutamente inodoro e inofensivo, perfeitamente assimilável pelos estratos dominantes. Propondo, no máximo, medidas paliativas e pontuais, é evidente sua

despreocupação com uma reformulação da relação homem/natureza [...] (WALDMAN, 1992, p. 30).

Notamos isso na forma como as comunidades são inviabilizadas de utilizarem seu território tradicionalmente ocupado para garantir a proteção da natureza nos moldes de um preservacionismo que ignora a contribuição desses grupos sociais na manutenção da biodiversidade, como no caso citado das áreas destinadas aos projetos de crédito de carbono. Outro exemplo é a própria origem dos recursos financeiros para a manutenção das áreas naturais protegidas da região: o dinheiro para a elaboração de planos de manejo, por exemplo, advém do pagamento de multas e compensações ambientais geradas pelo impacto de grandes obras e projetos de desenvolvimento. Ironicamente, a proteção ambiental no Brasil tem dependido diretamente do dinheiro da degradação ambiental.

CONSIDERAÇÕES

Há uma relevante diversidade étnica e de formas de organização social circunscritas às comunidades tradicionais que têm a pesca artesanal como um componente básico de sua identidade. Essa diversidade se repete quando tratamos sobre as formas de uso e relação com o território, assim como os conflitos que esses grupos sociais enfrentam para continuar vivendo conforme seu projeto de vida. É notório o impacto que grandes projetos de desenvolvimento, a pesca industrial, o turismo exploratório, dentre tantos outros discursos, práticas e instituições, causam nas vidas e territórios de pescadores artesanais. Constatar que o modelo de proteção da natureza é um dos grandes agentes a impactar na vida de pescadores artesanais, para muitos, é algo mais difícil de ser interiorizado e aceito, afinal de contas, em tempos de uma busca pela efetivação da sustentabilidade, quem teria argumentos para criticar ou se opor ao modelo de “proteção ao meio ambiente” em voga?

É diante desse desafio que o processo de ambientalização nos coloca: o de compreender que o discurso em torno da defesa da questão ambiental tem nuances que operam contrariamente aos sujeitos que historicamente tem se proposto a proteger a natureza à medida que protegem seus territórios e a continuidade de sua identidade étnica e coletiva. A situação pode se tornar ainda mais difícil de ser digerida ao

problematizarmos que a almejada participação social, pode estar funcionando para manipular processos de gestão e controle territorial desfavoravelmente a estes sujeitos.

Como forma de resistência a esse processo, pescadores artesanais e caiçaras articulados no MOPEAR tem denunciado o uso da participação para a legitimação de processos de gestão territorial que pouco tem conseguido envolver esses sujeitos, tampouco assegurar seus direitos. Essas comunidades tradicionais também têm criado condições para que outra forma de compreender a ambientalização seja possível: ainda que o projeto preservacionista tenha preponderado em Guaraqueçaba, o MOPEAR, a partir de sua ação social, tem reequilibrado o jogo de forças no padrão de relações sociais e de poder neste lugar. À medida que resiste, o grupo também tem buscado construir outras formas de planejamento e gestão territoriais baseados na gestão dos comuns e no questionamento de práticas consideradas por eles como injustas.

Pensar no processo de ambientalização em curso em Guaraqueçaba nos auxilia a pensar em uma conjuntura mais abrangente, abarcando não apenas as visões e decisões institucionais desde o poder público, mas também dos (as) próprios (as) pescadores (as) artesanais e caiçaras do MOPEAR. O foco deste artigo, no entanto, se referiu a forma como têm sido pensados e conduzidos os espaços e metodologias de planejamento participativos propostos pelo ICMBio e seus parceiros. Esses agentes partem de ecologismo institucional que pode ser considerado como hegemônico na região e tem reproduzido as lógicas do capitalismo verde neste território tradicional. Esse processo acaba resultando na constante des-reterritorialização dos sujeitos e suas práticas tradicionais.

A participação social enquanto uma exigência para diferentes processos de tomada de decisão relacionados à prática de ONGs, Universidades, poder público e instituições privadas, gera a necessidade de avaliarmos a forma como a mesma vem sendo aplicada. Esse exercício de análise nos permitiu compreender a diferença no seu entendimento e aplicação por diferentes agentes no contexto estudado. A pesquisa evidenciou que, em diversas ocasiões, o léxico participativo se restringiu meramente a um discurso ou, em outras situações, partiu de uma lógica insuficiente para assegurar o direito das comunidades tradicionais à participação adequada nos processos correlatos ao seu território. A limitação dessa participação arvorada em manuais e diretrizes

metodológicas das instituições atuantes no território dos pescadores e caiçaras do MOPEAR evidenciam que ao contrário de contemplar o interesse da sociedade e a democratização das decisões dos assuntos públicos, o que está em jogo são formas de legitimar e justificar ações de gestão planejadas desde o distanciamento da realidade a ser afetada.

Toda a tendência impositiva na forma como a participação social foi permitida nesses espaços remete a assimetria de poderes constatada em Guaraqueçaba na relação entre comunidades tradicionais e diversos agentes como pesquisadores, ONGs, o próprio Estado a partir do ICMBio, bem como outros atores. É possível perceber uma propensão tecnocrática e sistêmica nas ações de planejamento e gestão do território nessa região. Os efeitos da aplicação do conhecimento técnico e científico são vistos nas formas de intervenção no território e na maneira impositiva com que certas racionalidades foram aplicadas, destoando, negando e contradizendo as concepções dos sujeitos que há pelo menos 30 anos vem sendo afetados por essas decisões e práticas. O poder exercido por uma justificação epistemocrática é visível no uso de elementos como a linguagem técnica, de difícil entendimento aos pescadores artesanais e caiçaras, no formato das reuniões, claramente voltados a um público acadêmico e institucionalizado, no padrão de encaminhamento dos assuntos tratados em reuniões, dentre outros fatores já citados anteriormente. Nesse sentido, a participação social tem servido para consolidar a lógica das UCs restritivas e justificá-la em detrimento da lógica do uso do território ocupado e vivido histórica e tradicionalmente por esses sujeitos.

O uso desse discurso competente (CHAUI, 1981), ao ignorar ou deslegitimar outros discursos dotados de um potencial para uma interpretação mais diversa e precisa da realidade vai incidindo na criação de um senso comum erudito Almeida (2008a), a medida que ganha autoridade no campo intelectual e passa a ser reproduzido e assumido como a própria realidade. Esses esquemas interpretativos sobre a proteção da natureza vão gradativamente sendo assumidos como inquestionáveis, inviabilizando outras perspectivas para se pensar a proteção da natureza que não aquelas formuladas por este conhecimento científico e executadas pelo Estado.

O afastamento dos processos concretos que se desenvolvem na realidade das comunidades tradicionais de pescadores artesanais e

caixas, como no caso do MOPEAR, erguem barreiras para problematizar a relação sociedade e natureza a partir das concepções e formas de ser, estar e fazer desses grupos sociais. Fundamentalmente, se tem a exclusão desses sujeitos de seu próprio território tradicional, que passa a ser pensado e regulado por lógicas heterônomas, desperdiçando a contribuição que os grupos poderiam dar e, mais gravemente, incorrendo na violação de seus direitos ao território, à participação nos processos correlatos as suas vidas, à consulta prévia, livre e informada, bem como à autodeterminação.

A participação social, enfim, ao contrário de como vem sendo aplicada no contexto estudado, resultando em processos de dominação social, tem o potencial de servir como um caminho para o reconhecimento e a redistribuição desses sujeitos e territórios. O grande desafio por trás da forma como ela vem sendo aplicada é identificar o que se deseja, afinal, com a participação social? De onde ela parte? Como é construída? Onde queremos chegar com ela? Assim, avançamos para uma leitura menos ingênua e operacional de como esse importante instrumento vem sendo formulado e de que forma pode contribuir em cada realidade.

NOTAS

1. Tela de bordado em arpilleria da pescadora Erica Costa Gonçalves Pereira. Dimensões: 50x35cm. Esta é uma das telas de bordado criada pelas pescadoras artesanais do PEART (Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento) produzidas durante um curso de formação que conduzimos junto ao grupo. A demanda da formação vinda do MOPEAR (movimento do qual o PEART faz parte) foi motivada pelo anseio de inserir as mulheres dessas comunidades nos debates sobre a luta pelo seu território tradicional. A inspiração veio do trabalho realizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Brasil. A intenção era utilizar um fazer habitual do cotidiano daquelas mulheres como uma plataforma de expressão sobre os conflitos vividos na região. A proposta era a de politizar o bordado como uma forma de re-existência. Outras telas de bordados em arpillerias podem ser encontradas em Duarte (2018).
2. As reflexões sistematizadas neste texto derivam da pesquisa que resultou na tese de doutorado de uma das autoras (DUARTE, 2018), no entanto, tratou-se de um processo vivenciado e analisado por ambos os autores.
3. Há significativa violação de direitos das comunidades tradicionais da região de Guaraqueçaba, direitos estes assegurados pelo tratado internacional de direitos

humanos objetivado na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Decreto 5051 de 2004 (BRASIL, 2004). Essas violações estão diretamente relacionadas com a forma como a questão ambiental é interpretada, acionada e praticada na região, uma vez que fatores como a coerção policial, por vezes violenta, atua no sentido de compreender o uso tradicional do território como uma prática criminosa, já que o objetivo daquelas áreas, segundo o ordenamento territorial do Estado, é a de uma UC restritiva, na qual não se pode fazer o uso dos recursos, tampouco permitir a ocupação humana. Além dessas áreas instauradas e mantidas pelo Poder Público, também existe uma repressão a partir de UCs particulares, como no caso das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Glass (2012) denunciou a compra de 19 mil hectares de terra utilizados por comunidades tradicionais e outros grupos sociais da região, no ano de 2000. A compra teria sido viabilizada por intermédio da ONG norteamericana The Nature Conservancy e a administração das áreas ficou sob a responsabilidade da ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), uma das mais atuantes em Guaraqueçaba e conhecida por seu viés preservacionista. Os 18 milhões de dólares destinados a aquisição das áreas vieram de três empresas listadas naquele período como algumas das maiores poluidoras mundiais, sendo uma delas, a Chevron, responsável por um dos mais impactantes vazamentos de óleo da história do Brasil, no ano de 2011. Como consequência da criação dessas reservas para o crédito de carbono das empresas com o objetivo de compensar seus impactos ambientais ao redor do planeta, as comunidades tradicionais e outros grupos residentes da região tiveram o uso de seus territórios e recursos florestais proibidos para a permanência do carbono produzido pela floresta no mercado ambiental.

4. Segundo Foucault (2010), neste contexto, as normas sociais, difundidas por diversas instituições, passam a utilizar a disciplina como estratégia de dominação - a "sociedade disciplinar", assim, funciona segundo o controle do corpo e da mente dos indivíduos, utilizando práticas normalizantes para produzir sujeitos dóceis e acríctas ao modo de produção.

5. A falta de necessidade de envolver as comunidades tradicionais nos espaços de diálogo e decisão remetem a própria criação do Parque Nacional do Superagui, em 1989, uma vez que não houve um processo de consulta pública (que naquele período histórico não era exigido por lei). A consulta à população para a criação de UCs só surgiu em 2000 com a criação do SNUC. A criação das 3 UCs federais da região (PNS, da ESEC de Guaraqueçaba e da APA de Guaraqueçaba) foram efetivadas a partir da iniciativa de servidores da Sema (do Paraná e São Paulo), bem como de outras instituições e ONGs de enfoque ambiental (VON BEHR, 1998). Naquele momento não havia qualquer estudo e critério técnico subsidiando a criação dessas UCs, ou apontando a realidade social das

comunidades que seriam atingidas (SCHWARTZMAN e SIBUYA, 2013). Segundo uma antiga gestora do PNS, a beleza cênica foi o principal critério utilizado para justificar a criação da UC (DUARTE, 2013). Todos esses elementos demonstram que até mesmo a criação desses espaços tem ocorrido a partir de decisões realizadas de cima para baixo (SOUZA, 2006; BLONDIAUX, 2013), sem contar com uma mobilização e compreensão da população sobre as implicações desse processo. Não significa afirmar que esse modelo de intervenção idealizada e realizada de cima para baixo sempre implicará em equívocos, ou que o caráter impositivo inerente a essas experiências nunca poderá ser corrigido ou amenizado: pelo contrário, é possível diminuir o viés impositivo no momento em que reconhecemos sua existência e criamos mecanismos, espaços e estratégias para enfrentá-lo.

6. A simples inserção do léxico participativo no momento da mudança institucional em que fora criado ICMBio e atribuídas outras funções ao IBAMA não resultou em transformações significativas na postura dos gestores. Atualmente, 30 anos após a criação do PNS, ainda não há um Plano de Manejo que regule as atividades na região, mesmo com a obrigatoriedade de sua elaboração no período máximo de 5 anos após a criação da UC. A ausência do instrumento, no entanto, não configura como uma irregularidade tão impactante quanto o descumprimento do parágrafo único do artigo 28 do SNUC que assegura às comunidades tradicionais as “[...] condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais”. Ao não efetivar esse direito o contexto local foi se conformando em privações e violência contra as práticas tradicionais locais, implicando na violação de direitos e no comprometimento da relação de confiança entre comunidades e gestores das UCs.

7. Em outras produções analisamos mais detalhadamente as estratégias discursivas e as práticas de diferentes atores sociais em torno do debate e aplicação da participação social, detalhando melhor os espaços, documentos e encaminhamentos das situações. Essas análises encontram-se melhor sistematizadas e aprofundadas em Duarte (2018) e Souza (2018).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n.68, p. 103-119. 2010.

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. Distinguir e Mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. In: ALMEIDA, A. W. B.; DOURADO, S. B. (Orgs.). **Consulta e participação**: a crítica a metáfora da teia de aranha. Coleção Documento de Bolso, n.5. PNCSA. Manaus: PPSCA/ UFAM/ UEA Edições, 2013. p. 97-104.

ANNUNZIATA, R. Nota Preliminar. In. BLONDIAUX, L. **El nuevo espíritu de la democracia**: actualidad de la democracia participativa. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2013. p. 11-32.

BARBIERI, J. C. Um resumo das principais questões sobre a política e os procedimentos para a avaliação de impacto ambiental de acordo com a legislação brasileira. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p.78-85. 1995.

BLONDIAUX, L. **El nuevo espíritu de la democracia**: actualidad de la democracia participativa. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2013.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. **Decreto nº. 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Seção 1, p.1.

BRASIL. **Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p.1.

BRASIL. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Ata da 3ª reunião ordinária do Conselho Consultivo da APA de Guaraqueçaba (CONAPA) conjunta com a 3ª reunião ordinária do Conselho do Parna de Superagui (CONPARNA)**. Guaraqueçaba, 10 a 12 dez. 2007. p.1-4

BRASIL. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Ata Curso de Plano de Manejo (CONPARNA)**. Guaraqueçaba, 17 a 19 out. 2011. p.1-57.

CHAUÍ, M. S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1981.

CRUZ, V. C. A “ambientalização” e “etnização” das lutas sociais pela terra na Amazônia: novas agendas, novos agenciamentos político-territoriais. In: **V Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2011, Belém. Anais... Belém: UFGA, 2011.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

DUARTE, L. A. **Argonautas do Superagui**: identidade, território e conflito em um parque nacional brasileiro. 211 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DUARTE, L. A. "**Resistir e retomar, nossa terra e nosso mar**": Os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba. 446 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

ESCOBAR, A.; PARDO, M.. Movimentos Sociais e Biodiversidade no Pacífico Colombiano. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 341-374.

FERRARI, A. J. et al. Memória, silêncio e demanda social: análise das falas circulantes no Conselho da APA de Guaraqueçaba. In: **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Atlas Brasil**, 2012, Teresina. Anais... Teresina: UFPI, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GLASS, V.. **O Lado B da Economia Verde**: roteiro para uma cobertura jornalística crítica da Rio+20. Rio de Janeiro: Repórter Brasil, 2012.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914- 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE LOPES, J. S. Sobre Processos de "Ambientalização" dos Conflitos e sobre Dilemas da Participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 12, n. 25, p. 31-64. 2006.

SCHWARTZMAN, L. F.; SIBUYA, N. J.. **A Dicotomia entre a conservação e a visibilidade das comunidades tradicionais**: um estudo de caso na APA de Guaraqueçaba. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental). Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2013.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão de cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, R. M. (Org.). **Pescadores/as Artesanais e o Mito da Participação Social**: a luta do MOPEAR para efetivar o direito à consulta prevista na OIT 169. Joinville: Clube dos Autores, 2018.

VALLEJO, L. R. Os parques e reservas como instrumentos do ordenamento territorial. In. ALMEIDA, F. G.; SOARES, L. A. A. (Orgs.). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p.157- 191.

VON BEHR, M. **Guarakessaba, Paraná, Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

WALDMAN, M. **Ecologia das lutas sociais no Brasil**. Editora Contexto: São Paulo, 1992.

ESCALADA DO CONFLITO DA PROIBIÇÃO DA PESCA DO BAGRE NO DELTA DO JACUÍ E NORTE DA LAGUNA DOS PATOS, NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Diogo Camargo Pires

Pesquisador do DESMA e do ASSSAN Círculo da UFRGS

Gabriela Coelho-de-Souza

Coordenadora do PGDR e Pesquisadora do ASSSAN Círculo da UFRGS

INTRODUÇÃO

O presente capítulo trata do conflito da proibição da pesca do bagre envolvendo a pesca artesanal no Delta do Jacuí e Norte da Laguna dos Patos. Ele aborda questões relacionadas ao eixo do livro "resistência das comunidades frente aos processos de modernização do território", na medida em que busca analisar historicamente a relação dos pescadores artesanais na região metropolitana do Rio Grande do Sul, caracterizando a relação da pesca artesanal, originada a partir da presença açoriana na região, desde 1752, com o processo de ocupação, urbanização e modernização de Porto Alegre. Contudo, o capítulo destaca discussões do eixo "presença e ausência do Estado na pesca artesanal brasileira", pois apresenta o conflito entre os pescadores artesanais e o Estado, cujos gatilhos foram a proibição da pesca do dourado e surubim, em 2002, junto com a lista das espécies ameaçadas de extinção; a criação do Parque Estadual do Delta do Jacuí, em 2005; a revisão da lista das espécies ameaçadas de extinção de 2014, e a proibição da pesca do bagre, em 2015.

De acordo com a Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna de 2014, as espécies de bagre-branco [*Genidens barbatus* (Lacepède, 1803)] e bagre-boca-larga [*Genidens planifrons* (Higuchi, Reis e Araújo, 1982)] são classificadas como em perigo¹ e criticamente ameaçadas², respectivamente. Segundo os critérios utilizados pelo método proposto pela União Internacional de Conservação da Natureza (UICN), ambas espécies tem redução da população em $\geq 50\%$ e $\geq 80\%$, respectivamente, e as causas da redução podem não ter cessado ou não ser reversíveis (SOUZA et al., 2018). De acordo com Souza et al. (2018), o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-Espécies (Portaria MMA nº 43, de 2014), possui a estratégia de, a partir da elaboração de um diagnóstico do estado de conservação das espécies da fauna brasileira, construir planos de redução de impacto das atividades antrópicas, planos de ação e de recuperação para estas espécies, num processo cíclico e contínuo. O Pró-espécies é resultado de um processo de aprimoramento que culmina na sexta lista de espécies em risco de extinção da fauna, onde foram avaliadas todas as 8.818 espécies de vertebrados que ocorrem no Brasil, descritas até meados de 2014, resultando na avaliação de 4.506 peixes. De acordo com Souza et al. (2018), o processo de avaliação desenvolvido pelo ICMBio é, "provavelmente, o maior esforço já empreendido no mundo para avaliação de risco de extinção de espécies da fauna de um país" (p. 71).

O fato do bagre ser o principal pescado do norte da Laguna dos Patos e do Delta do Jacuí gerou graves impactos na pesca artesanal desta região, conforme descrito em Gonzaga (2017) e Pires (2019), bem como foi o gatilho para a escalada do conflito com a gestão da biodiversidade, que tornou-se aberto. As fases do conflito, consideradas neste capítulo, estão de acordo com Barbanti Jr. (2010), que as identifica como: a) conflitos latentes e dissimulados; b) gatilho; c) escalada e polarização; d) ponto de saturação; e) negociação/desescalada; f) acordo/imposição; g) dinâmica pós-conflito.

Neste contexto, este capítulo tem como objetivo analisar o conflito da proibição da pesca do bagre no contexto da pesca artesanal do Delta do Jacuí e norte da Laguna dos Patos, destacando a relação histórica da região metropolitana com a pesca artesanal e os embates da categoria com a gestão da biodiversidade na região. A metodologia constou de entrevistas semi-estruturadas com pesquisadores participantes da

elaboração da Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção, pescadores e gestores ambientais, bem como acompanhamento das reuniões do Fórum do Delta do Jacuí, no período de 2017 a 2019 (PIRES, 2019). Ela integra o projeto "Resiliência dos sistemas socioecológicos em territórios rurais do sul do Brasil", sendo aprovado junto à Plataforma Brasil (CAAE 58383016.3.0000.5347).

O capítulo está organizado em quatro seções além desta. A primeira se refere ao contexto histórico da pesca artesanal na região do Delta do Jacuí e Norte da Laguna dos Patos. A segunda seção, caracteriza os pescadores artesanais na região. A terceira, apresenta o conflito escalado a partir da proibição da pesca do bagre na região, discutindo os embates arrolados nas arenas do conflito, que se relacionam à tomada dos dados pesqueiros e a hipótese do aumento populacional do bagre no Delta do Jacuí e norte da Laguna dos Patos. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

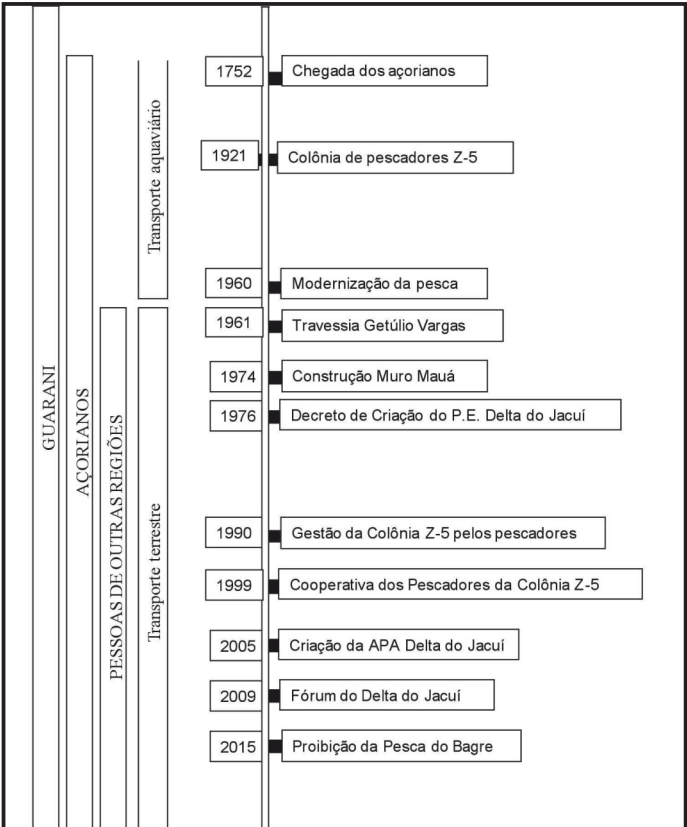
CONTEXTO HISTÓRICO DA PESCA ARTESANAL NA REGIÃO DO DELTA DO JACUÍ E NORTE DA LAGUNA DOS PATOS

O histórico da pesca artesanal na região do Delta do Jacuí, inicia com a chegada dos açorianos em 1752 (Figura 1). Até então, a região do Delta do Rio Jacuí era território de índios Guaranis que, utilizavam suas águas para pesca e o interior das ilhas para caçar e colher plantas usadas na alimentação e remédios. Neste período ocorreu a chegada dos imigrantes açorianos que, já em meados do século XIX, iniciaram a ocupação da Ilha da Pintada. No início, essa população desenvolveu as atividades econômicas para abastecer o centro urbano, como a pesca, a produção de leite, frutas cítricas e hortaliças e a produção de pastagem para alimentar os cavalos da cidade. Algumas áreas de banhado foram utilizadas para o cultivo do arroz. Tão importante era a pesca artesanal para a região, como principal atividade econômica das ilhas, que a Colônia de Pescadores Z-5, com sede na ilha da Pintada, foi criada no ano de 1921, para exercer a fiscalização e a proteção das atividades pesqueiras nas áreas que abrangem a Grande Porto Alegre, regando a captura, os pontos de pesca e as formas de comercialização (SILVA, 2007).

Na década de 1940 houve o primeiro registro de modificação das artes de pesca, ocorrendo a substituição do material de confecção das

redes, antes feitas de barbante, pelos “fios de linha” banhados na tinta de timbaúva (*Enterolobium contortisiliquum*), aumentando sua durabilidade para 6 meses de uso na pesca (PIEVE et al., 2009). Essa mudança permitiu o aumento da vida útil dos apetrechos usados na pesca. Nas décadas seguintes foram sendo incorporados outros materiais na confecção dos barcos, antes feitos exclusivamente de madeira, como também foram aparecendo as primeiras embarcações motorizadas no uso da pesca. A modernização das embarcações, aliadas ao aparecimento do nylon na década de 1960, representa um salto tecnológico na produção pesqueira, como argumenta Diegues (2001).

Figura 1: Histórico da relação do pescadores artesanais com a região do Delta do Jacuí e norte da Laguna dos Patos



Fonte: elaborado por Coelho-de-Souza, G., com base em Silva (2007)

Pela proximidade com a região metropolitana de Porto Alegre, os pescadores do Delta e do Lago Guaíba sempre dispunham de certa facilidade para o escoamento de sua produção, em função da demanda constante dos centros urbanos, concentrados na capital e entorno. A demanda por abastecimento de produtos e serviços permitiu que os pescadores artesanais tivessem uma segunda ocupação, permitindo rendimentos extras em épocas de pouca pesca e mais recentemente nos períodos de defeso. A prática da dupla ocupação, se tornou comum entre os pescadores até os dias atuais, sendo comum a de vendedor de peixe, carpinteiro, entre outras. Isso ocorre principalmente durante os meses reservados à piracema, de 1 de novembro a 31 de janeiro, quando a renda diminui para um salário mínimo, pago pelo seguro-defeso (SILVA, 2007).

Essa prática tem origem nos tempos em que o entorno de Porto Alegre possuía poucas estradas e vias, quando os pescadores trabalhavam no transporte de pessoas e mercadorias em barcos (caícos) nos canais do Delta, pois era o transporte mais comum para chegar ao centro de Porto Alegre. Após a década de 1960, com a construção da Travessia Getúlio Vargas, em 1961, suas pontes funcionaram como um estímulo à utilização de transportes terrestres, como carros e carroças. Assim a atividade de transporte aquaviário entrou em queda (SILVA, 2007).

Com a abertura desta nova via de acesso terrestre, assim como a melhora e o aumento da malha viária em Porto Alegre, houve um crescimento populacional bastante relevante nas localidades ocupadas tradicionalmente por pescadores. Esse fluxo populacional era composto por pessoas oriundas de outras regiões do Rio Grande do Sul e que não possuíam ligação com a profissão de pescador. Com este processo os pescadores do sul de Porto Alegre e Viamão foram sendo deslocados, se concentrando em comunidades pesqueiras.

Conforme Silva (2007), em 1974, a construção do Muro da Mauá teve grandes repercussões para a relação da pesca artesanal com a cidade. O muro foi construído com o objetivo de proteger o centro de Porto Alegre das dinâmicas de cheias que ocorrem no Delta do Jacuí e no lago Guaíba, mas para o autor o muro também "selou o distanciamento e o isolamento" dos pescadores do Delta que, até então, vendiam os peixes diretamente nas praias próximas ao Mercado Público de Porto Alegre.

De acordo com Silva (2007), após o Decreto de criação do Parque Estadual do Delta do Jacuí (PE Delta do Jacuí), de 1976 "os pescadores sentiram-se completamente excluídos de direitos civis, pois se tornaram criminosos, impedidos de pescar na área do Parque, lugar com função histórica de trabalho para esses ilhéus" (p. 79). A criação do PE Delta do Jacuí marcou a primeira ocorrência deste fato relatado, desde então, pelos pescadores da área: a criminalização da pesca artesanal (GONZAGA, 2017).

Entre as décadas de 1980 e 1990, as transformações culturais e econômicas dos pescadores, forçaram a necessidade de substituir os barcos de madeira por embarcações feitas de chapas de ferro, em função da falta de profissionais capacitados para a carpintaria naval, condição adotada principalmente pelos mais novos (GOMES, 1995). Na década de 1990 a Colônia de Pescadores Z5 passou a ser gerenciada exclusivamente pela comunidade, em especial a da Ilha da Pintada, onde se concentra o maior número de pescadores da região. Em 1999, a Cooperativa dos Pescadores da Colônia Z5 (COOPEIXE) foi criada para beneficiar e distribuir o pescado na região, pelos pescadores (SILVA, 2007).

De acordo com Coelho-de-Souza et al. (2009), em 2001 foi pleiteada pelos pescadores da Colônia Z5 junto ao IBAMA, a criação de uma reserva extrativista (RESEX) nas áreas de confluência do Lago Guaíba e Laguna dos Patos. Na proposta o Delta do Jacuí, o Saco e o Canal do Quilombo, passariam a ser conservados através da implementação da zona intangível do PE Delta do Jacuí. Com a implementação de uma Resex, estes locais de áreas úmidas seriam reservados para os processos da dinâmica local do Delta do Jacuí, incluindo a reprodução dos peixes migratórios e constituindo o corredor aquático, interligando a fauna flúvio-lacustre e de espécies migratórias marinhas. Esta proposta reforçaria a restrição e fiscalização da pesca predatória, caça e esportes aquáticos.

Nos anos de 2006 e 2007, foi realizado o projeto "Fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor do pescado nas Colônias Z4 e Z5", realizado pela Ong CAMP (Centro de Educação Popular), com as parcerias das Colônia Z4 e Z5 e o Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA/UFRGS). O projeto incentivou o repovoamento do Delta do Jacuí com alevinos de grumatã, de forma participativa com os pescadores. De acordo com De

Paula (2013), esse projeto incentivou, em 2009, a criação do Fórum dos Pescadores do Delta do Jacuí, Lago Guaíba e norte da Laguna dos Patos (FPDJ), a partir da mobilização dos pescadores das colônias Z4 e Z5 e outras associações de pescadores da região. Criado em um primeiro momento por necessidade de contrapor a atividade pesqueira predatória praticada na região e fazer frente às restrições ambientais advindas da sobreposição dos territórios pesqueiros pelo PE Delta do Jacuí (DE PAULA, 2013), o Fórum foi adquirindo reconhecimento como um importante instrumento de organização e representação social dos pescadores da região dos 18 municípios que o compõem.

Entre uma de suas recentes atuações, está o enfrentamento à proibição da pesca do bagre, conforme descrito nas seções seguir.

PESCA ARTESANAL DO DELTA DO JACUÍ E NORTE DA LAGUNA DOS PATOS

A pesca na região do Delta e no Lago Guaíba é praticada por pescadores localizados nas duas margens deste último. A abundância de peixes na região, que concentra o encontro de diversos corpos d'água, é historicamente conhecida. A maioria dos pescadores possui barcos simples, sem convés, por vezes contando com uma pequena cabine ou barraca de proa, utilizada na proteção em dias de chuva. A maioria desenvolve suas pescarias mais ao sul do lago, evitando a poluição oriunda do Rio dos Sinos e da área urbana de Porto Alegre. Há diversos locais de acampamento em ambas as margens, tendo maior concentração na região do Mato Alto, no município da Barra do Ribeiro, e após a Vila de Itapuã, já próximos ao Parque Estadual de Itapuã (PIRES, 2019).

As pescarias costumam ocorrer durante 3 a 5 dias, porém com a possibilidade de permanência se estender a depender da quantidade de peixes e das condições do tempo, chegando a 20 dias no período de inverno. A duração da pescaria é diretamente proporcional à duração das barras de gelo usadas para refrigerar o pescado. Nas épocas quentes as pescarias tendem a durar menos tempo por causa do acelerado derretimento do gelo, enquanto que nas épocas frias esse problema é amenizado. Os pescadores do dessa região utilizam em sua maioria redes de emalhe de tamanhos variando entre 600 a 1200 metros, com malhas entre 10 mm e 16 mm. Por ser um corpo d'água de grandes dimensões, a

legislação ambiental permite redes mais extensas, sendo também comum na região o uso de espinhéis, contendo entre 800 e 1000 anzóis. As espécies pescadas mais comuns são o bagre, a piava e o grumatã.

A região norte da Lagoa dos Patos é também frequentada pelos pescadores que residem na região de Porto Alegre, Guaíba e Barra do Ribeiro, porém são pescarias esporádicas, sendo os pescadores oriundos das comunidades da Varzinha e dos municípios Palmares do Sul e Tapes os maiores frequentadores de tal área de pesca. Neste local, por ser um corpo d'água imenso, é mais comum que os pescadores façam capturas a cada 3 dias, deixando as redes armadas no período e dedicando de dois a três dias da semana para a conferência das redes e mudanças de local das mesmas.

A região é bastante exposta a intempéries climáticas, sendo essa característica que talvez explique esse método diferenciado de pesca. Por ser um corpo d'água maior que os demais, permite grandes extensões de redes, variando entre 1000 e 1750 m. Nesta região também é mais comum o uso de barcos dotados de cabine e convés, necessários para se enfrentar as adversidades climáticas a que estão propensos pescando nessa localidade. As espécies mais comuns são o bagre, a piava e o linguado, havendo ali maior influência da região estuarina da Lagoa dos Patos.

Porém, os pescadores menos equipados necessitam fazer a chamada pesca diária, praticada nas redondezas do Delta e do lago Guaíba. A falta de barco de maior calado, de instrumentos de pesca, somado ao consumo de combustível, impede seus deslocamentos para áreas de pesca melhores. Dessa forma, além de possuírem menos equipamentos, esses pescadores têm acesso à pesca em águas mais degradadas e com escassez de peixes com qualidade para consumo.

Sobre as artes e técnicas de pescarias, a região detém uma variedade que talvez seja a mais diversa do estado. Pela região do Fórum abarcar rios, uma formação em Delta, além do Lago Guaíba e o norte da região da Laguna dos Patos, são muitos os métodos empregados pelos pescadores artesanais na captura dos peixes. Começando com a pesca no Rio Jacuí, estes pescadores utilizam redes pequenas, se comparadas às outras localidades, e costumam ficar de 3 a 5 dias acampados na margem do rio realizando as capturas. As redes variam entre 400 e 700 metros de comprimento e utilizam malhas entre 10 e 14 mm. As principais espécies pescadas são o bagre, a piava e o pintado. Na região também é

costumeiro o uso do espinhel, se constituindo um importante instrumento de captura. Esses espinhéis contam entre 500 e 700 anzóis e capturam bagres em sua imensa maioria.

Os meses de fevereiro, março e abril correspondem ao período de maior rentabilidade por parte dos pescadores, em função, basicamente, do aumento da quantidade de peixes após a época da piracema, da entrada da tainha e do bagre e por ser o período de águas mais calmas, no qual o pescador pode atuar praticamente todos os dias. Por outro lado, durante o inverno é que se dá o período do ano com menor rentabilidade para os pescadores da região. Renda essa, apenas superior ao período da piracema. Isso se dá em função das águas correntes, que dificultam a prática da pesca com rede (PIRES, 2019).

O bagre é a principal espécie capturada, sendo as outras capturas apenas complementares à renda do pescador. Na região é comum alguns pescadores se intitularem de “pescadores de bagre”, expressando a forte ligação da atividade com a espécie. Estes pescadores, com a proibição do bagre, se viram em uma situação extremamente fragilizada.

ARGUMENTOS ARROLADOS NO CONFLITO ESCALADO A PARTIR DA PROIBIÇÃO DA PESCA DO BAGRE: DADOS PESQUEIROS E A HIPÓTESE DO AUMENTO POPULACIONAL DO BAGRE

A proibição da pesca do bagre no Rio Grande do Sul escalou o conflito que estava latente entre pescadores e a gestão da conservação da biodiversidade, a partir da reavaliação da Lista Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção, promulgada em 2015. A avaliação anterior, datada de 2002, não constava a possibilidade de extinção das espécies de bagre em questão, o bagre-branco (*Genidens barbus*) e o bagre-boca-larga (*Genidens planifrons*). Entretanto, o dourado (*Salminus brasiliensis*) e o surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*) foram classificados como em perigo de extinção. Esse gatilho foi motivo de discussão pelos movimentos dos pescadores, escalando o conflito entre a pesca artesanal e a conservação de espécies ameaçadas (GONZAGA, 2017).

De acordo com Gonzaga (2017), houve um movimento de liberação da pesca do dourado no governo Yeda Crusius (2007-2011), por meio de um decreto, mas o Ministério Público Estadual impediu o prosseguimento. A partir desse primeiro movimento, em 2012, foi criado um grupo de

trabalho sob a coordenação da Fundação ZooBotânica (FZB), para a realização de estudos sobre o estado de conservação de 1.584 espécies. Esse estudo dá origem à Lista Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção (Decreto Estadual nº 51.797, de 2014), incluindo as espécies de bagre *Genidens barbus* e *Genidens planifrons*, com a participação de 38 especialistas em peixes de 14 diferentes instituições de pesquisa. Em 2015, o governador José Ivo Sartori publicou o Decreto Estadual 52.310/2015, retirando essas espécies da lista de espécies ameaçadas, porém, logo a seguir o Ministério Público Federal, em parceria com o Estadual, conseguiu sua suspensão pela 9ª Vara Federal de Porto Alegre (GONZAGA, 2017).

A partir de 2015, a fiscalização da pesca do bagre passou a ser realizada na região pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e o Batalhão Ambiental da Brigada Militar (PATRAM), envolvendo, segundo Gonzaga (2017), casos de abuso e desentendimentos entre os órgãos fiscalizatórios e os pescadores, acarretando na diminuição da prática pesqueira e fragilização das comunidades de pescadores.

Pode-se afirmar que, a partir de então, o conflito que se encontrava em estado latente, conforme Barbanti Jr. (2010), passou para nova fase a partir do momento em que os pescadores artesanais se viram impedidos de acessar o bagre. Esse evento impulsionou o ciclo do conflito, passando para a fase do gatilho, e o conflito passou a ser aberto (BARTANTI JR., 2010), havendo embates entre as forças do estado e aqueles que dependem da pesca. Esta escalada do ciclo do conflito segue até o ano de 2019, onde cada parte tende a defender sua posição radicalmente, havendo uma polarização e o estancamento do diálogo.

De acordo com Gonzaga (2017):

o primeiro fato decorrente da proibição, foi a forte contestação vinda dos pescadores artesanais, sobretudo os da região do Delta do Jacuí e adjacência, sobre a possibilidade do bagre estar em extinção. [...] As primeiras contestações versam sobre a avaliação ter sido realizada com base em discussões internas da comissão designada para a elaboração do estudo, sem que fosse feito trabalho de campo ou coleta de dados *in loco*. Além disso, os encarregados do estudo teriam subsidiado a decisão por meio de “dados de desembarque pesqueiro”, isto é, dados de pesagem de desembarques pesqueiros e em registros formais de compra e venda de pescado, que não totalizam os peixes pescados no Estado. [...] Por consequência, os pescadores reafirmam a crítica que, além de não ir a campo, em nenhum momento o estudo consultou ou promoveu diálogo com as

comunidades dependentes da pesca, envolvidas com a pescaria do bagre há gerações, acumulando conhecimento local em torno da questão. (GONZAGA, 2017, p. 35)

Como afirmam Garcez, Sanchez-Botero (2005), são identificados no Estado 7 macro-áreas de pesca artesanal, porém todo o material disponível sobre estatísticas é fruto do acompanhamento de desembarques sobretudo na cidade de Rio Grande e áreas próximas. Os relatórios técnicos apontam a fragilidade quanto à estatística pesqueira, que além de não contar com dados atualizados (PAIVA, 1997), deixa de fora regiões tradicionais de pesca, como a bacia do Rio Uruguai, o Delta do Rio Jacuí, o Lago Guaíba, a região norte da Lagoa dos Patos, a Bacia do Rio Tramandaí e todo o Litoral Norte e Médio. Portanto, com os dados disponíveis, é possível fazer uma avaliação parcial do estado de conservação dos estoques pesqueiros no estado, não refletindo necessariamente em que as expressivas quedas nas capturas desembarcadas em Rio Grande se reproduzam em todas as outras regiões do estado.

Para analisar o estado de conservação do bagre, foram utilizados os dados presentes no relatório técnico “Diagnóstico da pesca do bagre-branco (*Genidens barbatus* e *Genidens planifrons*) no litoral sudeste-sul do Brasil: subsídios para o ordenamento”, elaborado por Mendonza et al. (2017). Os períodos de maior desembarque registrados, entre o período de 1965 a 1975, coincide com o período mais intenso de incentivos à pesca por parte do governo, onde o parque e as frotas industriais de pesca em Rio Grande tiveram grandes incrementos embalados pelos subsídios estatais. Nesse espaço de tempo, os desembarques atingiram mais de 12 mil toneladas. A partir de 1976 houve uma diminuição gradual, ano a ano, chegando ao mínimo de 126 toneladas em 2007, evidenciando o custo ambiental do período de sobrepesca.

De acordo com Mendonça et al. (2017), segundo os dados oficiais, houve uma expressiva queda na quantidade de bagres desembarcados no Rio Grande do Sul, desde a década de 1990. Em relação à proporção de desembarques de bagre e o volume total desembarcado no estado, no período de 1965 a 1975, os valores oscilaram entre 4 a 15% da produção de pescado. No restante dos anos analisados, a contribuição ficou entre 0,4 a 3,9% do volume total, com exceção do ano de 1980, quando 8,3% do total desembarcado referiu-se ao bagre. Porém, a região estudada no presente trabalho (Delta do Rio Jacuí e Norte da Lagoa dos Patos) se

distancia aproximadamente 260 km do local da coleta dos dados oficiais, e assim, outras dinâmicas incidem sobre o local, além da configuração da própria pesca artesanal na região ser diferente daquela encontrada no extremo sul da Lagoa dos Patos.

A pescaria do bagre no estado é praticada, sobretudo, pelo setor artesanal, cabendo a este aproximadamente 67,8% do volume desembarcado nos últimos anos. A principal arte de pesca empregada é a rede de emalhe¹, sendo grande a variância do comprimento e da malha utilizada. As embarcações são, em sua maioria, pequenos barcos e botes com tamanho entre 4,5 e 12 metros de comprimento. Estas embarcações empregam motores de baixa potência e são poucos os pescadores que possuem equipamentos como sondas, sonares e rádio em seus barcos (CALDASSO, 2008). Além das redes de emalhe da pesca artesanal, outras artes de pesca registram bagres em suas capturas, tais como as redes de emalhe costeiro, arrasto de parelhas, arrasto duplo, cerco (traineira) e o emalhe oceânico. Em relação à frota industrial, os desembarques de bagre, apesar de menos abundantes, são realizados por redes de emalhe e arrasto de parelha que, juntas, somam pouco mais de 16% do volume desembarcado (VASCONCELOS, 2005).

Como argumenta Mendonça et al. (2017) a morfologia externa bastante uniforme dos peixes pertencente à família *Ariidae* costuma provocar erros de identificação nos desembarques. A identificação da espécie se dá pela forma e disposição das placas de dentes relacionadas ao vômer e das placas acessórias (FIGUEIREDO e MENEZES, 1978; MARCENIUK, 2005), o que dificulta sua distinção, fazendo com que, geralmente, todas as espécies sejam agrupadas pelo nome comum bagre. Isso, aliado às deficiências da maioria dos sistemas de monitoramento de desembarques pesqueiros ao longo da costa do Brasil, não colabora para uma análise mais detalhada e precisa do estado de conservação dessas espécies. Mesmo sendo quatro as espécies de bagre presentes no Rio Grande do Sul (*Genidens barbus*, *Genidens planifrons*, *Genidens genidens* e *Genidens machadoi*), há certo predomínio de *Genidens barbus*, principalmente na pesca artesanal que ocorre, em sua maioria, dentro da Laguna dos Patos, no Lago Guaíba e Litoral Norte do estado (MENDONÇA et al., 2017).

Mendonça et al. (2017), cita a dificuldade em se encontrar trabalhos sobre comprimento das espécies de bagre capturadas nas pescarias.

Citando Velasco et al. (2007), o autor aborda os parâmetros de crescimento de *Genidens barbatus* no Rio Grande do Sul: observando que o comprimento máximo da espécie chega a mais de 104 centímetros com idade superior a 36 anos. Velasco e Reis (2004) afirmam que os adultos para *Genidens barbatus* estão com idade acima de sete anos. Aplicando esta idade à equação de crescimento da espécie, se tem que o comprimento de adulto é acima de 40 centímetros, passível então de esse comprimento ser o padrão em um possível ordenamento pesqueiro.

Mendonça et al. (2017) levantam a questão da estabilidade dos estoques paulistas e a expressiva queda das capturas nos demais estados da região sudeste, sugerindo que a espécie pode estar em declínio nestas outras localidades. Porém é necessário lembrar que os dados condizentes ao Rio Grande do Sul não representam a pesca na totalidade do estado, porém foram os mesmos dados, que corroboraram a proibição da captura do bagre.

Os pescadores afirmam que o bagre é a espécie mais abundante na região do norte da Laguna dos Patos, e, conforme Pires (2019), no ano de 2019 há mais bagres do que nos anos anteriores. Essas afirmações encontradas também por Gonzaga (2017) levantam a questão: mas, os bagres estão em extinção no Delta do Jacuí e norte da Laguna dos Patos? Para aprofundar esta questão, considerou-se o conhecimento dos pescadores artesanais, bem como informações sobre o ciclo biológico da espécie.

A região do Delta do Jacuí e Norte da Laguna dos Patos é notadamente uma importante região de reprodução de espécies da ictiofauna. Segundo Mirapalhete et al. (2014), nos períodos iniciais de seu desenvolvimento, grande parte dos peixes encontrados na área ocupam banhados temporários que se formam junto às margens dos grandes cursos d'água que integram o lago Guaíba. Nas margens de sacos e canais de águas lânticas, os peixes sedentários como o cará, a traíra e o cascudo-viola fazem ninhos, protegendo seus filhotes e delimitando o território. Nestes locais também são encontradas formas jovens de espécies de piracema, que buscam abrigo e alimentação em meio à vegetação, entre elas o bagre.

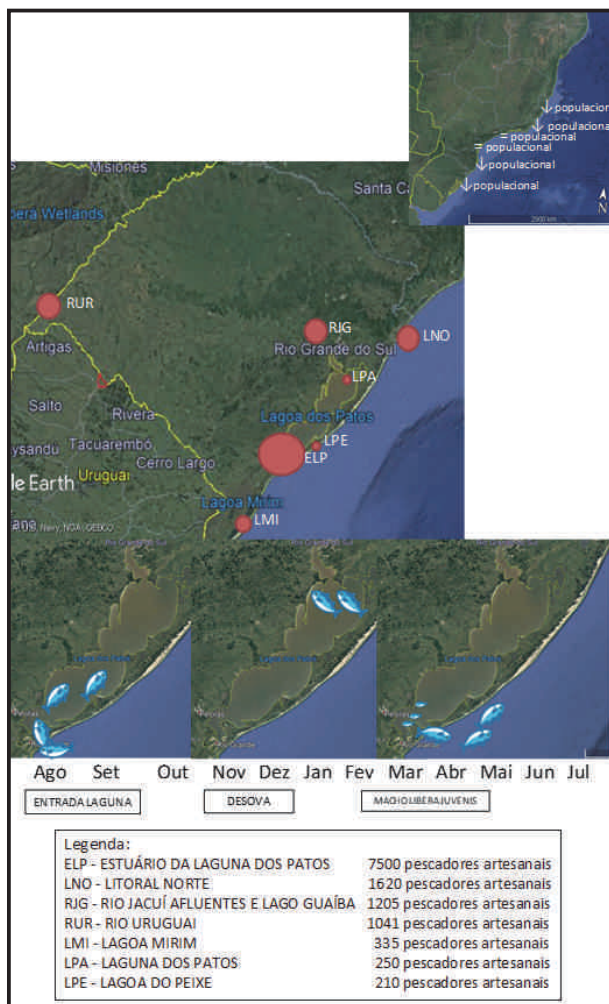
O saco e o canal do Quilombo, na Ilha das Flores constituem ambientes muito importantes para os peixes. Neste local, onde a profundidade varia entre dois a quatro metros, durante o verão as

espécies, em especial aquelas que não se deslocam para reprodução, como traíras e jundiás, encontram abrigo e alimento entre essa vegetação. Também arroios e croas são considerados locais importantes para a reprodução dos peixes, tanto por pesquisadores quanto por pescadores, que apontam o Arroio do Araçá (ou do Salgado) em Barra do Ribeiro, Enseada do Veludo em Belém Novo (MIRAPALHETE, et al., 2014) e área da Ponta da Formiga até o Pontal de Tapes, áreas rasas e mais mornas onde o “bagre choca as ovas”. Essa grande complexidade envolvendo os ciclos biológicos das espécies, faz com que a região seja importante berçário para várias espécies de peixe, inclusive o bagre, existindo uma delicada relação entre a conservação e a pesca artesanal.

O ciclo reprodutivo do bagre, inicia com a migração dos adultos do mar para o estuário a partir de agosto/setembro, desovando em novembro/dezembro, quando chegam em águas menos salgadas. Realizada a desova do bagre no norte do referido sistema lagunar, que acontece entre os meses de novembro e dezembro (ARAÚJO, 1988), os bagres adultos (geralmente machos) encubam os ovos em suas bocas, onde acontece o primeiro ciclo de desenvolvimento dos bagres filhotes. Ainda com os filhotes em suas cavidades bucais, os bagres iniciam o processo de retorno ao oceano, liberando os filhotes na região estuarina, localizada no sul da Laguna dos Patos (Figura 2), onde permanecem até que se complete seu segundo ciclo de desenvolvimento, enquanto os indivíduos adultos retornam ao oceano no fim do verão e início do outono (ARAÚJO, 1988).

O comportamento reprodutivo de *Genidens barbus* é considerado o ponto mais crítico para a conservação da espécie, pois existem dois fatores fundamentais envolvidos na questão: os movimentos migratórios realizados pelos adultos e o cuidado parental dirigido à prole pelos machos. Baigún et al. (2012) consideram a espécie vulnerável à pesca devido ao seu complexo ciclo de vida, a sua distribuição se restringir à água doce e ambientes estuarinos durante o período reprodutivo e o desconhecimento sobre as áreas ocupadas pela espécie fora do período reprodutivo. Além disso, outro fator importante é o alto investimento fisiológico durante a incubação, pois durante a migração e a desova os machos passam longos período sem se alimentar, deixando-os vulneráveis (REIS, 1983).

Figura 2: Representação esquemática da condição da população de bagre no sul e sudeste do Brasil, número de pescadores artesanais no Rio Grande do Sul e ciclo biológico da espécie



Fonte: Elaborado por Coelho-de-Souza (2019), a partir de Araújo (1988), Garcez, Sanchez-Botero (2005), Mendonça et al. (2015). Com base em Google Earth 2018, ícone Whatsapp.

Com isso, temos uma ideia geral das características do(s) bagre(s), além do comportamento físico e reprodutivo da espécie, que explica algumas questões básicas implicadas para a pesca, como os períodos de defeso, quando a pesca é impedida para se proteger a desova dos peixes, e as épocas de maior abundância da espécie na região.

Os indícios apontam, como já exposto, que os bagres, após adentrarem a Laguna, passam pela região estuarina e permanecem durante os meses da primavera e verão realizando o processo de desova e incubação dos ovos no norte do sistema lagunar, quando, ao fim do processo, retornam ao oceano liberando os peixes filhotes próximos à entrada do estuário. Ou seja, a região sul da Laguna dos Patos é apenas um ponto de passagem das espécies de bagre, sendo o norte o destino onde duas importantes etapas de seu ciclo de vida acontecem, fazendo com que o norte da Laguna dos Patos e o Delta do Jacuí se constituam em espaços territoriais que abrigam maior número de bagres reunidos, entre os meses de dezembro a abril. Corroborando com os pescadores que afirmam que os meses de fevereiro a abril, são os meses de maior volume de pesca.

Com essa informação pode-se formular uma hipótese de que a abundância dos bagres nos períodos de primavera e verão é maior ao norte da Laguna dos Patos e Delta do Jacuí, do que no estuário da Laguna, já que é nessa região onde permanecem por dois ciclos do seu ciclo biológico. Já ao sul da Laguna dos Patos os bagres liberam os peixes filhotes e retornam ao oceano, onde se desconhece o destino dos cardumes de peixes adultos.

Além de tal hipótese, que carece de estudos mais abrangentes para sua comprovação, também surge uma dúvida acerca da tomada de dados de desembarque registrados em Rio Grande, que levaram à inclusão do bagre na lista de espécies ameaçadas de extinção. Rio Grande é uma cidade que se localiza exatamente na entrada do estuário, sendo assim local de passagem. A dúvida recai se este seria o melhor lugar para se gerar dados acerca da abundância de uma espécie, já que o bagre não fica neste local.

Seguindo neste sentido, agora abordando possíveis ameaças sobre as espécies de bagre, também é interessante lembrar dois fatos marcantes que estão presentes na região estuarina da Laguna dos Patos: o esforço de pesca de arrasto e a atividade portuária. A pesca de arrasto na região sul

da Laguna dos Patos e áreas adjacentes é há muito tempo praticada (HAIMOVICI, MACEIRA, 1981) e têm como principais espécies alvo o camarão rosa (*Farfantepenaeus subtilis*), o linguado (*Paralichthys patagonicus*), entre outras (HAIMOVICI et al., 1996). Essa modalidade de pesca é sabidamente de baixa seletividade devido ao material utilizado, a rede de arrasto de fundo, capturando além das espécies alvo, grande quantidade de espécimes juvenis e/ou de baixo valor comercial (GOMES, CHAVES, 2006). Ao se associar essa informação ao fato do bagre passar grande parte de seus períodos iniciais de desenvolvimento justamente nesta região, temos um forte indício de que tal prática pode ser uma grande ameaça para a espécie, pressionando as populações destes indivíduos em seus primeiros anos de vida.

Outra possível ameaça é a intensa atividade portuária que ocorre na barra de Rio Grande, que traz poluição e grandes alterações físico-químicas na mesma área onde os bagres jovens estão começando a se desenvolver. Além destas, a pesca predatória, sobretudo aquela realizada por traineiras na costa do Oceano Atlântico, vem contribuindo de forma decisiva para que o bagre e outras espécies corram risco de extinção (ADOMILLI, 2007).

Cabe aqui ressaltar que a região da Laguna dos Patos é um importante local de reprodução das espécies de bagre em questão, porém não é o único. Visto que a área onde as espécies *Genidens barbatus* e *Genidens planifrons* ocorrem se estende desde o litoral argentino até o litoral do estado do Rio de Janeiro, sendo muitos os sistemas lagunares utilizados pelas referidas espécies para sua reprodução. Ainda há o caso trazido por Avigliano et al. (2015) sugerindo que as populações, apesar de estarem próximas umas das outras, representam estoques diferentes que retornam para os locais de nascimento para completar seu ciclo de vida, reproduzindo-se em seu local de origem.

Com base nos dados apresentados, questiona-se a afirmação do Plano de Recuperação para Espécies Ameaçadas de que no "Rio Grande do Sul, a pesca artesanal também exerce uma pressão significativa sobre a população de bagres na região da Lagoa dos Patos, sendo possivelmente uma das responsáveis pela diminuição populacional de *Genidens barbatus* e, especialmente, *Genidens planifrons* nessa área" (MENDONÇA et al., 2017, p. 3). A afirmação desconsiderou a diversidade da pesca nesse Estado, bem como o impacto do esforço de pesca, relacionado ao número

de pescadores envolvidos na atividade. Conforme a figura 2, no norte da Laguna dos Patos atuam cerca de 250 pescadores, enquanto no estuário cerca de 7500 pescadores artesanais (GARCEZ, SANCHEZ-BOTERO, 2005).

A desconsideração destas características, bem como o fato das coletas de dados serem feitas na região do estuário da Laguna dos Patos, em Rio Grande, onde encontra-se o maior esforço de pesca, não sustentam a grave afirmação feita no Plano de Recuperação que repercute sobre os pescadores artesanais do Delta do Jacuí e norte da Laguna dos Patos. Nesse contexto, considerando a hipótese de Avigliano et al. (2015), de que cada região estuarina se constitui como o território de uma população diferenciada de bagre, considerando a carência de dados sobre a pesca do bagre no norte da Laguna dos Patos e Delta do Jacuí, e a defasagem nos dados disponíveis sobre o número de pescadores nas diferentes regiões, se faz premente dados atuais e aprofundados que considerem o conhecimento e a reivindicação dos pescadores da região, contribuindo para redimir a desmoralização insustentada da categoria na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de reagir a situação de fragilização e marginalização dos pescadores da região, o FPDJ buscou espaços de articulação, entre eles o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul), iniciativa que tomou forma no início do ano de 2017. Ela é fruto da parceria entre diferentes entidades, com a finalidade de atender as Metas de Aichi, capitaneadas pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul), ligado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Os Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PANs) são instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, que visam o ordenamento das ações de conservação de seres vivos e ambientes, com objetivo definido em escala temporal (BRASIL, 2012). Dentre os desafios para sua efetividade, está o envolvimento social de diferentes esferas políticas na proposição das ações e no compromisso em relação à sua concretização. Assim, além de propor ações coerentes e tecnicamente

adequadas à conservação, a elaboração dos PANs deve contextualizar-se na articulação e implementação das várias políticas públicas e privadas de gestão e ordenamento em andamento (STEENBOCK et al., 2017).

Partindo destes princípios e visando a conservação dos ambientes lacustres e lagunares presentes no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi montada uma grande articulação com diferentes entidades que já desenvolviam ações na região em questão, todas ligadas direta e indiretamente com a proteção de tais ambientes e sua utilização de forma racional. Como a própria formulação de um PAN prevê a participação social, foram convidados a participar dessa iniciativa diferentes fóruns ligados à pesca, e dentre estes o Fórum do Delta do Jacuí teve a oportunidade de contribuir com a elaboração do referido Plano.

Na oficina de elaboração³ do PAN Lagoas do Sul, realizada no município de Tapes (RS) em 2017, estiveram presentes dois integrantes do Fórum do Delta do Jacuí e lá apresentaram as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais com a proibição da pesca do bagre e levantaram questões sobre como se poderiam desenvolver ações de cunho conciliatório entre a conservação e utilização sustentável dos recursos pesqueiros. Esta experiência inovadora deu ao Fórum do Delta do Jacuí a oportunidade de participação em um espaço deliberativo, onde seus representantes puderam ali expressar seus pontos de vista a partir da pesca artesanal.

As ponderações trazidas pelo FPDJ e outras entidades ligadas à pesca artesanal deram origem a uma série de ações que integram o PAN Lagoas do Sul, permeando os objetivos específicos do mesmo. Estas ações mostram que, além de demandar voz nestes espaços deliberativos, a pesca artesanal quer também regras mais claras e melhor adequadas para sua atividade, exemplificados pelos encaminhamentos que versam sobre o ordenamento pesqueiro na região do PAN. Além disso, é do interesse dos pescadores o monitoramento da pesca, feito de forma participativa, até como forma de valorizar a atividade, além da captação de dados que venham a embasar futuras políticas públicas. Além dessas, outras demandas antigas da categoria foram levantadas, como a realização de estudos sobre os impactos da dragagem e da mineração sobre a pesca (CEPSUL/ICMBio, 2018).

Como consequência dessa maior interação entre as entidades ligadas estritamente à conservação e outras instituições que participaram

da formulação do PAN Lagoas do Sul, ficou latente a questão sobre como instrumentos melhor arrançados e articulados com a realidade podem contribuir para se amenizar conflitos de interesse entre a conservação da biodiversidade e os usuários de recursos naturais, materializada na possibilidade das entidades ligadas à pesca terem auxiliado na formulação de uma política pública voltada à conservação.

Além dessa possibilidade, a participação do FPDJ no PAN permitiu que se vislumbrasse alternativas na questão do bagre, tendo esse espaço papel fundamental na construção de um plano de manejo para a pesca do bagre (PIRES, 2019). O FPDJ tem como proposição que este plano de manejo da pesca artesanal do bagre na região do Delta do Jacuí e norte da Laguna dos Patos seja reconhecido tal como o Plano de Recuperação para Espécies Ameaçadas: Peixes e Invertebrados Aquáticos: Bagre-branco, *Genidens barbatus* e *Genidens planifrons* (Ariidae) (MENDONÇA et al., 2015), que apresenta prioridade de manejo para os Estado de São Paulo e Paraná.

Este plano tem como intuito atender a Portaria n. 127/2018, que reconhece como passível de exploração a espécie *Genidens barbatus* (bagre-branco), desde que haja monitoramento e avaliação do estado de conservação. Esta portaria considera a Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos (Portaria 445/2014), a qual integra o Programa Nacional de Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-espécies), que tem como estratégias: (1) Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção; (2) Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN); e (3) Bases de dados e sistemas de informação (Portaria 43/2013).

Quando o processo de construção do PAN, conduzido pelo CEPsul/ICMBio, permitiu que os usuários dos recursos pesqueiros pudessem ter seu ponto de vista considerado na formulação do Plano, uma barreira foi quebrada, deixando claro aos pescadores que nem todas as políticas de conservação da biodiversidade são necessariamente um impedimento para a pesca artesanal. Diferente da proibição imputada pelas listas de espécies ameaçadas, o PAN Lagoas do Sul pode aproximar interesses que convergiram na manutenção dos estoques pesqueiros e conseqüentemente na manutenção da pesca artesanal na região, sendo originado também pelas listas de espécies ameaçadas de extinção.

O processo de construção do plano de manejo participativo, amparado pelos diferentes espaços de governança, como o Conselho Gaúcho de Aquicultura e Pesca Sustentáveis - CONGAPES e o PAN Lagoas do Sul, contribuiu para que o conflito aberto, passasse para uma fase de ponto de saturação e negociação. No estágio do conflito em 2019, a posição dos pescadores, seu conhecimento e sua hipótese, - que considera que a proibição da captura do bagre foi baseada em dados de desembarque pesqueiro, que no caso brasileiro, são conhecidamente falhos e ainda realizados em um local onde bagre transita por curtos períodos do ano, há cerca de 260 km distante do local onde está sendo reivindicada a pesca, - estão tendo espaço para serem debatidos com o Estado. Neste contexto, a figura do FPDJ foi fundamental para que os pescadores pudessem se colocar perante os agentes do Estado como figuras ativas nos processos decisórios, mostrando-se fundamental para que as políticas de conservação da biodiversidade venham a convergir para a manutenção dos modos de vida dos pescadores artesanais.

AGRADECIMENTOS

Ao Fórum dos Pescadores do Delta do Jacuí. Ao CNPq e MCTIC.

Ao Luis Vieira e Warna Frühauf, da EMATER/ASCAR-RS pelo grande incentivo e apoio à realização desse trabalho. Ao Walter Steenbock, pelos comentários na revisão do manuscrito.

NOTAS

1. Em Perigo (EN A4bcde, 2013): quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E para Em Perigo, e por isso considera-se que está enfrentando um risco muito alto de extinção na natureza (ICMBIO, 2018).
2. Criticamente em Perigo (CR A4bcde, 2013): quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E para Criticamente em Perigo, e por isso considera-se que está enfrentando um risco extremamente alto de extinção na natureza (ICMBIO, 2018).
3. Usualmente os PANs são elaborados em três etapas: uma oficina preparatória, visando o levantamento inicial do cenário, a oficina de elaboração, onde são apontados os ambientes e espécies a serem conservadas e ações para tal, e por

fim a oficina de consolidação, que refina as estratégias apontadas e os meios para sua concretização. (BRASIL, 2012).

REFERÊNCIAS

ADOMILLI, G. K. **Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima.** Tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte - RS. Tese de Doutorado. PPGAS - UFRGS, Porto Alegre, 2007.

ARAÚJO, F. G. Distribuição, abundância relativa e movimentos sazonais de bagres marinhos no estuário da Lagoa dos Patos. **Revista Brasileira de Zoologia**, Curitiba, v. 5, n.4, p. 509-543. 1988.

AVIGLIANO, E.; VELASCO, G.; VOLPEDO, A.V. Assessing the use of two southwestern Atlantic estuaries by different life cycle stages of the anadromous catfish *Genidens barbus* (Lacépède, 1803) as revealed by Sr: Ca and Ba:Ca ratios in otoliths. **Journal of Applied Ichthyology**, New Jersey, v.31, n.4, p.740-74. 2015.

BAIGÚN, C. R. M.; COLAUTTI, H. L.; LÓPEZ, P. A.; VAN DAMM, R.; REIS, R. Application of extinction risk and conservation criteria for assessing species in the lower La Plata River basin, South America. **Aquatic Conservation Marine and Freshwater Ecosystems**. v. 4, n. 12. Wiley Online Library. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/6106185/Baigun_et_al>. Acesso em 12 de março de 2019.

BARBANTI JR., O. **Gestão de conflitos em cadeias de valor da sociobiodiversidade.** Brasília: Estação Gráfica, 2010. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/gestao_participativa/gest%C3%A3o_conflitos.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2019.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa 25.** Disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico. Brasília, 2012.

CALDASSO, L. P. **Gestão compartilhada para a Pesca artesanal:** o caso do fórum da Lagoa dos Patos/RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA DO SUDESTE E SUL. **PAN Lagoas do Sul.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/planos-de-acao/9935-plano-de->

acao-nacional-para-a-conservacao-pan-lagoas. Acesso em: 10 de julho de 2019.

COELHO-DE-SOUZA, G., PRINTES, R., COMANDULLI, C., DENARDI, M., ALMEIDA, F., BAPTISTA, M., HAASE, A., KUBO, R. "Itapuã dos farrapos, dos índios e de todos nós": sobreposição de terras mbyá-guara e unidades de conservação em território transfronteiriço. **VIII Reunião de antropologia do Mercosul**, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/gabriela-coelho/coelho-de-souza-g-printes-r-comandulli-c-denardi-m-almeida-f-baptista-m-haase-a-kubo-r-itapua-dos-farrapos-dos-indios-e-de-todos-nos-sobreposicao-entre-terras-mbya-guarani-e-unidades-de-conservacao-em-territorio-transfronteirico-viii-reuniao-de>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

DE PAULA, C. Q. **Gestão compartilhada dos territórios da pesca artesanal**: Fórum Delta do Jacuí (RS). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C.(Org). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub-USP, 2001. p. 98-123.

FIGUEIREDO, J. L.; MENEZES, N. A..**Manual de peixes marinhos do Sudeste do Brasil**. II Teleostei (1). São Paulo, Universidade de São Paulo, Museu de Zoologia. 110 p. 1978.

GARCEZ, D. S.; SÁNCHEZ-BOTERO, J. I. Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande de Sul. **Atlântica**, Rio Grande, Rs, v. 1, p.17-29, 2005.

GOMES, I. D.; CHAVES. P.T. Ictiofauna integrante da pesca de arrasto camaroeiro no litoral sul do Estado do Paraná, Brasil. **Bioikos**, 20(1): 2006. 9-13.

GONZAGA, F.A. **No Limiar da Lista Vermelha**: conflito ambiental e fricção epistemológica em torno da proibição da pesca do bagre no Rio Grande do Sul. Departamento de Sociologia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.

HAIMOVICI, M., MARTINS, A. S; VIEIRA, P. C. . Distribuição e abundância de teleósteos demersais sobre a plataforma continental do sul do Brasil. **Rev. Brasi. Biol.**,56, 1996. 27-50.

HAIMOVICI, M.; MACEIRA, R. P. Observações sobre a seleção a bordo e rejeição na pesca de arrasto de fundo no Rio Grande do Sul. In: Congresso Brasileiro de Engenharia da Pesca, 2., 1981, Recife. **Anais...** Recife: FAEP-BR, 1981. p. 401-412.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (2018) **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**: Volume I/1. ed. Brasília: ICMBio, 492 p. (impresso).

MARCENIUK, A. P. Chave para identificação das espécies de bagres marinhos (Siluriformes, Ariidae) da costa brasileira. **Bol. Inst. Pesca.** São Paulo. V.31 n.2. 2005. p. 89-101.

MENDONÇA, J. T. et al. **Plano de Recuperação para Espécies Ameaçadas:** Peixes e Invertebrados Aquáticos: Bagre-branco, *Genidens barbus* e *G. planifrons* (Ariidae). 2015. Acesso restrito.

MENDONÇA, J. T.; QUITO, L.; JANKOWSKY, M.; BALANIN, S.; NETO, D. G. Diagnóstico da pesca do Bagre-branco (*Genidens barbus* e *G. planifrons*) no litoral sudeste-sul do Brasil: subsídios para o ordenamento. **Relatório Técnico.** . nº 56. Instituto de Pesca de São Paulo. São Paulo. 2017.

MIRAPALHETE, S. R. **Plano de manejo Parque Estadual do Delta do Jacuí.** 2014. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/planos-de-manejo>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

PAIVA, M. P. **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil.** Fortaleza: EUFC, 1997, 278p.

PIEVE, S.M.N.; KUBO, R. COELHO-DE-SOUZA, G. **Pescadores artesanais da Lagoa Mirim:** etnoecologia e resiliência. 243p., Brasília: NEAD/MDA, Brasília, Brasil. 2009.

PIRES, D. C. **Análise da governança de recursos de uso comum:** o caso dos regimes de acesso na pescaria artesanal do bagre no Rio Grande do Sul, Brasil. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019.

REIS, E. G. **Idade, crescimento e reprodução de Netuma barba (Siluriformes, Ariidae) no estuário da Lagoa dos Patos (RS).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Oceanografia Biológica. Universidade Federal do Rio Grande. 1983.

SILVA, T. R. da. **Geograficidade, Percepção e Saberes Tradicionais dos pescadores do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007..

SILVEIRA, M. P. **Aplicação do Biomonitoramento para Avaliação da Qualidade da Água em Rios. Embrapa Meio Ambiente.** São Paulo. 2004. 68 p.

STEENBOCK, W., BARRETO, C. T., MELLO, R. S. P., BASSI, J., COELHO-DE-SOUZA, G., SANTOS, R. A. DOS, BAGGIO, M. R.. Plano de Ação Nacional para a conservação de sistemas lacustres e lagunares do sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul: o início de um caminho. **17º Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar.** 2017 p.

169-171. Disponível em: <https://www.aoceano.org.br/downloads>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SOUZA, E. C. F., BRANT, A., RANGEL, C. A., BARBOSA, L. E., CARVALHO, E. E. G., JORGE, R. S. P., SUBIRÁ, R. J. Avaliação do risco de extinção da fauna brasileira: ponto de partida para a conservação da biodiversidade. **Diversidade e Gestão** 2(2): 62-75. 2018.

VASCONCELLOS, M. et al. **Relatório Integrado PNUD**: Diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento institucional da SEAP/PR (versão preliminar). Brasília, 2005.

VELASCO, G.; REIS, E.G. Changes in growth seasonality throughout *Netuma barba* (Lacépède, 1803) (Siluriformes, Ariidae) Ontogeny. Note and comments. **Brazilian Journal of Biology**, v. 64, n.4, p. 913-914. 2004.

COMUNIDADES TRADICIONAIS E SEUS EMBATES COM O ESTADO: UM OLHAR ESPECIAL PARA OS PESCADORES COSTEIROS ARTESANAIS

Raquel de Carvalho Dumith
Pesquisadora do LEMTO da UFF

INTRODUÇÃO

Comumente tidas como subalternas pela racionalidade capitalista, as *comunidades tradicionais*, as quais possuem diferentes matrizes culturais, costumam exercer uma racionalidade, entre si e com o meio físico-natural, distinta da convencional. Por insistirem em conservar seu modo de vida, possuem espaços/tempos distintos, com a finalidade da preservação das funções vitais de reprodução individual e da totalidade dos seres humanos, apesar de o modo de produção capitalista ter hegemonia em relação aos demais modos de (re)produção da vida social (TIRIBA e FISCHER, 2015).

Ocorre que, muito mais do que a luta pela terra, os povos tradicionais entram em conflito com o Estado para garantir sobretudo o direito pelo território, sua territorialidade e também por uma determinada forma de existência, por um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de agir e de pensar. As terras tradicionalmente ocupadas expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza.

No caso das comunidades compostas por *pescadores artesanais*, Diegues (2001) diz haver uma relação de *simbiose com o meio natural*. Diegues (2006) também destaca que o conhecimento acumulado de grande parte das práticas tradicionais de manejo pesqueiro é transmitido através das gerações de forma oral e que a noção de *território* é uma das mais importantes características que marcam esses grupos tradicionais. O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam uma trajetória de ocupação de longa data – a *territorialidade*.

Ocorre que pescadores brasileiros de pequena escala vivem há muito tempo marginalizados, e as experiências negativas na relação com o Estado deixaram os pescadores céticos quanto à possibilidade de novas configurações de *governança* (PINTO DA SILVA, 2007). A despeito dos problemas que envolvem a atividade pesqueira, pode-se concluir que o cerne de sua crise está no tipo de gestão convencionalmente utilizada (fragmentada). Na esfera política governamental, as decisões são historicamente centralizadas, ou seja, não atendem às demandas dos usuários locais por excluírem sua participação ativa no processo de gestão (DIEGUES, 2004). Já na esfera científica, as abordagens sempre despenderam maior atenção para levantamento de dados biológicos, deixando de lado todo o universo de fatores sociais circundantes (VASCONCELLOS et al., 2007).

Conforme afirma Silva (2014a, p. 14), “os problemas dos pescadores são problemas fundantes na relação entre a sociedade, o território, o Estado, o espaço e o tempo”, e nesse capítulo será explorada a histórica luta dos pescadores artesanais para manterem viva a sua atividade e, logo, o seu modo de ser e estar no mundo.

COMUNIDADES TRADICIONAIS COSTEIRAS E SEUS EMBATES COM O ESTADO

Ao considerar que o litoral brasileiro possui uma linha de costa com mais de 7.000 Km e 395 municípios em dezessete estados (abrigoando $\frac{1}{4}$ da população brasileira) com uma densidade média com mais de 138 hab/Km² – sete vezes superior aos demais 5.174 municípios brasileiros (17,83 hab/Km²)¹ (IBGE, 2010)²–, Diegues (2008) aponta alguns

fatores que contribuem para conflitos entre Estado e comunidades tradicionais, bem como para a degradação socioambiental da zona costeira brasileira: urbanização e expansão urbana desordenada, alimentada por um aumento drástico na migração para as cidades do Nordeste; expansão do sistema de transporte; perfuração para exploração de gás e petróleo; especulação imobiliária; projetos de turismo e recreação, muitas vezes patrocinados pelo Estado; e incentivos fiscais para o desenvolvimento da pesca industrial e de criadouros de camarão em grande escala.

Desde a década de 1980, fazendas de camarão têm surgido numerosamente, destruindo significativamente ecossistemas e causando efeitos sociais adversos sobre comunidades tradicionais de pescadores artesanais. A aquicultura, tendo como segmento mais expressivo a atividade carcinicultora – ou a “catástrofe dos cercamentos” nas palavras de Alier (2015)³ –, vem crescendo constantemente⁴. Corroborando, Diegues (2008) afirma que a mais grave ameaça à biodiversidade costeira, à pesca artesanal e à subsistência das populações residentes na zona costeira do Brasil é a expansão não regulamentada, altamente especulativa e ambientalmente destrutiva das fazendas de camarão em grande escala, especialmente no Nordeste.

No Brasil – país que teve por berço uma formação colonial e permanece com traços de escravismo, mandonismo, compadrio e clientelismo –, as populações tradicionais são vistas como meio de extrair riquezas, a coisa pública é tratada como negócio privado das elites e comumente as decisões políticas são centralizadas “pelo alto” (ou “de cima para baixo”). No que tange à área ambiental, até a década de 1980, a visão política a respeito dos recursos naturais era essencialmente preservacionista e, logo, reducionista (MORAES, 2005).

Não raramente, as comunidades tradicionais foram retiradas de seu território, tal como em casos de criação de Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral e para implementação de diversos empreendimentos em prol do capital privado. A ironia da história, e, aqui, mais ainda, da geografia, diz Porto-Gonçalves (2012, p. 25) é que as regiões que são visadas para serem demarcadas como UCs de uso restrito, “definidas quase sempre pela ciência convencional, são exatamente aquelas que, por terem ficado à margem do mercado e ocupadas por populações tradicionais com outras matrizes de

conhecimento, são as regiões que abrigam a maior riqueza em água e em biodiversidade do planeta”.

Sobre a questão da expulsão das comunidades tradicionais de suas terras para apropriação privada, é válido lembrar a análise de Harvey (2004) quando designa a nova roupagem da estratégia de *acumulação primitiva* de *acumulação por espoliação*, na qual, dentre outros fatores, há apropriação de terras de comunidades tradicionais para a expropriação de recursos naturais. De fato, há pesquisas que apontam a violência sofrida pelas comunidades tradicionais. Barbosa e Porto-Gonçalves (2014), por exemplo, apontam que, dos 1364 conflitos (alguns, por direitos trabalhistas, outros por terra, água etc.) ocorridos no campo registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), 45% envolvem povos e comunidades tradicionais. Fica, portanto, evidente a existência de um número considerável de povos e comunidades tradicionais que têm sido vítimas de ações violentas em conflitos no Brasil.

Não obstante suas diferentes formações históricas e suas variações regionais, Almeida (2008) explica que as terras tradicionalmente ocupadas foram instituídas no texto constitucional de 1988 e reafirmadas nos dispositivos infraconstitucionais, quais sejam, constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais. Entretanto, as dificuldades de efetivação destes dispositivos legais indicam que há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, “sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos” (ibidem, p. 26).

Os territórios de uso comum podem assumir uma outra lógica de gestão, baseada na autorregulação, na cooperação, na reciprocidade e na confiança, ainda mais quando se trata de territórios constituídos a partir das práticas tradicionais sobre bens de uso comum como terra, campos, florestas, mar e lagoas. Porém

para que o Estado reconheça os usos reais do território é necessário superar a colonialidade do saber e do poder que impedem que se reconheçam as múltiplas territorialidades existentes, ou seja, territorialidades constituídas a partir da posse real desses bens comuns e não de possuírem o título de propriedade privada da terra. Muitos territórios tradicionais são descontínuos, marcados por vazios aparentes (sistemas rotativos de cultivos de terras com períodos de pousio, áreas de estuários que são usados pela pesca somente em

algumas estações do ano, etc.). Muitas vezes, sob a concepção de que se tratam de “espaços vazios” projetos hegemônicos se instauram sobre territórios tradicionais onde populações realmente existentes no território não têm o poder real de definir seu destino (BARBOSA e PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 18).

É importante ter a clareza de que, no Brasil, todos os recursos pesqueiros – apesar de serem recursos de uso comum – estão formalmente sob um regime de apropriação estatal, já que a pesca é permitida mediante concessão pública, na forma de uma permissão de pesca. “Essa definição deixa claro a condição do Estado na função de ‘comando e controle’ dos recursos pesqueiros, que, em seu caráter *discricionário* e *precário* assume toda a responsabilidade e poder para definir quem pode e quem não pode pescar” (MEDEIROS, 2009, p. 168).

O foco na gestão do recurso pesqueiro tende a desconsiderar que os conflitos e os problemas relacionados à gestão da pesca artesanal não se situam somente na faixa marinha e/ou lagunar. Tais conflitos ultrapassam esses limites,

permeando as relações sociais que ocorrem em terra. Em muitos casos, eles estão diretamente relacionados às distintas visões e projetos de desenvolvimento que os diversos grupos sociais vislumbram para o território. De fato, o manejo dos estoques pesqueiros é fundamental para a manutenção do modo de vida do pescador artesanal e a conservação da biodiversidade. Mas o enfrentamento da crise do sistema pesqueiro não se encerra aí, como pensam muitos gestores e boa parte da comunidade científica atrelada ao *paradigma analítico-reducionista*. A reprodução sociocultural do pescador artesanal depende da manutenção do seu modo de vida em terra, ameaçado pelo processo crescente de urbanização desordenada da zona costeira, pela especulação imobiliária e pelo fomento do turismo de massa. **Em última instância, a luta do pescador artesanal pela reafirmação de seu modo de vida diz respeito também à luta pela terra** (VIVACQUA, 2012, p. 28) (grifo meu).

Vê-se, portanto, que o problema da questão fundiária também é expressivo na área litorânea brasileira. De acordo com Moraes (2007), a maior porção da zona costeira, inclusive a maioria das áreas ainda não incorporada materialmente ao padrão de povoamento urbano, encontra-se submetida a uma lógica mercantil no que concerne à apropriação de espaços. A mercantilização indicada é feita na forma de privatização da terra, na expulsão de populações tradicionais de seu território etc., indo de

encontro à intenção de garantir o direito de propriedades comunais para sua autogestão. Logo, o avanço do capital caracteriza-se pela disputa sobre o controle da regulação da terra com o fim de promover a eliminação de direitos consuetudinários (direitos costumeiros) para promover e afirmar a propriedade privada capitalista.

A PESCA COSTEIRA ARTESANAL: UM APANHADO HISTÓRICO NA ESFERA POLÍTICO JURÍDICO CULTURAL BRASILEIRA

A importância da pesca é de fundamento milenar. Conforme Santos (2004), as primeiras informações históricas sobre planejamento do espaço descrevem aldeias ligadas à prática da pesca e da agricultura. Contudo, Diegues (1983, p. 13) afirma que a pesca é ainda anterior à agricultura:

pouco se sabe sobre a pesca nas sociedades primitivas, ainda que, segundo indicações arqueológicas e etnológicas, ela tenha representado uma importante fonte de alimento em períodos anteriores ao aparecimento da agricultura. Sem dúvida, anteriormente à captura do pescado, o homem primitivo era um coletor de moluscos. Os restos de cerâmica, cascas de ostras e mexilhões encontrados na Escandinávia, atestam a importância dos moluscos na alimentação humana no período anterior ao Neolítico.

A pesca artesanal é uma categoria de Estado e refere-se a um posto de trabalho que tem certas características especiais (SILVA, 2014b). Na relação com o trabalho, pode-se dizer que os pescadores artesanais não se assemelham aos trabalhadores regidos pelo patronato, “pois não precisam de um chefe, patrão ou supervisor para inspecionar o desenvolvimento do trabalho, visto que entendem o território pesqueiro como um espaço sem dono, natural, sagrado e coletivo” (CAETANO, 2015, p. 207).

Contudo, o pescador profissional artesanal, precisa se cadastrar no Registro Geral da Pesca (RGP). Com o RGP, esse pescador tem acesso aos programas sociais do Governo Federal, como microcrédito, assistência social e o seguro defeso (no valor de um salário mínimo mensal) que é pago nos meses do período de defeso (período em que é proibida a pesca para proteger a reprodução de peixes, lagostas e camarões)⁵.

Quanto ao seguro defeso, Porto-Gonçalves (2007, p. 389) julga-o como exemplo potencial interessante para superação da dicotomia que separa os interesses humanos dos ciclos naturais ao considerá-lo uma inovação no campo do direito:

o princípio é claro: já que a sociedade considera que a produtividade de biomassa existente num determinado ecossistema é fundamental para ela, ou seja, a natureza passou a ser um *valor*, então a sociedade chama para si, na condição de coletividade, aqui por intermédio do Estado, a responsabilidade de preservá-la.

O quadro que segue (Quadro 1) foi inserido para elencar e esclarecer algumas diferenças entre as categorias de pesca.

Quadro 1: Categorias e dimensões das pescarias

CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS COM AS PESCARIAS	CATEGORIAS		
	GRANDE ESCALA	PEQUENA ESCALA	SUBSISTÊNCIA
	INDUSTRIAL		ARTESANAL
Unidade pesqueira	Estável, com divisão da mão-de-obra e perspectiva de carreira	Estável, pequena e especializada, com uma certa divisão da mão-de-obra	Operadores individuais, ou família ou grupo comunitário
Propriedade	Concentrada em poucas mãos, muitas vezes, não-operadores	Normalmente, pertence a um operador sênior ou operadores em conjunto; proprietário ausente	Operada por proprietário
Compromisso de tempo	Normalmente, integral	Integral ou parcial	Normalmente, parcial
Barco	Motorizado, bastante equipado	Pequeno; motor interno (ou pequeno com motor externo)	Nenhum ou pequeno, normalmente, não motorizado
Tipos de arte de pesca	Industrializada, montada por outros	Materiais parcialmente ou totalmente industrializados, normalmente, montados pelo operador	Normalmente, materiais artesanais, montados pelo operador
Sofisticação da arte	Eletrônica, automação	Mecanizada e manual	Principalmente, não mecanizada
Investimento	Alto; grande proporção de pessoal além do operador	Médio a baixo; inteiramente do operador	Baixo
Rendimento (por unidade de pesca)	Alto	Médio a baixo	Baixo a muito baixo
Disposição do pescado	Venda em mercados organizados	Venda local organizada; consumo significativo por operadores	Consumido principalmente por operadores, sua família e amigos; escambo; venda ocasional
Processamento do pescado	Grande parte para ração e consumo não humano	Secagem, defumação, salga; principalmente, consumo humano	Pouco ou nenhum; todo para consumo humano
Nível de renda do operador	Normalmente alto	Médio a níveis mais baixos	Mínimo
Integração à economia	Formal; totalmente integrada	Parcialmente integrada	Informal; não integrada
Status operacional	Emprego ou sazonal	Normalmente, multi ocupacional	Multi ocupacional
Comercialização	Produtos encontrados em todo o mundo	Normalmente, nacional e local	Apenas, local ou regional
Capacidade de gestão da autoridade pesqueira	Considerável, com muitos cientistas e gestores	Mínima a moderada, com poucos cientistas/gestores	Normalmente, sem gestão, exceto por usuários dos recursos
Unidades de gestão	Uma ou poucas unidades grandes	Normalmente, muitas unidades pequenas	Muitíssimas unidades pequenas
Coleta de dados de pescarias	Não muito difícil, devido à capacidade da autoridade	Difícil, devido a características das pescarias e da autoridade	Normalmente, dados não podem ser coletados devido a dificuldades

Fonte: Berkes et al. (2006).

Silva (2014b) complementa as características trazidas pelo Quadro 1 ao comentar que, na pesca artesanal, a arte de fazer extração de pescados, bem como a confecção de apetrechos são com uso de técnicas tradicionais. Já as embarcações e a qualificação profissional costumam ser construídas a partir da tradição oral familiar e/ou comunitária. Essas características fazem com que o pescador artesanal seja pensado como artesão e como realizador de todo o processo produtivo, desde tecer ou realizar a manutenção das redes até a comercialização do excedente de pescado. Isso o distingue do pescador industrial, o qual, semelhante ao operário, desempenha determinado papel na produção.

De acordo com a FAO (2010), em muitos países, a maioria dos pescadores costeiros trabalha com embarcações típicas da pesca artesanal, evidenciando a importância da contribuição socioeconômica da atividade pesqueira no mundo. Lopes (2010) afirma que é essa a pesca responsável por trazer para o consumidor a diversidade do pescado, pois, enquanto a pesca industrial se foca em poucas espécies (muitas das quais resultam em ração para o consumo animal), a pesca artesanal é focada em múltiplas espécies.

Acrescenta-se que a pesca artesanal envolve um complexo sistema de interação com o ambiente e é fundamentada em um aprofundado conhecimento dos pescadores acerca dos recursos (suas variedades, seus ciclos reprodutivos, seus hábitos e *habitats*) e das formas de manejo apropriadas. Diegues (2006) aponta que o conhecimento acumulado de grande parte das práticas tradicionais de manejo é transmitido através das gerações de forma oral e que a noção de território é uma das mais importantes características que marcam esses grupos tradicionais. O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data.

Fonte significativa de proteína animal para o consumo humano, a atividade pesqueira entrou em situação de crise no século passado devido à sobrepesca de muitas espécies. Dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO) demonstram uma crise pesqueira vigente:

a proporção de unidades populacionais de peixes marinhos estimada como subexploradas ou moderadamente exploradas caiu de 40% em

meados da década de 1970 para 15% em 2008, enquanto a proporção de estoques esgotados ou se recuperando aumentou de 10% em 1974 para 32% em 2008. A proporção de estoques plenamente explorados manteve-se relativamente estável, em cerca de 50% desde 1970. Em 2008, 15% dos grupos de estoques monitorados pela FAO foram estimados em subexplorados (3%) ou moderadamente explorados (12%) e capaz de produzir mais do que as suas capturas atuais. Este é o menor percentual registrado desde meados dos anos 1970. Pouco mais da metade das ações (53%) foram estimados para ser plenamente exploradas e, portanto, as suas capturas atuais estão em ou perto de suas máximas produções sustentáveis, sem espaço para expansão (FAO, 2010, p. 8).

No Brasil, como na maior parte do mundo, o quadro de crise também procede, atingindo diretamente os pescadores do setor artesanal. Fatores como o desmatamento da vegetação para diversos fins somado ao turismo predatório, à intensificação da pesca industrial e ao investimento na aquicultura desenvolveram-se na contramão dos interesses dos pescadores artesanais. A pesca industrial, por exemplo, foi estimulada por meio das políticas de incentivo fiscal e crédito rural, implementadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) na década de 1960, tal como pode ser visto abaixo:

o programa de incentivo fiscal da pesca fez parte da política do Governo Federal para desenvolver regiões ou setores no Brasil. Assim, os incentivos fiscais não foram apenas concedidos a empresas de pesca, mas também para demais atividades que visavam a desenvolver as regiões Nordeste e amazônica do Brasil, como as empresas florestais e atividades de turismo, entre outros. [...]

O crédito rural era financiado com menor taxa de juros nominal em comparação com as taxas que existiam no mercado. O crédito rural foi orientado por três objetivos principais: manutenção, investimento e comercialização. O crédito para a manutenção era usado para a compra do material necessário para a pescaria (como redes, pequenos reparos, alimentos e gelo). O crédito, portanto, fornecia as condições necessárias para incentivar a captura e melhorar a qualidade do pescado (a bordo dos barcos de pesca). O crédito para investimento era utilizado para a aquisição de barcos, enquanto o objetivo do crédito para a comercialização era facilitar a operação e venda dos peixes (ABDALLAH e SUMAILA, 2007, p. 445-446).

Contudo, essa política não foi exitosa. As experiências de construção de unidades de desembarque, fábrica de gelo e armazenamento em frio associadas a cooperativas não deram certo, pois

grande parte acabou nas mãos de comerciantes e intermediários. Cooperativas foram criadas às pressas, sem avaliação da capacidade administrativa dos próprios pescadores e das perspectivas de comercialização (VASCONCELLOS et al., 2007). O declínio ou fracasso do modelo adotado pela SUDEPE pode ser visto por vários ângulos, tais como: o inadequado uso de incentivos fiscais e creditícios; o restrito apoio concedido à pesca artesanal ou de pequena escala; os escândalos de corrupção; e, principalmente, a promoção danosa do uso dos principais recursos pesqueiros, resultando na sobrepesca e no colapso de recursos considerados importantes (DIAS-NETO, 2010).

A política de incentivos fiscais visava transformar os pescadores artesanais em tripulantes das embarcações industriais. O conhecimento tradicional daria espaço à alta tecnologia de procura e obtenção dos pescados. Isso acaba condicionando à extinção de uma rede histórico-cultural de conhecimentos que possibilitou a sobrevivência de diversas populações de pescadores artesanais por várias gerações. Apesar disso, contemporaneamente, a ênfase concedida oficialmente pelas políticas públicas ao setor pesqueiro não foi alterada substancialmente, ainda se concentrando na pesca oceânica de grande escala e na aquicultura, as quais nem sempre são desenvolvidas seguindo critérios sociais e ambientais aceitáveis – à exemplo da carcinicultura praticada em manguezais (MOURA et al., 2009). Em síntese, seguem os autores (ibidem), a despeito de sua importância, o fortalecimento do setor artesanal e a gestão de pesca de pequena escala não têm figurado entre os investimentos prioritários das agências governamentais, as quais, inclusive, podem ameaçar a sobrevivência do setor.

Prova da negligência histórica de políticas públicas para o setor pesqueiro é retratada na recente criação – somente em 2009 – de um ministério (Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA)⁶ para tratar exclusivamente das questões pertinentes aos recursos pesqueiros. Mas, mais grave do que a criação tardia de um ministério é fato de ele ter existido e não ter apresentado congruência na definição de suas normas, o que se reflete, por exemplo, na falta de participação dos usuários em escalas locais para a definição de políticas adaptadas ao seu contexto local. “Ter existido” porque ele já acabou. Registre-se que o MPA foi extinto em 2015.

De acordo com o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), o MPA foi o único ministério que teve, nos seus seis anos de gestão, a troca de cinco ministros, sendo que nenhum foi escolhido a partir dos critérios de relação com o setor ou conhecimento sobre a pesca, especialmente a artesanal. O MPP denuncia através de uma carta que, ao mesmo tempo, políticas e programas majoritários do Ministério negavam a pesca artesanal e forçavam, de forma veladamente autoritária, o desenvolvimento dos empreendimentos aquicultores degradantes.

Segundo o MPP, esse tipo de empreendimento está violando os direitos socioambientais das comunidades tradicionais, especialmente as pesqueiras. Além disso, o MPP acusa que (a falta de) políticas públicas no âmbito desse Ministério eram “moeda de troca eleitoral”. A falta de diálogo com as comunidades locais, entraves para a confecção do Registro Geral da Pesca (RGP) e retrocessos no que tange aos direitos trabalhistas das mulheres também são denunciados pelo MPP. Seguem alguns trechos da *Carta Política* do MPP, a qual obteve 140 assinaturas, entre pessoas e organizações sociais.

MINISTÉRIO DA PESCA: DESRESPEITO E PESADELO PARA A PESCA ARTESANAL

VIRA MOEDA DE TROCA NAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Quiséramos nós, pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, que o Ministério da Pesca fosse uma resposta a uma antiga demanda e desejo de que a pesca tivesse um tratamento justo e a atenção devida do Estado Brasileiro. Deveria ter prioridade, dada sua importância no país devido ao grande contingente populacional e a quantidade de águas que o território brasileiro dispõe. Ao invés de investir nesse potencial de desenvolvimento, com a construção e execução de políticas públicas para o setor, o que vemos é a má gestão do ministério, seja por políticas e programas indevidos, seja pela troca constante de ministros sem qualquer experiência no setor. No governo da presidenta Dilma, esse é o único ministério que teve, nos quatro anos de gestão, a troca de cinco ministros, nenhum escolhido a partir dos critérios de relação com o setor ou conhecimento sobre a pesca, especialmente a artesanal. Claramente, o ministério virou *moeda de troca eleitoral* para atender aos partidos de menor importância na *dança das cadeiras* e chantagens da base aliada. Nesse jogo politiqueiro, o Ministério passou a significar castigo para quem teve má atuação nas relações institucionais e a saída dele como promoção política.

- O MPA é incapaz, sequer, de emitir as carteiras dos pescadores e

pescadoras artesanais, o Registro Geral da Pesca (RGP), documento necessário para desenvolver a atividade e para ter acesso a políticas sociais. Esse processo piorou bastante em relação à época em que era assumido pela SUDEPE ou pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Nos últimos 10 anos, várias vezes foram suspensas as emissões do primeiro registro, trazendo danos aos direitos fundamentais da classe. Numa clara intenção de dificultar a resolução desses problemas, o governo ignorou a proposta do movimento, de regionalização dos escritórios do Ministério da Pesca. Estados como o Pará possuem apenas um escritório, e o acesso a este direito fundamental passa a ser instrumento de exploração e extorsão dos pescadores e das pescadoras;

- Mesmo as pescadoras tendo conseguido, num amplo processo de mobilização, avançar na garantia do reconhecimento de sua participação nas várias atividades da cadeia produtiva da pesca, através da Lei 11.959/2009⁷, o ministério até hoje se nega a reconhecer estes direitos, impedindo o acesso destas mulheres ao RGP, o que dificulta o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Além do mais, as estatísticas oficiais não reconhecem a participação das mulheres na produção, de modo que não há políticas estruturadas para contemplar as demandas das pescadoras;

- Nas políticas e programas do ministério, é perceptível a negação da pesca artesanal, de modo que não há políticas dignas para essa modalidade tradicional. As que existem são mínimas e de baixíssimo investimento. Além disso, são construídas sem diálogo com as comunidades e, conseqüentemente, desenvolvidas de forma fragmentada, em algumas áreas, sem garantir as condições de funcionamento e assistência técnica. Desse modo, acaba ficando sobre as famílias pescadoras o peso do fracasso das políticas e programas públicos da pesca artesanal;

- Na perspectiva da negação, o ministério parou de realizar a já ruim estatística de pesca que não contabilizava toda produção da pesca artesanal, mas, ao menos, era uma referência mínima para o país, instrumento para a gestão da pesca. Cientistas se pronunciaram sobre o prejuízo e crime de estarmos por quase 10 anos sem ter informações sobre o comportamento e mudanças das espécies. É uma irresponsabilidade política que prejudica a produção de conhecimento e compromete a biodiversidade do país. Desta forma, a pesca artesanal passou a ser invisível para o governo. Se quando tinha estatística chegava a quase 70% da produção do pescado, com essa omissão passou, a partir dos dados projetados, a responder apenas por 45% da produção. Desta forma, a estratégia do governo Dilma é forçar um crescimento artificial da aquicultura empresarial, que visa se desenvolver nas mesmas áreas onde trabalham milhares de comunidades tradicionais, do Oiapoque ao Chuí;

- A criminalização dos pescadores, colocados como falsos, é a principal bandeira do ministério, que com sua politicagem tem favorecido o fisiologismo e a corrupção;

- O Ministério da Pesca tem feito ingerências e usado de publicação de portarias e instruções normativas para favorecer setores pelegos da categoria, ferindo o suado e conquistado direito dos trabalhadores à livre associação e autonomia sindical. Quer forçar os pescadores a se filiarem a uma única organização, e as colônias a se submeterem à Confederação Nacional dos Pescadores, que não representa os interesses das comunidades e ainda está disposta a negociar os direitos em troca de *dividendos* eleitorais;
- Desde sua criação, primeiro como SEAP, depois MPA, vimos o ministério priorizar a aquicultura sempre com o interesse voltado para a exportação. Assim, o ministério pende a balança desde a estrutura, quantidade de funcionários, investimentos em projetos e pesquisa e carreamento de recursos para a aquicultura empresarial. Inaugurou a política que está privatizando os corpos d'água públicos e desta forma está publicando editais públicos para exploração privada de áreas do mar, dos rios e lagos onde existem comunidades que as usam tradicionalmente. E todo esse processo é feito sem consulta, consentimento ou qualquer audiência pública.

Diante do exposto, REPUDIAMOS ESTE PROCESSO E EXIGIMOS UM TRATAMENTO DIGNO, UMA POLÍTICA PÚBLICA DE RESPEITO À ALTURA DA IMPORTÂNCIA CULTURAL, SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS PARA O PAÍS.

Fonte: Sítio eletrônico da Articulação Popular São Francisco Vivo!⁸

A extinção do MPA em 2015 fez com que a “pasta da pesca” voltasse a ser uma secretaria vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)⁹. Invertendo as palavras que constavam no título do MPA, o novo órgão chama-se *Secretaria de Aquicultura e Pesca* (SEAP). Dessa vez, está demonstrado já desde o nome para onde as atenções políticas governamentais e os investimentos estão voltados prioritariamente. Em 2017, novamente a SEAP foi transferida. Apesar de uma Carta Aberta¹⁰ com mais de duzentas assinaturas de organizações representantes de pescadores artesanais contrárias à mudança, o Decreto no 9.004/2017¹¹, determinou que a gestão pesqueira estaria sob o comando do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Buscando uma breve retrospectiva, até 1989, por não haver um ministério que concentrasse o assunto, o setor pesqueiro sempre mobilizou várias instâncias reguladoras no nível federal. O desenvolvimento da pesca e o controle ambiental eram exercidos pela SUDEPE e pela Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA (MEDEIROS, 2009). Com a criação do IBAMA e a consequente extinção desses órgãos

anteriores, é iniciado um novo momento na gestão dos recursos pesqueiros no Brasil. O IBAMA assumiu as funções da SUDEPE estabelecidas no Decreto no 221/1967¹² e uma nova divisão de funções e competências foi realizada, repassando as funções de fomento à pesca ao MAPA, o que culminou na criação do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) em 1998 (ibidem).

É possível afirmar que a primeira evidência institucional da crise da pesca no Brasil estava presente já no

próprio “loteamento” de recursos pesqueiros. De um lado os recursos ditos **sobreexplorados**, sob competência do IBAMA. De outro, os ditos **“subexplorados ou altamente migratórios”** sob competência da SEAP. Assim, o órgão de controle ambiental definia as regras dos recursos considerados comprometidos biologicamente, enquanto que o órgão de desenvolvimento estabelecia os procedimentos para o uso dos recursos que permitem o investimento em esforço de pesca.

Nesta política de (des)ordenamento pesqueiro, a dimensão sistêmica – que incorpora as diferentes características sociais e ecológicas e suas interações – é abandonada em nome de uma aparente disputa de poder. Desta maneira, um sistema socioecológico pode estar submetido a duas concepções distintas de gestão. Uma orientada para o controle do esforço, outra orientada para o aumento potencial de esforço sobre os ecossistemas (MEDEIROS, 2009, p. 20).

A situação foi alterada, registre-se, por diversas vezes. Houve a extinção do DPA para a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) em 2003. Em 2009, a SEAP se transformou em MPA. Em 2015, houve o retorno à forma de secretaria, a qual foi vinculada primeiramente ao MAPA, ao MDIC – em 2017, à Presidência – em 2018 e, atualmente ao MAPA novamente. Importante ressaltar as mudanças políticas estruturais tão rapidamente ocorridas em curto espaço de tempo.

Além do evidente descaso na esfera política com a pesca artesanal, onde, dentre outros fatores, o público atingido (pescadores) pelas mudanças político estruturais quase nunca é consultado, há também lacunas na esfera científica quando o assunto é gestão pesqueira, pois, historicamente, pouca atenção tem sido dada aos aspectos sociais, conforme pode ser visto a seguir:

o problema mais importante é que **a maioria da ciência pesqueira é, na verdade, biologia pesqueira**. A ciência pesqueira que nos ensinaram, e que hoje em dia ensinamos nas salas de aula, não dá suficiente atenção ao papel do elemento humano. **A ciência pesqueira reduziu o elemento humano a conceitos simplistas como, por exemplo, 'esforço' de pesca**, entre outros. [...]. Uma evidência disso é que os três livros mais citados na ciência pesqueira (Walters 1986, Hilborn & Walters 1992, Wootton 1998) enfocam-se quase que exclusivamente na biologia e ecologia dos peixes e em estratégias de pesca. Mas agora é claro que somente o entendimento sobre a biologia e ecologia das populações de peixes não é suficiente para determinar estratégias de exploração pesqueira que sejam sustentáveis (CASTELLO, 2008, p. 18) (grifo meu).

Logo, a falta de estatísticas oficiais e a literatura tradicional impõem dificuldade à análise da pesca artesanal (SILVA, 2014a). Os dados costumam, como dito anteriormente, ser estatísticos e restritos à produção pesqueira biológica. Nesse sentido, as informações mais recentes por Estado brasileiro produzidas pelo extinto MPA são referentes ao ano de 2011. Os números apontam que a Região Nordeste assinala a maior produção de pescado do país, com 454.216,9 toneladas (Tabela 1), respondendo por 31,7% da produção nacional (MPA, 2013). Na Bahia, considerado o Estado mais produtivo da região e o quarto do país¹³ (Tabela 1), a pesca é essencialmente artesanal, com embarcações de pequeno porte à vela e motorizadas (MMA, 2008b).

Tabela 1: Dados da pesca extrativa e da aquicultura da Região Nordeste e do Estado da Bahia

	2011						
	Pesca Extrativa			Aquicultura			Total (t)
	Marinha	Continental	Subtotal	Marinha	Continental	Subtotal	
Nordeste	186.012,0	68.700,9	248.531,9	65.211,4	134.292,6	199.504,0	454.216,9
Bahia	59.293,0	17.508,4	70.620,4	4.547,7	20.703,6	25.251,3	102.052,7

Fonte: MPA (2013). Organizado pela autora.

Na Região Nordeste, as pescas marinha e estuarina, de modo geral, caracterizam-se (i)pela predominância da pesca artesanal relativamente à industrial; (ii)pela elevada disponibilidade de espécies de alto valor comercial, mas de baixa densidade; (iii)pela descentralização dos desembarques; e (iv)emprego de tecnologia pouco desenvolvida, com falta de assistência técnica e carência de infraestrutura em toda a cadeia, da produção à comercialização (MMA, 2008b). Todavia, as estruturas de

desembarques (entrepósitos) são precárias para todos os tipos de pesca – especialmente para a de pequeno porte. Os grandes entrepostos, em geral, não dispõem de meios adequados para o desembarque do pescado. Nas comunidades pesqueiras, ele é desembarcado nas praias, iniciando-se aí uma longa cadeia de intermediação até o mercado local e, às vezes, regional (VASCONCELLOS et al., 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se ao longo desse capítulo que as políticas públicas não têm se configurado como embarcações seguras, por vezes deixando os pescadores artesanais à deriva. Algumas das mais recentes ameaças partiram da racionalidade neoliberal da esfera política governamental, selando acordos cavilosos com os setores do agronegócio, mineração e produção de energia. Essas tentativas de coação estão materializadas pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no 3239¹⁴ e no 3646¹⁵, as quais tramitaram no Supremo Tribunal Federal e atingiriam todo o território nacional. A primeira ADI questionou critérios de autoidentificação e de titulação de terras para as comunidades quilombolas. Já a segunda, questionou a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e propunha anular todas as UCs criadas por ato infralegal (decreto), o que significaria a nulidade de praticamente todas.

Diante desse espaço-tempo em que a riqueza da diversidade biológica e os direitos básicos sociais se constituem em moeda de troca e barganhas políticas, é *conditio sine qua non* a participação dos usuários locais, a legitimação das instituições locais e o reconhecimento do notório saber das populações tradicionais no processo de gestão. Importante sempre ressaltar a eficácia *de facto* das populações tradicionais para fins de gestão antes mesmo que fossem reconhecidas *de jure*. Isso corrobora a eminente necessidade de se destacar, aprender e colaborar com experiências empíricas que buscam o protagonismo dos, desde sempre, subalternizados nas decisões que afetam todo o seu modo de ser e estar no mundo.

NOTAS

1. Nas dezesseis regiões metropolitanas costeiras, a densidade demográfica chega a ser superior a 200 hab/Km² (MMA, 2008a).
2. Sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consultado em 22/02/2016.
3. O autor faz alusão aos enclosures da Grã-Bretanha, responsáveis pela privatização das terras comunais nessa região.
4. Boletins estatísticos de pesca e aquicultura correspondentes a anos anteriores podem ser encontrados em <http://www.mpa.gov.br/index.php/informacoes-e-estatisticas/estatistica-da-pesca-e-aquicultura.html>. Consultado em 13/02/2016.
5. Informações retiradas do sítio eletrônico do MPA. Podem ser visualizadas em <http://www.mpa.gov.br/monitoramento-e-controle/registro-geral-da-atividade-pesqueira-rgp/registro-geral-da-pesca-rgp>. Consultado em 04/04/2015.
6. O Ministério da Pesca e Aquicultura foi criado pela Lei nº 11.958/2009, a qual pode ser visualizada em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11958.htm. Consultado em 29/03/2016.
7. A referida Lei dispõe sobre Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, podendo ser visualizada em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Consultada em 20/04/2016.
8. Pode ser visualizado em <http://saofranciscovivo.org.br/site/movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-denuncia-ma-gestao-no-ministerio-da-pesca/>. Consultado em 20/04/2016.
9. Vide Diário Oficial da União do dia 1º de abril de 2016, o qual pode ser visualizado em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/04/2016&jornal=1&pagina=4&totalArquivos=260>. Consultado em 01/04/2016. Registre-se que, embora o MPA tenha sido extinto em 2015, somente seis meses depois foi sancionada a Lei no 13.266/2016 (a qual pode ser visualizada em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13266.htm. Consultada em 10/04/2016), que dispõe sobre a nova organização desse e de outros ministérios.
10. O manifesto em forma de carta, bem como todos os signatários, pode ser visualizado em https://pt.scribd.com/document/341983703/Carta-Aberta-Contra-a-Ida-Da-Pesca-Para-o-DIC#from_embed. Consultado em 21/05/2017.
11. Vide Diário Oficial da União do dia 14 de março de 2017, o qual pode ser

visualizado em
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=19&data=14/03/2017>. Consultado em 21/05/2017.

12. O Decreto pode ser visualizado em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm. Consultado em 21/10/2015.

13. Os Estados brasileiros com maior produção pesqueira são: Santa Catarina (194.866,7 t), Pará (153.332,3 t) e Maranhão (102.868,2 t) (MPA, 2013).

14. Promovida pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas. A referida ADI pode ser visualizada em
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=394738#0%20-%20Peti%E7%E3o%20inicial>. Consultada em 17/08/2017.

15. Ajuizada pelo Governador do Estado de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB).

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, P. R.; SUMAILA, U. R. An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies. In: **Marine Policy**, 31, 2007, p. 444-450.

ALIER, J. O **ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

ALMEIDA, A. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BARBOSA, A.; PORTO-GONÇALVES. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. In: **CESContexto**. Desafios aos estudos pós-coloniais: as epistemologias sul-sul, no 5, 2014, p. 12-27.

BERKES, F. et al. In: KALIKOSKI, D. (org.). **Gestão da pesca de pequena escala**: diretrizes e métodos alternativos. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura**: Brasil 2011. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil**. Brasília: MMA, 2008a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral nordestino**. Projeto ESTATPESCA. Convênio SEAP/IBAMA/PROZEE

060/2006. Brasília: MMA, 2008b.

CAETANO, H. Da ocupação do território: práticas e interações entre marisqueiras no ambiente pesqueiro. In: **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**. Florianópolis, vol. 3, no 2, 2015, p. 204-222.

CASTELLO, L. Re-pensando o estudo e o manejo da pesca no Brasil. In: **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**. 3(1), 2008, p. 18-22.

DIAS-NETO, J. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro. In: **Revista CEPSUL**. Biodiversidade e Conservação Marinha, 1 (1), 2010, p. 66-80.

DIEGUES, A. C. Aspectos socioculturais do uso da água e as sociedades tradicionais. In: **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Panorama e estado dos recursos hídricos do Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília, vol. 1, 2006, p. 205-220.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços naturais. In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001, p. 97-124.

DIEGUES, A. C. A **pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

DIEGUES, A. C. Marine Protected Areas and Artisanal Fisheries in Brazil. In: **SAMUDRA Monograph**. International Collective in Support of Fishworkers, Índia, 2008.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The state of world fisheries and aquaculture**. Food and Agriculture Organization, Roma, 2010.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LOPES, P. F. A pesca na Baía da Ilha Grande: caracterização e conflitos. In: BEGOSSI, A. et al. (orgs.). **Ecologia de pescadores artesanais da Baía da Ilha Grande**. São Carlos: RiMa Editora, FAPESP, 2010, p. 101-178.

MEDEIROS, R. **Possibilidades e obstáculos à co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais**: estudo de caso na área da Baía de Tijucas, litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2009.

MORAES, A. C. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**:

elementos para uma geografia do litoral brasileiro. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, A. C. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOURA, R. et al. Conservação da biodiversidade, gestão pesqueira e promoção de equidade social: a contribuição das Áreas Marinhas Protegidas. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Biologia Marinha**. Armação dos Búzios (RJ), 2009, p. 157-163.

PINTO DA SILVA, P. Da propriedade coletiva ao co-gestão: lições da primeira Reserva Extrativista Marinha brasileira. In: **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira**. Brasília: MMA/SBF, p. 161-179, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, M.; BECKER, B. (orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 375-409.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. In: **INTERthesis**. Florianópolis: UFSC, vol. 9, no 1, 2012, p. 16-50.

SILVA, C. A. Economia da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro: desafios de método. In: SILVA, C. A. (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014b, p. 27-40.

SILVA, C. A. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, C. A. (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a, p. 13-26.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. In: **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, vol. 24, no 56, 2015, p. 405-428.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A. C.; SALLES, R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: LOBO, A. (org.). **Nas redes da pesca artesanal costeira**. Brasília: Edições IBAMA, Brasília, 2007, p. 15-83.

VIVACQUA, M. **Dilemas da conservação e desenvolvimento na gestão compartilhada da pesca artesanal: conflitos e sinergias nos processos de criação de Reservas Extrativistas marinho-costeiras em Santa Catarina**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2012.

Edição



**Na composição foi utilizada a fonte Ebrima
by Scribus.**

2019



Com prazer apresentamos essa coletânea de textos acadêmicos, sobre pesca artesanal, organizada pela Rede de Geografias da Pesca. Nela, os diversos autores desenvolvem trabalhos sobre temas muito relevantes, hoje, como a questão do território pesqueiro e da territorialidade, os diferentes tipos de conflito, o papel das reservas extrativistas marinhas, os grandes projetos no litoral, os processos de participação social e política, o turismo, a aquicultura, entre outros.

Nesse sentido, a presente antologia da Rede de Geografias da Pesca é, sem dúvida, mais uma contribuição importante ao entendimento do papel dos pescadores e das pescadoras e na defesa dessas comunidades, que tanto contribuem para a produção de alimentos, no Brasil, na atualidade.

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues

NUPAUB USP

